



Universidade de Brasília
Secretaria de Planejamento

Plano de Desenvolvimento Institucional

Fundação Universidade de Brasília

PDI/FUB/UnB

2006 – 2010



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PDI – FUB

2006-2010

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Fernando Haddad

Ministro da Educação

Maria Paula Dallari Bucci

Secretária de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CONSELHO DIRETOR

Presidente

Prof. José Geraldo de Sousa Junior

Conselheiros

Prof. João Cláudio Todorov

Prof. Jacques Velloso

Suplente

Prof. Reinhardt Adolfo Fuck

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Prof. José Geraldo de Sousa Junior

Vice-Reitor: Prof. João Batista de Sousa

Decana de Ensino de Graduação: Profa. Márcia Abrahão Moura

Decana de Pesquisa e Pós-Graduação: Profa. Denise Bomtempo Birche de Carvalho

Decano de Extensão: Prof. Wellington Lourenço de Almeida

Decana de Assuntos Comunitários: Profa. Rachel Nunes da Cunha

Decano de Administração: Prof. Pedro Murrieta Santos Neto

Auditor Interno: José Avelar dos Santos

Secretário de Planejamento: Hélio Marcos Neiva

Secretário de Recursos Humanos: Afonso de Souza



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PDI – FUB

2006-2010

Dezembro

2009

Gestor e Editor Responsável

Hélio Marcos Neiva – Secretário de Planejamento

Organização e Redação

Gláucia Lopes Luiz Evangelista – Coordenadora de Planejamento e Avaliação

Elaboração do Orçamento Programa Interno

Hélio Marcos Neiva – Administrador

Elaboração da Organização Administrativa e Acadêmica da UnB

Lara Cristina Caixêta Machado de Lima – Contadora

Estrutura da Primeira Versão do PDI 2002-2006 – Modelo

Nair Aguiar Miranda – Economista

Pesquisa e Formatação de Tabelas

Gabriel Mendes Torres – Economista Prestador

Revisão Técnica

Ereni Gontijo de Lima – Auditora

Revisão Textual

Larissa dos Santos Aguiar Matias – Licenciada em Letras

Equipe da Secretaria de Planejamento

Roberto Mizuno – Coordenador de Informações Gerenciais

Lindalva Lima Costa – Administradora

Jorge Rodrigues Lima – Economista

Junia Maria Zandonade Falqueto – Administradora

Márcio José Ribeiro Filho – Estagiário de Gestão do Agronegócio

Vinícius Marinho Costa – Técnico de Informática

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica e Capa

Mauro Pereira Bento

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

U58 Universidade de Brasília.
 Plano de desenvolvimento institucional : 2006-2010/
Universidade de Brasília ; Hélio Marcos Neiva, gesto e
editor responsável. – Brasília : Universidade de Brasília,
2010.
 210 p. : il. ; 30 cm.

1. Universidades – Brasil - Planejamento. 2.
Planejamento organizacional. 3. Desenvolvimento
institucional. 4. Gestão Universitária. I. Título.

CDU 378.014

Fundação Universidade de Brasília**Secretaria de Planejamento**

Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte

Prédio da Reitoria, bloco B, 1º andar

CEP: 70.910-900 Brasília-DF, Brasil

Telefones: (61) 3273-3379/3307-2207

Telefax: (61) 3274-5915

<http://www.unb.br> – unb@unb.br – spl@unb.br

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Gestores de unidades acadêmicas e administrativas integrantes do Sistema de Planejamento Institucional da UnB

Unidades Administrativas

Assessoria de Assuntos Internacionais	INT	Profa. Ana Flávia Granja e Barros
Auditoria	AUD	José Avelar dos Santos
Centro de Planejamento	CEPLAN	Arq. Alberto Alves de Faria
Decanato de Ensino de Graduação	DEG	Profa. Márcia Abrahão Moura
Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação	DPP	Profa. Denise Bomtempo B. de Carvalho
Decanato de Extensão	DEX	Prof. Wellington Lourenço de Almeida
Decanato de Assuntos Comunitários	DAC	Profa. Rachel Nunes da Cunha
Decanato de Administração	DAF	Prof. Pedro Murrieta Santos Neto
Prefeitura do Campus	PRC	Silvano da Silva Pereira
Procuradoria Jurídica	PJU	Prof. Davi Monteiro Diniz
Secretaria de Planejamento	SPL	Hélio Marcos Neiva
Secretaria de Recursos Humanos	SRH	Afonso de Souza
Secretaria de Empreendimentos Imobiliários	SEI	Prof. José Augusto Abreu Sá Fortes
Secretaria de Gestão Patrimonial	SGP	Prof. José Augusto Abreu Sá Fortes
Secretaria de Assuntos Acadêmicos	SAA	Arnaldo Carlos Alves
Secretaria de Comunicação	SECOM	Prof. Luiz Gonzaga Figueiredo Motta

Órgãos Complementares

Biblioteca Central	BCE	Profa. Sely Maria de Sousa Costa
Centro de Informática	CPD	Prof. Marcelo Ladeira
Editora Universidade de Brasília	EDU	Prof. Norberto Abreu e Silva Neto
Fazenda Água Limpa	FAL	Prof. José Mauro da Silva Diogo
Hospital Universitário de Brasília	HUB	Prof. Gustavo Adolfo Sierra Romero

Centros

Centro de Desenvolvimento Sustentável	CDS	Prof. Eliomar Pinheiro do Nascimento
Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	CDT	Prof. Luiz Afonso Bermúdez
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares	CEAM	Profa. Ana Maria Nogales Vasconcelos
Centro de Educação a Distância	CEAD	Prof. Athail Rangel Pulino Filho
Centro de Documentação	CEDOC	José Carlos Andreoli
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos	CESPE	Prof. Joaquim José Soares Neto
Centro de Excelência em Turismo	CET	Prof. Neio Lúcio de Oliveira Campos
Centro Internacional de Física da Matéria Condensada	CIFMC	Prof. Álvaro Ferraz
Centro Integrado de Ordenamento Territorial	CIORD	Prof. Jorge Madeira Nogueira
Centro de Manutenção de Equipamentos Científicos	CME	Francisco Assis Lima
Centro de Produção Cultural e Educativa	CPCE	Prof. Armando Bulcão
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas	CEPPAC	Profa. Sônia Maria Ranincheski
Centro de Formação de Recursos Humanos		

em Transportes	CEFTRU	Prof. José Matsuo Shimoishi
Centro de Pesquisa e Opinião Pública da UnB	DATAUnB	Prof. José Ângelo Belloni
Centro Transdisciplinar de Educação no Campo	CETEC	Profa. Mônica Castagna Molina
Centro Internacional de Pesquisa em Representação e Psicologia Social	CIRPS	Profa. Ângela Almeida
Centro de Pesquisa e Aplicação de Bambu e Fibras Naturais	CPAB	Prof. Jaime Gonçalves de Almeida
Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas	CRAD	Prof. José Roberto Rodrigues Pinto

Unidades Acadêmicas (Institutos/Faculdades)

Faculdade de Comunicação	FAC	Prof. David Renault da Silva
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação	FACE	Prof. Tomas Aquino Guimarães
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	FAU	Prof. Andrey Rosenthal Schlee
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária	FAV	Prof. Ricardo Titze de Almeida
Faculdade de Direito	FD	Profa. Ana Frazão de Azevedo Lopes
Faculdade de Educação	FE	Profa. Inês Maria M. Z. Pires de Almeida
Faculdade de Educação Física	FEF	Prof. Jônatas de França Barros
Faculdade de Medicina	FM	Prof. Paulo César de Jesus
Faculdade de Ciências da Saúde	FS	Prof. Francisco de Assis Rocha Neves
Faculdade de Tecnologia	FT	Prof. Humberto Abdalla Júnior
Instituto de Ciências Biológicas	IB	Profa. Sônia Nair Bão
Instituto de Ciências Sociais	ICS	Prof. Gustavo Sérgio Lins Ribeiro
Instituto de Artes	IdA	Profa. Suzete Venturelli
Instituto de Ciências Exatas	IE	Prof. Noraí Romeu Rocco
Instituto de Física	IF	Prof. Antônio Cleves Nunes Oliveira
Instituto de Geociências	IG	Prof. Paulo Roberto Meneses
Instituto de Ciências Humanas	IH	Prof. Estevão Chaves de Rezende Martins
Instituto de Letras	IL	Profa. Maria Luisa Ortiz Alvarez
Instituto de Psicologia	IP	Profa. Maria Ângela G. Feitosa
Instituto de Ciência Política	IPOL	Profa. Marilde Loiola de Menezes
Instituto de Química	IQ	Profa. Maria Lucília dos Santos
Instituto de Relações Internacionais	IREL	Prof. Eiiti Sato
UnB-Faculdade de Planaltina	FUP	Prof. Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril
UnB-Faculdade de Ceilândia	FCE	Profa. Diana Lúcia Moura Pinho
UnB-Faculdade do Gama	FGA	Prof. Alessandro Borges de S. Oliveira

Apresentação

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Fundação Universidade de Brasília (FUB) é o instrumento de planejamento que identifica o perfil institucional e sua estrutura organizacional e define os elementos básicos do planejamento estratégico: a missão, a visão, os princípios e os objetivos institucionais, as diretrizes pedagógicas que orientam seus programas e ações, as áreas de atuação e os indicadores da FUB/UnB, com abrangência para o período de 2006 a 2010.

O PDI é o documento de planejamento global da Instituição elaborado a partir de amplo diagnóstico institucional, que contou com a participação representativa de toda a comunidade universitária, resultando na construção das Bases do Planejamento Estratégico Institucional, que orientam a elaboração do PDI, em todos os seus níveis: estratégico, tático e operacional.

Por ser um instrumento de exigência legal e obrigatório, o PDI contempla os dispositivos que regulamentam a necessidade de adoção do planejamento como ferramenta essencial na elaboração e acompanhamento dos projetos organizacionais. Além de se constituir em compromisso da Instituição com o MEC, é requisito aos atos de credenciamento e reconhecimento da Universidade, assim como exigido nos processos de autorização e reconhecimento de cursos.

Este documento é considerado peça relevante no processo de avaliação externa, pois confere às instituições um retrato da sua autoavaliação ao considerar as estratégias institucionais, gestão e organização acadêmica e administrativa, procedimentos de autoavaliação institucional e aspectos orçamentários. Internamente, a Instituição dispõe de um documento consistente com os preceitos estratégicos que orientam a comunidade universitária na consecução dos objetivos a médio e longo prazos.

O instrumento visa ainda atender às demandas internas (Comissão de Planejamento e Avaliação), às exigências de órgãos governamentais (Ministério da Educação) e aos órgãos fiscalizadores externos (Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União), além de subsidiar a elaboração de outros documentos institucionais (Anuário Estatístico, Relatório de Autoavaliação Institucional, Plano Plurianual de Atividades, Plano Anual de Atividades).

As diretrizes da Universidade de Brasília adotadas no processo de elaboração do planejamento estão alicerçadas em três pilares fundamentais para a construção do cenário organizacional: Planejamento Estratégico, Tático e Operacional. O primeiro estabelece o horizonte estratégico mediante a definição da Missão, Negócio, Princípios, Visão, Objetivos Institucionais e Áreas de atuação da FUB; o segundo agrega as diretrizes e indicadores de gestão aos objetivos a serem alcançados pelas macrounidades. Por último, no planejamento operacional, as unidades acadêmicas e administrativas envolvidas no sistema de planejamento alinham suas propostas anuais aos fundamentos institucionais.

Como as Unidades tiveram ampla liberdade na programação de suas demandas e considerando que os recursos são finitos, estar no PDI não é garantia de que todos os objetivos e ações propostos serão atendidos na sua integralidade. Os atendimentos ocorrerão de acordo com os objetivos e prioridades definidos pelas próprias unidades, desde que estejam alinhados às diretrizes, objetivos, metas e prioridades institucionais, limitados às disponibilidades de recursos previstos nos Orçamentos Programas Internos Anuais. Ações e programas constantes dos planos anuais de atividades, integrantes do PDI/Plano Quinquenal 2006 a 2010, não contemplados com recursos previstos nos orçamentos programas internos anuais, iniciais, poderão ser subvencionados no decorrer de cada exercício financeiro, mediante recursos captados externamente, créditos suplementares da União ou eventuais excessos de arrecadação de receita própria.

O PDI, em seu quarto ano de execução, tem sido aperfeiçoado, conforme previsto em sua concepção, mediante atualizações anuais com a inclusão ou revisão de objetivos e metas ou de novas unidades, mantidos, contudo, os elementos estruturais básicos do planejamento, em seus níveis estratégico, tático e operacional.

Nesse sentido, foram incluídas, no PDI, as ações do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, que tem como um de seus objetivos dotar a Universidade das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, assim como procurar garantir a qualidade da graduação da educação pública, com o melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do qualificado contingente de recursos humanos existentes na Universidade.

O processo de modernização da gestão universitária contempla projetos estratégicos relacionados à reestruturação organizacional da FUB, revitalização da área de Tecnologia da Informação e Comunicação institucional, implantação de um modelo de gestão por processos, gestão estratégica de custos e projeto de educação corporativa. Para a sua construção e implantação, faz-se necessário o apoio efetivo dos parceiros estratégicos, gestores acadêmicos e administrativos e comunidade universitária.

Por fim, salienta-se que o envolvimento efetivo da comunidade universitária na elaboração do PDI assegura maior eficiência e qualidade na missão institucional.

Prof. José Geraldo de Sousa Junior
Reitor da Universidade de Brasília

Preâmbulo

O histórico do Plano de Desenvolvimento Institucional na Universidade de Brasília é abrangente por contemplar uma estrutura matricial que alinha as estratégias de atuação e materializa os objetivos institucionais. Esta é a segunda versão do PDI da UnB com as aspirações de toda a comunidade universitária até o ano de 2010.

O Ciclo de Planejamento tem início com a elaboração dos planos para um determinado quinquênio e abrange cinco fases principais: planejamento, aprovação, execução, controle e avaliação. No primeiro momento, ele é elaborado pelas unidades integrantes do Sistema de Planejamento Institucional. Nessa fase, as demandas das Unidades são sistematizadas, consolidadas e organizadas pela SPL – órgão gestor central do Sistema de Planejamento Institucional – em planos, cujas propostas são encaminhadas à análise e aprovação dos colegiados superiores da instituição: Conselho de Administração (CAD) e Conselho Universitário (CONSUNI), após análise preliminar da Câmara de Administração e Finanças (CAF), correspondendo à segunda fase. Após a aprovação final pelo CONSUNI, os planos PDI, Plano Quinquenal (PQ) e Plano Anual de Atividades (PAAs) entram imediatamente em execução – terceira fase – de acordo com os anos previstos em cada plano. O acompanhamento e o controle do planejamento e da execução orçamentária e financeira ocorrem trimestralmente, sendo o primeiro sob a coordenação da SPL, em sistema próprio, e o segundo pelos órgãos de controle competentes. Nessa fase, são elaborados relatórios de acompanhamento e encaminhados à apreciação da Administração Central e de colegiados superiores. A última fase consiste na avaliação, em que se verificam os produtos e resultados alcançados, fazendo-se um confronto entre o planejamento e o que foi efetivamente executado.

Para a efetividade no processo de acompanhamento dos planos anuais, a Universidade adota, além dos Relatórios Trimestrais de Planejamento, o Relatório Anual de Gestão. Esses documentos são instrumentos de prestação de contas, em que os gestores detalham as atividades desenvolvidas, relatam as dificuldades encontradas e apontam os problemas enfrentados junto à Administração Central e identificam soluções possíveis. Ao final de cada exercício, os gestores avaliam os trabalhos desenvolvidos durante o ano e, a partir dessa análise, reavaliam o Plano Anual a ser desenvolvido no ano seguinte. Esses documentos estão disponibilizados na página da SPL (<http://www.spl.unb.br/documentos>).

No que tange ao acompanhamento plurianual, a Universidade de Brasília elaborou o documento “Relatório de Resultados Plurianuais 2002-2006” com ênfase nos produtos da Universidade consolidados por meio dos Relatórios de Gestão de exercícios anteriores. Para o ciclo 2006-2010, pretende-se produzir um instrumento avaliativo mais consistente que incorpore o exame das metas estratégicas a partir do alcance dos indicadores de gestão, adotados pelas macrounidades. Essa proposta converge com os princípios dos órgãos de controle externo que tratam o planejamento como condição essencial para o manejo eficaz e eficiente dos recursos públicos e geração de maior benefício à sociedade.

Vale esclarecer que o ano de 2006 representa, ao mesmo tempo, o término da execução do planejamento referente ao ciclo 2002 a 2006 e fonte para a elaboração do novo ciclo 2006 a 2010. Assim, desde 2006, com o início do ciclo quinquenal, algumas medidas inovadoras foram essenciais para o fortalecimento da gestão do planejamento universitário, entre elas constam:

- a. elaboração dos planos plurianuais pelas próprias unidades, via Sistema de Planejamento, a partir de convenção entre os colegiados e comunidade universitária;
- b. alinhamento entre os níveis estratégico e tático;
- c. implantação de indicadores por área, o que permitirá a avaliação das metas das macrounidades;
- d. previsão, via Sistema de Planejamento, das demandas plurianuais pelos principais elementos de despesa, decorrentes do desenvolvimento das atividades das unidades;
- e. elaboração dos documentos técnicos para subsidiar os gestores na edificação dos planos “Bases do Planejamento Estratégico e Tático 2006 a 2010” e Manual de Planejamento 2006 a 2010”;
- f. implantação, em parceria com o DAF, de instrumentos de planejamento mais consistentes e em consonância com as exigências dos órgãos internos e externos;
- g. planejamento participativo com o DAF a fim de redimensionar os relatórios de acompanhamento e controle das Unidades Descentralizadas e Fundações de Apoio;
- h. revisões técnicas nos planos plurianuais das 66 unidades envolvidas com o planejamento;
- i. capacitação de 12 servidores da Instituição, de nível superior, no curso de Gestão de Processos e início de novo curso, para capacitação de mais 20 servidores.

Em linhas gerais, as propostas plurianuais dos gestores foram solidificadas com a promoção de encontros estratégicos e táticos, treinamentos com os agentes administrativos das unidades no sentido de orientar na elaboração dos seus planos plurianuais e capacitação da equipe de planejamento para assessorar essas unidades. Essas iniciativas foram importantes para garantir a credibilidade do processo de planejamento e assegurar a confiança da comunidade universitária na execução dos Planos Institucionais.

Hélio Marcos Neiva
Secretário de Planejamento

Lista de Tabelas

Tabela 01:	FUB/UnB: Diagnóstico Institucional – Ambiente Externo.....	67
Tabela 02:	FUB/UnB: Diagnóstico Institucional – Ambiente Interno.....	69
Tabela 03:	UnB – Evolução do Alunado, 1997 a 2008.....	71
Tabela 04:	UnB – Programas de Pós-Graduação por Níveis, 2007.....	77
Tabela 05:	Corpo Docente, 2006	77
Tabela 06:	Evolução do Corpo Docente de Mestrado e Doutorado, 2006-2008	78
Tabela 07:	UnB – Número de Dissertações e Teses, 2006-2008.....	78
Tabela 08:	Relação Número de Titulados/Número de Matriculados, 2006-2008 (em porcentagem)	78
Tabela 09:	Número de Admissões e Titulações na Pós-Graduação, 1999-2007 .	79
Tabela 10:	Produção de Livros, Capítulos e Artigos, 2003-2006	79
Tabela 11:	Número de Grupos de Pesquisa Cadastrados no Diretório do CNPq, 2000 a 2008	79
Tabela 12:	UnB – Bolsas de Estudos, de Pesquisa e de Fomento à Pesquisa Concedidas pelo CNPq, 2004 a 2007.....	80
Tabela 13:	UnB – Número de Pesquisadores Contemplados com Bolsas de Produtividade do CNPq, 2002-2005.....	80
Tabela 14:	UnB – Bolsas de Iniciação Científica, 2001-2008.....	80
Tabela 15:	UnB – Avaliação dos Programas de Pós-Graduação pela CAPES, 2001-2003 e 2004-2006	81
Tabela 16:	Produção Intelectual Bibliográfica, Técnica e Artística da UnB, 2008	83
Tabela 17:	Público-Alvo dos Projetos de Extensão, 2006 e 2007	88
Tabela 18:	Dados e Características dos Cursos de Graduação Oferecidos pela UnB, 2007.....	92
Tabela 19:	Vagas Ofertadas no Ensino de Graduação, 2006 a 2008.....	95
Tabela 20:	UAB/UnB – Alunos Matriculados por Curso de Graduação a Distância.....	95
Tabela 21:	UnB – Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, Total de Créditos e Duração, 2007.	98
Tabela 22:	FUB – Evolução da Força de Trabalho, 1999 a 2008	103

Tabela 23:	FUB – Estrutura e Composição da Força de Trabalho, 1999 a 2008 .	104
Tabela 24:	UnB: Esforço Docente e Administrativo e Espaço Físico Disponível e Evolução de Indicadores, 1997 a 2008.....	105
Tabela 25:	Evolução de Titulação Docente, 2006 a 2009	106
Tabela 26:	Docentes por Regime de Trabalho, 2006 a 2009.....	107
Tabela 27:	Docentes por Tempo de Serviço	107
Tabela 28:	FUB/UnB: Capacitação, Origem dos Gastos e Valores Investidos em 2008	109
Tabela 29:	UnB – Unidades Acadêmicas por Tipo e por Número de Unidades Vinculadas em 2008	127
Tabela 30:	FUB/UnB: Evolução dos Atendimentos Sociais à População do Distrito Federal e de sua Região de Influência, 1998 a 2008.	132
Tabela 31:	FUB: Apoio a Estudantes de Baixa Renda, 1998 a 2008.	136
Tabela 32:	Principais resultados das Pesquisas de Egressos da UnB por curso avaliado.	138
Tabela 33:	Evolução do Acervo da BCE, 2003-2007	142
Tabela 34:	Evolução dos Serviços Prestados pela BCE, 2003-2007	146
Tabela 35:	UnB – Número de Laboratórios de Ensino e de Pesquisa, por unidades, 2008	148
Tabela 36:	FUB/Evolução de Recursos Orçamentários do Tesouro, 2000 a 2009.....	159
Tabela 37:	Evolução das Despesas Realizadas da FUB, à Conta de Recursos do Tesouro, 1999-2008(1)	162
Tabela 38:	FUB/Evolução dos Recursos Orçamentários - Próprios – 2000 a 2009(1)	165
Tabela 39:	FUB/Evolução das Despesas Realizadas à conta de Recursos Próprios, 1999 a 2008(1)	167
Tabela 40:	Evolução da Receita Própria Arrecadada, 1999 a 2008(1).....	170
Tabela 41:	FUB – Evolução dos Recursos do Tesouro consignados no Orçamento Programa Interno para Área Acadêmica, 2000 a 2008(1). Outros Custeios e Capital.....	174
Tabela 42:	FUB/UnB – Síntese da Proposta de Alocação dos Recursos do Orçamento Inicial, nas Fontes Tesouro, Próprios e Convênios, 2009.....	176

Tabela 43: Proposta de alocação de Recursos de Outras Despesas Correntes e Capital/Tesouro para Unidades Acadêmicas, 2009	180
---	-----

Lista de Gráficos

Gráfico 01: Evolução do Número de Alunos Formados nos Cursos de Graduação, 1966 a 2007 (acumulado)	72
Gráfico 02: Taxa de Crescimento do Ingresso de Alunos (vestibular + PAS + outras vias) nos Cursos de Graduação, 2003 a 2007 (2001=100)	76
Gráfico 03: Evolução dos Recursos Orçamentários do Tesouro – Total, 2000 a 2009.....	160
Gráfico 04: Evolução dos Recursos Orçamentários do Tesouro – Custeio e Capital, Líquidos 2000 a 2009.....	160
Gráfico 05: Evolução das Despesas Realizadas Tesouro – Total, 1999 a 2008...163	
Gráfico 06: Evolução das Despesas Realizadas Tesouro – Custeio Líquido e Capital (equipamentos), 1999 a 2008.....	163
Gráfico 07: Evolução de Recursos Orçamentários Próprios, 2000 a 2009.....	166
Gráfico 08: Evolução das Despesas Realizadas, Fonte Próprios, 1999 a 2008 ...168	
Gráfico 09: Evolução da Receita Arrecadada, 1999 a 2008	172
Gráfico 10: Evolução dos Recursos Orçamentários Tesouro para Área Acadêmica, 2000 a 2009.....	176

Lista de Quadros

Quadro 01: Identificação da FUB – Base Legal e Normativa	24
Quadro 02: Dimensões de Avaliação Externa Relacionadas ao Planejamento	29
Quadro 03: Elementos Estratégicos por Objetivos Institucionais e Áreas, 2006 a 2010	32
Quadro 04: FUB/UnB: Elementos Táticos por Áreas de Atuação, 2006 a 2010	42
Quadro 05: Estrutura Matricial e Alinhamento Estratégico	57

Quadro 06: Cronograma para Revisão Técnica dos Planos Plurianuais 2006-2010	63
Quadro 07: Oferta de Cursos da UAB por Polo de Atuação	96
Quadro 08: Cronograma de Atividades de Implantação do Modelo	156
Quadro 10: FUB: REUNI: Obras e Reformas de Uso Comum	188
Quadro 11: FUB: REUNI: Obras e Reformas para Atender às Necessidades das Unidades Acadêmicas no Âmbito do REUNI. Obras de Recuperação do ICC e Construções	188

Lista de Figuras

Figura 01: Estrutura e Fluxo do Sistema de Planejamento da Universidade de Brasília	60
Figura 02: UnB – Ciclo Anual de Acompanhamento e Avaliação do Sistema de Planejamento e dos Planos Institucionais	62
Figura 03: Organograma Institucional	130

Lista de Abreviaturas

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CPP – Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação

IES – Instituições de Ensino Superior

MEC – Ministério da Educação

PAA – Plano Anual de Atividades

PQ – Plano Quinquenal

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UJ – Unidade Jurisdicional



Lista de Siglas e Denominações

(atualizado em abril/2009)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB)

CONSELHO DIRETOR

SCD Secretaria do Conselho Diretor

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

CONSELHOS SUPERIORES

CONSUNI Conselho Universitário

CEPE Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CEG Câmara de Ensino de Graduação
CEX Câmara de Extensão
CPP Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação
CCD Câmara da Carreira Docente
CAD Conselho de Administração
CAC Câmara de Assuntos Comunitários
CAF Câmara de Administração e Finanças

CONSELHO COMUNITÁRIO

REITORIA

VRT Vice-Reitoria

GRE Gabinete do Reitor

SCA/Subsecretaria de Comunicação Administrativa
SOC/Subsecretaria de Órgãos Colegiados
PRC Prefeitura do Campus
DAL Diretoria de Administração e Logística
DSG Diretoria de Serviços Gerais
DENA Diretoria de Engenharia e Arquitetura
PJU Procuradoria Jurídica
AUD Auditoria

DECANATOS

DEG Decanato de Ensino de Graduação

CPN Coordenadoria UnB à Noite
CARA Coordenadoria de Apoio à Reorganização Curricular e Avaliação de Cursos

DAIA Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica
DLG Diretoria de Logística de Graduação

DEX Decanato de Extensão

CAL Casa da Cultura da América Latina
DTE Diretoria Técnica de Extensão
Interfoco Centro Interdisciplinar de Formação Continuada

DPP Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação

CAP Coordenadoria de Apoio à Pesquisa
CPG Coordenadoria de Apoio à Pós-Graduação
Coordenadoria de Apoio à Pós-Graduação Lato Sensu
Coordenadoria de Projetos
PIC Coordenadoria do Programa de Iniciação Científica

DAC Decanato de Assuntos Comunitários

DDS Diretoria de Desenvolvimento Social
DEA Diretoria de Esporte, Arte e Cultura
DAS Diretoria de Saúde

DAF Decanato de Administração

DOR Diretoria de Orçamento
DCF Diretoria de Contabilidade e Finanças
DRM Diretoria de Recursos Materiais

ASSESSORIAS E SECRETARIAS

SAA Secretaria de Administração Acadêmica
SECOM Secretaria de Comunicação
SEI Secretaria de Empreendimentos Imobiliários
SGP Secretaria de Gestão Patrimonial
SPL Secretaria de Planejamento
SRH Secretaria de Recursos Humanos
INT Assessoria de Assuntos Internacionais
CERI Coordenação do Cerimonial
CEPLAN Centro de Planejamento

ÓRGÃOS COMPLEMENTARES

BCE Biblioteca Central
CPD Centro de Informática
EDU Editora Universidade de Brasília
FAL Fazenda Água Limpa

HUB	Hospital Universitário
RAD	Rádio e Televisão Universitárias

CENTROS

CCOM	Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CDT	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico
CEAD	Centro de Educação a Distância
CEDOC	Centro de Documentação
CEFTRU	Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes
CET	Centro de Excelência em Turismo
CETEC	Centro Transdisciplinar de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural
CESPE	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos
RU	Restaurante Universitário
CIFMC	Centro Internacional de Física da Matéria Condensada
CIORD	Centro Integrado de Ordenamento Territorial
CIRPS	Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social
CME	Centro de Manutenção de Equipamentos Científicos
CPAB	Centro de Pesquisa e Aplicação de Bambu e Fibras Naturais
CPCE	Centro de Produção Cultural e Educativa
CRAD	Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas
DATAUnB	Centro de Pesquisa e Opinião Pública
CEAM	Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
NEA	Núcleo de Estudos Ambientais
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
NEAGRI	Núcleo de Estudos Agrários
NEAL	Núcleo de Estudos e Acompanhamento das Licenciaturas
NEASIA	Núcleo de Estudos Asiáticos
NEAZ	Núcleo de Estudos da Amazônia
NEBC	Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo
NECLA	Núcleo de Estudos Caribenhos e Latino-Americanos
NECOIM	Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória do Centro-Oeste
NEE	Núcleo de Estudos Europeus

NEFP	Núcleo de Estudos dos Fenômenos Paranormais
NEGEP	Núcleo de Estudos em Gestão Pública
NEIJ	Núcleo de Estudos da Infância e da Juventude
NELI	Núcleo de Estudos da Linguagem e da Ideologia
NEM	Núcleo de Estudos do Mercosul
NEMP	Núcleo de Estudos sobre a Mídia e Política
NEORG	Núcleo de Estratégias Organizacionais
NEP	Núcleo de Estudos para a Paz e dos Direitos Humanos
NEPeB	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética
NEPeM	Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher
NEPPOS	Núcleo de Estudos em Política Social
NEPTI	Núcleo de Estudos e Pesquisa da Terceira Idade
NESCUBA	Núcleo de Estudos Cubanos
NESP	Núcleo de Estudos de Saúde Pública
NESPROM	Núcleo de Estudos em Educação e Promoção da Saúde e Projetos Inclusivos
NESUB	Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior da Universidade de Brasília
NEUR	Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais
NEVIS	Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança
NP3	Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas, Governo e Gestão
OMNI/TEL – TEC	Núcleo de Estudos de Organização Multilaterais, Negociações Internacionais, Turismo, Logística e Tecnologia
TRANSE	Núcleo Transdisciplinar de Estudos sobre a Performance

UNIDADES ACADÊMICAS

FACE Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação

ADM	Departamento de Administração
CCA	Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
CID	Departamento de Ciência da Informação e Documentação
ECO	Departamento de Economia

FAC Faculdade de Comunicação

DAP	Departamento de Audiovisuais e Publicidade
JOR	Departamento de Jornalismo

FAU Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

PRO	Departamento de Projeto, Expressão e Representação em Arquitetura e Urbanismo
-----	---

TEC Departamento de Tecnologia em Arquitetura e Urbanismo

THAU Departamento de Teoria e História em Arquitetura e Urbanismo

FAV Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária

FCE UnB-Faculdade de Ceilândia

FD Faculdade de Direito

FE Faculdade de Educação

MTC Departamento de Métodos e Técnicas

PAD Departamento de Planejamento e Administração

TEF Departamento de Teoria e Fundamentos

FEF Faculdade de Educação Física

CO Centro Olímpico

FGA UnB-Faculdade do Gama

FM Faculdade de Medicina

NMT Núcleo de Medicina Tropical

FS Faculdade de Ciências da Saúde

DSC Departamento de Saúde Coletiva

ENF Departamento de Enfermagem

NUT Departamento de Nutrição

ODT Departamento de Odontologia

FT Faculdade de Tecnologia

NTI Núcleo de Tecnologia da Informação

EFL Departamento de Engenharia Florestal

ENC Departamento de Engenharia Civil e Ambiental

ENE Departamento de Engenharia Elétrica

ENM Departamento de Engenharia Mecânica

FUP UnB-Faculdade de Planaltina

IB Instituto de Ciências Biológicas

BOT Departamento de Botânica

CEL Departamento de Biologia Celular

CFS Departamento de Ciências Fisiológicas

ECL Departamento de Ecologia

FIT Departamento de Fitopatologia

GEM Departamento de Genética e Morfologia

ZOO Departamento de Zoologia

ICS Instituto de Ciências Sociais

CEPPAC Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas

DAN Departamento de Antropologia

SOL Departamento de Sociologia

IdA Instituto de Artes

CEN Departamento de Artes Cênicas

DIN Departamento de Desenho Industrial

MUS Departamento de Música

VIS Departamento de Artes Visuais

IE Instituto de Ciências Exatas

CIC Departamento de Ciência da Computação

EST Departamento de Estatística

MAT Departamento de Matemática

IF Instituto de Física

IG Instituto de Geociências

GEO Departamento de Geologia Geral e Aplicada

GMP Departamento de Mineralogia e Petrologia

GRM Departamento de Geoquímica e Recursos Minerais

SIS Observatório Sismológico

IH Instituto de Ciências Humanas

FIL Departamento de Filosofia

GEA Departamento de Geografia

HIS Departamento de História

SER Departamento de Serviço Social

IL Instituto de Letras

LET Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução

LIP Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

TEL Departamento de Teoria Literária e Literaturas

IP Instituto de Psicologia

CAEP Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos

PCL Departamento de Psicologia Clínica

PED Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento

PPB Departamento de Processos Psicológicos Básicos

PST Departamento de Psicologia Social e do Trabalho

IPOL Instituto de Ciência Política

IQ Instituto de Química

IREL Instituto de Relações Internacionais

SUMÁRIO

Introdução	21
1 Perfil Institucional	23
1.1 Histórico da Fundação Universidade de Brasília e da Universidade de Brasília	23
1.2 Histórico do PDI da UnB.....	24
1.3 Bases do Planejamento Plurianual: 2006/2010	29
1.3.1 Elementos Estratégicos 2006 a 2010	29
1.3.2 Elementos Táticos Orientadores, por Áreas Estratégicas	35
1.4 Projetos Estratégicos da UnB.....	49
1.4.1 Reestruturação da FUB e da UnB	49
1.4.1.1 Avaliação Institucional e da Gestão de Meios da UnB.....	51
1.4.1.2 Gestão por Processos.....	51
1.4.1.3 Revitalização da SPL	53
1.4.2 Revitalização da Área de Tecnologia da Informação e da Comunicação	53
1.4.3 UnB 50 Anos – Projeto de Expansão	53
1.4.4 Gestão Estratégica de Custos.....	54
1.4.5 Programa de Gestão de Pessoas e Institucionalização do Programa de Formação de Servidores.....	54
1.4.6 Programa-Memória da UnB.....	55
2 Sistema de Planejamento Institucional FUB/UnB	57
2.1 Arquitetura do Sistema de Planejamento Institucional da UnB	57
2.2 Concepção e Implantação do Sistema de Planejamento	57
2.3 Acompanhamento do Planejamento Institucional	60
2.4 Inovações no Processo de Elaboração do Planejamento 2006-2010.....	62
2.5 Diagnóstico Institucional 2006-2010	64
3 Projeto Político Pedagógico	70
3.1 Organização Didático-Pedagógica	70
3.2 Política de Graduação.....	72
3.3 Pós-Graduação e Pesquisa	76
3.4 Perfil dos Programas de Pós-Graduação de Acordo com a Avaliação da CAPES.....	81



3.5	Extensão	84
4	Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos (presencial e distância)	91
4.1	Cursos de Graduação	91
4.2	Cursos a Distância: Universidade Aberta do Brasil e Prolicenciatura ...	95
4.3	Cursos de Pós-Graduação	97
4.4	Expansão dos Cursos	100
5	Perfil do Corpo Docente e Técnico-Administrativo	102
5.1	Perfil do Corpo Docente	105
5.2	Perfil do Corpo Técnico-Administrativo	107
6	Organização Administrativa e Acadêmica da UnB	114
6.1	Estatuto da Fundação Universidade de Brasília	114
6.2	Estatuto da Universidade de Brasília	116
6.3	Regimento Geral da UnB.....	117
6.3.1	Funcionamento dos Órgãos Colegiados da FUB e da UnB.....	122
6.4	Estrutura Organizacional da FUB	123
6.4.1	Organização Acadêmica	124
6.4.2	Organização Administrativa	127
7	Políticas de Atendimento aos Discentes	131
7.1	Programas e Serviços de Atendimento	131
7.2	Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro	134
7.3	Organização Estudantil	137
7.4	Acompanhamento de Egressos	137
8	Infraestrutura	140
8.1	Infraestrutura física	140
8.2	Biblioteca	141
8.3	Laboratórios	148
9	Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional	150
9.1	Princípios Gerais e Objetivos da Avaliação Institucional na UnB.....	150
9.2	Metodologia de Implantação do Modelo de Avaliação Institucional	151
9.3	O Modelo de Avaliação Institucional.....	153
10	Aspectos Financeiros e Orçamentários	157

10.1	Evolução de Recursos Orçamentários e da Despesa Realizada, no Período de 1999 a 2009	158
10.1.1	Evolução de Recursos Orçamentários do Tesouro, por Categoria Econômica, no Período de 2000 a 2009	158
10.1.2	Evolução da Despesa Realizada à Conta de Recursos do Tesouro, por Categoria Econômica, no Período de 1999 a 2008	161
10.1.3	Evolução de Recursos Orçamentários Próprios, por Categoria Econômica, no Período de 2000 a 2009.....	164
10.1.4	Evolução das Despesas Realizadas pela FUB à Conta de Recursos Próprios, por Categoria Econômica, no Período de 1999 a 2008	166
10.1.5	Evolução da Receita Própria Realizada, por Unidade Arrecadadora, no Período de 1999 a 2008	168
10.2	Evolução dos Recursos Consignados no Orçamento Programa Interno para a Área Acadêmica, no Período de 2000 a 2009	172
10.3	Síntese da Alocação Proposta por Unidades, nas Fontes Tesouro, Próprios e Convênios, 2009	176
10.4	Proposta de Alocação de Recursos do Tesouro para as Unidades Acadêmicas	179
10.5	Plano de Reestruturação e Expansão da UnB, 2008-2012 (REUNI)	182
	Considerações Finais	197
	Glossário	199
	Referências.....	204

Introdução

Com a aprovação das bases do planejamento estratégico e tático no Conselho Universitário em 5/10/2007, as unidades da Fundação Universidade de Brasília fixaram seus projetos e atividades, de curto e médio prazos, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Quinquenal (PQ) e Plano Plurianual de Atividades (PPA).

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UnB referente ao ciclo 2006-2010, elaborado em conformidade com o art. 16 do Decreto n. 5.773/2006, segue a estrutura definida pelo MEC, em observância aos critérios estabelecidos no documento de apoio, com vistas a contribuir com a avaliação uniforme entre as IES. Entretanto, adotou-se um modelo específico, mantidos os eixos temáticos exigidos por lei, a partir das abordagens externas e a diversidade de atividades institucionais praticadas pela Universidade, sem descaracterizar os princípios de clareza, objetividade, coerência e factibilidade.

Cumprir informar, ainda, que este documento contempla alguns aperfeiçoamentos na sua estrutura em relação à primeira versão do PDI 2002-2006, com ênfase na reorganização dos capítulos para maior compreensão do leitor e acréscimo de três tópicos sobre a legislação referente ao PDI, as inovações no processo de elaboração do planejamento para o ciclo 2006-2010 e Programas do REUNI.

Em linhas gerais, a organização do documento está disposta em duas partes: a primeira abrange os dois primeiros capítulos que constituem a base do PDI (perfil organizacional, estratégias institucionais e a sistemática para a construção do PDI, voltada à concepção do Sistema de Planejamento Institucional e aperfeiçoamentos decorrentes corroborados pela comunidade universitária); a segunda parte contempla oito capítulos, relacionados à organização didática, pedagógica, acadêmica e administrativa, à gestão acadêmica, às políticas de pessoal Docente, técnico-administrativo e discente, à infraestrutura física e à sustentabilidade financeira da Instituição. Caber destacar que os elementos dessa parte são de fundamental importância na formalização de processos de avaliação institucional, para efeito de autorização e reconhecimento de cursos, assim como de credenciamento e reconhecimento da Universidade.

Portanto, o PDI está alicerçado em dez capítulos. O primeiro aborda o perfil institucional com base normativa de criação da FUB e UnB, legislação pertinente ao PDI e bases do planejamento estratégico e tático; o seguinte congrega a evolução do Sistema de Planejamento Institucional e um estudo do diagnóstico institucional, a partir da análise do ambiente externo e interno; o terceiro apresenta a organização didática e pedagógica da Instituição; o próximo mostra o processo de gestão acadêmica voltada aos cursos de Graduação, Pós-Graduação e sua expansão; o quinto aborda o perfil do corpo Docente e técnico-administrativo; o sexto contempla a organização acadêmica e administrativa, de acordo com os

Estatutos e Regimento; o sétimo expõe as políticas de atendimento aos discentes; o oitavo detalha a infraestrutura física da Universidade, seus laboratórios e bibliotecas; o nono evidencia os objetivos, metodologia e modelo da avaliação institucional e, por último, o último trata dos aspectos financeiros e físicos, como a evolução do orçamento programa-interno e sua alocação de recursos. Além disso, também incorpora as metas do Plano de Reestruturação e Expansão da UnB 2008-2012 (REUNI).

Integram também o documento seis anexos, a saber: Lei n. 3.998, de 15/1/1961, Decreto n. 500, de 15/1/1962, Estatuto da Fundação Universidade de Brasília de 15/1/1962, Estatuto e Regimento da Universidade de Brasília e Regimento da Administração Geral da UnB.



1 Perfil Institucional

Nesse capítulo constam o histórico legal da Fundação Universidade de Brasília, a identificação normativa e a evolução do seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

1.1 Histórico da Fundação Universidade de Brasília e da Universidade de Brasília

A Fundação Universidade de Brasília, criada pela Lei n. 3.998, de 15/12/1961, tem por objetivo “criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior, de pesquisa e estudo, em todos os ramos do saber, e de divulgação científica, técnica e cultural”.

Nos termos do art. 11 da Lei n. 3.998/1961, in verbis:

A estrutura da Universidade, dos estabelecimentos componentes e as relações entre esses e as respectivas áreas de competência serão organizadas e definidas em Estatutos a serem elaborados pelo Conselho Diretor e aprovados por decreto do Presidente do Conselho de Ministros.

De acordo com o art. 13 da referida Lei, “A Universidade gozará de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos dos Estatutos da Fundação e dos seus próprios estatutos.” Corroborando esta autonomia, a Constituição Federal de 1988, no seu art. 207, estabelece que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O art. 16 da Lei n. 3.998/1961 dispõe que “Os órgãos deliberativos e consultivos da Universidade e de seus Institutos Centrais e Faculdades serão organizados nos termos dos Estatutos a que se refere o art. 11”.

Em 1962, por meio do Decreto do Presidente do Conselho de Ministros n. 500, de 15/1/1962, foi instituída a Fundação Universidade de Brasília nos termos da Lei n. 3.998, de 15/12/1961. O quadro 01, a seguir, apresenta a identificação legal e normativa da FUB.

Quadro 01: Identificação da FUB – Base Legal e Normativa

Nome completo da unidade e sigla	Fundação Universidade de Brasília (FUB)	
CNPJ	00.038.174/0001-43	
Natureza jurídica	Fundação Pública	
Vinculação Ministerial	Ministério da Educação (MEC)	
Endereço completo da sede	Prédio da Reitoria, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70.910-900, Telefones: (61) 3273-3379/3307-2207	
Endereço da página institucional na internet	http://www.unb.br	
Normativos de Criação, definição de competências e data de publicação no Diário Oficial da União	Lei n. 3.998, de 15/12/1961 – Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. De acordo com o art. 3º, “A Fundação terá por objetivo manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica e cultural”.	
	Decreto n. 500, de 15/1/1962 – Institui a Fundação Universidade de Brasília, nos termos da Lei n. 3.998, de 15/12/1961.	
	Norma que estabelece a estrutura orgânica: Estatuto da FUB - Decreto n. 500, de 15/1/1962, e Regimento Geral da UnB, conforme aprovação pela Resolução n. 15/2000 do Conselho Diretor da FUB.	
	Publicação no DOU do Estatuto da FUB: Data: 16/1/1962, às fls. 559-560. Estatuto FUB: DOU n. 7, de 11/1/1994. Reeditado em 24/9/2001 – DOU n. 183; 2/9/2003 – DOU n. 169; 31/3/2004 – DOU n. 62; 6/7/2007 – DOU n. 129.	
Código da Unidade Jurisdicional (UJ) titular do Relatório	Fundação Universidade de Brasília (FUB) – Código Órgão: 26271	
Situação da Unidade	Em funcionamento	
Função de Governo Predominante	12 (Educação)	
Tipo de Atividade	Sem fins lucrativos voltada para o Ensino, Pesquisa e Extensão	
Nome e Código no SIAFI	FUB – Órgão: 26271, Unidade gestora: 154040, Gestão: 15257	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Fundação Universidade de Brasília	154040
	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT)	154019
	Centro de Informática (CPD)	154076
	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE)	154079
	Editora Universidade de Brasília (EDU)	154078
	Faculdade de Educação Física (FEF)	154024
	Hospital Universitário de Brasília (HUB)	154106
	Prefeitura do Campus (PRC)	154020
Restaurante Universitário (RU)	154361	

1.2 Histórico do PDI da UnB

A partir da década de 1960, começaram a tramitar nas Universidades, mantidas pelo poder público, legislações que regulamentam a necessidade de adoção do planejamento como ferramenta essencial para acompanhar a atuação dos projetos institucionais.

Com o advento do Decreto-Lei n. 200, de 25/2/1967, que dispõe acerca da organização da Administração Federal e estabelece as diretrizes para a Reforma Administrativa, o planejamento é considerado princípio fundamental nas atividades da Administração Federal, conforme rege o art. 6º, inciso I. Para fundamentar a

importância da matéria, o legislador especifica no capítulo I “Do Planejamento”, art. 7º, *in verbis*:

A ação governamental obedecerá a planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, norteando-se segundo planos e programas elaborados, na forma do Título III, e compreenderá a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos: a) plano geral de governo; b) programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual; c) orçamento-programa anual; d) programação financeira de desembolso. (grifo nosso)

Paralelamente ao tema tratado, a Carta Magna de 1988 norteia os administradores públicos quanto à observância e elaboração dos Planos Plurianuais (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamentos Anuais (LOA) e dispõe, em seu art. 165, §1º, *in verbis*:

A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1º). (grifo nosso)

O § 3º do mesmo artigo esclarece que “os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional”. (grifo nosso)

Nesse entendimento, as organizações passaram a se embasar nesses normativos para a implantação do planejamento e formulação das suas propostas institucionais.

A edição da Lei n. 9.394, de 20/12/1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e decorrentes regulamentações fortaleceram a necessidade de se implantar processos de avaliação institucional periódica. A Lei relata no seu art. 54, § 1º, inciso III, *in verbis*:

As universidades públicas poderão, aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor. (grifo nosso)

O princípio da avaliação, instituído na LDB, tem amparo constitucional no inciso II, art. 74 que dispõe sobre a manutenção, de forma integrada, do sistema de controle interno pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário com a finalidade de:

Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado. (grifo nosso).

No entendimento dos gestores em educação superior, necessitaria de um instrumento que identificasse o perfil organizacional e contemplasse a missão e estratégias institucionais, definida a partir das funções de desempenho, com

vistas a possibilitar a classificação das instituições em grupos com características semelhantes e alcançar uma avaliação mais apurada. Ademais, indicadores de qualidade e desempenho foram propostos pelos órgãos competentes do sistema federal de ensino para atestar as condições de funcionamento do ensino superior, como trata a Resolução CES/MEC n. 2, de 7/4/1998 que estabelece indicadores de produção intelectual institucionalizada.

Em 2001, com a regulamentação da LDB, por meio do Decreto n. 3.860, o Plano de Desenvolvimento Institucional foi concebido como instrumento determinante e obrigatório da avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) e ganhou visibilidade, quando abordado pela primeira vez e considerado requisito fundamental no processo de desempenho individual das IES, entre os onze itens estabelecidos no art. 17 do referido Decreto.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Superior n. 10, de 11/3/2002, art. 7º deixa expresso, *in verbis*, que:

O Plano de Desenvolvimento Institucional, que se constitui também em compromisso da instituição com o MEC, é requisito aos atos de credenciamento e recredenciamento de instituições de ensino superior e poderá ser exigido também no âmbito das ações de supervisão realizadas pela SESu/MEC (...), devendo sofrer aditamento no caso de sua modificação, conforme previsto no §7º do Art. 6º desta Resolução. (grifo nosso)

Já em 2004, a Lei n. 10.861, de 14/4, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), confere maior eficiência e eficácia aos dispositivos da LDB, ao publicar, em seu no art 3º, *in verbis*:

a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes: I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional. (grifo nosso)

Como abordado em estudo, *in verbis*, (SEGENREICH, 2005):

O PDI deve tornar-se referência básica para o estabelecimento de qualquer critério ou processo de avaliação. [...] à medida que resulta de uma construção coletiva, impõe-se, naturalmente, como o fio condutor para qualquer processo de avaliação interna e externa.

A partir de então, tornou-se evidente a avaliação como prévia condição para a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior e, conseqüentemente, o PDI como “insumo” no processo de avaliação externa.

Com a revogação do Decreto n. 3.860/2001 e Resoluções/Pareceres¹ que nele se fundamentaram, as funções de regulação, supervisão e avaliação de

¹ Instrumentos que passaram a ser regulados pelo Decreto n. 5.773/2006 e Decreto n. 5.786/2006: 1. Resolução CNE/CES n. 10/2002 (decorrente do Parecer n. 1.366/2001); 2. Resolução CNE/CES n. 22/2002 (decorrente do Parecer n. 337/2002); Resolução CNE/CES n. 23/2002 (decorrente dos Pareceres n. 1.366/2001 e 267/2002).

Instituições de Educação Superior e cursos superiores de graduação e sequenciais passaram a ser tratadas no Decreto n. 5.773, de 9/5/2006, que exige uma nova adequação dos procedimentos de elaboração e análise do PDI.

Diante da relevância do tema, o PDI recebeu tratamento diferenciado na nova legislação com dispositivo específico (art. 16) no capítulo II que trata da regulação e seção a respeito do credenciamento e credenciamento de Instituição de Educação Superior. Dez elementos são exigidos para abranger o documento institucional, a saber, em grandes linhas: 1) missão, objetivos, metas da instituição, histórico de implantação; 2) projeto político-pedagógico; 3) cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição; 4) organização didático-pedagógica da instituição; 5) perfil do corpo Docente; 6) organização administrativa da instituição; 7) infraestrutura física e instalações acadêmicas (biblioteca, laboratórios, plano de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais); 8) oferta da educação a distância; 9) oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; 10) demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras. Além disso, o PDI é reconhecido na linha b, inciso II, do art. 15, do Decreto n. 3.860/2006 como documento formal para instruir o pedido de credenciamento por parte da instituição de educação superior.

Nesse contexto inovador e exigente, emerge o PDI como alternativa política para o acompanhamento e avaliação do ensino superior brasileiro. As instituições passaram a se embasar nas vigentes legislações e normativos para formulação das suas propostas institucionais e consolidação do planejamento.

Em 2006, para a construção do PDI consoante às exigências formalizadas na legislação supracitada, o MEC, por meio do Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior (SAPIEnS/MEC), disponibilizou o documento de apoio às Instituições conferindo “liberdade” para a sua elaboração, porém de acordo com os eixos temáticos (organização institucional e pedagógica, corpo Docente e instalações) que servirão de base para análise de comissão avaliadora. Importa relatar que, em 2002, o MEC elaborou a primeira versão do roteiro de orientações à organização do PDI.

Na definição do MEC, *in verbis*:

O PDI é o documento, elaborado pelo período de cinco anos, que identifica a IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver. (MEC/SAPIEnS 2006)

No que concerne à natureza normativa, segundo Segenreich (2005), estudos desenvolvidos em Instituição de Ensino Superior consideram o PDI como “uma boa fonte para avaliar o papel que o MEC espera que o PDI desempenhe dentro e fora da instituição universitária”.

Com esse propósito, a UNEMAT considera, *in verbis*:

a elaboração do PDI representa, não apenas uma obrigação das IES, mas uma forma de estímulo aos membros da comunidade universitária de ver suas expectativas, ideais coletivos e sugestões para com a instituição formalizados em um documento que deve ser seguido pelos gestores. (UNEMAT, 2007)

Nesse sentido, o PDI orienta as ações futuras da Universidade e representa um documento legal para a aferição da qualidade da gestão de maneira democrática e participativa.

Cabe expor, também, que a liberdade na programação de ações plurianuais do PDI, dentro da realidade institucional e fontes próprias de financiamento, não caracteriza autorização tácita da sua implementação, necessitando proceder à solicitação formal em instrumento próprio (Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior), conforme orienta o MEC. Em termos práticos, a Universidade de Brasília poderá dispor de complementações no orçamento, para suprir, por exemplo, as despesas prioritárias (despesas de manutenção, como: água, energia, telefone, limpeza e conservação, vigilância, entre outras) que alcançam toda a comunidade universitária.

Evidências afirmativas recentes advindas dos órgãos de fiscalização externa enaltecem o tema planejamento, que tratam o assunto de forma singular para o cumprimento das atividades educacionais, conforme aborda o Ministro do TCU Augusto Sherman Cavalcanti em palestra realizada na Universidade de Brasília em novembro de 2008. Entre os pronunciamentos², abaixo transcritos, depreende-se que o ato de planejar é legalmente reconhecido e fonte para avaliar a qualidade do serviço prestado à sociedade.

O planejamento é dever político do administrador público. O gestor público tem o dever de manejar os recursos públicos de forma mais eficaz e eficiente possível, de modo a gerar o maior benefício possível à sociedade.

Planejar é também dever jurídico: quem não planeja incorre em inobservância jurídica do disposto no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, pois age contra o princípio da eficiência. Art. 37: A Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, (...).

No âmbito de atuação do Ministério da Educação, o Plano de Desenvolvimento Institucional é considerado peça relevante no processo de avaliação das Instituições de Ensino Superior. O instrumento “Avaliação Externa de Instituições de Ensino Superior”³ é retrato da autoavaliação institucional de forma criteriosa por meio de 10 dimensões conjugadas a indicadores e pesos específicos. No que tange à

² Informações extraídas da apresentação em slides do Ministro do TCU Augusto Sherman Cavalcanti em palestra realizada na Universidade de Brasília no dia 24/11/2008 sobre o tema “Contratação e Serviços de TI”.

³ Documento elaborado pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES do Ministério da Educação com versão atualizada em setembro/2008.

exposição das atividades de planejamento, três dimensões são consideradas, conforme estrutura seguinte:

Quadro 02: Dimensões de Avaliação Externa Relacionadas ao Planejamento

Dimensão	Índice	Peso
1. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	1.1. Implementação do PDI, considerando as metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos.	5
	1.2. Articulação entre o PDI e os processos de avaliação institucional (autoavaliação e avaliações externas).	
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	6.1. Coerência com as políticas firmadas em documentos oficiais.	5
	6.2. Gestão institucional (considerar as especificidades da gestão de cursos a distância, quando for o caso).	
	6.3. Funcionamento, representação e autonomia dos Conselhos Superiores.	
	6.4. Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.	
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.	8.1. Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais.	5
	8.2. Autoavaliação institucional.	
	8.3. Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.	

Fonte: Avaliação Externa de Instituições de Ensino Superior - Instrumento. Ministério da Educação, setembro de 2008.

Por fim, o histórico de planejamento da Universidade de Brasília, inclusive a metodologia utilizada para construção do PDI, está fundamentado com ênfase no Capítulo 2, que trata da concepção, implantação e aperfeiçoamentos do Sistema de Planejamento.

1.3 Bases do Planejamento Plurianual: 2006/2010

Este Capítulo abrange as bases do planejamento estratégico e tático para período 2006-2010 compostas pelos elementos básicos de planejamento: missão, negócio, princípios, visão, perspectivas, desafios, objetivos institucionais, metas quantificadas, áreas gestoras, diretrizes e indicadores.

1.3.1 Elementos Estratégicos 2006 a 2010

Os elementos de Planejamento da UnB (missão, negócio, princípios, visão, perspectivas e desafios estratégicos e objetivos institucionais) referem-se às “Bases do Planejamento Estratégico e Tático”, documento aprovado para o período 2006 a 2010⁴, conforme detalhamentos abaixo:

Missão

A missão da Universidade de Brasília é: produzir, integrar e divulgar conhecimento, formando cidadãos comprometidos com a ética, a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.

4 Aprovado na 332ª Reunião do CONSUNI no dia 5/10/2007.

Negócio

O **Negócio** da UnB é Conhecimento.

Princípios

- Ética e respeito à diversidade.
- Autonomia institucional com transparência e responsabilidade social.
- Busca permanente de excelência.
- Universalização do acesso.
- Respeito à dignidade, à liberdade intelectual e às diferenças.
- Preservação e valorização da vida.

Visão

Alcançar padrão de excelência acadêmica e ser referência nacional, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País.

Perspectivas dos gestores para a UnB

- Alcançará excelência nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, sendo reconhecida pela sociedade como referência acadêmica nacional e internacional.
- Terá maior compromisso com a sociedade e com o desenvolvimento econômico e social da Região.
- Implementará modelo de gestão que assegure maior autonomia financeira e administrativa; que viabilize a excelência na gestão de pessoas, de processos e do patrimônio; e facilite a implantação de nova estrutura organizacional.
- Adotará a mensuração de desempenho acadêmico e administrativo, tomando por base a adoção de indicadores de qualidade adotados internacionalmente.
- Buscará ter quadros Docente e funcional permanentes, adequados quantitativa e qualitativamente às necessidades das atividades acadêmicas e de prestação de serviços.
- Terá atuação competitiva no espaço político-social da Região Centro-Oeste.

Desafios estratégicos

- Vencer a resistência à definição e à implementação de novo modelo de gestão que busque a excelência acadêmica e administrativa; a adoção de instrumentos de gestão da inteligência; e, a substituição de modelo ineficaz de gestão da informação, da tecnologia e de processos.



- Superar a escassez e a gestão inadequada de recursos humanos e financeiros e a falta de integração e articulação interna.
- Adotar práticas político-pedagógicas modernas.
- Elaborar plano de comunicação institucional que elimine as deficiências do processo e a insuficiente infraestrutura de comunicação.
- Reduzir a alta dependência da Universidade em relação ao Poder Executivo.

Objetivos estratégicos

1. Formar pessoas com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças e capazes de promover inovações e de se manterem atualizados ao longo do tempo.
2. Garantir condições e mecanismos que permitam alcançar a excelência, ampliar a produção científica e gerar conhecimento adequado às necessidades da sociedade.
3. Implantar política de valorização, ampliação e consolidação da extensão universitária.
4. Implementar políticas de apoio, integração e bem-estar da comunidade universitária.
5. Ter quadro permanente de pessoal qualificado suficiente para o desenvolvimento da Instituição.
6. Implementar modelo de gestão que viabilize a infraestrutura e a sustentabilidade institucional.

O Quadro 03, na sequência, dispõe as bases estratégicas relativa ao período 2006-2010, suas metas e indicadores por área de atuação da UnB.

⁵ As atividades da área de Extensão desenvolvidas pela UnB ou por uma de suas unidades terão como indicadores básicos os Índices de Alcance Social, cuja metodologia é detalhadamente analisada no Anexo 1, que trata das Normas para Avaliação da Produtividade da Extensão.



Quadro 03: Elementos Estratégicos por Objetivos Institucionais e Áreas, 2006 a 2010

Estratégias	Metas até 2010	Indicadores
Objetivo 1: Formar pessoas com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças e capazes de promover inovações e de se manterem atualizados ao longo do tempo.		
Área de Ensino de Graduação		
Apoiar os cursos de graduação na adequação dos cursos às diretrizes curriculares nacionais.	Atualização e reorganização dos projetos político-pedagógicos de todos os cursos de graduação.	Número de projetos político-pedagógicos aprovados no CEPE.
Difundir e utilizar práticas pedagógicas inovadoras, incluindo metodologias semipresenciais, híbridas e a distância.	Incorporação de práticas pedagógicas inovadoras em todos os cursos de graduação.	Número de disciplinas que incorporem novas práticas pedagógicas.
Incorporar tecnologias para apoio à aprendizagem.	Incorporação de práticas pedagógicas inovadoras em todos os cursos de graduação.	Número de disciplinas utilizando tecnologias de apoio à aprendizagem.
Ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior, diversificando as modalidades dos processos seletivos.	Criação de 2.000 vagas anuais no ensino de graduação no período.	Número de vagas criadas.
Criar vagas nos cursos de graduação existentes.		Número de vagas novas nos cursos existentes.
Promover práticas pedagógicas que estimulem a permanência do estudante no curso.	Redução da evasão a índices não superiores a 15%.	Número de absoluto de evasão (número de ingressante – número de formados).
Ampliar a oferta de vagas nas disciplinas para atender a 100% da demanda.	Redução a zero do número de pedidos de matrícula negados em disciplinas da graduação.	Número de pedidos de matrículas não atendidos.
Incorporar práticas pedagógicas inovadoras em todos os cursos de graduação.	Redução do tempo médio de formatura a período não superior a 20% além do tempo regular sugerido para o curso.	Tempo médio de formatura por curso.
Aprimorar os mecanismos de orientação acadêmica.		
Instituir mecanismos de avaliação interna e externa para os cursos de graduação.	Obtenção de conceito máximo no SINAES para 100% dos cursos de graduação.	Resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e da Avaliação de Cursos de Graduação.
Objetivo 1: Formar pessoas com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças e capazes de promover inovações e de se manterem atualizados ao longo do tempo.		
Área de Ensino de Pós-Graduação		
Otimizar a alocação de recursos aos Programas com a ampliação da disponibilidade de bolsas de estudo.	Fortalecimento do sistema de Pós-Graduação da UnB.	Conceito de avaliação individual dos Programas pela CAPES.
		Número de bolsas concedidas.
Ampliar as parcerias internas e multiinstitucionais.		Número de Convênios e parcerias no ano. Número de parcerias existentes em 2005.
Efetuar avaliação interna dos programas de pós-graduação.		Número de programas avaliados.
Ampliar a oferta de cursos de especialização de qualidade.	Definição da política de gestão para os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu	Número de cursos de especialização certificados.

Estratégias	Metas até 2010	Indicadores
Objetivo 2: Garantir condições e mecanismos que permitam alcançar a excelência, ampliar a produção científica e gerar conhecimento adequado às necessidades da sociedade.		
Área de Pesquisa		
Ampliar o número de parcerias internas e externas.	Ampliação da quantidade de recursos oriundos de projetos de pesquisa em 10%, ao ano.	Número de projetos desenvolvidos no ano X/N. de projetos de pesquisa desenvolvidos em 2005.
Estimular a execução de projetos de pesquisa, em especial, em parcerias internacionais.	Ampliação da produtividade científica, técnica e artística, em 10% ao ano.	Evolução da produção intelectual na principal modalidade da área/ Docente/ ano.
Ampliar recursos internos e externos para financiar os instrumentos de fixação (moradia, por exemplo).	Atração e manutenção de discentes e pesquisadores, atendendo a meta da CAPES por área de conhecimento.	Número de bolsas de mestrado, doutorado, pós-doutorado e de produtividade em pesquisa concedidas a pesquisadores colaboradores.
Apoiar a busca por financiamento para grupos de pesquisa consolidados.		
Objetivo 3: Garantir condições e mecanismos que permitam alcançar a excelência, ampliar a produção científica e gerar conhecimento adequado às necessidades da sociedade.		
Área de Extensão⁵		
Implementar, acompanhar e avaliar o Programa de créditos acadêmicos para estudantes envolvidos com a extensão.	Ampliação em 100% das atividades de extensão com o ensino desenvolvidas, com o objetivo de ampliar o compromisso da UnB.	Índice de formação dos estudantes, até 2.
Implantar, acompanhar e avaliar o Programa de residência acadêmica.		
Implantar, acompanhar e avaliar o Programa de bolsas de extensão (PIBEX).	Ampliação em 100% das atividades de extensão com a pesquisa desenvolvidas, com o objetivo de ampliar o compromisso da UnB.	Índice de produção do conhecimento, até 3.
Incentivar e apoiar a participação da comunidade acadêmica em ações de extensão vinculadas à pesquisa.		
Implantar e organizar o diretório de grupos de extensão.		
Ampliar a oferta de cursos e de eventos em 20% a cada ano.	Ampliação em 100% das atividades voltadas à consolidação da função social da Universidade.	Índice de alcance social, até 2.
Firmar parcerias com governos municipais para o desenvolvimento de trabalhos a partir da extensão e da prestação de serviços.		
Objetivo 4: Implementar políticas de apoio, integração e bem-estar da comunidade universitária		
Área de Desenvolvimento Comunitário		
Ampliar parcerias no desenvolvimento comunitário.	Elaboração do cronograma de participações em editais com apresentação de projetos, ampliando em 20% o volume de recursos destinados à implementação da política de bem-estar e a integração da comunidade universitária.	Número de contemplações de projetos da UnB/número de participações em editais disponíveis anualmente.
Estabelecer critérios e normas de ocupação.		Evolução dos recursos arrecadados com a taxa de ocupação do Centro Comunitário.
Viabilizar parcerias junto às iniciativas públicas e privadas para o financiamento dos programas de assistência estudantil na UnB.	Ampliação da abrangência dos programas de assistência estudantil em 20% da capacidade atual.	Número de estudantes beneficiados/ total de pedidos apresentados.
Viabilizar a implantação do índice de satisfação dos beneficiários.		
Estabelecer parcerias com as unidades internas e instituições públicas e privadas.	Promoção e apoio ao desenvolvimento de 20% de atividades culturais e de 20% de atividades esportivas.	Número de participante por tipo de eventos.
Informatizar solicitações de apoio encaminhadas ao DAC.		Número de eventos por tipos.
Viabilizar parcerias com as unidades internas e instituições públicas e privadas.	Incremento de 20% ao ano da cobertura dos programas de atendimento à saúde.	Índice de cobertura dos Programas de saúde para atendimento à comunidade universitária.



Estratégias	Metas até 2010	Indicadores
Objetivo 5: Ter quadro permanente de pessoal qualificado suficiente para o desenvolvimento da Instituição.		
Área de Recursos Humanos		
Desenvolver e implementar índice de excelência de desempenho de servidores, por categoria e de desempenho dos gestores.	Desenvolvimento e implementação de programas de avaliação de desempenho e de formação de gestores.	% de servidores, por categoria, avaliados. % de gestores capacitados.
Direcionar novos concursos para seleção de doutores em dedicação exclusiva.	Ampliação de 15% no nível de qualificação e dedicação do Corpo Docente.	Índice de Dedicção e de Qualificação do Corpo Docente (IQDCD).
Incentivar o aumento de titulação do pessoal técnico do Quadro.	Ampliação de 50% no nível de qualificação e capacitação do Corpo Técnico-Administrativo.	Índice de Qualificação dos Técnicos-Administrativos (IQQCTA).
Direcionar novos concursos para portadores de nível superior.	Aumento de 50% de técnicos-administrativos com formação em nível superior do quadro permanente.	
Objetivo 6: Implementar modelo de gestão que viabilize a infraestrutura e a sustentabilidade institucional.		
Área de Planejamento e Gestão		
Estabelecer parâmetros de racionalização e otimização de processos de gestão.	Modernização de estruturas e macroprocessos administrativos.	Número de processos modernizados.
Mobilizar os gestores universitários a aderir ao sistema de planejamento e contribuir para o seu aperfeiçoamento.	Institucionalização do planejamento universitário.	Número de unidades integrantes do PI. Total de unidades integrantes do sistema de Planejamento.
Definir necessidades e prioridades para a atualização e integração dos sistemas de gestão.	Adequação e atualização dos sistemas informatizados de apoio à gestão universitária.	N. de sistemas atualizados.
Estruturar o sistema institucional de captação e gestão de recursos financeiros.	Desenvolvimento de sistema institucional de captação e gestão de recursos.	Sistema desenvolvido.
Objetivo 6: Implementar modelo de gestão que viabilize a infraestrutura e a sustentabilidade institucional.		
Área de Obras e Espaço Físico		
Identificar programas e fontes de recursos disponíveis, destinados ao financiamento da ampliação e da manutenção do espaço físico.	Ampliação de 35% no volume de recursos destinados ao financiamento das demandas de espaço físico, obras e serviços gerais.	VR – % de recursos destinados a obras e espaço físico/total recurso da IFES.
Elaborar projeto e promover gestão junto a Bancada Federal para liberação de emendas.	Garantia de crescimento de 35% da área construída até 2010.	ACR – % da Área Construída/Total de Área Construída.
Promover gestões junto ao MEC visando à liberação de recursos para obras de reforma.	Execução de 35% de área reformada até 2010.	AR – % da Área Reformada/Total de Área Construída.
Objetivo 6: Implementar modelo de gestão que viabilize a infraestrutura e a sustentabilidade institucional.		
Área de Comunicação Institucional		
Implementar Comunicação Corporativa Integrada.	Garantir as condições institucionais necessárias ao desenvolvimento da comunicação corporativa.	Implementação do Plano de Comunicação Corporativa na UnB
		Reestruturação de unidades e processos da área de comunicação.
		Implantação de Sistema informatizado de comunicação administrativa.
		Aprovação de Projeto de Comunicação Integrada da UnB.

Estratégias	Metas até 2010	Indicadores
Fortalecer a imagem da UnB, como instituição de excelência acadêmica.	Ampliar em 50% a exposição da UnB na mídia.	30% de citações espontâneas positivas no período.
		Implementação de instrumento de monitoramento da mídia.
		Instituição do Prêmio Jornalista Amigo da UnB.
		Implementação do Programa de Identidade Visual da UnB.
Fortalecer a imagem da UnB, como instituição de excelência acadêmica.	Ampliar em 30% a visibilidade da UnB na web.	Evolução das visitas ao Portal da UnB.
		20% de acessos externos ao Portal da UnB.
Captar os recursos necessários à implementação da Comunicação Corporativa Integrada.	Captar recursos externos para o financiamento da comunicação.	Volume de recursos externos captados/Orçamento da área de comunicação no período.
Objetivo 6: Implementar modelo de gestão que viabilize a infraestrutura e a sustentabilidade institucional.		
Área de Tecnologia da Informação		
Promover a melhoria da infraestrutura; definir padrões para investimentos em infraestrutura; captar recursos e garantir o investimento continuado em melhoria da infraestrutura.	Modernização da infraestrutura, com a implantação, adequação e manutenção de cabeios, equipamentos e ferramentas.	Quantidade de redes locais com cabeamento estruturado.
		Número de canais de comunicação de dados de redes WAN e conexões externas adequados à demanda da RedeUnB.
		Quantidade de computadores sob regime de manutenção preventiva.
Implantação, adequação e manutenção de serviços de telecomunicação, hospedagem de dados e sistemas, desenvolvimento ou integração de soluções informatizadas.	Quantidade de serviços de telecomunicação prestados.	Número de Licenças de Software regularizadas.
	Número de acordos de níveis de serviço implementados em contratos e prestação de serviços internos na UnB.	

Fonte: Manual de Planejamento Institucional 2006-2010.

Nota: As informações sublinhadas foram alteradas pela área correspondente.

1.3.2 Elementos Táticos Orientadores, por Áreas Estratégicas

Área 1: Ensino de Graduação

Visão

Ser referência na formação de cidadãos éticos, com alta qualificação científica, tecnológica e artística, adaptáveis às mudanças, capazes de promover inovações e de se manter atualizados.

Perspectivas

- Promoverá a inclusão social por meio da democratização do acesso e da permanência do estudante nos cursos de graduação.
- Atenderá adequadamente às demandas por ampliação da oferta de ensino de graduação.
- Adotará ferramentas de tecnologia da informação na modernização do ensino de graduação.

- Alcançará a excelência no ensino com a adoção de práticas pedagógicas modernas.
- Formará profissionais autônomos e éticos.

Desafios Estratégicos

- Superar a resistência a mudanças como traço da cultura dos corpos Docente e técnico.
- Vencer a defasagem tecnológica.
- Superar a insuficiência de recursos financeiros.
- Institucionalizar política voltada à ampliação da participação de Docentes no ensino de graduação.

Área 2: Ensino de Pós-Graduação e Área 3: Pesquisa

Visão

Ampliar e aprimorar o Sistema de Pesquisa e de Pós-Graduação da UnB, de modo a torná-la referência para a comunidade acadêmica e para a sociedade.

Perspectivas

- Terá programas de pós-graduação que serão referência nacional e internacional.
- Estará integrada a redes de pesquisa nacionais e internacionais.
- Desenvolverá pesquisas relevantes, com benefícios claros para a sociedade, a economia e o desenvolvimento científico e tecnológico.
- Ampliará e diversificará a captação de recursos, além da participação em editais das agências de fomento e dos fundos.
- Desenvolverá pesquisas institucionais multidisciplinares.

Desafios Estratégicos

- Superar a insuficiência de recursos orçamentários e financeiros.
- Eliminar a insuficiência do quadro de pessoal técnico, principalmente de nível superior e deter o crescimento da terceirização.
- Vencer a falta de autonomia da Universidade.
- Modernizar o processo de gestão, ameaçado, atualmente, pela inexistência de sistema de informações, pela falta processo de gestão do conhecimento e pela deficiente integração das unidades.
- Implementar a autoavaliação da pesquisa e da pós-graduação, atualmente inexistente.

Área 4: Extensão

Visão

Ser referência nacional e na América Latina no desenvolvimento de atividades de extensão, integradoras do saber acadêmico e comprometidas com o desenvolvimento social da Região e do País.

Perspectivas

- Será Instituição alavancadora da excelência acadêmica da rede de universidades da América Latina e de Língua Portuguesa no mundo.
- Terá reconhecimento interno e externo da importância estratégica da extensão como atividade integradora do saber acadêmico.
- Estará instrumentalizada técnica e tecnologicamente e terá gestão modernizada e capilarizada, capaz de absorver e acompanhar o desenvolvimento técnico e tecnológico.
- Será ousada e pró-ativa na captação de recursos e parcerias.

Desafios Estratégicos

- Superar a falta de política de inserção das pessoas nas ações de extensão: administrativo e agentes de ponta.
- Vencer a inadequação e a insuficiência de recursos humanos envolvidos nas atividades de extensão.
- Superar a falta de incorporação das atividades de extensão nos critérios de rateio dos recursos orçamentários e financeiros da UnB.
- Transformar os inadequados modelo e estrutura da extensão.

Área 5: Desenvolvimento Comunitário

Visão

Ser reconhecida, pela comunidade universitária e pela população do Distrito Federal e de sua Região, como Instituição de referência em padrões de qualidade de vida adotados no trabalho e em programas de inclusão implementados.

Perspectivas

- Implementará políticas e programas de elevação da qualidade de vida do servidor.
- Ampliará a implementação de políticas afirmativas, com ênfase no atendimento ao aluno de baixa renda.
- Estabelecerá Planos de Saúde e Odontológico e seguro de vida amplos que atendam as necessidades dos servidores.
- Adequará a infraestrutura física e de recursos humanos e materiais.

Desafios Estratégicos

- Superar a insuficiência de recursos orçamentários e financeiros.
- Adequar o quadro de pessoal insuficiente e pouco qualificado.
- Vencer a ausência de informatização.
- Atualizar normas e procedimentos desatualizados.

Área 6: Recursos Humanos

Visão

Ser instituição pública de referência nacional na gestão de recursos humanos motivados, qualificados, comprometidos com a qualidade das atividades acadêmicas e da gestão transparente e ética.

Perspectivas

- Disporá de quadro de pessoal corretamente dimensionado, em termos qualitativo e quantitativo.
- Terá pessoal com remuneração adequada, em termos de mercado, e digna.
- Implantará sistemas e processos institucionais integrados, atualizados e com interface mais amigável.
- Terá planos de carreira devidamente implementado e consolidado.

Desafios Estratégicos

- Superar a insuficiência de recursos humanos.
- Vencer a limitação de recursos orçamentários e financeiros.
- Elaborar propostas visando a racionalizar a legislação federal sobre recursos humanos.
- Corrigir a falta de integração de sistemas, a defasagem tecnológica e a inadequação da estrutura organizacional.

Área 7: Planejamento e Gestão

Visão

Alcançar padrão de excelência na gestão pública, promovendo a descentralização do processo decisório, o apoio eficiente ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e a transparência na prestação de contas à comunidade universitária e à sociedade.

Perspectivas

- Terá quadro permanente adequado e qualificado de servidores.
- Terá modelo de gestão modernizada que garanta a qualidade de processos e a instrumentalização da Administração Central.



- Terá sustentabilidade financeira.
- Terá sistemas integrados e informatizados de acompanhamento que promovam a disseminação de informações e a transparência da gestão.
- Terá estruturas organizacionais adequadas ao desenvolvimento dos planos institucionais.

Desafios Estratégicos

- Superar a falta de estímulo e a baixa produtividade de servidores, decorrentes dos baixos salários e do comprometimento da qualidade do ambiente de trabalho.
- Promover a atualização de normas, estruturas, processos e sistemas de informação.
- Estruturar a captação de recursos, articulando-a internamente e associando-a ao financiamento dos planos institucionais e à solução de problemas pontuais de unidades ou de projetos específicos.
- Superar a resistência a mudanças típicas da cultura organizacional.
- Vencer a desestruturação da gestão decorrente da inadequação ou obsolescência de processos.

Área 8: Área de Obras e Espaço Físico

Visão

Ser referência nacional no planejamento, manutenção e gestão do espaço físico de instituições públicas, comprometida com a qualidade do meio ambiente e com a adoção de conceitos inovadores.

Perspectivas

- Deverá construir e gerenciar instalações físicas, dimensionadas a partir do sistema de planejamento institucional e acadêmico, impedindo a realização de obras e instalações que não estejam obedecendo às normas do Plano Diretor Físico do *Campus* e que não estejam incluídas no Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Terá autonomia orçamentária, financeira, normativa e disciplinar que garanta a eficiência e a eficácia da gestão das instalações físicas e o alcance das metas e resultados, a partir da adoção de conceitos inovadores.
- Formalizará atribuições e competências dos gestores da área de obras para disciplinar a gestão das instalações físicas.
- Implantará gestão de Recursos Humanos para uniformizar regime de trabalho adequado às diversas categorias.



Desafios Estratégicos

- Superar a indefinição de competências, atribuições e responsabilidades na gestão do espaço físico.
- Vencer a insuficiência de autonomia na gestão da área de Espaço Físico e Obras para assegurar a execução do planejamento estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Implementar mecanismos voltados à superação da indefinição de fontes de recursos para investimento e manutenção.
- Superar o modelo atual de gestão de RH do Governo Federal que leva à insuficiência de profissionais especializados das áreas de Engenharia e Arquitetura.

Área 9: Comunicação Institucional

Visão

Ser reconhecida, interna e externamente, como base estratégica do desenvolvimento institucional, fundamental para a integração entre unidades e atividades e para a gestão do conhecimento na UnB.

Perspectivas

- A comunicação será prioridade institucional e servirá de instrumento de mudança cultural na Universidade.
- A comunicação institucional será modernizada e adotará padrões tecnológicos avançados, com base em tecnologia da informação.
- A comunicação da UnB será integrada, garantindo a homogeneidade de atuação dos diversos meios: a rádio e a TV universitárias e os órgãos de comunicação social.
- Os órgãos de comunicação terão espaço físico próprio, único e adequado, que propiciará a integração da comunicação institucional.

Desafios Estratégicos

- Inadequação e insuficiência de espaço físico.
- Falta de instrumentos de comunicação institucional.
- Falta de integração na comunicação estimulando a segmentação da gestão e da difusão de informações.
- Recursos insuficientes para implantar projetos inovadores que contribuam para a mudança da cultura organizacional.

Área 10: Tecnologia da Informação

Visão

Ser instituição de excelência e referência nacional em TI, com políticas corporativas alinhadas aos objetivos estratégicos da Universidade, condizentes com modelo de negócio sustentável e que promova a transparência, o engajamento e a auditabilidade de dados e informações.

Perspectivas da UnB

- Terá arquitetura organizacional de TI, com infraestrutura tecnológica e de sistemas adequada, que respeite a diversidade e a autonomia das unidades e viabilize a integração de serviços e sistemas.
- Oferecerá, interna e externamente, serviços e sistemas administrativos e de gestão de TI plenamente integrados, articulados, padronizados, com elevado nível de qualidade.
- Agregará competências acadêmicas aos sistemas administrativos e de gestão da TI, de forma a garantir a qualidade, a acessibilidade e a segurança da informação.
- Disporá de infraestrutura de rede com elevado desempenho, segura, confiável, estável e com acordos de níveis de serviços estabelecidos.
- Realizará investimento continuado em TI, amparado no planejamento institucional, na execução eficiente e no monitoramento do desempenho.

Desafios Estratégicos

- Superar a falta de definição de políticas estratégicas, de tecnologias de gestão e de planejamento estruturado da área de TI.
- Eliminar a falta de aporte continuado de recursos orçamentários e financeiros que garantam investimentos e equipamentos de TI.
- Extinguir a ausência de modelo de negócio com vista à sustentabilidade da área que defina as interfaces institucionais com a sociedade na área de TI.
- Superar a resistência a mudanças que impede a unificação e o fortalecimento de ações de TI.
- Eliminar a falta de espaço físico adequado para a área e as funções de TI.
- Superar a inadequação dos modelos de gestão e de serviços.
- Eliminar a falta de integração entre atores da área de TI e de coordenação entre as unidades.

- Superar as restrições qualitativas e quantitativas do quadro de pessoal, promovendo a ampliação do número de técnicos, bem como a qualificação, a adequação dos níveis de remuneração e incentivos dos mesmos.
- Estabelecer o alinhamento entre a questão executiva de TI com as expectativas institucionais.
- Superar as deficiências tecnológicas, sistêmicas, estruturais e de métodos e técnicas.

O Quadro 04 agrega, matricialmente, os elementos táticos relativos ao período 2006-2010 (objetivos, diretrizes, metas e indicadores) por área de atuação da UnB.

Quadro 04: FUB/UnB: Elementos Táticos por Áreas de Atuação, 2006 a 2010

Área de Graduação			
Objetivos	Diretrizes	Metas	Indicadores
Adequar os projetos político-pedagógicos dos cursos às diretrizes curriculares nacionais.	D1. Atualizar e redimensionar periodicamente os currículos dos cursos de graduação, reduzindo, quando possível, sua carga horária.	Atualização de 100% dos cursos com projetos político-pedagógicos.	<u>Projetos político-pedagógicos aprovados no CEPE/total de cursos existentes.</u>
Formar Docentes capazes de adotar práticas pedagógicas inovadoras.	D2 Implementar práticas pedagógicas que estimulem a autonomia, criatividade, espírito crítico, empreendedorismo e conduta ética na formação dos estudantes de graduação.	Capacitação de 240 Professores, a cada ano, em novas práticas pedagógicas.	Número de Professores capacitados a cada ano na utilização de novas práticas pedagógicas.
Aumentar o número de Professores que utilizam ambientes de apoio à aprendizagem em rede.	D3 Proporcionar aos corpos Docente e discente o acesso a novas tecnologias de apoio a aprendizagem.	Diminuição, em 10%, ao ano, do número de Professores que não utilizam ambientes de apoio a aprendizagem em rede.	Número de Professores envolvidos na incorporação de métodos e técnicas pedagógicas inovadoras para o ensino superior.
Ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior.	D4. Criar cursos de graduação, diurnos, noturnos, a distância e semipresenciais e em novas modalidades.	Garantia de que 20% dos cursos de graduação sejam oferecidos em novas modalidades (sequenciais, tecnológicos etc.)	Número de cursos novos.
			Cursos superiores criados em novas modalidades de ensino.
Ampliar a oferta de vagas para o ensino superior.	D5 Viabilizar a ampliação de vagas nos cursos de graduação existentes.	Aumento de 20% do número de vagas em cursos de graduação existentes.	<u>Número de vagas novas em cursos existentes / total de vagas</u> ⁶
Otimizar o processo de gestão do ensino.	D6. Reocupar todas as vagas geradas por abandono e/ou desligamentos de estudantes.	Redução a zero do número de vagas remanescentes nos cursos de graduação oriundas de abandono e/ou desligamento de estudantes.	Número de vagas reocupadas/número de vagas geradas.
Atender plenamente a demanda por matrículas em disciplinas.	D7. Ampliar a oferta de vagas em disciplinas.	Redução a zero do número de pedidos de matrícula negados em disciplinas da unidade.	Pedidos de matrículas não atendidas/total de pedidos de matrícula.



Área de Graduação			
Objetivos	Diretrizes	Metas	Indicadores
Aumentar o número de egressos.	D8 Ampliar o acompanhamento e orientação acadêmica dos estudantes.	Garantia de formatura dos estudantes no tempo regulamentar.	Número de egressos/ ingressantes.
Implementar as avaliações de cursos e promover a melhoria das condições de sala de aula e de laboratórios de ensino.	D 9. Melhorar as condições das instalações físicas de salas de aula e de laboratórios de ensino.	Obtenção de 100% dos cursos de graduação da unidade avaliados com conceito máximo do SINAES.	<u>Número de salas de aulas e laboratórios adaptados para disciplinas de grande demanda ou serviço.</u>
	D10 Promover os processos de avaliação interna e externa dos cursos de graduação.		Número de cursos que receberam avaliação interna e externa.
	D11. Integrar as atividades de iniciação científica e extensão ao ensino de graduação.		<u>Número de alunos de graduação e de Docentes envolvidos em projetos de extensão e de iniciação científica.</u>
	D12 .Ampliar a participação dos Docentes no ensino de graduação.		% de Docentes que participam da oferta de disciplinas na graduação.

6 Adoção das descrições constantes no Planejamento Tático inicial da área gestora, elaborada em 2006, em substituição ao texto proposto pela área, conforme memorando n. 204/DEG, de 27/9/2007.

Área de Pesquisa e Área de Ensino de Pós-Graduação			
Objetivos	Diretrizes	Metas	Indicadores
Fortalecer o perfil da UnB na comunidade Acadêmico-Científica do Brasil.	D1. Ofertar cursos de pós-graduação stricto sensu tendo em vista as demandas sociais identificadas.	Ampliação da oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu em 10%.	Número de cursos de Mestrado e Doutorado por ano/Número de cursos de Mestrado e Doutorado em 2005.
	D2. Aperfeiçoar a gestão do ensino de pós-graduação.		Número de teses e dissertações defendidas por ano/teses e dissertações defendidas em 2005.
	D3. Ofertar bolsas de pós-graduação para Residência Médica.		Número de bolsas para cursos de residência médica/Número de bolsas de RM existentes em 2005.
Externalizar a atuação da Pós-Graduação da UnB.	D4. Buscar parceiros nacionais e internacionais para oferta de cursos multidisciplinares e multi-institucionais.	Ampliação da oferta de cursos de pós-graduação com caráter multidisciplinar e multi-institucional, em 10% ao ano.	Número de Convênios e parcerias, por tipo, ao ano/Número de parcerias existentes em 2005.
Aprimorar a qualidade dos Programas de Pós-Graduação existentes.	D5. Fortalecer os programas emergentes e consolidados.	Elevação da nota de 50% dos cursos 3 e 4; e de 30% dos cursos 5, 6 e 7.	% de Cursos 3, 4, 5, 6 e 7 no ano X/% de cursos 5, 6 e 7 em 2005 ⁷
	D6. Estimular a participação de Professores nos PPGs.		Número de Professores credenciados no ano X/N. de Professores credenciados em 2005.



Área de Pesquisa e Área de Ensino de Pós-Graduação			
Objetivos	Diretrizes	Metas	Indicadores
Aprimorar os mecanismos de educação continuada de qualidade	D7. Implementar cursos de pós-graduação lato sensu.	Implantação de somente cursos de especialização certificados pelos mecanismos propostos.	Número de cursos de especialização.
Ampliar a participação de Docentes em projetos de pesquisa financiados.	D1. Desenvolver projetos de pesquisa que estimulem a participação de Docentes.	Ampliação, em 50%, do número de Docentes engajados em projetos de pesquisa financiados.	Quantidade de Docentes envolvidos em projetos de pesquisa financiados no ano.
	D2. Ampliar o volume de projetos de pesquisa consolidados.		Evolução do total de recursos obtidos por ano.
Ampliar produtividade Docente em pesquisa.	D3. Estimular a publicação de resultados contidos em teses e dissertações.	Incremento de 50% na produtividade média dos Docentes da UnB.	Produção intelectual na principal modalidade da área/Docente.
Ampliar/manter a qualidade da infraestrutura laboratorial.	D4. Promover a melhoria da infra-estrutura dos laboratórios.	Ampliação, em 50%, do capital ativo dos laboratórios.	Capital ativo dos laboratórios por programa.
Mapear as áreas de competência da UnB.	D5. Estabelecer mecanismos de fortalecimento das variáveis que qualificam um grupo de pesquisa como consolidado.	Ampliação, em 50%, do número de grupos de pesquisa consolidados.	Número de grupos de pesquisa consolidados.
			Evolução do número de grupos de pesquisa.

7 Ver Anexo 3 com a proposta do cálculo do Índice de Desempenho da Pós-Graduação.

Área de Extensão			
Objetivos	Diretrizes	Metas	Indicadores
Ampliar a oferta de projetos de extensão de ação contínua.	D1. Incentivar e apoiar a participação da comunidade acadêmica em ações de extensão vinculadas ao ensino.	Aumento de 20%, a cada ano, do número de estudantes atuantes em PEAC por área temática.	<u>Número de estudantes com créditos de extensão/Número de matriculados do ano (até 1 ponto).</u>
Implantar residências acadêmicas em cursos de graduação.	D2. Incentivar e apoiar a implantação de residência acadêmica no curso de graduação.	Instituição do programa de residência acadêmica em pelo menos 2 cursos de graduação por ano.	<u>Número de estudantes com residência acadêmica/Número de matriculados do ano (até 1 ponto).</u>
Incentivar e apoiar a participação da comunidade acadêmica na produção do conhecimento pela extensão.	D3. Incentivar e apoiar a participação da comunidade acadêmica em eventos científicos.	Aumento de 20%, a cada ano, do número de estudantes e Docentes comprometidos com PEAC (bolsistas e voluntários).	Número de estudantes com avaliação satisfatória (MS e SS) no Congresso Anual do PIBEX, durante a Semana de Extensão/N. de estudantes inscritos (até 1 ponto).
		Aumento de 20%, a cada ano, do número de Docentes envolvidos com projetos de extensão de ação contínua.	Número de Docentes/ coordenadores de PEAC/N. de Docentes ativos (até 1 ponto).
	D5. Identificar demandas de consultorias e de prestações de serviços.	Ampliação de 20%, a cada ano, do conhecimento produzido pela extensão.	Número de monografias, teses, dissertações, artigos e livros, relatórios técnicos/equipe de trabalho do grupo (até 1 ponto).



Área de Extensão			
Objetivos	Diretrizes	Metas	Indicadores
Identificar e apoiar a participação da comunidade em ações da extensão.	<u>D6. Incentivar e apoiar a realização de ações de extensão.</u>	Ampliação da oferta de cursos e de eventos em 20% a cada ano.	Somatório de <u>participantes por ações de extensão x horas cursadas</u> /total de horas. ⁸
Ampliar a área de influência da UnB sobre a região geoeconômica de Brasília.	<u>D7. Incentivar e apoiar parcerias internas e externas voltadas para o desenvolvimento regional sustentável.</u>	Ampliação de 20%, a cada ano, da realização de projetos na Região Centro-Oeste por meio da ação integrada entre a UnB, a UFG e a UEG.	Somatório de <u>população beneficiada registrada</u> . 6

8 Descrição de indicadores fornecida pela área gestora a partir do Relatório do 3º trimestre de 2007.

Área de Desenvolvimento Comunitário			
Objetivos	Diretrizes	Metas	Indicadores
Buscar fontes alternativas de recursos.	D1. Elaborar projetos de captação de recursos para concorrer a editais públicos.	Capacitação da equipe para a execução de atividades relativas à captação de recursos.	Número de projetos <u>apresentados para captação.</u>
			Número de projetos <u>realizados por captação.</u>
Manter e adequar os programas e projetos de assistência estudantil.	<u>D2. Conceder benefícios aos estudantes de baixa renda participantes dos Programas de Assistência Estudantil.</u>	Ampliação, em 20%, da participação dos estudantes de baixa renda nos programas de assistência estudantil na UnB.	Número de alunos <u>solicitantes.</u>
			Número de alunos <u>beneficiados.</u>
Incentivar, fomentar e apoiar iniciativas de eventos acadêmicos, esportivos, culturais e de lazer em espaços da UnB.	<u>D3. Incentivar a utilização de espaços administrados pelo DAC.</u>	Ampliar em 20% a realização de eventos culturais esportivos em espaços da UnB.	Número de eventos <u>realizados nos espaços administrados pelo DAC.</u>
			Número de hóspedes <u>atendidos nos apartamentos de trânsito.</u>
Promover projetos artísticos e de lazer para a comunidade.	D4. Realizar programas e projetos de cultura, esporte e lazer.	Ampliação, em 20%, do número de eventos.	Número de moradores da <u>CEU (graduação e pós-graduação).</u>
			Número de eventos.
Manter e melhorar os programas e projetos de saúde dentro de política de apoio e assistência.	<u>D5. Desenvolver programas e projetos de melhoria da saúde de servidores e estudantes participantes dos programas de assistência estudantil e ampliar e manter o plano de seguro de vida em grupo.</u>	Ampliação de 20% na abrangência dos programas e projetos destinados à melhoria da saúde do servidor.	Número de participantes <u>nos eventos.</u>
			Número de beneficiários <u>atendidos por programas e projetos de saúde</u>
			Número de vidas do <u>seguro em grupo dos servidores</u>
			Número de vidas em <u>grupo seguradas – bolsistas, estagiários e alunos em trabalho de campo.</u>
			Número de atendimentos <u>psicológico de estudantes moradores da CEU.</u>
			Número de usuários do <u>programa odontológico.</u>
			Número de atendimentos <u>do programa odontológico.</u>



Área de Recursos Humanos			
Objetivos	Diretrizes	Metas	Indicadores
Ter quadro de pessoal (força de trabalho) com excelência de desempenho.	D1. Implementar Programa de Avaliação, conforme as diretrizes dos Planos de Carreiras.	Alcance de 100% em excelência no desempenho dos servidores.	<u>% de servidores com excelência de desempenho/Total de servidores avaliados.</u>
	D2. Implementar Programa de Formação Gerencial.	Treinamento de 100% dos servidores investidos em funções gerenciais.	<u>Número de gestores/ Número de ocupantes de funções gerenciais.</u>
Implementar Quadro Docente Permanente quantitativa e qualitativamente ideal, de acordo com o total dimensionado.	D3. Ter o quadro de Docentes doutores com dedicação exclusiva que atenda as necessidades.	Atendimento a 60% das necessidades de contratação e reposição de Docentes.	<u>Número de contratados/ total dimensionado.</u>
Capacitar e/ou qualificar o quadro de pessoal técnico-administrativo.	D4. Implementar programa de capacitação de servidores, conforme diretrizes dos Planos de Carreira Técnico-administrativa.	Capacitação de 100% da força de trabalho, de acordo com as necessidades identificadas.	<u>% de servidores capacitados/Número de servidores identificados com necessidade de treinamento.</u>
Repor o quadro de Técnicos-Administrativos.	D5. Ter o quadro de servidores técnicos-administrativos que atenda às necessidades.	Reposição de 60% da necessidade de técnico-administrativo qualificados.	<u>Número de contratados/ total dimensionado.</u>
	D6. Implementar Programa que atenda reposição de servidores.		

Área de Planejamento e Gestão			
Objetivos	Diretrizes	Metas	Indicadores
Desenvolver instrumentos para otimização da gestão universitária.	D1 Aperfeiçoar a gestão universitária e otimizar a utilização dos recursos disponíveis.	<u>Aumentar em 40% o volume de recursos alocados para melhoria da gestão das Unidades</u>	<u>Volume de recursos da matriz orçamentária alocado às unidades no exercício/Volume de recursos da matriz orçamentária alocado no exercício anterior.</u>
	D2. Redefinir estruturas, rotinas e procedimentos administrativos.	Revisão de 100% dos macroprocessos da Administração universitária.	<u>Número de processos organizacionais revisados/número total de processos organizacionais identificados na UnB.</u>
			<u>Número de estruturas organizacionais.</u>
D3. Implantar Programas de Melhoria Contínua.		Implementação de Programas de Melhoria em, pelo menos, 30% das unidades.	<u>Número de normas organizacionais.</u>
			<u>Número de analistas de processos treinados.</u>
			<u>Número de Unidades em programas de melhoria contínua/Total de Unidades.</u>
			<u>Número de certificações obtidas por unidade em programas de melhoria contínua.</u>
			<u>Número de certificações obtidas por processo em programas de melhoria contínua.</u>



Área de Planejamento e Gestão			
Objetivos	Diretrizes	Metas	Indicadores
Aperfeiçoar o Sistema de Planejamento Institucional.	D4. Realizar encontros técnicos que subsidiem o aperfeiçoamento do planejamento institucional.	Realização de Encontros de Planejamento em, pelo menos, 50% das unidades integrantes do Sistema.	<u>Número de unidades participantes dos treinamentos.</u>
			<u>Número de sistemas atualizados/sistemas existentes.</u>
Modernizar os sistemas gerenciais da FUB/UnB.	D5. Modelar e automatizar processos de informações gerenciais e atualizar os existentes.	Adequação e atualização de 25% de sistemas informatizados por ano.	<u>Volume de recursos captados no exercício registrados no SIAFI/</u> <u>Volume de recursos captados no último ano do ciclo de planejamento (2006).</u>
Captar recursos visando a garantir a sustentabilidade financeira da FUB/UnB.	D6. Criar alternativas de captação de recursos que garantam o desenvolvimento das atividades universitárias.	Ampliar em, pelo menos, 40% o volume de recursos captados.	

Área de Obras e Espaço Físico			
Objetivos	Diretrizes	Metas	Indicadores
Coordenar, articular, programar e compatibilizar as demandas das unidades acadêmicas e administrativas de espaço físico, manutenção, conservação e limpeza.	D.1 Implementar programas de gestão de manutenção e serviços gerais da FUB.	Execução de 100% dos serviços gerais executados nas unidades dos campi até 2010.	Solicitações atendidas e/ou satisfação do usuário.
Executar os recursos aprovados pelo CD e incluídas no PDI.	D2. Construir prédios nos campi.	Execução de 100% da área de crescimento previsto até 2010.	M2 entregue/M2 previsto.
Executar obras de reformas das unidades acadêmicas e administrativas, com recursos do PDI.	D3. Reformar os prédios da FUB.	Execução de 100% de área reformada até 2010.	M2 reformado/ M2 previsto.
Redimensionar e alocar espaços físicos a serem desocupados por Unidades que irão receber prédios novos.	D4. Realocar e/ou ajustar espaço físico nas Unidades da FUB.	Redimensionamento e modernização de 100% da área desocupada até 2010.	<u>M2 de área redistribuída/</u> <u>M2 área ocupada.</u>

Área de Comunicação Institucional			
Objetivos	Diretrizes	Metas	Indicadores
Institucionalizar a área de comunicação da UnB.	D1. Implementar Programa de Media Training.	Envolver 100% dos gestores e líderes de pesquisa no Programa.	Número de Professores e gestores envolvidos no período.
	D2. Apoiar e implementar instrumentos de divulgação científica das unidades.	Ampliar em 20% os instrumentos de comunicação disponíveis na UnB.	<u>Número de informativos criados ao ano.</u>



Área de Comunicação Institucional			
Objetivos	Diretrizes	Metas	Indicadores
Implementar Programa de Divulgação da Produção científica e técnica.	D3. Promover a divulgação de produtos e serviços nos meios de comunicação.	Ampliar em 40% a divulgação da UnB.	<u>Número de citações espontâneas na mídia, no período.</u>
	D4. Incentivar e apoiar o envolvimento da comunidade universitária em eventos de divulgação científica.	Envolver 70% dos membros da comunidade acadêmica na divulgação da produção científica e técnica.	<u>Número de membros da comunidade acadêmica premiados.</u> <u>Número de membros da comunidade universitária com produtos e serviços divulgados no período.</u>
Consolidar o Portal da UnB.	D5. Apoiar o desenvolvimento de novos sítios e serviços via web.	Disponibilizar sítios na web para 100% das unidades.	<u>Número de acessos ao portal UnB.</u>
			Número de serviços disponibilizados no Portal UnB.
Dar sustentabilidade financeira as ações de comunicação.	D6. Buscar fontes alternativas de financiamento de projetos e ações de Comunicação Corporativa Integrada.	Garantir a captação externa de, pelo menos, 30% dos recursos necessários.	Ampliação dos recursos orçamentários destinados ao financiamento da comunicação institucional.

Área de Tecnologia da Informação e Comunicação			
Objetivos	Diretrizes	Metas	Indicadores
Viabilizar e fomentar, apoiado em investimentos continuados, em excelente nível de prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação.	D1. Promover a atualização tecnológica de redes de comunicação de dados e a reestruturação dos contratos de prestação de serviço de telecomunicação, com base em acordos de nível de serviços.	Reestruturação da rede de comunicação de dados em cada unidade da UnB.	Qualidade e disponibilidade da(s) rede(s) de comunicação de dados ampliada.
			Número de pontos de rede reestruturados ou instalados novos.
			<u>Contratos de prestação de serviços de comunicação de dados com índice de qualidade de serviços.</u>
Viabilizar e fomentar, apoiado em investimentos continuados, em excelente nível de prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação.	D2. Elaborar e implementar modelos de serviços de TIC, com base em normas e melhores práticas internacionalmente reconhecidas.	Reestruturação da prestação de serviços de hospedagem dos sistemas de informações corporativos e departamentais, ampliando a qualidade e segurança.	Processos de gestão de TI elaborados e implementados.
	D3. Integrar processos administrativos e corporativos informatizados.	Implantação de 90% dos softwares departamentais e corporativos.	Processos administrativos e corporativos automatizados e integrados.
Viabilizar e fomentar, apoiado em investimentos continuados, em excelente nível de prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação.	D4. Elaborar, implantar ou reestruturar o parque tecnológico, buscando a homogeneização dos recursos computacionais.	Reestruturar 100% da infraestrutura de processamento e armazenagem de informações.	<u>Servidores de alta performance adquiridos e instalados.</u>
			Equipamentos de comunicação de dados adquiridos e instalados.



Área de Tecnologia da Informação e Comunicação			
Objetivos	Diretrizes	Metas	Indicadores
Viabilizar e fomentar, apoiado em investimentos continuados, um excelente nível de prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação.	D4. Elaborar, implantar ou reestruturar o parque tecnológico, buscando a homogeneização dos recursos computacionais.	Reestruturar 100% da infraestrutura de processamento e armazenagem de informações.	Contratos executados de prestação de serviços de TIC com acordo de nível de serviço.
	D5. Elaborar e implementar processos de segurança e gestão de TIC, com base em normas e melhores práticas internacionalmente reconhecidas.	Reestruturar os processos de segurança e gestão de TIC.	<i>Network Operation Center - NOC e Security Operation Center – SOC elaborado e implementado.</i> Processos de gestão de TIC implementados.
Promover a gestão da informação e de processos institucionais.	D6 Promover a automatização de processos de trabalho administrativos, acadêmicos, científicos e tecnológicos.	Automatização de 80% dos sistemas administrativos, acadêmicos e de prestação de serviços.	Processos automatizados, implementados, com nível de serviços estabelecidos.
	D7. Gestão de Informação (geração e disponibilização de informações para apoio à decisão).	Atendimento de 100% das demandas internas e externas de informação.	Número de pedidos de geração de informações atendidos.

Notas:

1. Conforme Memorando n. 063/2008, de 18/3/2008, o CPD considerou que os indicadores definidos e aprovados estão inadequados para medir o desempenho e os avanços na área de Tecnologia da Informação da UnB. 2. As informações sublinhadas foram alteradas pela área correspondente.

1.4 Projetos Estratégicos da UnB⁵

O processo de modernização da gestão universitária contempla projetos estratégicos relacionados à reestruturação organizacional da FUB, revitalização da área de Tecnologia da Informação e Comunicação Institucional, Implantação de um Modelo de Gestão por Processos, Gestão Estratégica de Custos, Projeto de Educação Corporativa e Programa-Memória da UnB. Apresentam-se, a seguir, sínteses dos Projetos Estratégicos Institucionais:

1.4.1 Reestruturação da FUB e da UnB

O Projeto Estratégico de Reestruturação da FUB foi concebido, em 2006, para atender a necessidade de atualização das estruturas acadêmicas e administrativas e, simultaneamente, criar normas previstas em estatutos e regimentos da UnB e da FUB, sua mantenedora.

Em 2007, a conclusão do diagnóstico de unidades integrantes do Sistema de Planejamento Institucional revelou que a Fundação tinha por características: a) acúmulo de distorções em suas estruturas e unidades (segmentação de atividades, superposição de competências, falta de estrutura de coordenação de atividades estratégicas, como a captação); b) inexistência de parâmetros que orientassem a criação, a modificação, a avaliação e a extinção de unidades; c) inexistência de padrões para a definição de estruturas e de unidade responsável pelo acompanhamento das propostas de criação ou reestruturação de unidades; d)

⁵ Informações extraídas do Relatório de Gestão 2007e Processo encaminhados à Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB por meio do memorando SPL nº 41 de 11.03.09.

Não cumprimento das normas regimentais associadas à criação e formalização de unidades.

Além dos problemas mencionados acima, o diagnóstico do novo ciclo de planejamento confirmou a gravidade de problemas já identificados no ciclo anterior, tais como obsolescência de processos e rotinas, cuja permanência exigia a manutenção de estruturas verticais, informatização de processos ultrapassados e inexistência de automação de processos básicos, surgidos em decorrência da evolução de novos processos relacionados à gestão universitária. Foram identificados, pela Auditoria e por órgãos de controle externo, dificuldades relacionadas ao acompanhamento e ao controle da execução de parcerias mantidas com outras organizações.

A solução de tais questões exigiu a expansão do escopo do projeto inicial que, em sua nova formatação, passou a ter por objetivos básicos, além da reestruturação já iniciada, a implantação de programa de modernização da gestão universitária. No âmbito desse Projeto Estratégico foram realizadas, em 2007, as seguintes atividades:

Aprovação de Resolução do Conselho Diretor definindo as Diretrizes orientadoras da reestruturação da Fundação Universidade de Brasília. Nela foram regulamentados os pontos a seguir:

- Criação do Programa de Modernização da Gestão da Fundação Universidade de Brasília, estabelecendo seus parâmetros de funcionamento e bases de atuação.
- Realinhamento institucional da Procuradoria Jurídica e da Auditoria que, por exigência legal, passam a integrar a FUB.
- Formalização das Secretarias já existentes na estrutura da Fundação e transformação da antiga Assessoria de Comunicação em Secretaria de Comunicação.
- Previsão da criação de Agências, órgãos internos de fomento, e a autorização para a criação imediata da Agência de Desenvolvimento Institucional.
- Delegação de competência ao Reitor para definir normas complementares acerca das novas competências que forem atribuídas a ele.
- Criação de Grupo Técnico, de natureza permanente, com a finalidade de apoiar a modernização da gestão universitária.

Aprovação de Resoluções do Conselho Diretor que definem a estrutura organizacional da Fundação e aprovam a nova estrutura de remuneração da FUB.

Elaboração, pelo Grupo Técnico de Reestruturação, de propostas de normas relativas:

- Simplificação do processo de elaboração e aprovação de regimentos.
- Definição de parâmetros para a criação, modificação e reestruturação de unidades.
- Elaboração de propostas de modelos de regimentos para Centros e Unidades Acadêmicas.

A Resolução da Reitoria n. 20/2009, de 5/3/2009, constituiu a atual Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB com representantes da VRT, DAF, DPP, DEX, DEG, DAC, SPL, SRH, CPD, IPOL e PAD/FACE.

1.4.1.1 Avaliação Institucional e da Gestão de Meios da UnB⁶

O projeto de Avaliação Institucional, defendido pela Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB, objetiva subsidiar a avaliação da gestão de meios da Universidade de Brasília. De acordo com o documento “Projeto de Avaliação Institucional e da Gestão de Meios da UnB”,

O levantamento está sendo conduzido por uma equipe de consultores vinculados a outras Instituições Federais de Ensino Superior e conta com o apoio de centros de pesquisa da Universidade. Esse levantamento será realizado mediante uma série de entrevistas com a equipe de dirigentes de unidades que integram o sistema de planejamento da UnB. Serão realizadas diversas rodadas de entrevistas ao longo dos próximos meses, as quais abrangerão aspectos relacionados à gestão de pessoas, gestão do planejamento, orçamento e finanças, gestão de contratos e convênios, gestão da informação, gestão de infraestrutura e gestão institucional. O desenvolvimento das atividades atribuídas à Comissão exige a realização de amplo diagnóstico sobre a avaliação e a gestão de meios da UnB. Assim sendo, a Administração Superior determinou que o Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública (CEAG/FACE), o CESPE e o CDT apóiem a realização da pesquisa, cujos resultados subsidiarão a Comissão na definição de normas e estruturas que atendam as exigências da legislação em vigor e assegurem a implantação de um modelo de gestão transparente e participativo na Universidade.

1.4.1.2 Gestão por Processos⁷

O Programa de Modernização da Gestão Universitária abrange projeto voltado à Gestão por Processos, com alternativas de solução para a modelagem e uso da informação, centrados em Mapeamento de Processos de Negócio (BPM), Engenharia de Software e Arquitetura Organizacional.

Esse projeto norteará a revisão e atualização de processos para posterior informatização de sistemas. Dentre os objetivos do Programa, destacam-se:

⁶ Informações extraídas do documento “Projeto de Avaliação Institucional e da Gestão de Meios da UnB”, elaborado em 9/2009.

⁷ Baseado na proposta de criação do curso de Gestão de Processos CPAI/FACE, elaborado em agosto de 2007 e documento (anexo 4) encaminhado à Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB por meio do memorando SPL n. 41/2009, de 11/3/2009.

1. Definir o modelo de Sistema Integrado de Gestão.
2. Criar uma Arquitetura da Informação para a UnB que viabilize a otimização dos processos de tomada de decisão.
3. Implantar um Sistema Integrado de Gestão na UnB.
4. Implantar uma Sala de Situação no nível estratégico para garantir o acesso às informações estratégicas e operacionais que possibilitem o Diagnóstico Corporativo e a Governança Institucional;
5. Produzir um Guia de Referência para implantar um Sistema Integrado de Gestão.

Em 2007, foi implantado o curso de Gestão de Processos voltado aos servidores do quadro permanente da FUB, com curso superior em qualquer área, que atuem em atividades de planejamento, custos, informação ou reestruturação com carga horária de 180 horas, e aulas ministradas duas vezes por semana, em turnos de 4 horas em 7 módulos, conforme descrição abaixo:

1. Fundamentos de Projetos e as Organizações.
2. Modelagem, Melhoria e Automação de Processos.
3. Gestão de Projetos.
4. Engenharia de Requisitos.
5. Performance Organizacional e Balance Score Cards.
6. Gestão da Qualidade.
7. Arquitetura da Informação como Ferramenta para Modelagem de Processos.

Realização de curso de Gestão de Processos criado com a finalidade de preparar integrantes do corpo técnico para reorganizar os macroprocessos da área administrativa. O curso foi resultado de parceria entre as Secretarias de Planejamento (SPL), de Recursos Humanos (SRH), os Centros de Informática (CPD) e o Centro de Pesquisa em Arquitetura da Informação (CPAI) da FACE.

O curso aborda os fundamentos teóricos e as melhores práticas de processos organizacionais; discute o contexto atual das organizações e seus desafios e competitividade e conformidade; abrange o planejamento estratégico organizacional e fornece os conceitos e práticas para o mapeamento, modelagem e melhoria de processos que atendem a esses objetivos; fornece as melhores práticas para a gestão estratégica de projetos, incluindo o uso de indicadores de performance; considera o estado da arte no uso de ferramentas de modelagem, administração, simulação a automação de processos, tais como suítes de BPMS.

Conclusão da 1ª turma do curso de Gestão de Processos com formação de 12 analistas de processos em 2008 lotados nas seguintes unidades GRE, DAF, DEG,

DPP, DEX, CPD, SPL, SRH e PRC.e início da 2ª turma com disponibilidade de 20 vagas com previsão de término em 2010.

1.4.1.3 Revitalização da SPL

A Secretaria de Planejamento foi instituída pelo Ato da Reitoria n. 1.169/1997, de 5 de junho de 1997, com as atribuições de elaborar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação da Universidade de Brasília, estruturar e disseminar informações gerenciais e promover a modernização administrativa.

Passados dez anos de pleno funcionamento, a Secretaria vem recebendo novas demandas de órgãos internos e externos o que a levou a assumir atribuições não previstas anteriormente. As novas demandas e atribuições impõem à FUB a implantação do Projeto de Revitalização da SPL que abrange: a recomposição do seu quadro de servidores, a ampliação e reforma do espaço físico utilizado e sua estrutura organizacional.

1.4.2 Revitalização da Área de Tecnologia da Informação e da Comunicação

Este projeto tem por metas a implantação de bancos de dados para melhor atender à comunidade universitária; desenvolvimento de modelos de gestão da informação, atualização tecnológica e homogeneização dos recursos computacionais; elaboração e implementação do modelo para gestão da informação, reformulação e/ou manutenção de sistemas para atendimento das demandas internas e externas, além de ações para fortalecer o desenvolvimento da comunicação institucional interna e externa.

1.4.3 UnB 50 Anos – Projeto de Expansão

A UnB elaborou, em outubro de 2007, o documento síntese “A UnB Rumo aos 50 anos: Autonomia, Qualidade e Compromisso Social” que aborda as diretrizes gerais da expansão da Universidade de Brasília até 2010. Da proposta, constam as atualizações das práticas pedagógicas e da gestão acadêmica como escopo para a melhoria da qualidade do ensino, o acréscimo da oferta de vagas e o aperfeiçoamento das condições do trabalho Docente fundamentado a partir de várias consultas às unidades acadêmicas.

Posteriormente, o CONSUNI aprovou o Plano de Expansão (inserido no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o submeteu ao Ministério da Educação que apreciou e o homologou.

Nas propostas apresentadas foram definidas as principais metas da UnB para os próximos cinco anos, voltadas ao compromisso social da Instituição, ao revigoramento pedagógico e acadêmico, à expansão e readequação da infraestrutura física e de equipamentos, ampliação do corpo Docente e servidores técnicos-administrativos, além das metas indicativas de qualidade institucional que tratam da formação, avaliação dos cursos e evasão.

O cronograma anual preliminar (resumido) das propostas apresentadas pela UnB prevê investimentos que permitirão maior aproximação com a sociedade, podendo ser destacadas ações, tais como:

- Contratação de novos Docentes e servidores técnicos.
- Construção, reestruturação, modernização, equipamento de salas de aula, centro de línguas, laboratórios e espaços de aprendizagem (bibliotecas, salas de estudo e acesso à internet etc.).
- Desenvolvimento do Projeto Pedagógico Institucional para UnB (bases para a formação na graduação).
- Redefinição da política de organização curricular da UnB.
- Estruturação dos novos cursos propostos.
- Implementação das diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional nos cursos.
- Implementação de políticas de reocupação de vagas ociosas dos cursos específicos por egressos dos bacharelados em grandes áreas.
- Implantação gradual de formas flexíveis de acesso à Universidade, favorecendo a mobilidade dos estudantes entre cursos.

1.4.4 Gestão Estratégica de Custos

Os trabalhos para desenvolvimento de uma metodologia para o cálculo do custo por aluno na Universidade de Brasília tiveram início em novembro de 2002, em observância à metodologia recomendada pelo Tribunal de Contas da União, por meio da Decisão Plenária n. 408/2002. Apesar da iniciativa do referido órgão em buscar uma forma de mensurar os custos relativos a atividade de ensino nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), observou-se que a metodologia apresentava algumas limitações, tais como considerar todas as despesas correntes executadas num período como custos de ensino, não inclusão do custo da depreciação dos bens permanentes e inclusão de 35% das despesas correntes do centro de custo Hospital Universitário, por exemplo custo de ensino.

Anualmente, a UnB procede a apuração do custo por aluno no nível e instituto/faculdade em duas versões: 1. metodologia exigida pelo TCU; 2. metodologia própria desenvolvida.

1.4.5 Programa de Gestão de Pessoas e Institucionalização do Programa de Formação de Servidores⁸

Este projeto é uma parceria entre a Secretaria de Recursos Humanos, a FACE e o PPGA para o desenvolvimento de projeto estratégico do PDI, gerido pela

⁸ Informações extraídas do projeto estratégico: Programa de Gestão de Pessoas, elaborado pelo Programa de Pós-graduação em Administração da FACE.

SRH, que tem por objetivos: promover o dimensionamento da força de trabalho da UnB e a implantação de novo projeto de formação de servidores.

Consta desse projeto os seguintes resultados esperados:

1. Implantação do Programa de Gestão de Pessoas da FUB.
2. Formalização do Plano de Educação Corporativa que atenda às prioridades institucionais e exigências da legislação relativa a Plano de Cargos de Servidores Técnicos-Administrativos.
3. Ampliação do número de alunos bolsistas dos cursos de mestrado de doutorado do PPGA envolvidos na pesquisa que apoiaram a definição e implantação do Programa de Gestão de Pessoas da FUB.
4. Ampliação da produção bibliográfica dos grupos de pesquisa do PPGA a partir da ampliação do número de alunos de pós-graduação envolvidos nas atividades de investigação ligadas aos grupos responsáveis pela implantação do projeto estratégico.

1.4.6 Programa-Memória da UnB

Este programa visa a implementar ações, incentivar estudos, pesquisas e extensão, bem como promover o acesso virtual do público às informações documentais e imagéticas para divulgação da Memória e da História da Instituição. Os objetivos estão voltados aos aspectos de preservação, divulgação e disponibilização do patrimônio memorialístico e histórico da Universidade, apoiado pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

O Programa criado pelo Decanato de Extensão contará com tempo definido para o seu desenvolvimento. Ao final, suas ações se transformarão em parte estrutural do Centro-Memória da UnB, lugar da memória coletiva e documentada de atividades, acontecimentos, movimentos políticos e fatos em geral ocorridos dentro ou fora da UnB.

Das atividades previstas no cronograma do ano de 2009, constam:

1. Apresentação do projeto “Programa-Memória da UnB” à Reitoria.
2. Elaboração do Projeto e do Regimento Interno, apresentação ao DEX e aprovação pela Câmara de Extensão.
3. Criação do Programa e nomeação dos Coordenadores-Gerais e Executivos pelo Reitor da UnB.

As atividades do Programa estão previstas para ocorrer em 24 meses (dois anos). O alcance dos objetivos dependerá das condições de funcionamento, como: infraestrutura, pessoal, recursos financeiros, entre outros, que deverá contar com o apoio fundamental da Reitoria.



O Programa se organiza por duas vias: uma acadêmica que se materializa em projetos, linhas de trabalho e atividades de pesquisa e extensão sobre a História e Memória da UnB e outra pela criação das ferramentas técnicas – base de dados e página eletrônica – para disponibilizar de forma democrática o acesso virtual.

A implantação do Programa será organizada a partir do conteúdo programático de três projetos sob a responsabilidade das equipes permanentes. Durante o período do trabalho suas linhas poderão ser desdobradas com a associação de outros estudiosos interessados, tanto da UnB, quanto externos.

2 Sistema de Planejamento Institucional FUB/UnB

2.1 Arquitetura do Sistema de Planejamento Institucional da UnB

A adoção por uma estrutura matricial da gestão do planejamento universitário propicia maior conhecimento da Instituição pelos gestores, maior racionalidade na execução de despesas e redução de duplicidades na realização de projetos e atividades.

A definição dos objetivos institucionais orienta a gestão e o planejamento de toda a Universidade. Numa visão geral, a gestão do planejamento é realizada por 10 áreas estratégicas alinhadas às diretrizes e metas específicas, que orientam a elaboração dos Planos Plurianuais das Unidades e que serão monitoradas por indicadores de gestão estratégicos e táticos. Cabe informar que o acompanhamento da evolução dos indicadores propostos por área consta dos Relatórios Trimestrais de Planejamento e Relatórios de Gestão, disponíveis na página da SPL (www.spl.unb.br/documentos).

O Quadro 05 apresenta os elementos que compõem a estrutura matricial de planejamento.

Quadro 05: Estrutura Matricial e Alinhamento Estratégico

Objetivos Institucionais (OI)	Áreas Estratégicas (AE)	Diretrizes	Indicadores Estratégicos
OI1 - Ensino	ÁE1 - Ensino de Graduação	12	9
	ÁE 2 - Ensino de Pós-Graduação	7	5
OI 2 - Pesquisa	ÁE 3 - Pesquisa	5	3
OI 3 - Extensão	ÁE 4 - Extensão	7	3
O 4 - Desenvolvimento Comunitário	ÁE 5 - Desenvolvimento Comunitário	6	6
OI 5 - Recursos Humanos	ÁE 6 - Recursos Humanos	7	4
OI 6 - Modernização da Gestão	ÁE 7 - Planejamento e Gestão	6	4
	ÁE 8 - Espaço Físico e Obras	4	3
	ÁE 9 - Comunicação Institucional	6	10
	ÁE 10 - Tecnologia da Informação e da Comunicação	7	4

Fonte: Termo de Referência do Sistema de Planejamento Institucional.

2.2 Concepção e Implantação do Sistema de Planejamento⁹

O planejamento estratégico da Fundação Universidade de Brasília foi desenvolvido a partir de 1994, com a participação de representantes de unidades acadêmicas e administrativas que contribuíram para a elaboração do diagnóstico institucional e na definição de diretrizes que nortearam a gestão de 1994 a 1997. Em 1998, foram realizados vários Seminários de Planejamento e Administração Estratégica com os participantes da Administração Superior da Universidade. Nos eventos, foram definidos as diretrizes estratégicas, missão, objetivos, oportunidades,

⁹ Tópico extraído da dimensão 8: Planejamento e Avaliação constante no documento de auto-avaliação da UnB, encaminhado ao MEC em março/2008. Além disso, baseou-se no capítulo 4 do PDI 2002-2006 que trata do histórico do Sistema de Planejamento Institucional da UnB elaborado pela economista Nair Aguiar de Miranda.

ameaças, pontos fracos e pontos fortes, que nortearam os demais encontros com outros órgãos da Reitoria.

Em 2002, o processo de planejamento, iniciado em 1998, foi retomado e aperfeiçoado, criando-se mecanismos de gestão que permitiram a adoção de novas ferramentas relacionadas à maior eficiência e eficácia do processo administrativo e à compatibilidade com os recursos disponíveis. Assim, o processo de planejamento abrangeu três níveis: estratégico, tático e operacional. O estratégico, elaborado pela Reitoria, decanatos e Secretaria de Planejamento, compreendeu a readequação da missão, definição de valores, dos objetivos e das diretrizes institucionais, fundamentado nas consultas à comunidade (Plano de Desenvolvimento Institucional). O tático foi elaborado pelos institutos e faculdades, órgãos complementares, centros, secretarias e decanatos, abrangendo o período de 2002 a 2006 (Plano Quinquenal). O operacional contou com a participação das mesmas unidades da fase anterior, no período de um ano, considerando a divisão e alocação de recursos (Plano Anual de Atividades).

Para a implementação do planejamento, orçamento e gestão, implantou-se, em 2003, um sistema informatizado para acompanhamento e captação de dados. Nele estão registradas todas as fases do processo que compreendem: o Diagnóstico Institucional, o Plano Quinquenal de Atividades e o Detalhamento Anual e Plurianual de Atividades. No sistema de planejamento correspondente ao período de 2002 a 2006, foram incorporados ainda conceitos que garantissem a execução, como os que estão relacionados abaixo:

1. Linha de financiamento (conjunto de projetos e atividades proposto pelas unidades e que pode ser financiado a partir do primeiro ano de planejamento com recursos disponíveis na Instituição).
2. demanda qualificada (compreende os projetos aprovados pelos gestores e órgãos colegiados, mas que não foram incluídos na linha de financiamento por insuficiência de recursos orçamentários).
3. macrounidades (unidades integrantes do sistema de planejamento: decanatos, secretarias, institutos, faculdades, órgãos complementares e centros).
4. alinhamento estratégico de projetos e atividades (estabelece que os projetos e atividades devem estar necessariamente relacionados a um dos objetivos institucionais, a uma área e a uma das diretrizes estabelecidas).

O sistema de planejamento da UnB conta com os seguintes instrumentos de elaboração e acompanhamento:

1. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – contém as definições estratégicas da UnB e as metas a serem alcançadas a longo prazo.

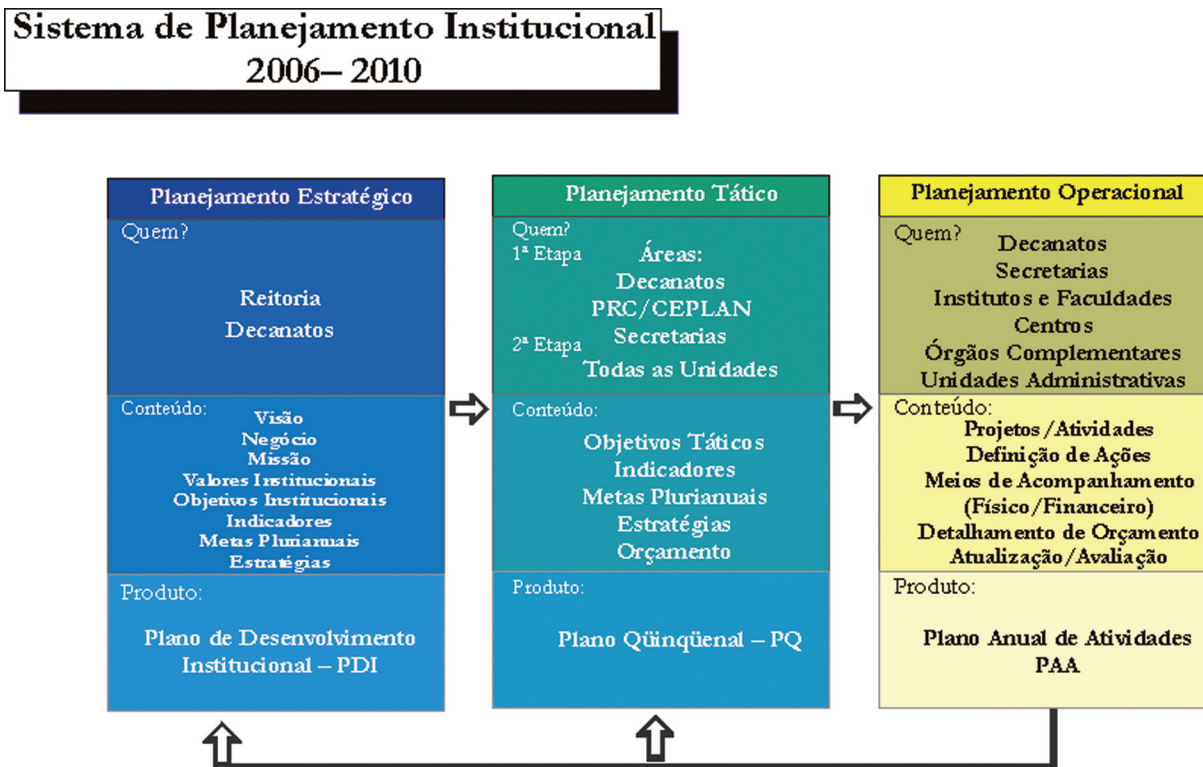
Trata-se de um documento orientador do planejamento institucional e de divulgação dos objetivos a serem alcançados. É aprovado pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Universitário da UnB e pelo Conselho Diretor da FUB.

2. Plano Quinquenal (PQ) – contém as ações institucionais associadas aos objetivos e metas de longo prazo que são detalhadas em períodos anuais que permitem o acompanhamento e o replanejamento das atividades propostas. É aprovado pelas mesmas instâncias que deliberam acerca do PDI.
3. Plano Anual de Atividades (PAA) – consiste no detalhamento de objetivos e metas previstos para cada ano. Ao final de cada exercício, a avaliação e o replanejamento do PQ permitem atualização dos Planos Anuais subsequentes e as mudanças decorrentes são acompanhadas pela Câmara de Administração e Finanças. Também é aprovado pelas mesmas instâncias que deliberam acerca do PDI.
4. Matriz de Planejamento (MP) – documento sintético usado para garantir a consistência das bases do Planejamento Estratégico da UnB. Serve como orientador na classificação dos projetos idealizados pelas unidades em relação à proposta global da Universidade.
5. Matriz de Indicadores Institucionais (MI) – Essa matriz contém os indicadores gerais relativos ao planejamento institucional. Os indicadores possibilitarão a avaliação da performance das diversas unidades integrantes do Sistema de Planejamento.

Após a consolidação e sistematização dos planos das unidades feita pela Secretaria de Planejamento, os planos institucionais são submetidos à apreciação e aprovação dos Conselhos Superiores da FUB e da UnB. Cabe destacar a interligação dos níveis estratégico, tático e operacional que originam o Plano Quinquenal (PQ), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Planos Anuais de Atividade (PAA), conforme Figura 01.

Na UnB, todo o processo de planejamento institucional é fundamentado nas bases do planejamento estratégico constantes do PDI, que orientam a elaboração do Plano Quinquenal e dos Planos Anuais de Atividades. Por outro lado, os ajustes anuais tornam possível a revisão dos planos anuais integrantes do Plano Quinquenal. O PDI é um documento que reflete uma exigência legal e sua elaboração permite o aperfeiçoamento do processo administrativo e a otimização dos recursos.

Figura 01: Estrutura e Fluxo do Sistema de Planejamento da Universidade de Brasília



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional, 2006-2010.

As unidades definirão seus objetivos, prioridades e necessidades de recursos, que servem de base ao estabelecimento de metas e recursos a serem aplicados nos cinco anos e na execução do Plano Anual de Atividades. Este, por sua vez, é reajustado ao final do ano anterior à sua execução, e a consecução dos objetivos e metas são avaliadas trimestralmente durante sua vigência.

2.3 Acompanhamento do Planejamento Institucional

Para o monitoramento das atividades de planejamento, a Universidade de Brasília adota os seguintes instrumentos:

1. Relatórios Trimestrais de Planejamento (RTP) – são instrumentos elaborados pelas unidades envolvidas no processo de planejamento sob a coordenação da Secretaria de Planejamento. Esses relatórios são cumulativos e identificam o grau de alcance das metas definidas pelas unidades; os recursos despendidos na realização dos projetos; as dificuldades institucionais enfrentadas no desenvolvimento das atividades; as medidas corretivas sugeridas para serem adotadas pela Administração Central. O instrumento permite que sejam acompanhados a arrecadação de recursos das unidades, o envolvimento das fundações de apoio existentes e, ainda, o volume de subsídios assumidos pela UnB, na execução de suas atividades. Relatórios disponibilizados no portal da SPL (<http://www.spl.unb.br/documentos>).



2. Relatório Anual de Gestão – elaborado a partir do último relatório trimestral de planejamento do ano. Na realidade, esse documento representa uma avaliação institucional do alcance do grau do planejamento executado pelas unidades e pela Universidade como um todo, para análise posterior dos órgãos diretivos e deliberativos da Universidade. Por exigência legal, os relatórios anuais de gestão são encaminhados aos órgãos fiscalizadores externos (TCU, Controladora-Geral da União, entre outros). Relatório disponibilizado no portal da UnB (www.unb.br/transparencia) e da SPL (<http://www.spl.unb.br/documentos>).
3. Seminário de Avaliação do Planejamento – programado para a ser realizado no terceiro ano do período quinquenal de planejamento, visando a analisar a consistência entre o planejamento e a execução plurianual, e a identificar as possíveis alterações e redirecionamentos a serem efetuados no processo de planejamento, a médio prazo.
4. Relatórios de Avaliação Plurianual – ao final de cinco anos, está prevista a realização de um relatório circunstanciado em que serão analisados os objetivos e as metas alcançados, a evolução da linha de financiamento, ao longo do período de planejamento, a consistência dos instrumentos e indicadores e estabelecer as mudanças a serem introduzidas. O primeiro documento técnico “Relatório de Resultados Plurianuais 2002 a 2006” foi elaborado em 2007, com ênfase nos resultados alcançados na execução dos projetos e atividades planejados pelas Unidades Acadêmicas e Administrativas, bem como os percalços enfrentados pela Instituição na implementação de seus planos anuais de atividades. Esse documento está disponibilizado no sítio da SPL (www.spl.unb.br/documentos).

O planejamento institucional da Universidade é acompanhado e avaliado em ciclos anuais e plurianuais. Os ciclos anuais compreendem a realização de acompanhamentos trimestrais da execução do Plano Anual de Atividade. Nesses relatórios, os gestores detalham as atividades desenvolvidas, relatam as dificuldades enfrentadas junto à administração central e identificam soluções possíveis. Ao final de cada exercício, os gestores avaliam os trabalhos desenvolvidos durante o ano. A partir dessa análise, reavaliam o Plano Anual a ser desenvolvido no ano seguinte, conforme demonstrado na Figura 02:

Figura 02: UnB – Ciclo Anual de Acompanhamento e Avaliação do Sistema de Planejamento e dos Planos Institucionais



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2002-2006.

2.4 Inovações no Processo de Elaboração do Planejamento 2006-2010

Em 2006, a Universidade de Brasília inicia novo ciclo de planejamento para o período de 2006-2010. Na primeira etapa, foi realizado, sob a coordenação da SPL, o Encontro de Planejamento Estratégico, com representantes da Administração Superior da Universidade (Reitor, Vice-Reitor, Decanos), incluindo-se a Prefeitura e o CEPLAN). Nesse encontro, foram definidos os elementos básicos do Planejamento: missão, visão, negócio, princípios, objetivos institucionais.

Com base no Diagnóstico Institucional, elaborado em 2006 pelas unidades administrativas e acadêmicas, a Reitoria analisou e definiu as estratégias e prioridades institucionais. O Diagnóstico Institucional refere-se à análise dos ambientes externo (oportunidades e ameaças) e interno (pontos fortes e fracos) de suas áreas de trabalho. A esse respeito, as unidades promoveram discussões internas para apresentar seu histórico e avaliação, além de encaminhar sugestões de aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento do Planejamento.

No ano de 2007, foram definidos os planejamentos táticos das áreas estratégicas da Universidade, com correspondência aos objetivos, metas, diretrizes e indicadores. Esses encontros nortearam a nova estruturação do sistema de planejamento, com a inclusão de objetivos táticos, metas, diretrizes e indicadores.

Em continuidade aos trabalhos, os gestores de unidades foram convidados a discutir e complementar os planos atuais e as novas políticas, constantes das Bases do Planejamento Estratégico e Tático, e integrando-os ao planejamento plurianual de suas unidades.

Como ocorreu no Planejamento da Universidade, correspondente ao período de 2002-2006, as bases do planejamento estratégico e tático foram encaminhadas e aprovadas pelo Conselho Universitário (CONSUNI) para sua implementação.

Cabe ressaltar que as próprias unidades da FUB, pela primeira vez na história do planejamento da Universidade, elaboraram seus planos plurianuais em versão on-line, apenas com assessoramento da equipe de planejamento. Para a efetivação e cumprimento das atividades no nível operacional, as unidades

receberam treinamentos¹⁰ para o preenchimento dos instrumentos de elaboração do planejamento: 1. Diagnóstico Institucional, 2. Plano Plurianual de Atividades 3. Detalhamento Plurianual. Na ocasião, foram disponibilizados no sítio da Secretaria de Planejamento (www.spl.unb.br) e, na página de acesso restrita às unidades, o manual de preenchimento para elaboração dos planos, os documentos técnicos com vistas a auxiliar o desenvolvimento dos trabalhos, a saber: Manual de Planejamento 2006-2010 e Bases do Planejamento Estratégico e Tático 2006-2010.

A implantação do procedimento *on-line* para elaboração dos planos pelas próprias unidades foi bem aceita entre a comunidade universitária que pôde administrar suas atividades educacionais e administrativas e conciliar com a operacionalização do sistema de planejamento, em observância ao cronograma estipulado, conforme Quadro 04. Assim, pode-se frisar que essa iniciativa reflete o amadurecimento da Universidade frente às atividades de planejamento e gera credibilidade interna e externa.

Em uma etapa posterior, a análise dos planos plurianuais das unidades integrantes do Sistema de Planejamento foi realizada pela equipe técnica da Secretaria de Planejamento que adotou um check list específico para examinar as propostas das unidades e proceder sugestões de aperfeiçoamento. Cumpre informar que as análises efetuadas visavam a sanear apenas a parte técnica dos planos com ponderação, principalmente, quanto à temporalização e quantificação das metas global/ anual; incidência de repetição de objetivos; excesso de metas em objetivo; alinhamento entre área, objetivo, meta global e diretriz; disposição dos objetivos por prioridade e detalhamento da meta anual por elemento de despesa e fonte.

A revisão técnica dos planos plurianuais, iniciada em março de 2007, encerrou-se em maio do ano corrente, conforme especificado no quadro abaixo.

Quadro 06: Cronograma para Revisão Técnica dos Planos Plurianuais 2006-2010

Data	Especificação
3/2007 a 4/2007	Pré-análise dos PAA das unidades realizada pela equipe técnica de planejamento (Diagnóstico Institucional, PAA, Detalhamento Plurianual).
4/2007 a 5/2007	Fechamento do Sistema de Planejamento mediante os aperfeiçoamentos realizados pelos gestores.
4/2007 a 5/2007	Conferência, pela equipe de planejamento, das alterações realizadas pelos gestores nos seus planos plurianuais.

Em linhas gerais, o esforço depreendido na revisão contribuiu com a consolidação das bases do planejamento e com o alcance dos propósitos institucionais. Os resultados devem-se, também, ao uso de eficientes ferramentas na gestão do planejamento, que permitiram ao gestor clara percepção para diagnosticar as características da Instituição e prever as frentes de atuação de médio prazo.

¹⁰ Realização de dois treinamentos com as unidades da FUB nos dias 5/11/2007 e 20/12/2007, de forma a orientar os agentes administrativos na elaboração dos seus planos plurianuais via Sistema de Planejamento, além de receber informações para consultar o sistema de Consulta ao SIAFI (CONSIAFI). Anteriormente, em 31/10/2007 ocorreu o treinamento interno com a equipe de planejamento para apoiar e assessorar as unidades na elaboração dos seus projetos e atividades.

Em suma, no processo de revisão técnica dos planos plurianuais relativos ao período de 2006-2010, destacam-se os seguintes aspectos:

1. Elaboração de ferramenta própria check list para padronizar a avaliação técnica dos planos das unidades.
2. Revisão técnica em 100% das unidades integrantes do Sistema de Planejamento com encaminhamento de sugestões de aperfeiçoamento ao gestor da unidade.
3. Flexibilidade do gestor em realizar as alterações propostas pelo Planejamento.
4. Maior incidência das dificuldades das unidades (55%) se concentrou na quantificação das metas global/anual e alinhamento entre área, objetivo, meta global e diretriz.
5. Inclusão de unidades no Sistema de Planejamento Institucional: Centro Internacional de Pesquisa em Representação e Psicologia Social (CIRPS), Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD) e UnB-Faculdade de Ceilândia (FCE).

2.5 Diagnóstico Institucional 2006-2010¹¹

Desde a implantação do Sistema de Planejamento da UnB, no final de 2001, utiliza-se o instrumento “Diagnóstico Institucional” para embasar elementos e conceitos no novo ciclo de planejamento da Universidade de Brasília.

Em 2006, durante a estruturação do sistema de planejamento institucional, os diagnósticos sofreram alterações a partir da disponibilidade de outras informações que propiciaram um sistema avaliativo mais abrangente. A atualização do Diagnóstico Institucional restringiu-se à coleta de informações junto a todos os gestores cujas unidades integrassem o Sistema de Planejamento Institucional. Naquela ocasião, foi solicitado que representantes das unidades procedessem à análise dos ambientes externo e interno, identificando as oportunidades e ameaças e os seus pontos fortes e fracos com o objetivo de captar os elementos essenciais à atualização do diagnóstico, para que Administração procedesse à análise do grau de homogeneidade da visão dos gestores acerca da situação da Universidade em 2006.

Importa frisar a preocupação da Universidade em encontrar uma alternativa que representasse efetivamente os segmentos importantes da organização no processo de elaboração do planejamento, com vistas a evitar repetição de experiências anteriores. Assim, a opção adotada foi mapear os elementos apontados, agrupando os resultados por unidades e tipologia de aspectos relacionados aos ambientes externo e interno. Abordagens complexas em que vários elementos eram apontados foram detalhadas, classificando-se cada um destes elementos em sua respectiva categoria.

¹¹ Informações a respeito do histórico do Diagnóstico Institucional 2002-2006 foram extraídas do capítulo 5 que trata sobre o tema constante do PDI 2002-2006.

No processo de elaboração do planejamento plurianual 2006-2010, agregaram-se ao instrumento medidas avaliativas tanto do sistema de planejamento quanto das ferramentas de elaboração e acompanhamento dos planos das unidades (PDI, PQ, PAA, Relatórios de Planejamento). A partir dessas informações, foi possível identificar, por parte dos gestores, o seu nível de conhecimento, a participação da unidade na fase de planejamento, além de propor sugestões à Administração, como forma de priorizar suas ações no período plurianual em análise. Essas iniciativas tornaram transparente a postura do gestor acadêmico e administrativo frente à gestão do planejamento, com maiores chances de melhorias ao longo de todo o processo de planejamento por parte da Administração Superior.

Convém expor também que é pioneira a iniciativa da Universidade de Brasília em proporcionar aos gestores a possibilidade de elaborar seu diagnóstico institucional, via Sistema de Planejamento, a partir da convenção entre os colegiados, comunidade universitária e colaboradores, o que difere do planejamento plurianual anterior. Cabe lembrar que as revisões técnicas realizadas nos planos das unidades pelos analistas de planejamento tratam apenas de procedimentos de ordem técnica.

Para efeito de análise do Diagnóstico Institucional referente ao período 2006-2010, foram mantidos os cinco grupos de unidades definidos no ciclo anterior, com a vinculação das seguintes unidades:

- Institutos e Faculdades: FAC, FACE, FAU, FAV, FCE, FUP, FD, FE, FEF, FM, FS, FT, IB, ICS, IdA, IE, IF, IG, IH, IL, IP, IPOL, IQ e IREL.
- Centros: CEAM, CDS, CDT, CEPPAC, CET, CETEC, CIFMC, CIORD, CIRPS, CPAB e CRAD.
- Unidades Prestadoras de Serviços Internos (UPSI): BCE, CEDOC, CEPLAN, CME, CPD, FAL, PRC e SECOM.
- Unidades Prestadoras de Serviços Externos (UPSE): CESPE, EMP, SEI, SGP, EDU, HUB e CEAD.
- Unidades gestoras e administrativas: AEF, DAC, DAF, DEG, DEX, DPP, SRH, SPL, AUD, INT, PJU, CPCE, DATAUnB e SAA.

O ciclo de planejamento, que compreende o período 2006-2010, apresentou adesão substancial por parte dos 63 gestores da FUB na elaboração dos seus diagnósticos institucionais, destacando-se as unidades acadêmicas, área cuja adesão foi de 100%. Em síntese, a avaliação dos ambientes organizacionais (Tabela 06) é caracterizada pelos seguintes aspectos:

1. Pequena oscilação entre o número de elementos internos em comparação aos fatores externos (7%), com identificação de 560 pontos relacionados ao ambiente interno (281 pontos fortes e 279 pontos fracos) em relação a 519 pontos do ambiente externo (266 oportunidades e 253 ameaças), o que permite depreender a visão uniforme do gestor no processo de

auto-análise, sem priorizar determinado ambiente. Esse é um elemento importante a ser considerado na definição de prioridades e estratégias institucionais.

2. Alta variação dos pontos relativos ao ambiente interno e externo avaliados entre os ciclos de planejamento 2002-2006 (3.525 pontos) e 2006-2010 (1.079 pontos), uma vez que, no primeiro ciclo, o procedimento de coleta das informações junto aos gestores deu-se por meio de planilhas eletrônicas, com ampla liberdade para propor ilimitados itens nos ambientes externo e interno. Por outro lado, no período de 2006-2010, as informações foram colhidas via Sistema de Planejamento Institucional com limitação de cinco itens por ambiente, sendo, ainda, facultado ao gestor o detalhamento em todos eles.
3. Análise dos elementos que constituem o ambiente interno da Instituição permitiu identificar a visão abrangente do gestor na adoção dos elementos em distintas áreas, sem supervalorizar ou atrofiar determinada área. Apenas duas unidades, dentre 63 informaram todos os elementos em mesma área (pontos fortes da PRC na área de Planejamento e Gestão e pontos fracos do CPAB na área de Planejamento e Gestão);
4. Abrangência que inclui os serviços gerais, como segurança dos prédios, necessidades de instalações elétricas e limpeza na área de Obras e Espaço Físico. Por outro lado, a melhoria das instalações físicas de salas de aula e laboratórios na área consta no Ensino de Graduação, conforme identificado na diretriz D9 da referida área.

Na análise do ambiente externo (Tabela 01), os gestores universitários evidenciaram como potencialidades os seguintes elementos:

- Os representantes acadêmicos acreditam que o potencial de crescimento da universidade está associado, principalmente, à expansão da graduação e pós-graduação por novas vagas e cursos, necessidade de intercâmbio e parcerias com outras IES, ampliação de cursos à distância com uso de novas tecnologias de ensino.
- as grandes ameaças apontadas estão concentradas na área de Planejamento e Gestão: limitações orçamentárias, mudanças na política públicas, restrições burocráticas, limitação na autonomia. Em segundo lugar, a área de RH abrange salários defasados, falta de política de RH, quadro de pessoal insuficiente, perda de recursos humanos qualificados e aposentadorias sem reposição, evasão do corpo técnico.



Tabela 01: FUB/UnB: Diagnóstico Institucional – Ambiente Externo

Elementos	Ambiente Externo											
	Oportunidades					Ameaças						
	Centros	Institutos e Faculdades	Unidades Gestoras e Administrativas	UPSI	UPSE	Total	Centros	Institutos e Faculdades	Unidades Gestoras e Administrativas	UPSI	UPSE	Total
1. Ensino de Graduação	5	56	12	7	5	85	33,3	2	20	2	2	28
2. Ensino Pós-Graduação	9	6	5			20	7,8	7	1	2		10
3. Pesquisa	22	10			5	37	14,5	3	3	2		8
4. Extensão	4	3	2	1		10	3,9		1	3		4
5. Desenvolvimento Comunitário						6	2,4					0
6. Obras e Espaço Físico		5	1	1	2	9	3,5	2	7	1	4	20
7. Recursos Humanos	2	6	3	2		13	5,1	3	24	10	11	53
8. Planejamento e Gestão	4	16	20	13	15	68	26,7	25	45	26	12	123
9. Comunicação Institucional						2	0,8		2	1		3
10. Tecnologia da Informação		1		4		5	2,0	1	2	1	1	5
Total Geral	46	103	50	29	27	255	100,0	43	105	48	30	254

Fonte: Sistema de Planejamento Institucional, 2006 a 2010.

Para diagnosticar o ambiente organizacional, os elementos internos registrados pelo gestor universitário foram associados às dez grandes áreas estratégicas, de acordo com a classificação das unidades (Tabela 02). Na percepção dos gestores universitários, o ambiente interno é caracterizado pelos seguintes aspectos:

- Forte concentração de elementos favoráveis nas áreas relacionadas ao Planejamento e Gestão (35%), Recursos Humanos (22%) e Ensino de Graduação (14%), totalizando 71% dos fatores descritos pelo representante da unidade. Na primeira área, deve-se, principalmente, ao reconhecimento e credibilidade local e nacional da unidade, à localização estratégica da unidade com oportunidade de se firmar parcerias e à capacidade de captação de recursos; na segunda, quanto ao elevado nível de qualificação do corpo Docente da UnB; e, na última, uma diversidade de aspectos associados ao ensino, tais como a qualidade na formação dos profissionais, desempenho na avaliação dos cursos, aumento na oferta dos cursos.
- Maior representatividade dos pontos fracos abrange as áreas de Planejamento e Gestão (40%), Obras e Espaço Físico (14%) e Ensino de Graduação (8%). Na primeira área, registraram-se a limitação de recursos orçamentários e financeiros, entraves burocráticos, falta de autonomia administrativa, dificuldades na organização da estrutura interna, falta de integração e articulação interna, equipamentos insuficientes e obsoletos; na segunda, as instalações físicas inadequadas e insuficientes; e, na última, a falta de infraestrutura adequada ao ensino em salas de aula e laboratórios.
- Definição dos elementos, por grupo, nas áreas de atuação das unidades. Em termos práticos, os Institutos e Faculdades acumularam 40% dos pontos fortes da Instituição, sendo 31% pertencentes à própria área. No mesmo alinhamento, as unidades administrativas, classificadas como Centros, UGA, UPSI e UPSE focaram seus melhores atributos na área de Planejamento e Gestão. Em contrapartida, no tratamento das fragilidades internas, o grupo dos Institutos e Faculdades associou os principais problemas à limitação do quadro de pessoal permanente (Docente e técnico-administrativo), escassez de recursos financeiros e materiais para o desenvolvimento das atividades.
- Menor nível de exposição dos fatores internos associados à Tecnologia da Informação, Comunicação Institucional e Desenvolvimento Comunitário (índice inferior a 2%). Sob esse ponto de vista, vale esclarecer que as duas primeiras áreas foram introduzidas no início do ciclo de planejamento, que ocorreu em 2006, coincidindo com a base para elaboração do Diagnóstico. A área de Desenvolvimento Comunitário sofreu alteração na nomenclatura e diretrizes, em relação ao período anterior.



Tabela 02: FUB/UnB: Diagnóstico Institucional – Ambiente Interno

Elementos	Ambiente Interno													
	Pontos Fortes					Pontos Fracos								
	Centros	Institutos e Faculdades	Un. Gestoras e Administrativas	UPSI	UPSE	Total	%	Centros	Institutos e Faculdades	Un. Gestoras e Administrativas	UPSI	UPSE	Total	%
1. Ensino de Graduação	2	35	2	1		40	14,4		20	2			22	8,0
2. Ensino Pós-Graduação	5	13				18	6,5	1	1				2	0,7
3. Pesquisa	8	11	3	1	1	24	8,6	2	4	2			8	2,9
4. Extensão	1	3	4	1		9	3,2		3	2			5	1,8
5. Desenvolvimento Comunitário			4		1	5	1,8			1			1	0,4
6. Obras e Espaço Físico	3	2	5	5	1	16	5,8	6	16	6	6	6	40	14,6
7. Recursos Humanos	9	28	12	7	6	62	22,3	13	32	13	6	11	75	27,4
8. Planejamento e Gestão	22	20	21	16	19	98	35,3	25	25	27	21	13	111	40,5
9. Comunicação Institucional		1	2		2	5	1,8	1		1	1		3	1,1
10. Tecnologia da Informação			1			1	0,4	1	1	3	1	1	7	2,6
Total Geral	50	113	54	31	30	278	100,0	49	102	57	35	31	274	100,0

Fonte: Sistema de Planejamento Institucional, 2006 a 2010.

3 Projeto Político Pedagógico

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UnB, criado em 1962, data da inauguração da Universidade, como Plano Orientador da Universidade de Brasília¹², foi o resultado do trabalho de duas comissões de planejamento coordenadas pelo Prof. Darcy Ribeiro. O projeto aborda como a UnB deveria se constituir e, sobretudo, apresenta orientações a serem cumpridas desde o seu funcionamento.

O PPI de 1962 trata, em sua essência, de aspectos sobre a criação da UnB, sua estrutura e organização autônoma, baseada na integração de três modalidades de órgãos: os Institutos Centrais, as Faculdades e os Órgãos Complementares, definindo suas competências e funcionamento. O plano define, ainda, o modelo de administração da Universidade, seus órgãos auxiliares, estimativa de matrículas e formas de acesso, corpo docente, programa de cursos, plano de obras, programa financeiro, entre outros elementos.

Neste momento de forte reestruturação e de expansão da Universidade, inclusive com a criação de novos campi, identificou-se a necessidade de revisão do atual projeto pedagógico da Instituição, o qual foi sendo construído ao longo do processo histórico da UnB. A elaboração do novo PPI da Universidade configura-se, portanto, como uma das grandes metas institucionais inseridas no Programa REUNI. Para isso, durante o ano de 2009 foram realizados seminários e fóruns para discussão sobre estratégias para a construção do PPI, envolvendo docentes, servidores e discentes. Para 2010, planeja-se a redação do documento final, com a continuidade dos trabalhos em um processo democrático e participativo, a fim de que a diversidade, a complexidade, a criatividade e as expectativas da Universidade e da sociedade possam estar ali traduzidas, possibilitando que, nesse novo PPI, a Universidade de Brasília se reconheça e seja reconhecida. Ao final de 2010, o documento será submetido à aprovação pelos conselhos superiores.

3.1 Organização Didático-Pedagógica¹³

A organização didático-pedagógica dos cursos de graduação da Universidade de Brasília tem as seguintes características estruturais:

- Os cursos realizam-se por vias da obtenção de créditos pelo aluno, por meio da aprovação em disciplinas. A obtenção de uma determinada quantidade de créditos, adquiridos dentro de limites que serão indicados a seguir, configura a “integralização” dos créditos, isto é, a conclusão do curso.
- Para a integralização, o aluno deve obter créditos que se originam de três tipos diferentes de disciplina: a maior parte dos créditos deve provir de disciplinas definidas no currículo como obrigatórias (o aluno escolhe

¹² Plano Orientador da Universidade de Brasília, 1962, São Paulo Editora S.A.

¹³ Informações constantes no PDI 2002/2006. Elaborado pelo Decanato de Graduação, Conforme o artigo 6, parágrafo 3, item I da Resolução CNE/CES n. 10, de 28/1/2002.

apenas a oportunidade de fazê-las, mas não tem a opção de integralizar os créditos sem tê-las cursado); a segunda maior parte deve provir de disciplinas rubricadas como optativas (o aluno escolhe, dentre um leque determinado no currículo, disciplinas afins à sua área de formação); por fim, o terço menor do total dos créditos deve provir das disciplinas rubricadas como “módulo livre” (o aluno escolhe, dentre todas as matérias oferecidas pela Universidade, aquelas afins à sua área de interesse).

- O regime de fluxo curricular impede que a flexibilidade do sistema de crédito gere efeitos deletérios, como a excessiva dispersão de interesses e o alongamento inadequado do tempo de conclusão do curso. Regime de fluxo significa o teor da recomendação, que o sistema informatizado de matrícula incorpora, quanto a quais disciplinas cursar, e quando fazê-las. O regime de fluxo, quando seguido pelo aluno, garante sua matrícula nas disciplinas obrigatórias. Ademais, como o direito de cursar algumas disciplinas só surge a partir da obtenção dos créditos de certas outras disciplinas (pré-requisitos), o regime de fluxo utiliza as possibilidades de escolha (isto é, do aproveitamento das virtudes do sistema de créditos) por parte do aluno.
- Os cursos estão divididos em ciclo básico, em que são veiculados conteúdos genéricos, relativos à área do conhecimento, e ciclos profissionalizantes, onde são ensinados os conteúdos específicos do saber em questão.
- Por fim, cumpre observar que o término de um curso de graduação na Universidade de Brasília é, obrigatoriamente, condicionado pela conclusão, bem sucedida, de uma monografia de final de curso.

Uma breve avaliação do processo de desenvolvimento recente da UnB pode ser obtida a partir da análise da evolução histórica do alunado, em seus diversos níveis, conforme Tabela 03.

Tabela 03: UnB – Evolução do Alunado, 1997 a 2008

Atividades	Detalhamento	Anos					Crescimento (%)		
		1990	1997	2001	2004	2008	1990 a 1997	1997 a 2004	2004 a 2008
Ensino de Graduação	Candidatos Inscritos	-	44.514	66.877	65.798	68.954	ND	47,81	4,79
	Vagas Ofertadas	2.140	3.714	3.929	3.988	7.610	73,60	7,38	90,82
	Cursos	42	59	60	60	79	40,50	1,69	31,67
	Alunos Ingressantes: Vestibular e PAS	1.847	3.685	3.933	3.953	6.775	99,50	7,27	71,39
	Total de Ingressantes 2	2.279	4.324	4.515	4.521	8.048	89,70	4,56	78,01
	Alunos Regulares Ativos ³	8.769	15.669	19.551	21.739	25.189	78,70	38,74	15,87
	Formados	1.051	1.797	2.568	4.133	3.454	71,00	129,99	(16,43)

Atividades	Detalhamento	Anos					Crescimento (%)		
		1990	1997	2001	2004	2008	1990 a 1997	1997 a 2004	2004 a 2008
Extensão	Cursos	4	92	474	625	953	2.200,00	579,35	52,48
	Formados (certificados)	-	2.609	6.370	7.562	-	ND	189,84	ND
Pós-Graduação: Especialização	Vagas Ofertadas no ano	-	-	1.520	4.871	2.991	ND	ND	(38,60)
	Cursos	3	28	95	52	65	833,30	85,71	25,00
	Total de Ingressantes	-	705	1.254	2.336	-	ND	231,35	ND
	Alunos Regulares Ativos	-	-	4.901	4.774	4.774	ND	ND	ND
	Formados	96	134	1.936	1.326	1.326	39,60	889,55	ND
	Candidatos Inscritos	-	-	2.743	3.688	-	ND	ND	ND
Pós-Graduação: Mestrado	Vagas Ofertadas	-	-	1.243	1.393	-	ND	ND	ND
	Cursos	34	42	49	57	68	23,50	35,71	19,30
	Total de Ingressantes	263	542	999	1.217	1.250	106,10	124,54	2,71
	Alunos Regulares Ativos	930	1.495	2.321	2.759	3.094	60,80	84,55	12,14
	Formados	22	353	526	800	882	1.504,50	126,63	10,25
	Candidatos Inscritos	-	-	485	706	-	ND	ND	ND
Pós-Graduação: Doutorado	Vagas Ofertadas	-	-	399	464	-	ND	ND	ND
	Cursos	8	19	24	31	50	137,50	63,16	61,29
	Total de Ingressantes	34	156	263	357	503	358,80	128,85	40,90
	Alunos Regulares Ativos	103	515	903	1.276	1.815	400,00	147,77	42,24
	Formados	-	43	112	203	280	ND	372,09	37,93
	Candidatos Inscritos	-	-	485	706	-	ND	ND	ND

Fontes: Relatório de Auto-Avaliação Institucional 2008, UnB/SPL – Anuário Estatístico, diversos anos, e, para os dados preliminares de 2008, UnB em números disponível em <http://www.spl.unb.br/>, em 15/4/2009.

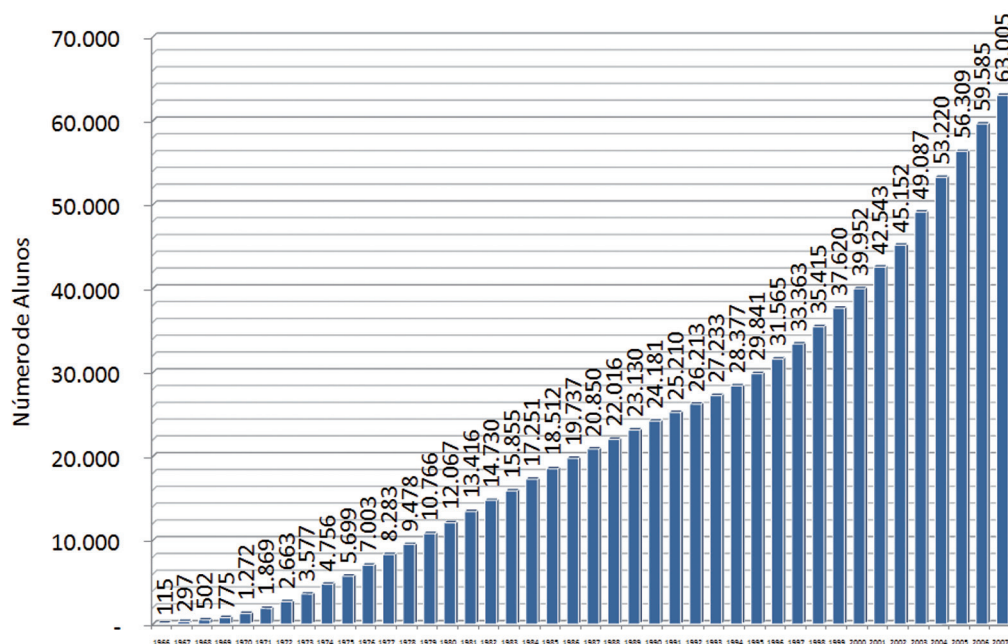
Notas: 1) Para 2008, os dados são preliminares e estão sujeitos a alterações; 2) Inclui os alunos que ingressaram na UnB mediante: transferência obrigatória, transferência facultativa, acordo cultural, convênios, matrícula de cortesia e mudança de curso. Em 2001, não foram incluídos os 1.924 alunos do curso de Pedagogia para Professores em Exercício no Início da Escolarização, realizado em convênio com o Governo do Distrito Federal; 3) Foram considerados os alunos registrados no 2º semestre do ano.

3.2 Política de Graduação¹⁴

O objetivo institucional do ensino de graduação na Universidade de Brasília é formar profissionais com alta qualificação científica, tecnológica e artística, com sensibilidade social, capazes de se manter atualizados por toda a vida como agentes promotores do bem-estar e da felicidade no seu tempo. Desde a sua criação (1962) até 2007, a UnB formou 63.005 alunos em cursos de graduação, conforme Gráfico 01.

¹⁴ Informações extraídas da Dimensão 2, constante do Relatório de Auto-Avaliação, elaborado pela CPA, em 2008.

Gráfico 01: Evolução do Número de Alunos Formados nos Cursos de Graduação, 1966 a 2007 (acumulado)



Fonte: Anuário Estatístico 2008.

A UnB, em 2004, abrigava cerca de 21 mil alunos matriculados nos mais de sessenta cursos de graduação presenciais. Entre os alunos regularmente matriculados nesses cursos, a maioria pertence à faixa etária de 18 a 24 anos (85,35%) e ao sexo masculino (51,47%), proporção que vem se repetindo. Em 2005, foram criados dois cursos a distância, Biologia e Administração Postal, com cerca de 750 alunos matriculados. No momento, há mais de uma dezena de propostas da UnB de criação de cursos de graduação a distância, já aprovados no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A partir de 1999, de acordo com o Decanato de Ensino de Graduação, a UnB também passou a ofertar cursos de graduação a distância e semipresencial mediado pela internet, com sistema de gestão acadêmica e pedagógica instituído na Faculdade ou Instituto responsável pelo curso; sistema de tutoria, sistema de apoio à aprendizagem mediado por Professores da Universidade; Professores-Tutores a distância e presenciais e, materiais didáticos online e impressos. Para a oferta dos cursos, conta com os Polos de Apoio Presencial que funcionam como centro de estudo e apoio à aprendizagem do estudante para a realização de atividades presenciais, oficinas, práticas de ensino, laboratórios, localizados em um município brasileiro.

Internamente, o sistema está assentado nas estruturas existentes na UnB. Organizou-se um Núcleo Administrativo e Acadêmico da UAB dentro do Decanato de Ensino de Graduação, visando à integração, socialização e racionalização das decisões. Esse núcleo exerce suas funções de forma colegiada, por tomada

de decisões dirigidas pelo Decanato de Ensino de Graduação e os demais coordenadores. É formado por uma coordenação-geral, um adjunto e coordenadores de cursos provenientes dos institutos e faculdades que oferecem os cursos de graduação na modalidade a distância.

AÇÕES DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA UAB NA UnB

- Elaboração do Regimento da modalidade de ensino a distância na graduação, no âmbito da Universidade de Brasília.
- Criação da Diretoria de Ensino de Graduação a Distância para atuar na definição de políticas de educação a distância, regulamentação dos cursos, parte legal, credenciamento, reconhecimento de cursos em plena articulação com as ações do Núcleo UAB.

Outras ações fundamentais em andamento, a saber:

- Comissão de avaliação dos cursos na UnB, composta por coordenadores e colaboradores dos cursos de graduação a distância.
- Criação do PDI – incluindo a graduação a distância.
- Participação integral na elaboração do PPPI contemplando uma política para a EAD na Universidade de Brasília.

ORIENTAÇÕES PARA A INTERNALIZAÇÃO DA UAB NA UnB

- Consolidar o sistema bimodal de alta qualidade, oferta de graduação a distância convergente com o sistema presencial, e não paralelo.
- Desenvolver a formação continuada Docente para o uso da tecnologia educativa.
- Sincronizar as inovações tecnológicas orientadas para a melhoria da qualidade do ensino a distância para o sistema presencial.
- Desenvolver a noção de presencialidade da Universidade nos polos por meio da formação acadêmica e cultural para os alunos dos municípios participantes do sistema UAB.

Exigência de institucionalização da modalidade dual que mantém ensino presencial em seus campi e ensino a distância para estudantes que residem em locais de difícil acesso, ou com baixa ou nenhuma oferta de graduação, de modo que ambos os tipos de estudantes sigam o mesmo curso, ou curso similar e com qualidade do ensino elevada.

Para tanto, é necessário implantar uma estrutura integrada com o sistema presencial, com os Pólos de Apoio presencial contemplando os objetivos e responsabilidades de cada instância, bem como respeitando as especificidades da modalidade e a diversidade sócio cultural das regiões atendidas.

A graduação na modalidade a distância foi iniciada pela Faculdade de Educação a partir de 1999, no Programa PIE – Curso de Pedagogia para Professores em exercício no início de escolarização, na época obteve a graduação de 2.000 Professores alunos do GDF. No ano de 2006, a Faculdade de Educação estabeleceu parceria para a oferta do curso de pedagogia com a Secretaria de Estado de Educação do Acre para a formação de aproximadamente 1000 Professores da escola pública básica naquele estado (curso em andamento).

Em termos de políticas institucionais, a partir do ano 2003, a UnB, visando a consolidar a sua atuação no cenário da formação de quadro de Docentes do magistério público de escolas básicas, participa de editais abertos às IES para a oferta de licenciatura a distância no projeto do Prolicenciatura.

O Prolicenciatura foi criado pelo Ministério da Educação, por meio das Secretarias de Educação Básica, de Educação a Distância e de Educação Superior. É um programa de formação inicial desenvolvido junto às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, comunitárias ou confessionais e dirigido a Professores em exercício nos anos/séries finais do Ensino Fundamental ou Ensino Médio dos sistemas públicos de ensino que não tenham a habilitação legal exigida para o exercício da função (licenciatura). As IES implementarão, em parceria, cursos de licenciatura na modalidade de educação a distância, com duração igual ou superior à mínima exigida para os cursos presenciais, de forma que o Professor-aluno mantenha suas atividades Docentes.

O Programa tem abrangência nacional e atua nas diversas áreas do conhecimento, buscando sempre a interdisciplinaridade. A meta nacional é atingir 60 mil Professores-cursistas em 2006 e 90 mil em 2007. O recurso financeiro é proveniente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Em 2005, a UnB apresentou o projeto pedagógico para o curso de Biologia na modalidade de educação a distância para o programa Prolicenciatura. O *Curso de Biologia a Distância*, aprovado pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Universitário (Consuni), foi um dos primeiros cursos de licenciatura a distância promovido pela Universidade em consórcio com outras Universidades. O curso é ministrado em cinco estados brasileiros (Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia, Amazonas e Pará) e no Distrito Federal. A iniciativa teve origem em um convênio firmado entre nove instituições de ensino superior formando o consórcio Setentrional. A previsão é de atender a 1,4 mil alunos por ano. A UnB atende a 237 alunos neste curso.

Outro episódio importante a partir de 2005 é a implantação e utilização do ambiente de aprendizagem virtual *Moodle (software livre)*. Inicia uma nova experiência de combinação de modalidades a partir da utilização de distintas técnicas na educação presencial. Existe, hoje, uma política de uso da educação presencial apoiada pelas tecnologias, como promotora de uma cultura da educação a distância na UnB.

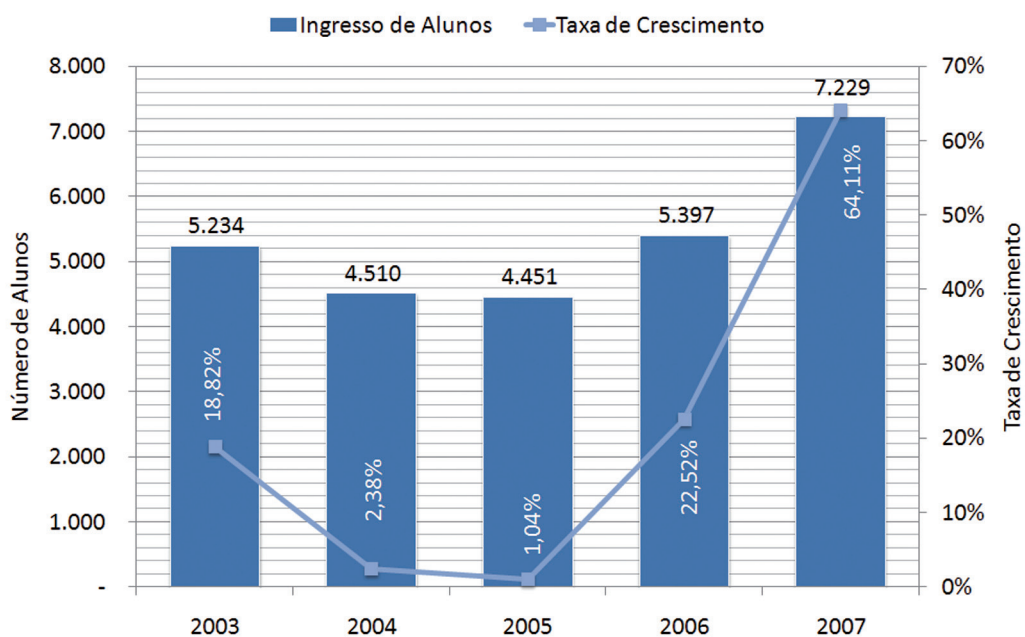
A partir de 2006, o Ministério da Educação aprova o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, acerca da criação do programa denominado de Universidade Aberta do Brasil (UAB), que provê recursos e investimentos de custeio e capital

às universidades públicas visando a potencializar a sua capacidade instalada, ampliando e expandindo os métodos de ensino para além do ensino presencial. No mesmo ano, o MEC lança o 1º Edital para as IFES interessadas em aprovar cursos de graduação a distância, prioritariamente, com foco nas licenciaturas.

A estrutura da UAB prevê a parceria com municípios que queiram ofertar os cursos de graduação. Para organizar a parceria, o município se candidata a ser um polo presencial. O polo de apoio presencial é uma “estrutura para a execução descentralizada de algumas das funções didático-administrativas de curso, consórcio, rede ou sistema de educação a distância, geralmente organizada com o concurso de diversas instituições, bem como com o apoio. O polo é, também, um local estruturado de modo a atender adequadamente aos estudantes de cursos a distância. É o local onde o estudante terá acesso à biblioteca, ao laboratório de informática (por exemplo, para acessar os módulos de curso disponíveis na internet), ter atendimento de tutores, assistir aulas, realizar práticas de laboratórios, estágios e práticas supervisionadas dentre outros. Em síntese, o polo é o “braço operacional” da instituição de ensino superior na cidade do estudante ou mais próxima dele.

O número de alunos ingressantes e regularmente matriculados nos cursos de graduação manteve-se estável no período de 2003 a 2006, apresentando crescimento significativo em 2007 em função da oferta dos cursos de graduação em Artes Visuais, Música, Teatro, Educação Física, Pedagogia e Letras.

Gráfico 02: Taxa de Crescimento do Ingresso de Alunos (vestibular + PAS + outras vias) nos Cursos de Graduação, 2003 a 2007 (2001=100)



Fonte: Anuário Estatístico 2008.

3.3 Pós-Graduação e Pesquisa ¹⁵

A Universidade de Brasília manteve, em 2007, 57 programas de pós-graduação: 18 oferecem apenas o nível de mestrado (dos quais, 5 profissionais) e 39 oferecem também o nível de doutorado (desses, a partir de 2005, 2 passaram a oferecer mestrado profissional, além do acadêmico).

A história do desenvolvimento da pós-graduação na Instituição remonta aos anos iniciais de seu funcionamento. Já em 1969, surgiu o primeiro curso de mestrado em Física, seguido pelo de Sociologia, no ano seguinte. Em 1976, a UnB já mantinha cursos de mestrado em todas as grandes áreas do conhecimento, à exceção das Engenharias. Nessa área, o primeiro mestrado foi criado em 1979.

Em nível de doutorado, o primeiro programa, em Matemática, data de 1975, ampliando as atividades na área, cujo mestrado havia sido criado em 1971. A grande maioria dos programas de doutorado surgiu a partir de 1988, havendo oferta em todas as grandes áreas do conhecimento.

A Tabela 04 apresenta a atual distribuição dos cursos de mestrado e doutorado segundo as grandes áreas do conhecimento, de acordo com a classificação adotada pelo sistema de avaliação da CAPES/MEC.

Tabela 04: UnB – Programas de Pós-Graduação por Níveis, 2007

Grande área	Mestrado	Doutorado
Ciências da Saúde	5	3
Ciências Humanas	11	8
Engenharias	8	6
Ciências Sociais Aplicadas	11	8
Ciências Agrárias	3	2
Ciências Biológicas	5	4
Ciências Exatas e da Terra	5	4
Multidisciplinares	4	2
Linguística, Letras e Artes	5	2
Total	57	39

Fonte: Relatório de Auto-Avaliação Institucional 2008, portal da UnB.

O perfil dos programas oferecidos evidencia a implementação, ao longo do tempo, de política de implantação da pós-graduação voltada para a cobertura de todas as áreas de atuação da Universidade, correspondendo à proposta institucional abrangente e à concepção de universidade em seu sentido mais amplo.

A existência de programas atuando nos dois níveis (mestrado e doutorado) de certo modo revela o grau de amadurecimento da pós-graduação na Instituição. Nesse sentido, há relativa homogeneidade entre as diversas grandes áreas do conhecimento em que a Universidade atua: quase todas têm a metade ou mais com esse perfil, à exceção de Linguística, Letras e Artes, essa devido à recente criação de mestrado em Música.

A sustentação desse leque de programas de pós-graduação encontra

¹⁵ Informações baseadas no Relatório de Auto-Avaliação Institucional elaborado em 2008 pela CPA e DPP.

referência no perfil do corpo Docente da UnB, há muito constituído como um dos mais qualificados no sistema universitário público brasileiro.

Tabela 05: Corpo Docente, 2006

Área	Titulação			
	Total	Doutorado	Mestrado	Espec./grad.
Ciências da Saúde	188	142	41	5
Ciências Humanas	229	206	20	3
Engenharias	132	116	13	3
Ciências Sociais Aplicadas	276	176	87	13
Ciências Agrárias	79	72	7	-
Ciências Biológicas	99	98	1	-
Ciência Exatas e da Terra	218	195	23	-
Linguística, Letras e Artes	125	66	54	5
Multidisciplinar	34	34	-	-
Total	1380	1105	246	29

Fonte: Relatório de Auto-Avaliação Institucional 2008, DPP.

A Tabela 05 demonstra que, em 2006, do total de Docentes envolvidos na pós-graduação, 80% possuíam o título de doutor. A esses, associavam-se os mestres, representando 18% desse corpo Docente.

Esse perfil assegura relação média da ordem de 19 doutores por curso de mestrado e de 28 doutores por programa de doutorado. Ainda que médias não retratem as particularidades do que efetivamente ocorre no âmbito de cada curso, os valores encontrados são significativos sob o ponto de vista institucional. E sinalizam o potencial de expansão da Universidade na oferta de programas acadêmicos desse nível.

Esse potencial tem, com certeza, dado sustentação ao crescimento do alunado de pós-graduação nos últimos anos: aproximadamente 6,9% em mestrado e 17% em doutorado, no período de 2006 a 2008, como demonstra a Tabela 06.

Tabela 06: Evolução do Corpo Discente de Mestrado e Doutorado, 2006-2008

Nível/Ano	2006	2007	2008	% (2008/2006)
Mestrado	2.842	2.854	3.038	6,9
Doutorado	1.537	1.629	1.798	17,0

Fonte: Sistema de Informações Acadêmicas de Pós-Graduação - SIPPOS (Extrator de dados SPL) - 4/9/2009.

A produção resultante das atividades de pós-graduação da UnB situa-se em patamares bastante satisfatórios. As dissertações de mestrado e teses de doutorado, ao longo do período 2006–2008, demonstraram crescimento, da ordem de 7,3% e 39,4%, respectivamente, como pode ser observado na Tabela 07.

Tabela 07: UnB – Número de Dissertações e Teses, 2006-2008

Nível/Ano	2006	2007	2008	% (2008/2006)
Mestrado	927	968	995	7,3
Doutorado	226	273	315	39,4

Fonte: Sistema de Informações Acadêmicas de Pós-Graduação - SIPPOS (Extrator de dados SPL) - 4/9/2009.

Importante observar que a relação entre o número de titulados e alunos matriculados, ao longo da série analisada, de 2006 a 2008, manteve-se estável, conforme mostra a Tabela 08.

Tabela 08: Relação Número de Titulados/Número de Matriculados, 2006-2008 (em porcentagem)

Nível/Ano	2006(%)	2007(%)	2008(%)
Mestrado	32	34	33
Doutorado	15	17	17,5

Fonte: Sistema de Informações Acadêmicas de Pós-Graduação - SIPPOS (Extrator de dados SPL) - 4/9/2009.

Os índices nacionais, a partir de 2003, já se situavam em torno de 38% para titulação de mestrado e de 20% para doutorado. Os resultados da UnB evidenciam a necessidade de melhor balanceamento no fluxo de alunos, na medida em que os dados mostram que, embora haja melhoria nos índices de titulação, há o risco de congestionamento do corpo discente. Considerado prazo máximo de 36 meses para titulação de mestrado e de 60 meses para doutorado, os percentuais encontrados deveriam ser, respectivamente, de pelo menos 33% e 20%. Nos dois níveis, há sinais de aproximação; ainda há, contudo, uma certa distância a ser percorrida.

Esses dados podem ser cotejados com a relação entre admissões e titulações ao ano. Para o período de 1999 a 2007, as informações se encontram na Tabela 09.

Tabela 09: Número de Admissões e Titulações na Pós-Graduação, 1999-2007

	1999		2003		2007	
	Adm.	Tit.	Adm.	Tit.	Adm.	Tit.
Mestrado	823	393	1.103	735	1.218	1.026
Doutorado	205	78	352	160	397	309

Fonte: Relatório de Auto-Avaliação Institucional 2008, UnB em Dados DPP.

No nível de mestrado, a tendência é de elevação na relação titulações/admissões, indicando melhoria na produtividade acadêmica dos cursos: de 48%, em 1999, para 84%, em 2007.

No nível de doutorado, também se observou significativa elevação, passando de 38%, em 1999, para 78% em 2007.

Essa progressão é digna de relevo, pois, em 2003, os números da UnB situavam-se abaixo dos índices nacionais, então de 78% no mestrado, e de 71% no doutorado.

A produção intelectual dos Docentes da UnB apresentou expansão significativa no período de 2003 a 2006. A Tabela 10 apresenta os dados relativos à publicação de livros e artigos.

Tabela 10: Produção de Livros, Capítulos e Artigos, 2003-2006

Tipo da Publicação	2003	2006
Livros e Capítulos de Livros Publicados no Brasil	603	734
Livros e Capítulos de Livros Publicados no Exterior	85	161
Artigos em Revistas Nacionais	821	706
Artigos em Revistas Internacionais	611	712
Artigos e Resumos em Anais de Congressos Nacionais	831	1672
Artigos e Resumos em Anais de Congressos Internacionais	268	534

Fonte: Relatório de Auto-Avaliação Institucional 2008, DPP.

A publicação de livros e capítulos de livros no Brasil expandiu-se em 22%, em 2006, comparando-se aos dados de 2003. No exterior, esse tipo de publicação aumentou em quase 90%. Se o número de artigos em revistas nacionais apresentou redução, os publicados em revistas internacionais cresceu em 17%. Dobrou o número de trabalhos em anais de congressos nacionais e internacionais.

Essa produção certamente é fruto de amplo número de grupos de pesquisas que se encontram em funcionamento na Universidade. Em 2008, encontravam-se cadastrados 315 grupos no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Esse número, porém, é inferior ao registrado no ano de 2004, como se pode constatar na Tabela 11, a seguir.

Tabela 11: Número de Grupos de Pesquisa Cadastrados no Diretório do CNPq, 2000 a 2008

ano	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
N. de grupos	266	259	303	335	256	282	310	315

Fonte: Relatório de Auto-Avaliação Institucional 2008, DPP/CNPq/Plataforma Lattes.

No que diz respeito às bolsas recebidas pela UnB, no período de 2004 a 2007, observou-se, no conjunto, importante ampliação nas bolsas recebidas do CNPq. Vale destacar o crescimento significativo de bolsas no país e de fomento à pesquisa. Os dados encontram-se na Tabela 12.

Tabela 12: UnB – Bolsas de Estudos, de Pesquisa e de Fomento à Pesquisa Concedidas pelo CNPq, 2004 a 2007

Programa/Ano	2004	2005	2006	2007
Bolsas no País	14.422	15.810	17.849	18.921
Bolsas no Exterior	720	602	451	209
Fomento à Pesquisa	3.361	8.728	6.100	9.048
Total	18.503	25.141	244.001	28.178

Fonte: Relatório de Auto-Avaliação Institucional 2008, CNPq – Estatísticas.

No período 2001 a 2003, a UnB foi contemplada com recursos da FINEP, da ordem de R\$ 10,8 milhões, para projetos de melhoria da infraestrutura de pesquisa.

O número de pesquisadores contemplados com bolsas de produtividade do CNPq, no período de 2002 a 2005, encontra-se na Tabela 13, adiante apresentada.

Tabela 13: UnB – Número de Pesquisadores Contemplados com Bolsas de Produtividade do CNPq, 2002-2005

CATEGORIA	2002	2003	CATEGORIA	2004	2005
1ª	34	28	1A	28	30
1B	26	23	1B	24	33
1C	46	35	1C	34	34
2ª	43	41	1D	42	43
2B	61	61	2	100	98
2C	60	38	-	-	-
TOTAL	270	226	-	228	238

Fonte: Relatório de Auto-Avaliação Institucional 2008, DPP.

De 2002 a 2003, há uma significativa redução do número de pesquisadores contemplados com bolsas de produtividade do CNPq, da ordem de quase 18%. Nos anos subsequentes, ocorre uma lenta recuperação, sem ainda alcançar o patamar já observado. O número de bolsistas em 2003 correspondia a 22% do corpo Docente com titulação em nível de doutorado da Universidade (Tabela 13).

O Programa de Iniciação Científica tem apresentado importante evolução de demanda, mas relativa estabilidade, com redução, a partir de 2002, na sua capacidade de atendimento, e presente tendência a retomar a expansão, embora em velocidade inferior à da procura observada (Tabela 14).

Tabela 14: UnB – Bolsas de Iniciação Científica, 2001-2008

Ano	Bolsas			Total de Bolsas
	Inscrições	CNPq	UnB	
2001	769	474	20	494
2002	832	403	26	429
2003	921	403	32	435
2004	940	403	36	439
2005	847	403	43	446
2006	1.082	413	64	477
2007	1.202	413	51	464
2008	1.162	413	150	563

Fonte: Anuário Estatístico da UnB, diversos anos e DPP.

De fato, observou-se aumento da demanda da ordem de 61% no período de 1999 a 2006. O volume total de bolsas, contudo, reduziu-se em cerca de 2%, embora, em 2002, o número atendido tenha sido ainda menor. Desse modo, se em 1999, foi possível atender a 73% da demanda, esse percentual caiu para 44% em 2006, devido ao corte de bolsas realizado pelo CNPq, desde 2002. Ressalte-se a oferta de bolsas pela própria Universidade, iniciada em 2000 e em constante crescimento, embora seu volume atinja apenas acerca de 10% do total das bolsas de iniciação científica até o ano de 2007. Vale ressaltar que, em 2008, as bolsas UnB apresentaram acréscimo da ordem de 194,1% se comparado ao exercício anterior.

3.4 Perfil dos Programas de Pós-Graduação de Acordo com a Avaliação da CAPES

As duas últimas avaliações realizadas pela CAPES referem-se, respectivamente, aos triênios 2001–2003 e 2004-2006.

No primeiro triênio, foram avaliados 44 programas de pós-graduação da Universidade; no segundo, esse número subiu para 54. A distribuição dos programas, com relação aos conceitos finais para os dois períodos, é a seguinte:

Tabela 15: UnB – Avaliação dos Programas de Pós-Graduação pela CAPES, 2001-2003 e 2004-2006

Grande área/ Período de Avaliação	Conceito 3		Conceito 4		Conceito 5		Conceito 6		Conceito 7	
	2001 /03	2004 /06	2001 /03	2004 /06	2001 /03	2004 /06	2001 /03	2004 /06	2001 /03	2004 /06
Ciências da Saúde	1	2	2	2	-	1	-	-	-	-
Ciências Humanas	2	1	5	4	2	6	-	-	1	1
Engenharias	1	-	2	5	3	1	1	1	-	-
Ciências Sociais Aplicadas	-	2	2	5	2	2	-	1	-	-
Ciências Agrárias	1	2	1	4	1	-	-	-	-	-
Ciências Biológicas	3	-	2	1	-	2	-	1	-	-
Ciência Exatas e da Terra	1	2	1	1	1	2	2	2	-	-
Multidisciplinares	2	3	1	2	-	1	-	-	-	-
Linguística, Letras e Artes	1	5	3	3	-	-	-	-	-	-
Total	12	17	19	27	9	15	3	5	1	1

Fonte: Relatório de Auto-Avaliação Institucional 2008, MEC/CAPES – Avaliação de Pós-Graduação 2003 e DPP.

Se, no primeiro período, 70% dos programas de pós-graduação se encontravam nos níveis “3” e “4”, esse percentual caiu para 65% no último triênio avaliado. É preciso salientar que o percentual de programas no nível “3” reduziu-se de 27% para 19%. Isto com certeza significa um avanço qualitativo, embora também sinalize a caminhada que a pós-graduação da UnB, como um todo, ainda tem a trilhar em direção à excelência.

A última avaliação dos programas de pós-graduação realizada pela CAPES contempla os seguintes grandes aspectos: proposta do programa, perfil do corpo Docente, atividades de pesquisa, atividades de formação, perfil do corpo discente, teses e dissertações, produção intelectual.

Com relação à proposta acadêmica, a avaliação considerou-a adequada para a quase totalidade dos programas da Universidade, à exceção de três (Literatura, Multidisciplinar na área da Saúde e Comunicação).

No que tange a características do corpo Docente, a significativa maioria dos quesitos foi avaliada com o conceito “muito bom” e, em vários casos, com o conceito “bom”. Poucas situações foram sinalizadas como inspiradoras de cuidados,

avaliadas com o conceito “regular”: três casos nas Ciências Humanas e um nas Ciências Agrárias, relacionados com abrangência do núcleo central de Docentes e com intercâmbio e renovação; um caso na área da Linguística, Letras e Artes, relacionado à dimensão e atuação desse núcleo central. Na área das Ciências Sociais Aplicadas, dois programas receberam o conceito “fraco” no quesito referente a intercâmbio e renovação do corpo Docente.

As atividades de pesquisa receberam avaliação, de modo geral, bastante favorável com relação à sua adequação e abrangência às áreas de concentração, vínculo entre linhas e projetos de pesquisa, adequação da quantidade de linhas e projetos em andamento à dimensão do núcleo central de Docentes e a participação do corpo discente nas atividades de investigação. Em poucos programas foram indicadas situações a serem especialmente cuidadas: com relação à adequação e abrangência às áreas de concentração, um programa na área de Ciências Humanas, três em Linguística, Letras e Artes e um nas Ciências Agrárias; com respeito a vínculo entre linhas e projetos de pesquisa, um nas Ciências Humanas e dois em Linguística, Letras e Artes; no que se refere à adequação da quantidade de atividades em face da dimensão do núcleo central de Docentes, dois programas das Ciências Sociais Aplicadas, dois das Engenharias, um multidisciplinar e um nas Ciências Agrárias; a participação do corpo discente nas atividades de pesquisa foi considerada insuficiente em um programa das Ciências Humanas, um das Ciências Exatas e um das Ciências Sociais Aplicadas.

As atividades de formação, de maneira geral, também foram bem avaliadas. Verificam-se poucas situações requerendo atenção especial: quanto à estrutura curricular, um programa nas Engenharias, um nas Ciências da Saúde e dois na área de Linguística, Letras e Artes; com relação à distribuição da carga letiva, um das Ciências Humanas e dois nas Ciências Sociais Aplicadas; no que se refere à proporção de orientadores, um nas Ciências Humanas, dois nas Ciências Biológicas; quanto ao envolvimento dos Docentes no ensino de graduação, um nas Ciências Humanas, dois nas Engenharias e um em Linguística, Letras e Artes.

Os quesitos relativos ao corpo discente se situaram majoritariamente nos conceitos “muito bom” e “bom”. A dimensão do corpo discente em relação à do núcleo central de Docentes foi questionada em apenas um curso das Engenharias; o número de discentes em orientação foi objeto de crítica em um curso das Ciências Humanas, um das Engenharias, um de Linguística, Letras e Artes e um das Ciências Agrárias; foram apontadas deficiências do fluxo de alunos em dois cursos das Ciências Humanas, um das Engenharias, um das Ciências Sociais Aplicadas e um multidisciplinar. O número de discentes-autores foi questionado em pelo menos um programa de cada área, chegando a três nas Ciências Humanas.

A produção de dissertações e teses também foi considerada adequada. Em quase todas as áreas, foi apontada a existência de um curso com número insuficiente de titulações em face da dimensão do corpo discente, sendo esta a principal questão a ser observada no âmbito da Universidade.

Em quase todas as áreas da pós-graduação oferecida pela UnB, a avaliação apontou a necessidade de, em um ou dois programas, melhorar a qualidade dos veículos de publicação da produção intelectual, bem como ampliar a quantidade de trabalhos publicados. A participação de discentes como autores ou co-autores também foi apontada, em alguns casos, como insuficiente.

Em 2008, com relação à produção bibliográfica, mais de 85% das publicações se concentraram em três tipos: artigos em periódicos, livros e trabalhos em anais. Na produção técnica, a apresentações de trabalho alcançou 34,9% do total deste grupo (Tabela 16).

Tabela 16: Produção Intelectual Bibliográfica, Técnica e Artística da UnB, 2008

Produção	Especificação	2008
Bibliográfica	Artigo em Jornal ou Revista	525
	Artigo em Periódico	1.963
	Livro	1.097
	Outro	155
	Partitura Musical	6
	Trabalho em Anais	2.198
	Tradução	25
Subtotal		5.969
Técnica	Apresentação de Trabalho	1.292
	Cartas, Mapas ou Similares	1
	Curso de Curta Duração	309
	Desenvolvimento de Aplicativo	4
	Desenvolvimento de Material Didático e Instrucional	124
	Desenvolvimento de Produto	14
	Desenvolvimento de Técnica	16
	Editoria	68
	Organização de Evento	322
	Outro	493
	Programa de Rádio ou TV	235
	Relatório de Pesquisa	100
	Serviços Técnicos	721
Subtotal		3.699
Artística	Artes Cênicas	18
	Artes Visuais	30
	Música	20
	Outra Produção Cultural	3
Subtotal		71
Total Geral		9.739

Fonte: UnB em Dados 2009.

3.5 Extensão¹⁶

Missão: promover relações universidade x sociedade mutuamente transformadoras, articulando arte, ciência, ensino, pesquisa e desenvolvimento social.

¹⁶ Informações extraídas do Relatório de Auto-Avaliação Institucional elaborado pela CPA em 2008.

A Extensão na Universidade de Brasília dá-se consoante às diretrizes do seu plano de desenvolvimento institucional e dessa forma vem, ao longo dos anos e de cada gestão, fortalecendo esse compromisso, a começar pelo envolvimento cada vez maior da sua própria comunidade acadêmica e na consolidação de parcerias com todos os segmentos da sociedade, no âmbito do conceito da responsabilidade social afeta a todos os atores.

A materialização da ação extensionista na UnB está efetivamente resumida na Declaração das ONGs de C,T&I para Inclusão Social, promulgada na XXIX Reunião do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas da Região Sudeste (abril/2006), que traz o apelo de “fortalecer o papel da Extensão Universitária, considerada fundamental para garantir a missão social da Universidade, de formar não apenas excelentes técnicos, mas cidadãos comprometidos com a sociedade na qual vivem, e profissionais capacitados a promover o diálogo construtivo dos saberes populares com os conhecimentos técnicos e científicos, valorizando a diversidade socioambiental das regiões brasileiras e a apropriação das tecnologias sociais pelas comunidades”.

Com forte presença no Distrito Federal, em seu Entorno e em várias localidades do País, essa abrangência se expressa nos 441.050 beneficiados em 2007, principalmente, no atendimento à qualidade do ensino básico, preponderantemente do médio, com foco ao acesso e à permanência na Universidade das camadas populares e segmentos especiais; à saúde, desenvolvimento sustentável; em iniciativas de natureza cultural, e prestação de serviços a diversos setores da sociedade. As linhas programáticas em que a Extensão na UnB se propaga de forma mais visível são nas de desenvolvimento sustentável; em assentamentos da Reforma Agrária, assistência jurídica, promoção da saúde, atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais, atenção integral à mulher, capacitação de gestores de políticas públicas, cooperação internacional, políticas afirmativas, entre outras.

Além disso, a Extensão não poderia se configurar, por sua dimensão e natureza, como atividade marginal ao processo educacional. E, dessa forma, a Extensão na UnB é compreendida como parte integrante e importante do objetivo maior da Universidade: educar, de maneira integrada, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Isso compreende a abertura dos projetos e ações de extensão à participação de grande número de estudantes em processo de flexibilização na formação acadêmica, com a devida integralização de créditos curriculares.

O espaço da Extensão permite à Universidade aproximar-se do conhecimento das classes populares, ter contato com a forma de pensar das comunidades. Isso possibilita mais do que simples troca entre o saber popular e o acadêmico, uma elaboração conjunta, onde cada um, com sua lógica colabora de forma ativa, para a construção de conhecimento transformador. Nessa linha é que se propagam os Projetos de Extensão de Ação Contínua (PEACs). De 101 a 115 projetos realizados entre 2002/2004, 136 em 2006, 173 em 2007, existem, em junho de 2008, 113

projetos sendo realizados com perspectivas de aumento de oferta de projetos no início do segundo semestre letivo.

As propostas embrionárias de fortalecimento da Extensão das gestões anteriores têm sido consolidadas e avançadas com a implementação, desde 2006, das ações a seguir:

1. A criação em 2007 da categoria de Extensionista Colaborador.
2. A institucionalização de créditos acadêmicos em extensão.
3. A institucionalização do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) vinculando a Extensão à produção do conhecimento.
4. A reavaliação do valor da bolsa de extensão, passando a se equiparar ao valor das bolsas de PIBIC.
5. A criação de Centro de Formação Continuada, na estrutura do DEX.
6. A implantação gradativa de residência acadêmica no último semestre dos cursos de graduação, em fase de planejamento.
7. A informatização do Sistema de Informações de Eventos de Extensão (SIEEX) para todas as ações de Extensão, simplificando as rotinas na tramitação de processos.
8. A definição dos indicadores da produtividade da extensão, definidos em 2007 e válidos para contabilização da produtividade acadêmica em extensão a partir de 2008.
9. A criação dos Núcleos de Extensão da UnB em Regiões Administrativas do DF (Santa Maria e São Sebastião em 2006, Gama em 2007).
10. A criação em 2007 do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial.
11. A criação em 2007 do Núcleo da Agenda Ambiental.
12. A criação em 2007 do Núcleo do Projeto Rondon.

É importante ressaltar que a visão da extensão universitária com grande marca assistencialista vem passando efetivamente por processo de reflexão, em que se vê ampliada para processo de inter-relação com a sociedade, desde seu planejamento, execução e avaliação, com troca de saberes e valores sociais, culturais e tecnológicos. E com especial atenção para o impacto dessas ações que, externamente, devem ser geradoras de mudanças sociais estruturantes e, internamente, na Universidade, realizadas de acordo com princípios que reforcem sua missão educacional e crítica na sociedade.

O Decanato de Extensão é o órgão responsável por viabilizar as atividades de extensão e propor a política de extensão, normatizada pela Resolução do Conselho Universitário n.22/2000. A UnB optou pela sistematização de suas atividades de extensão segundo as áreas temáticas definidas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela implementação de política

indutora da aplicação das diretrizes definidas no Plano Nacional de Extensão. A missão da Extensão, seus marcos conceituais, as diretrizes, as formas de organização da extensão universitária e as prioridades e mecanismos de articulação da Universidade com a sociedade são definidos no Plano Nacional de Extensão.

A gestão da Extensão na UnB ocorre em duas grandes vertentes: a primeira, predominantemente de natureza disciplinar, é descentralizada e realizada nas unidades acadêmicas e centros; a segunda, de natureza multidisciplinar, é centralizada no DEX e nos centros multidisciplinares por meio de projetos de impacto e de interesse da Instituição.

As ações de Extensão devem ser aprovadas pela Câmara de Extensão, integrando-se ao programa de Extensão da Unidade Acadêmica ou Administrativa proponente.

A relação entre a UnB e seu contexto social ocorre por meio de atividades diversas, cujas demandas podem se originar na comunidade universitária ou na comunidade externa; tal diversidade define objetivos específicos para a ação do DEX. De acordo com a política vigente, incentivam-se ações para o atendimento de demandas da sociedade, especialmente do Distrito Federal, Entorno e da Região Centro-Oeste.

As atividades de Extensão na UnB desenvolvem-se na forma de Cursos Presenciais, Projetos de Extensão de Ação Contínua, Eventos, Programas Especiais, Prestação de Serviços, Consultorias e Assessorias e Programas Permanentes.

Os programas e projetos para melhor sistematização atuam em oito áreas temáticas, definidas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: Cultura, Comunicação, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho e Tecnologia.

Os Projetos de Extensão de Ação Contínua (PEACs) compreendem o conjunto de atividades implementadas continuamente e que têm por objetivos o desenvolvimento de comunidades, a integração social e a integração com instituições de ensino.

A Semana de Extensão, evento anual desde 2001, consolidou-se como instrumento de divulgação da extensão universitária da UnB, propiciando a abertura da Universidade para a visita da sociedade. A Semana, aberta ao público em geral, oferece programação dirigida especialmente aos estudantes da rede pública de educação básica, legitimando a preocupação em formar consciências e descobrir vocações para impacto no futuro educacional dos jovens de Brasília e seu Entorno.

A sociedade torna-se testemunha de que o conhecimento gerado tem realmente sua aplicação voltada para o desenvolvimento social e fortalecimento da cidadania. Desde 2004, a Semana de Extensão integra a programação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida pelo MCT. Em 2005, a Semana de Extensão atingiu

público de aproximadamente 28.000 pessoas e ofereceu 164 atividades nas diversas modalidades, distribuídas pelas áreas temáticas da Extensão. Em 2006, a programação fechou com 218 atividades e atraiu a parceria de instituições como a UNESCO e a Petrobras, tendo o público de cerca de 30.000 participantes. Em 2008, o número de atividades foi de 272 e o público participante passou de 32 mil pessoas.

A avaliação de atividades, como cursos, minicursos e eventos de curta duração (seminário, palestra, debate, fórum) é instrumentalizada com a aplicação de questionário padrão ao público participante. Por intermédio desse questionário é procedida a avaliação qualitativa, em que são apontados os acertos e falhas, para posterior correção e aperfeiçoamento das atividades.

A avaliação dos Projetos de Extensão de Ação Contínua dá-se por intermédio da renovação desses projetos pela Câmara de Extensão, que analisa os relatórios. Está em fase de definição sistemática de avaliação que ofereça mais subsídios à CEX.

A Extensão Universitária pulou da faixa 150 mil pessoas beneficiadas por ano no período de 2002/2004 para 441.050 no ano de 2007. A grande diversidade dessas ações permitiu concluir que a população beneficiada é bastante diversificada em termos de escolarização, faixa etária, formação profissional e acadêmica, bem como dispersão geográfica, apesar de ter o Distrito Federal como Núcleo.

Tabela 17: Público-Alvo dos Projetos de Extensão, 2006 e 2007

	2006 (*)	2007 (*)
Número de pessoas beneficiadas com ações de extensão	435.407	441.050
Número de Professores da UnB envolvidos em ações de extensão	224	421
Número de estudantes de graduação participantes em Projetos de Extensão de Ação Contínua	648	983
Número de estudantes de graduação com créditos de extensão	-	1235
Número de Projetos de Extensão de Ação Contínua	136	173

(*) dados consolidados em dezembro de ano em questão.

A Extensão da UnB tem sido crescentemente reconhecida por sua destacada importância para a formação dos seus estudantes, por alimentar a pesquisa com novos objetos de investigação e por permitir que o conhecimento científico seja enriquecido com outros saberes, oriundos da cultura brasileira, em sua diversidade.

O fazer acadêmico na UnB está comprometido com a superação da visão utilitária e reducionista dos processos educativos, favorecendo a formação dos estudantes em todos os níveis. Busca assegurar o trabalho acadêmico com experiências integrativas de vida e de aprendizagem inseridas na rede de relações com a sociedade. Com isso, visa a contribuir para a formação de indivíduos historicamente situados e engajados na transformação das condições objetivas e subjetivas de sua vida pessoal e coletiva e, sobretudo, formar profissionais conscientes de seu papel como agentes sociais responsáveis pelas transformações da sociedade com a diminuição da exclusão social. O impacto se traduz no envolvimento dos estudantes nas várias atividades.

As ações de extensão, em coerência com seus objetivos, não constituem atividades isoladas, mas se fundamentam na pesquisa e no ensino. Toda ação de extensão acadêmica pressupõe ação junto à comunidade, disponibilizando ao público externo à instituição o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa desenvolvidos na Universidade.

Por outro lado, essa ação produz novo conhecimento a ser trabalhado e articulado com o ensino e a pesquisa. Assim, no âmbito da atividade acadêmica, Docente e estudante inseridos em projeto de extensão utilizam-se do próprio projeto como campo da pesquisa, que vai se reverter em prol daquela comunidade, ou de agentes da comunidade beneficiada. Por outro lado, as pesquisas também permitem a transferência de conhecimentos da sociedade para a Universidade, ocorrendo a desejável troca de saberes, com a qual dá-se o desenvolvimento de novos conhecimentos.

A Extensão é a atividade mais propensa a propor inovações institucionais e com maiores condições de fazê-lo, sejam elas no âmbito estrutural-organizativo ou acadêmico-científico. Isso porque lhe é mais fácil avançar nas relações intersetoriais que possam ir em direção à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e a própria extensão, na linha da multi e da interdisciplinaridade. Portanto, torna-se essencial que a extensão caminhe repensando a Universidade do ponto de vista das inovações, cuja implementação tão necessária à Instituição, ao tempo e à sociedade está sendo empreendida. Por essa razão, o DEX começou a desenvolver linha de “Projetos Especiais”, que se mostraram extremamente adequados, bem-sucedidos e que tiveram altíssimo impacto institucional e social. Criou instância que responde por esses tipos de projetos de inovação, assumindo o conceito de “laboratório de projetos”, no caso, “especiais”.

O Decanato tem aporte de recursos advindos de contratos e convênios com as fundações de apoio legalmente constituídas, conforme os termos da Lei n. 8.958/1994 e da Resolução do CAD n. 1/1998, que estabeleceu percentual mínimo de 10% dos recursos oriundos da captação em atividades de extensão para o Fundo de Apoio Institucional. O FAI permite o lançamento anual de edital submetido às unidades acadêmicas para apoiar Projetos de Extensão de Ação Contínua. A partir de 2003, a SESu/MEC lança anualmente o Edital PROEXT, destinado a projetos de extensão que tenham ênfase na inclusão social, visando a aprofundar ações políticas que venham fortalecer a extensão universitária no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior e das Universidades Estaduais. Em 2004, o Edital Projeto Rondon instituído pelo Ministério da Defesa beneficiou um projeto da UnB. Em 2007, o Ministério da Cultura também lança um edital voltado para extensão beneficiando dois projetos de extensão da UnB.

Edital PROEXT 2007 – SESu/MEC

Em 2007, o PROEXT/MEC contemplou os seguintes projetos e programas:

1. Projeto escola de capacitação para adolescentes.

2. Projeto saúde e comunicação comunitária.
3. Programa de expansão regional da extensão universitária da UnB.
4. Programa juventude e desenvolvimento social nas áreas de reforma agrária do Distrito Federal e Entorno.

PROJETO RONDON

Desde 2005, quando foi lançada a Operação Nacional, a UnB vem participando das operações realizadas no Projeto Rondon, lançado pela Secretaria de Estudos e de Cooperação do Ministério da Defesa, em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

A participação da UnB tem sido cada vez maior, envolvendo equipes diversificadas e atuando em vários municípios das regiões Norte, Nordeste e Sul do País.

Em função da grande integração da UnB ao Projeto Rondon, foi criado no âmbito do DEX o Núcleo do Projeto Rondon para que fosse possível uma melhor articulação das equipes e projetos a serem encaminhados ao Ministério da Defesa a cada ano.

Programa Conexões de Saberes

Este é um programa da SECAD/MEC que congrega 33 IFES e está voltado para as políticas públicas de acesso e permanência de estudantes oriundos das camadas populares nas universidades públicas brasileiras.

O programa existe desde agosto de 2005, coordenado por duas Professoras da UnB e ofertando, via MEC, 35 bolsas para estudantes de graduação.

Programa Escola Aberta

Este é um programa da SECAD/MEC desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal e está voltado para as políticas públicas de integração escola-comunidade.

O programa existe desde agosto de 2007, e seguindo a orientação do MEC é coordenado por uma das Professoras que coordena o Programa Conexões de Saberes, buscando potencializar as ações de cunho extensionista nas comunidades. Por esse programa são ofertadas, via MEC, 22 bolsas para estudantes de graduação.

4 Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos (presencial e distância)

Este capítulo apresenta a gestão dos cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela UnB e previstos no Plano Plurianual de Atividades, assim como informação dos campi da Instituição e polos de Ensino a Distância (EAD). Cumpre informar que o cronograma de expansão da educação superior na Universidade de Brasília e campi de Planaltina, Ceilândia e Gama consta do capítulo 10 que trata a respeito do Plano de Reestruturação e Expansão da UnB-REUNI.

4.1 Cursos de Graduação¹⁷

Em 2008, a UnB tinha 79 cursos de graduação, 17 dos quais noturnos. Em 2008, foram disponibilizadas, por meio do vestibular e da 3ª etapa do Programa de Avaliação Seriada (PAS)¹⁸, 7.610 vagas; evidenciando um dos mais elevados níveis de disputa por vaga oferecida em instituição públicas de ensino superior no País. Além disso, cumpre informar que, no segundo semestre de 2008, iniciaram-se 11 cursos novos nos campi avançados, totalizando adicional de 620 novas vagas oferecidas pela UnB (Tabela 19).

O acesso à Universidade de Brasília pode ser feito via exame vestibular, PAS ou por outras vias. Em 2008, 6.191 alunos entraram na UnB por meio dos exames seletivos tradicionais e 434 candidatos ingressaram por outras vias¹⁹. No segundo semestre do mesmo ano, 25.241 estudantes estavam matriculados regularmente em cursos de graduação nos quais foram diplomados 3.496 alunos.

A seguir, são apresentados os cursos de graduação em funcionamento no ano de 2006, com abrangência dos cursos diurnos, noturnos e a distância. As informações dos cursos estão dispostas por unidade acadêmica fundamentada pelo ato e data de reconhecimento, início do curso, carga horária curricular exigida, total dos créditos, tempo de permanência por semestre.

¹⁷ Informações extraídas do Relatório de Auto-Avaliação Institucional elaborado pela CPA em 2008.

¹⁸ Modalidade de acesso criada pela UnB. Trata-se de um sistema de avaliação gradual e progressiva, com provas realizadas ao final de cada um dos três anos regulares do ensino médio. Tem por objetivo a ampliação do processo de interação da universidade com o ensino médio e a redução do impacto de passagem dos estudantes para o ensino superior.

¹⁹ Acordo Cultural PEC (Programa Estudante Convênio) – meio de ingresso de aluno oriundo de país com o qual o Brasil mantenha Acordo Cultural. Convênio Interinstitucional – meio de ingresso do aluno amparado por convênio de Intercâmbio Cultural firmado entre a UnB e universidades nacionais ou estrangeiras. Matrícula Cortesia meio de ingresso de aluno oriundo de País que assegure o regime de reciprocidade com o Brasil, independentemente de existência de vaga e com isenção do concurso vestibular. Transferência Facultativa meio de acesso de aluno egresso de outro estabelecimento de ensino superior nacional ou estrangeiro, dependendo da existência de vaga no curso pleiteado e de classificação do candidato em processo seletivo. Transferência Obrigatória – meio de acesso do aluno egresso de outro estabelecimento de ensino superior, do país ou do exterior, independentemente de vaga, para o mesmo curso.



Tabela 18: Dados e Características dos Cursos de Graduação Oferecidos pela UnB, 2007

N. Ord.	Unidade Acadêmica/Curso	Início do Curso	Ato de Reconhecimento	Data do Ato	Carga Horária Curricular Exigida	Créditos Total	Tempo Permanência	
							Semestral - Mín.	Limites Máx.
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA – FAV								
1	Agronomia	1/3/1962	D. 77346	30/3/1976	3930	262	8	16
2	Medicina Veterinária	1/3/1997	P.528	28/2/2002	3960	264	10	18
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO – FAU								
3	Arquitetura e Urbanismo	1/3/1962	D. 60677	5/5/1967	4110	274	9	18
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FS								
4	Enfermagem e Obstetrícia	1/3/1976	P. 491	23/9/1980	3570	238	8	12
5	Ciências Farmacêuticas	1/3/1997	P.1467	13/6/2003	4050	270	8	15
6	Nutrição	1/3/1976	P. 203	25/2/1981	3600	240	6	14
7	Odontologia	1/3/1981	P. 176	13/3/1985	4320	288	8	18
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO – FAC								
8	Comunicação Social							
	Jornalismo/Publicidade e Propaganda	1/8/1971	D. 71337	9/11/1972	2790	186	8	14
	Audiovisual	1/8/1971	P. 1879	4/1/1995	2760	188	8	14
FACULDADE DE DIREITO – FD								
9	Direito	1/3/1962	D. 64745	30/6/1969	3840	256	10	16
10	Direito (Noturno)	1/8/1994	D. 64745	30/6/1969 (*)	3840	256	10	16
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO – FACE								
11	Administração	1/3/1962	D. 64745	30/6/1969	2970	198	8	16
12	Administração (Noturno)	1/3/1962	D. 64745	30/06/1969 (*)	3300	220	8	16
13	Administração à Distância	14/3/2006	Res.Consuni 24/06	14/3/2006	3000	200	9	10
14	Arquivologia (Noturno)	1/3/1991	P. 1297	9/10/1995	2400	160	6	10
15	Biblioteconomia	1/3/1966	D. 71336	9/11/1972	2700	180	8	14
16	Ciências Contábeis	1/3/1976	P. 296	6/5/1980	2790	186	8	14
17	Ciências Contábeis (Noturno)	1/8/1994	P. 296	6/5/1980 (*)	2790	186	10	14
18	Ciências Econômicas	1/3/1962	D. 64745	30/6/1969	3000	200	6	14
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE								
19	Pedagogia	1/3/1962	D. 70728	20/6/1972	3210	214	6	14
20	Pedagogia (Noturno)	1/8/1993	D. 70728	20/6/1972 (*)	3210	214	6	14
21	Pedagogia	1/8/2000	P. 4055	23/12/2003	3210	214	6	12
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA – FEF								
22	Educação Física	1/8/1972	D. 79404	17/3/1977	2910	194	8	14



N. Ord.	Unidade Acadêmica/Curso	Início do Curso	Ato de Reconhecimento	Data do Ato	Carga Horária Curricular Exigida	Créditos Total	Tempo Permanência Semestral - Limites	
							Mín.	Máx.
FACULDADE DE MEDICINA – FM								
23	Medicina	1/3/1962	D. 70836	17/7/1972	7095	473	10	18
FACULDADE DE PLANALTIMA								
24	Ciências Naturais	1/1/2006	Res. Consumi 12/06	8/2/2006	2805	187	7	14
25	Gestão de Agronegócios	1/1/2006	Res. Consumi 11/06	8/2/2006	3000	200	8	16
FACULDADE DE TECNOLOGIA – FT								
26	Engenharia Civil	1/3/1979	D. 72010	29/3/1973	3930	262	8	18
27	Engenharia de Redes de Comunicação	1/3/1997	P.1900	30/6/2004	3660	244	9	18
28	Engenharia Elétrica	1/3/1979	D. 72010	29/3/1973	3930	262	8	18
29	Engenharia Florestal	1/8/1974	D. 82435	17/10/1978	3870	258	8	16
30	Engenharia Mecânica	1/3/1979	D. 72010	29/3/1973	3930	262	8	18
31	Engenharia Mecatrônica	1/8/1997	P. 3799	18/11/2004	4110	274	8	18
INSTITUTO DE ARTES – IdA								
32	Artes Cênicas	1/3/1989	P. 209	10/3/1998	3420	228	7	14
33	Artes Plásticas							
	Artes Plásticas (Bacharel)	1/3/1989	P.588	13/4/1999	2790	186	8	12
	Artes Plásticas (Licenciatura)	1/3/1989	P.588	13/4/1999	2730	182	8	12
34	Artes Plásticas (Noturno)	1/8/2001	P.588	12/9/2006(*)	2730	182	8	14
35	Desenho Industrial	1/3/1989	P. 1094	29/9/1998	2940	196	7	14
36	Educação Artística	1/8/1977	P. 371	3/6/1980	2970	198	6	14
37	Educação Artística (Noturno)	1/3/1993	P. 371	10/6/1980 (*)	2730	182	6	14
38	Música (Instrumentos – Bacharel)	1/8/1989	D. 77345	20/3/1976	2070	138	6	10
	Composição	1/8/1969	D. 77345	20/3/1976	3330	222	12	16
	Regência	1/8/1969	D. 77345	20/3/1976	3330	222	12	16
	Licenciatura em Música	1/8/1969	D. 77345	20/3/1976	2325	155	8	12
INSTITUTO DE CIÊNCIAS POLÍTICA – IPOL								
39	Ciência Política	1/8/1989	P. 59	25/1/1996	2670	178	6	12
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – IB								
40	Ciências Biológicas	1/3/1962	D. 71792	2/2/1973	2850	190	6	12
41	Ciências Biológicas Noturno	1/3/1993	D. 71792	2/2/1973(*)	2850	190	6	12
42	Ciências Biológicas à Distância	13/9/2005	Res.Consuni 12/05	13/3/2005	3195	213	8	8
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS – IE								
43	Ciência da Computação	1/8/1985	D. 78000	9/7/1976	3600	240	7	14
44	Estatística	1/3/1974	D. 77543	5/5/1976	2760	184	7	16



N. Ord.	Unidade Acadêmica/Curso	Início do Curso	Ato de Reconhecimento	Data do Ato	Carga Horária Curricular Exigida	Créditos Total	Tempo Permanência	
							Semestral - Mín.	Limites Máx.
45	Computação	1/3/1997	P. 1080	3/5/2004	2700	180	7	16
46	Matemática	1/3/1962	D. 71891	13/3/1973	2520	168	6	14
47	Matemática Noturno	1/3/1993	D. 71891	13/3/1973 (*)	2520	168	6	14
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH								
48	Filosofia (Licenciatura)	1/8/1967	D. 71346	9/11/1972	2400	160	6	14
	Filosofia (Bacharel)	1/8/1967	D. 71346	10/11/1972	2220	148	6	14
49	Geografia	1/3/1971	D. 75606	15/4/1975	2520	168	6	14
50	História	1/8/1967	D. 71346	10/11/1972	2520	168	6	14
51	Serviço Social	1/8/1972	D. 74194	21/6/1974	3120	208	7	14
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS								
52	Ciências Sociais	1/8/1967	D. 71346	10/11/1972	2520	168	6	14
INSTITUTO DE FÍSICA – IF								
53	Física	1/8/1971	D. 71891	13/3/1973	2670	178	6	12
54	Física (Noturno)	1/3/1993	D. 71891	13/3/1973 (*)	2670	178	6	14
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IG								
55	Geologia	1/3/1962	D. 71792	2/2/1973	3960	264	8	14
INSTITUTO DE LETRAS – IL								
56	Letras	1/3/1962	D. 71156	26/9/1972	2700	180	6	14
57	Letras (Noturno)	1/3/1993	D. 71156	26/9/1972 (*)	2640	176	6	14
58	Letras Espanhol (Noturno)	1/8/1995	D. 71156	26/9/1972	2640	176	8	16
59	Letras Japones (Noturno)	1/3/1997	D. 71156	26/9/1972	2430	162	7	15
60	Letras – Tradução	1/3/1980	P. 372	12/6/1987	2700	180	6	14
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP								
61	Psicologia	1/8/1963	D. 74194	21/6/1974	3330	222	7	14
	Psicologia-Psicólogo	1/8/1963	D. 74194	21/6/1974	4140	276	10	18
INSTITUTO DE QUÍMICA – IQ								
62	Química	1/3/1962	D. 71891	13/3/1973	2760	184	6	12
63	Química (Noturno)	1/3/1993	D. 71891	13/3/1973 (*)	2760	184	6	12
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IREL								
64	Relações Internacionais	1/8/1974	D. 80532	11/10/1977	2790	186	6	12

Fonte: SIGRA/SPL.

Notas:

(*) O Ato de Reconhecimento dos cursos diurnos é válido para os cursos noturnos.

Legenda:

D – Decreto

P – Portaria

AR – Ato da Reitoria

Ao longo dos anos de vigência do PDI, observa-se a expansão em 54,6% na oferta de vagas do Ensino de Graduação, passando de 4.921 em 2006 para 7.610 em 2008, conforme Tabela 19. A ampliação no número de cursos de graduação transpôs 79 cursos em 2008 para 85 no primeiro trimestre de 2009, sendo 77 cursos presenciais e 8 a distância.

Tabela 19: Vagas Ofertadas no Ensino de Graduação, 2006 a 2008

Anos	2006	2007	2008	2008/2006 (%)
Vagas Graduação (Vestibular + PAS)	4.921	6.571	7.610	54,6

Fonte: Relatório de Gestão 2008

4.2 Cursos a Distância: Universidade Aberta do Brasil e Prolicenciatura²⁰

O Ensino a distância na Universidade de Brasília iniciou-se com o curso de graduação ofertado pela Faculdade de Educação, no ano de 1999, Programa PIE – Curso de Pedagogia para Professores em exercício no início de escolarização. Na oportunidade, resultou na formação de aproximadamente 2.000 Professores-alunos do GDF. Depois, realizou o projeto piloto em Administração, ano de 2005 (Tabela 20). Dois anos depois, em 2007, foram ofertados quatro cursos voltados à formação inicial de Professores que não tenham a habilitação legal exigida para o exercício da função (licenciatura). Nesse mesmo ano, foram iniciados seis novos cursos de graduação com adesão de 730 alunos. Já em 2009, ampliou-se para oito o número de cursos disponíveis ao público interno e externo, quais sejam: Artes Visuais, Biologia, Educação Física, Geografia, Letras, Música, Pedagogia e Teatro.

Tabela 20: UAB/UnB – Alunos Matriculados por Curso de Graduação a Distância

Especificação	Cursos	2005 ¹	2007 ²	2009 ³
UAB	Administração	842	-	-
	Artes Visuais	-	188	201
	Música	-	59	168
	Teatro	-	70	127
	Educação Física	-	182	201
	Pedagogia	-	110	200
	Letras	-	121	198
	Biologia	-	-	80
	Geografia	-	-	200
	Soma	842	730	1.375
Prolicenciatura	Educação Física	-	265	-
	Artes Visuais	-	158	-
	Artes Cênicas	-	90	-
	Biologia - Fase 1	-	156	-
	Biologia - Fase 2	-	81	-
	Soma	-	750	-
Total		842	1.480	1.375
Total de alunos		3.697		

Fonte: UAB/UnB, 2009, com adaptações.

Notas:

1) Única entrada em 2005.

2) Entrada no 2º semestre/2007.

3) Entrada no 1º semestre/2009.

²⁰ Informações extraídas do Relatório de Auto-Avaliação Institucional elaborado pela CPA em 2008, com atualizações fornecidas pela UAB/DEG.

Quanto à expansão dos cursos a distância, a Universidade Aberta e a Distância (UAB-UnB) obteve aprovação no Edital n. 02/2008 dos cursos de especialização em Educação de Jovens e Adultos (EJA), Desenvolvimento Humano e Educação Inclusiva pelo sistema UAB, com início para o segundo semestre de 2009. Também obteve aprovação de outros cursos, no Edital n. 01, de 27/4/2009, que serão ofertados em 2010, por meio do vestibular a ser realizado em 2009: Administração Pública (graduação) e Gestão em Saúde e Gestão Pública (especialização *lato sensu*).

Informações adicionais quanto ao endereço e ao horário de funcionamento dos polos- UAB, calendário escolar referente ao ano de 2009 e cadastramento de bolsistas – consoante à Resolução FNDE/CD n. 44, de 29/12/2006, que estabelece orientações e diretrizes para a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes dos cursos e programas de formação superior, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil – podem ser consultadas no sítio www.uab.unb.br.

Na sequência, o Quadro 07 apresenta o quantitativo de polos de atuação-UAB, em níveis regional e nacional, por curso ofertado.

Quadro 07: Oferta de Cursos da UAB por Polo de Atuação

PÓLO/MUNICÍPIO/ESTADO - UAB - UnB	CURSOS	
ITAPETININGA-SP	BIOLOGIA (2 POLOS)	
CEILÂNDIA-DF		
CARINHANHA-BA		
GOIÁS-GO	PEDAGOGIA (5 POLOS)	
ÁGUAS LINDAS-GO		
ALEXÂNIA-GO		
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO		
COROMANDEL-MG		
PORTO NACIONAL-TO	EDUCAÇÃO FÍSICA (7 POLOS)	
SANTANA DO IPANEMA-AL		
ALTO PARAÍSO-GO		
BARRETOS-SP		
DUAS ESTRADAS-PB		
PIRITIBA-BA		
ANÁPOLIS-GO		TEATRO (12 POLOS)
POSSE-GO		
PALMAS-TO		
TARAUACÁ-AC		
BRASILÉIA-AC		
SENA MADUREIRA-AC		
RIO BRANCO-AC		
XAPURI-AC		
FEIJÒ-AC		
ACRELANDIA-AC		
CRUZEIRO DO SUL-AC		
BARRETOS-SP		
ITAPETININGA-SP	MÚSICA (11 POLOS)	
ANÁPOLIS-GO		
POSSE-GO		
PORTO NACIONAL-TO		
TARAUACÁ-AC		
BRASILÉIA-AC		



PÓLO/MUNICÍPIO/ESTADO - UAB - UnB	CURSOS
SENA MADUREIRA-AC	MÚSICA (11 POLOS)
RIO BRANCO-AC	
CRUZEIRO DO SUL-AC	
XAPURI-AC	
FEIJÒ-AC	
ACRELANDIA-AC	
PALMAS-TO	ARTES VISUAIS (12 POLOS)
TARAUACÁ-AC	
BRASILÉIA-AC	
SENA MADUREIRA-AC	
RIO BRANCO-AC	
CRUZEIRO DO SUL-AC	
XAPURI-AC	
FEIJÒ-AC	
ACRELÂNDIA-AC	
POSSE-GO	
BARRETOS-SP	
ITAPETININGA-SP	
CEILÂNDIA-DF	LETRAS (5 POLOS)
ÁGUAS LINDAS-GO	
ALTO PARÁISO-GO	
CARINHANHA-BA	
ALEXÂNIA-GO	
SANTA MARIA-DF	GEOGRAFIA (5 PÓLOS)
ALEXÂNIA-GO	
POSSE-GO	
GOIÁS-GO	
ITAPETININGA-SP	

Fonte: UAB/UnB, 2009.

4.3 Cursos de Pós-Graduação²¹

Essa é a área de ensino que, nos últimos anos, tem apresentado maior crescimento na Universidade de Brasília. Em 2008, foram criados 8 cursos de doutorado e 7 de mestrado acadêmico, totalizando oferta de 68 cursos de mestrado, sendo 4 profissionalizantes e 50 de doutorado, nos quais estavam regularmente matriculados 3.094 e 1.815 alunos, respectivamente. No mesmo ano, concluíram seus cursos 882 mestres e 280 doutores.

Em relação aos cursos de pós-graduação stricto sensu, a UnB tem se destacado não só pela ampliação do número de vagas oferecidas, mas, por ter procurado, também, aperfeiçoar a gestão dessas atividades. Assim sendo, foram tomadas iniciativas no sentido de reduzir o tempo de permanência dos alunos na Instituição e, ainda, adotadas medidas que redundaram na ampliação do número de alunos concluintes, em todos os níveis.

A Tabela 21, a seguir, apresenta uma breve descrição do número e do perfil dos cursos de mestrado e doutorado oferecidos na UnB, com as informações dos cursos em 2007.

²¹ Informações extraídas do Relatório de Auto-Avaliação Institucional elaborado pela CPA em 2008.

Tabela 21: UnB – Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, Total de Créditos e Duração, 2007.

Curso	Nível	Total de créditos				Duração Semestre	
		Disciplina	Dissertação (1)	Tese (1)	Total	Mín.	Máx.
Administração	M	28	-	-	28	4	5
Administração	D	40	-	-	40	8	10
Antropologia	M	32	-	-	32	4	5
Antropologia	D	46	-	-	46	8	10
Agronegócios	M	16	-	-	16	4	5
Arquitetura e Urbanismo	M	16	-	-	16	4	5
Arquitetura e Urbanismo	D	24	-	-	24	8	10
Arte	M	22	-	-	22	4	5
Biologia Animal	M	24	-	-	24	4	5
Biologia Animal	D	48	-	-	48	8	10
Botânica	M	24	-	-	24	4	5
Botânica	D	30	-	-	30	8	10
Ciências do Comportamento	M	26	-	-	26	4	5
Ciências do Comportamento	D	40	-	-	40	8	10
Ciência da Informação	M	24	-	-	24	4	5
Ciência da Informação	D	36	-	-	36	8	10
Ciência Política	M	24	-	-	24	4	5
Ciências Agrárias	M	24	-	-	24	4	5
Ciências Animais	M	21	-	-	21	4	5
Ciências Animais	D	40	-	-	40	8	10
Ciências Biológicas - Biologia Molecular	M	20	-	-	20	4	5
Ciências Biológicas - Biologia Molecular	D	30	-	-	30	8	10
Contabilidade (UnB-UFPB-UFRN)	M	27	-	-	27	4	5
Contabilidade (UnB-UFPB-UFRN)	D	27	-	-	27	8	10
Ciências da Saúde	M	20	-	-	20	4	5
Ciências da Saúde	D	40	-	-	40	8	10
Ciências Florestais	M	24	-	-	24	4	5
Ciências Florestais	D	40	-	-	40	8	10
Ciências Mecânicas	M	24	-	-	24	4	5
Ciências Mecânicas	D	32	-	-	32	8	10
Ciências Médicas	M	28	-	-	28	4	5
Ciências Médicas	D	40	-	-	40	8	10
Comunicação	M	20	-	-	20	4	5
Comunicação	D	30	-	-	30	8	10
Desenvolvimento Sustentável Prof.	MP	24	-	-	24		
Desenvolvimento Sustentável	M	24	-	-	24	4	5
Desenvolvimento Sustentável	D	30	-	-	30	8	10
Direito	M	24	-	-	24	4	5
Direito	D	48	-	-	48	8	10
Ecologia	M	21	-	-	21	4	5
Ecologia	D	28	-	-	28	8	10
Economia Profissionalizante	MP	32	-	-	32		
Economia	M	40	-	-	40	4	5
Economia	D	60	-	-	60	8	10
Educação	M	28	-	-	28	4	5
Educação	D	40	-	-	40	8	10
Engenharia Elétrica Profissionalizante	MP	24	-	-	24		
Engenharia Elétrica	M	24	-	-	24	4	5
Engenharia Elétrica	D	40	-	-	40	8	10

Curso	Nível	Total de créditos				Duração Semestre	
		Disciplina	Dissertação (1)	Tese (1)	Total	Mín.	Máx.
Educação Física	M	20	-	-	20	4	5
Ensino de Ciências	MP	24	-	-	24		
Estruturas e Construção Civil	M	28	-	-	28	4	5
Estruturas e Construção Civil	D	40	-	-	40	8	10
Estudos Comparados sobre as Américas	M	32	-	-	32	4	5
Estudos Comparados sobre as Américas	D	40	-	-	40	8	10
Filosofia	M	20	-	-	20	4	5
Física	M	24	-	-	24	4	5
Física	D	44	-	-	44	8	10
Fitopatologia	M	32	-	-	32	4	5
Fitopatologia	D	48	-	-	48	8	10
Geografia	M	16	-	-	16	4	5
Geologia	M	20	-	-	20	4	5
Geologia	D	30	-	-	30	8	10
Geotecnia	M	28	-	-	28	4	5
Geotecnia	D	40	-	-	40	8	10
Gestão Social e Trabalho	MP	28	-	-	28		
História	M	18	-	-	18	4	5
História	D	30	-	-	30	8	10
Informática	M	24	-	-	24	4	5
Linguística	M	24	-	-	24	4	5
Linguística	D	30	-	-	30	8	10
Linguística Aplicada	M	24	-	-	24	4	5
Literatura	M	40	-	-	40	4	5
Literatura	D	40	-	-	40	8	10
Matemática	M	32	-	-	32	4	5
Matemática	D	48	-	-	48	8	10
Medicina Tropical	M	32	-	-	32	4	5
Medicina Tropical	D	38	-	-	38	8	10
Música	M	22	-	-	22	4	5
Nutrição Humana	M	20	-	-	20	4	5
Patologia Molecular	M	20	-	-	20	4	5
Patologia Molecular	D	32	-	-	32	8	10
Política Social	M	24	-	-	24	4	5
Política Social	D	40	-	-	40	8	10
Processos de Desenv. Humano e Saúde	M	30	-	-	30	4	5
Processos de Desenv. Humano e Saúde	D	48	-	-	48	8	10
Psicologia Clínica e Cultura	M	24	-	-	24	4	5
Psicologia Clínica e Cultura	D	36	-	-	36	8	10
Psicologia Social, do Trabalho e das Org.	M	30	-	-	30	4	5
Psicologia Social, do Trabalho e das Org.	D	48	-	-	48	8	10
Química	M	28	-	-	28	4	5
Química	D	40	-	-	40	8	10
Relações Internacionais	M	24	-	-	24	4	5
Relações Internacionais	D	40	-	-	40	8	10
Saúde Animal	M	18	-	-	18	4	5
Sistemas Mecatrônicos	M	24	-	-	24	4	5
Sociologia	M	24	-	-	24	4	5
Sociologia	D	44	-	-	44	8	10
Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos	M	30	-	-	30	4	5
Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos	D	40	-	-	40	8	10
Transportes	M	31	-	-	31	4	5

Curso	Nível	Total de créditos				Duração Semestre	
		Disciplina	Dissertação (1)	Tese (1)	Total	Mín.	Máx.
Transportes	D	40	-	-	40	8	10
Turismo	MP	30	-	-	30	2	5

Fonte: DPP/Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação.

Nota:

1) A Resolução CEPE 091/2004, determina que não serão atribuídos créditos à Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado. Os Programas de Pós-Graduação estão adequando seus regulamentos à regulamentação.

Legenda:

M – Mestrado.

MP – Mestrado Profissionalizante.

D – Doutorado.

4.4 Expansão dos Cursos

Além dos cursos previstos no Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília, constante em capítulo específico deste documento, os gestores universitários definiram as suas propostas por novos cursos no Plano Plurianual de Atividades (PPA) com abrangência até 2010.

Na área de Graduação, os gestores declaram as seguintes necessidades:

- Realização do “Curso de Formação para a Educação *On-line*” para 56 Professores que atuarão como mediadores; implantação do curso de Geofísica (IG) e oferta de uma disciplina de módulo livre em Turismo (CET).

Na pós-graduação, constam as demandas pelos seguintes cursos:

- Ampliação do curso de mestrado em Turismo para uma nova turma (CET); pós-graduação *stricto sensu* no âmbito do CERME/CIEF (FACE); curso de especialização, *lato sensu*, em Arte, Educação e Tecnologias contemporâneas (IDA); *lato sensu* em Desenho Industrial. (IDA), dois cursos de pós-graduação nas modalidades *lato sensu* (especialização) e dois de extensão e/ou a distância (CDS); criação de mestrado *stricto sensu* com disponibilidade de 20 vagas por ingresso (CRAD) e elaboração de projeto pedagógico.
- criar e/ou implementar o Programa de Doutorado *stricto sensu* em Ciências Contábeis (FACE), Doutorado em Informática (CIC/IE); Mestrado em Estatística (IE); multidisciplinar de Pós-graduação *stricto sensu* CEAM; pós-graduação em Geociências Aplicadas (IG); elaboração de uma proposta de Pós-Graduação interdisciplinar (FCE).

4.5 Campi da UnB²²

O Plano de Expansão da Universidade de Brasília é um documento que abrange as perspectivas de atuação da UnB na formação de profissionais de nível superior. Como abordado no documento, a identificação das localidades de

²² Informações extraídas do documento Plano de Expansão da UnB, 2005, elaborado pela economista Nair Aguiar de Miranda.



instalação dos novos campi “foi iniciada com o estudo do nível de desenvolvimento, com as características econômicas e demográficas das unidades integrantes da RIDE – Regiões Administrativas do Distrito Federal e Municípios de Goiás e de Minas Gerais – considerando-se, em especial, a taxa de crescimento dessas populações, as necessidades locais em termos de oferta de ensino e pesquisa, os interesses da comunidade e o perfil econômico da região”.

Após três anos da apresentação das propostas constantes no Plano, a UnB atua nas seguintes regiões:

- *Campus* Universitário Darcy Ribeiro – Plano Piloto – abrangendo as Regiões Administrativas de Brasília, Candangolândia, Cruzeiro, Guará, Lago Sul, Lago Norte, Núcleo Bandeirante, Sudoeste e Octogonal, Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, Varjão e *Park Way*.
- UnB-Faculdade de Planaltina – abrangendo as Regiões Administrativas de Sobradinho, Sobradinho II, Planaltina, Brazlândia e os Municípios de Formosa, Buritis, Cabeceiras, Planaltina de Goiás, Vila Boa e Água Fria de Goiás;
- UnB-Faculdade de Ceilândia – abrangendo as Regiões Administrativas de Ceilândia, Taguatinga, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Samambaia e Águas Claras, e os Municípios de Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Cocalzinho de Goiás, Pirenópolis, Águas Lindas de Goiás, Corumbá de Goiás, Alexânia e Abadiânia.
- UnB-Faculdade de Ceilândia – abrangendo as Regiões Administrativas de Gama, Santa Maria, São Sebastião, Paranoá e os Municípios de Cristalina, Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental, Santo Antônio de Descoberto, Cabeceira Grande e Unai.

5 Perfil do Corpo Docente e Técnico-Administrativo²³

A gestão da área de recursos humanos na UnB tem por prioridade a análise da estrutura e do perfil da força de trabalho Docente e técnico, considerando os quadros permanente e temporário.

O quadro permanente de Docente e técnico da UnB apresentou queda ao longo de vários anos, conforme mostra a Tabela 22. O acréscimo nessa categoria, a partir de 2005, ainda não foi suficiente para suprir o desenvolvimento das atividades da Universidade, que crescem constantemente com a ampliação de novas vagas. Além disso, em 2008, consta deficit de 630 vagas não preenchidas no quadro permanente de Docentes. Mesmo assim, a Instituição procura maximizar a utilização dos recursos humanos disponíveis, assim como administrar com qualidade a gestão acadêmica.

A evolução do indicador relativo aos funcionários traduz a necessidade premente de recomposição de pessoal nas atividades administrativas e de apoio ao ensino. Em termos práticos, em 2004, a UnB possuía 2.359 técnicos-administrativos; já em 2008, apenas 1.586. Em contrapartida, para esses mesmos anos, o total de prestadores de serviço foi de 408 e 628, respectivamente (Tabela23).

23 *Informações extraídas do Relatório de Gestão 2008.*



Tabela 22: FUB – Evolução da Força de Trabalho, 1999 a 2008

Detalhamento	1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	
Quadro Permanente																					
Docentes	1.356	18,8	1.343	17,5	1.323	16,7	1.361	15,8	1.298	13,7	1.293	14,8	1.345	16,5	1.460	15,7	1.442	15,9	1.531	20,3	
Técnico-Administrativo Geral 1	2.081	28,8	2.034	26,5	2.001	25,2	2.074	24,1	2.278	24,0	2.359	27,0	2.343	28,8	2.319	24,9	2.241	24,7	1.586	21,0	
Técnico-Administrativo HUB	471	6,5	450	5,9	441	5,6	542	6,3	802	8,5	825	9,5	824	10,1	832	8,9	819	9,0	777	10,3	
Total de Técnicos-Adm. e Docentes/Quadro Perm.	3.908	54,2	3.827	49,9	3.765	47,5	3.977	46,2	4.378	46,2	4.477	51,3	4.512	55,4	4.611	49,5	4.502	49,5	3.894	51,6	
Quadro Temporário																					
Docentes (substit/visit.)	342	4,7	350	4,6	293	3,7	338	3,9	314	3,3	398	4,6	467	5,7	386	4,1	322	3,5	258	3,4	
Técnicos-Administrativos																					
Prestadores Serviços	593	8,2	900	11,7	839	10,6	599	7,0	464	4,9	408	4,7	347	4,3	340	3,6	514	5,7	628	8,3	
Pessoal Terceirizado/contratos	262	3,6	278	3,6	587	7,4	838	9,7	1.010	10,7	1.010	11,6	1.120	13,8	1.207	12,9	1.189	13,1	1.375	18,2	
Pessoal de Apoio Fundações-Pessoal de Apoio Fundações - Fubra	337	4,7	339	4,4	247	3,1	87	1,0	106	1,1	108	1,2	116	1,4	118	1,3	119	1,3	119	1,6	
Subtotal Téc.-Administrativos	1.192	16,5	1.517	19,8	1.673	21,1	1.524	17,7	1.580	16,7	1.526	17,5	1.583	19,4	1.665	17,9	1.822	20,0	2.122	28,1	
Contratados HUB	728	10,1	751	9,8	802	10,1	882	10,3	825	8,7	800	9,2	820	10,1	880	9,4	871	9,6	1.104	14,6	
Total Serv. TA Temporários	1.920	26,6	2.268	29,6	2.475	31,2	2.406	28,0	2.405	25,4	2.322	26,6	1.620	19,9	2.718	29,2	2.693	29,6	3.226	42,7	
Total Temporário (TA + Docente)	2.262	31,4	2.618	34,1	2.768	34,9	2.744	31,9	2.719	28,7	2.720	31,2	2.087	25,6	3.104	33,3	3.015	33,2	3.484	46,1	
Estagiários																					
Ensino Médio e Graduação	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	297	3,1	446	5,1	466	5,7	564	6,1	532	5,9	535	7,1	
Estagiários técnicos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	41	0,4	95	1,1	160	2,0	239	2,6	238	2,6	203	2,7	
Total de Alunos em estágio	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	338	3,6	541	6,2	626	7,7	803	8,6	770	8,5	738	9,8	
Voluntariado 2																					
Total de Voluntários na UnB	1.044	14,5	1.225	16,0	1.397	17,6	1.878	21,8	2.047	21,6	991	11,4	914	11,2	804	8,6	801	8,8	173	2,3	
Total da Força Trabalho UnB	7.214	100,0	7.670	100,0	7.930	100,0	8.599	100,0	9.482	100,0	8.729	100,0	8.139	100,0	9.322	100,0	9.088	100,0	7.551	100,0	
Vagas não Preenchidas no Qd Permanente																					
Docentes	905	81,0	928	80,7	985	80,8	896	81,4	958	79,5	853	76,3	409	62,0	312	60,3	99	11,6	630	8,3	
Técnico-Administrativos	212	19,0	222	19,3	234	19,2	205	18,6	247	20,5	265	23,7	251	38,0	205	39,7	755	88,4	748	9,9	
Total Vagas não Preenchidas	1.117	100,0	1.150	100,0	1.219	100,0	1.101	100,0	1.205	100,0	1.118	100,0	660	100,0	517	100,0	854	100,0	1.378	18,2	

Fonte: Relatório de Gestão 2008.

No ano de 2008, a UnB contava com 1.536 Docentes do quadro permanente da instituição, o que representa acréscimo de 12,9% em relação ao ano base de 1999. No caso dos técnicos-administrativos o crescimento nos últimos 10 anos alcançou apenas 9% (Tabela 23).

Tabela 23: FUB – Estrutura e Composição da Força de Trabalho, 1999 a 2008

Detalhamento	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Quadro Permanente										
Docentes										
Associados										219
Titulares	98	97	91	95	118	114	123	126	125	126
Adjuntos	747	766	788	865	819	857	918	932	839	937
Assistente	434	419	389	358	326	294	284	282	265	240
Auxiliar	77	61	55	43	35	28	20	20	10	9
Professor de 1o e 2o Grau	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Subtotal	1361	1348	1328	1366	1303	1298	1350	1365	1244	1536
Técnico-Administrativo – Geral										
Nível Superior	519	502	494	529	628	660	651	654	637	725
Intermediário	1.287	1.267	1.251	1.298	1.408	1.461	1.458	1441	1402	1346
Apoio	275	265	256	247	242	238	234	224	202	199
Subtotal	2.081	2.034	2.001	2.074	2.278	2.359	2.343	2.319	2241	2270
Técnico-Administrativo – HUB										
Nível Superior	130	122	117	156	277	291	291	301	290	279
Intermediário	270	257	256	320	461	472	471	471	472	445
Apoio	71	71	68	66	64	62	62	60	57	53
Subtotal	471	450	441	542	802	825	824	832	819	777
Quadro Temporário										
Docentes										
Substitutos	234	239	201	259	236	318	318	305	291	223
Visitantes	33	36	33	23	25	31	33	23	31	35
Convênio de Cooperação: requisitado	75	75	59	56	53	49	116	58	12	9
Subtotal	342	350	293	338	314	398	467	386	334	267
Técnico-Administrativos										
Contratados	593	900	839	599	464	408	347	340	514	628
Terceirizados – limp. e vigilância	262	278	-	-	-	-	590	664	1189	1375
Pessoal de Apoio Fundações - FUBRA	337	339	247	87	106	108	116	118	119	119
Subtotal	1.192	1.517	1.086	686	570	516	1.053	1.122	1822	2122
Contratados HUB	728	751	802	882	825	800	820	880	871	1104
Vagas não Preenchidas no Quadro Permanente *										
Docentes	905	928	985	896	958	853	409	312	99	630
Técnico	212	222	234	205	247	265	251	205	755	748
Evolução dos Estágios Remunerados na UnB										
Alunos de Doutorado	-	-	-	4	5	12	12	7	nd	1
Alunos de Mestrado	-	-	-	1	6	17	31	39	nd	10
Alunos de Especialização	-	-	-	4	3	15	17	19	nd	2
Alunos Recém-Graduados	-	-	-	-	27	57	104	174	nd	203
Alunos cursando Graduação	-	-	-	79	221	338	367	466	nd	456
Total do Alunado estagiando	-	-	-	88	262	439	531	705	532	672
Voluntariado										
Pesquisador Associado	34	70	87	80	93	84	96	94	88	120

Detalhamento	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Bolsistas do PIBIC	96	132	145	193	177	90	100	50	394	317
Monitoria	897	1.001	1.099	1.524	1.636	688	243	485	2.000	1161
Outros (Extensionistas)	17	22	66	81	141	129	158	175	752	853
Total de Voluntários na UnB	1.044	1.225	1.397	1.878	2.047	991	597	804	3.234	2.451

Fonte: Relatório de Gestão 2008.

A Tabela 24, seguinte, mostra que o aumento do esforço institucional pode ser caracterizado a partir dos seguintes indicadores: enquanto em 2008 havia um Docente para cada 19 alunos de cursos de longa duração (alunos de graduação e de pós-graduação stricto sensu), em 1997 essa relação era de apenas 13 alunos por Professor (Tabela 5). Cabe ressaltar o aumento do alunado, da pesquisa e da extensão em cotejo à redução dos corpos Docente e funcional, que impacta significativamente nos projetos de Expansão da Universidade.

Tabela 24: UnB: Esforço Docente e Administrativo e Espaço Físico Disponível e Evolução de Indicadores, 1997 a 2008

Anos	Alunado de Cursos de Longa Duração (1)	Recursos Humanos do Quadro Permanente ²		Área Construída ³ Em (m ²) ⁴	Indicadores de Infraestrutura		
		Número de Docentes	Número de Técnico-Administrativos		Aluno/Docente	Aluno/Técnico	Área Construída em m ² / membros da Comunidade UnB ⁵
1997	17.754	1.352	2.225	409.341	13,1	8,0	18,2
1998	18.699	1.384	2.146	409.341	13,5	8,7	17,4
1999	20.036	1.356	2.081	413.448	14,8	9,6	16,5
2000	21.298	1.343	2.034	416.797	15,9	10,5	15,7
2001	24.279	1.323	2.001	420.216	18,4	12,1	14,6
2002	25.233	1.361	2.074	425.109	18,5	12,2	13,9
2003	26.119	1.298	2.278	426.460	20,1	11,5	13,5
2004	25.766	1.293	2.359	464.341	19,9	10,9	14,8
2005	25.189	1.345	2.343	466.894	18,7	10,8	16,0
2006	25.844	1.460	2.319	470.289	17,7	11,1	15,9
2007	27.193	1.442	2.241	485.719	18,9	12,1	15,7
2008	29.149	1.531	1.586	ND	19,0	18,4	

Fonte: Anuários Estatísticos e Relatório de Gestão Anual de 2008.

Notas: 1) Alunos regulares ativos, no 2º semestre de cada ano, dos cursos de graduação e de pós-graduação stricto sensu e os residentes; 2) Número de Docentes e servidores ativos; 3) Inclui área construída no Campus Universitário Darcy Ribeiro; 4) Refere-se à área construída em 1992, informada ao MEC e publicada no SIUB; 5) Foram entendidos como tal o somatório do alunado de longa duração, todo o Corpo Docente (permanentes e substitutos) e a força de trabalho técnica e de apoio administrativo (permanentes e temporários).

5.1 Perfil do Corpo Docente²⁴

A legislação disponível a respeito do cargo dos Docentes é o Decreto n. 94.664, de 23/7/1987, que aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos. Internamente; a Universidade dispõe de normativos que regulamentam:

²⁴ Informações baseadas nos normativos internos da FUB e dados da SRH.

- Progressão funcional de Docentes (Resolução CEPE n. 13/1989, de 9/11/1989, que regulamenta o art. 16 do Decreto n. 94.664/1987).
- Progressão funcional para classe de Professor Associado (Resolução CEPE n. 158/2006, de 2/8/2006). A progressão contemplará os requisitos cumulativos: I - estar há dois anos, no mínimo, no último nível da classe de Professor Adjunto; II - possuir título de Doutor ou Livre-Docente; III - ser aprovado em avaliação de desempenho acadêmico.
- Progressão funcional horizontal na classe de Professor Associado (Resolução CEPE n. 96/2008, de 13/5/2008, que regula o art. 5º da Resolução do CEPE n. 158/2006).
- Progressão funcional para a Classe de Professor Associado da Carreira de Magistério Superior (Resolução do CEPE n. 165/2008, de 6/10/2008).

Os critérios de seleção e autorizações específicas do Ministério Público e Ministério da Educação obedecem à Lei n. 8.112/1990, mediante concurso público por edital. Os procedimentos para substituições de Docentes baseiam-se na Lei n. 8.745/1993, em conformidade com os critérios de vacância para contratação temporária ou eventual. A expansão do quadro ocorre em conformidade com os programas estabelecidos pelo Governo Federal, como o REUNI, tópico específico deste documento.

A titulação dos Docentes, na série histórica 2006 a 2009, é apresentada a seguir, na Tabela 25. Observa-se crescimento de Professores com título de graduado, especialista, e mestre com 70%, 55% e 32%, respectivamente, comparando-se os números de 2009 com 2006. Vale ressaltar que estão inclusos no demonstrativo abaixo os Docentes dos novos campi.

Tabela 25: Evolução de Titulação Docente, 2006 a 2009

	Titulação	2009	2008	2007	2006
UnB	Pós-Doutor	1	1	1	1
	Doutor	1361	1271	1129	1119
	Mestre	325	278	236	220
	Especialista	20	16	10	9
	Graduado	124	81	45	37
	Livre Docente	1	1	1	1
	Segundo grau completo	1	0	0	0
	Soma	1833	1648	1422	1387
HUB	Doutor	1	1	1	1
	Mestre	1	1	1	1
	Soma	2	2	2	2
Total		1835	1650	1424	1389

Fonte: SRH, 2009.

Nota:

1) Inclui um Professor com o título de livre Docente em cada ano da série 2006-2009.

A seguir, a Tabela 26 demonstra o regime de trabalho dos Docentes no período 2006 a 2009.

Tabela 26: Docentes por Regime de Trabalho, 2006 a 2009

	Jornada	2009	2008	2007	2006
UnB	12	5	5	5	5
	20	152	125	95	87
	40	245	137	57	39
	DE	1.431	1.381	1.265	1.256
	Soma	1.833	1.648	1.422	1.387
HUB	DE	2	2	2	2
Total		1.835	1.650	1.424	1.389

Fonte: SRH, 2009.

A próxima Tabela evidencia a experiência profissional dos Docentes no magistério superior ao longo de várias décadas. Da análise dos dados, constata-se que a 35% dos Professores iniciaram suas atividades na série que compreende os anos de 2005 a 2009 (Tabela 27).

Tabela 27: Docentes por Tempo de Serviço

Série Histórica	Número Docentes
2005 a 20092	643
2000 a 2004	165
1994 a 19993	430
1993 a 1989	221
1984 a 1988	170
1979 a 1983	101
1974 a 1978	79
1969 a 1973	25
Anteriores a 1969	3
Total	1837

Fonte: SRH, 2009, com adaptações.

Notas:

- 1) Tempo de exercício independente da assunção de cargos administrativos e licenças de interesse pessoal.
- 2) Dados de 2009 até o primeiro semestre/2009.
- 3) Não consta registro de Docentes, no sistema da SRH, referente ao ano de 1999.

5.2 Perfil do Corpo Técnico-Administrativo²⁵

A estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação, no âmbito das IFEs vinculadas ao Ministério da Educação, está regulamentada pela Lei n. 11.091, de 12/1/2005. O referido plano está estruturado em cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E) e abrange a progressão por capacitação profissional, progressão por mérito profissional (a cada 18 meses em efetivo exercício) e incentivo à qualificação ao servidor que possuir educação formal superior para o cargo de que é titular. Para subsidiar o enquadramento dos cargos dos servidores, a UnB instituiu Comissão de Enquadramento composta por servidores integrantes do Plano de Carreira e representantes da Administração Superior.

²⁵ Informações extraídas do Relatório de Gestão 2008.

A seguir, são abordados aspectos acerca dos programas de capacitação e aperfeiçoamento, bem como o programa de avaliação de desempenho, em atendimento ao disposto no art. 24 da Lei supracitada, que determina que o PDI da Instituição contemple plano de desenvolvimento dos integrantes do plano de carreira. Cabe relatar que o cronograma de alocação de novas vagas está consubstanciado no capítulo deste documento que trata sobre o REUNI.

A necessidade de promover ações voltadas à qualificação de colaboradores em geral e dos ocupantes de cargos de chefia levou à implantação do Programa de Educação Corporativa da FUB que atua por meio da Coordenadoria de Capacitação (PROCAP). Via de regra, as atividades de capacitação são de três tipos: a) as desenvolvidas diretamente pela Secretaria de Recursos Humanos (SRH), que contrata os instrutores e promove os cursos demandados por gestores ou colaboradores; b) as desenvolvidas em parceria com unidades acadêmicas, como é o caso da Especialização em Gestão Universitária promovida pela FACE; c) aquelas cuja promoção é de responsabilidade exclusiva de unidades acadêmicas e centros, e que, atendendo a normas internas da Universidade de Brasília, oferecem vagas a integrantes da força de trabalho da Instituição. Neste caso, o preenchimento das vagas é monitorado pela SRH, a quem cabe definir os critérios de preenchimento e indicar o participante.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Capacitação, em 2008, conforme Tabela 28, cabem os seguintes destaques:

- As ações de treinamento e formação compreenderam 2.355 participantes, sendo 1.665 pessoas capacitadas pela própria SRH/PROCAP, 30 pessoas em eventos externos e 660 pessoas participantes de cursos, mediante bolsas concedidas. Os investimentos, diretos e indiretos, em capital intelectual estão estimados em R\$ 1.158,8 milhões.
- Os investimentos diretos do PROCAP/SRH totalizaram R\$ 363,7mil, beneficiando 1.665 colaboradores em cursos financiados com recursos consignados no orçamento da FUB.
- As parcerias com outras unidades da Universidade viabilizaram 2.355 participações em cursos, que representaram investimento em capital intelectual da ordem de R\$ 1.158,8 milhões. A maior parte das participações, considerando as parcerias, está concentrada no grupo das unidades não acadêmicas 68,3%, com destaque para o HUB (303), a SRH (153), a PRC (120), a BCE (148) e o DAC (106). Com relação às unidades acadêmicas (31,7%), destacam-se as seguintes unidades: a FT (101 participações), o IL (74) e o IB (54).

Informações detalhadas a respeito da capacitação, por unidade da FUB, em 2008, estão disponíveis no Relatório de Gestão 2008, localizados no sítio da Secretaria de Planejamento (www.spl.unb.br/documentos).



Tabela 28: FUB/UnB: Capacitação, Origem dos Gastos e Valores Investidos em 2008

Centros de Custo	Capacitação realizada pela SRH/PROCAP		Eventos Externos		Valores das Bolsas		Pessoas Treinadas		Investimento em Capital Intelectual (R\$ 1,00)	
	Pessoas	Valores Gastos (R\$ 1,00)	Pessoas	Valores Gastos (R\$ 1,00)	Pessoas	Valores Gastos R\$	nº	%	R\$	%
Unidades Administrativas										
ACS	1	109					1	0,0	109	0,0
ADI					1	400	1	0,0	400	0,0
AUD	10	1.047			4	15.880	14	0,6	16.927	1,5
BCE	128	31.623			20	5.960	148	6,3	37.583	3,2
CAL	1	109					1	0,0	109	0,0
CCA	1	109					1	0,0	109	0,0
CDS	3	505					3	0,1	505	0,0
CDT	5	706			6	12.085	11	0,5	12.791	1,1
CEAD	4	1.046			4	1.550	8	0,3	2.596	0,2
CEAM	4	589			9	3.220	13	0,6	3.809	0,3
CEDOC	8	1.943			3	1.250	11	0,5	3.193	0,3
CEFTRU	3	684			1	5.200	4	0,2	5.884	0,5
CENESP					1	440	1	0,0	440	0,0
CEPLAN	6	653			2	10.100	8	0,3	10.753	0,9
CEPPAC	2	388					2	0,1	388	0,0
CESPE	17	4.553			16	36.660	33	1,4	41.213	3,6
CET	12	1.931			4	2.080	16	0,7	4.011	0,3
CID					2	640	2	0,1	640	0,1
CIFMC	2	837			3	500	5	0,2	1.337	0,1
CME	31	7.585			4	9.110	35	1,5	16.695	1,4
CPAB	6	653					6	0,3	653	0,1
CPCE	1	287			3	1.480	4	0,2	1.767	0,2
CPD	86	12.316			11	3.425	97	4,1	15.741	1,4
CRAD	1	109					1	0,0	109	0,0
DAA					2	1.280	2	0,1	1.280	0,1
DAC	18	3.220			8	15.130	26	1,1	18.350	1,6
DAC/CTR	1	100					1	0,0	100	0,0
DAC/DDS	16	3.349					16	0,7	3.349	0,3
DAC/DDS/SME	1	287					1	0,0	287	0,0
DAC/DDS/SPS	4	793					4	0,2	793	0,1
DAC/DEA	26	5.501					26	1,1	5.501	0,5
DAC/DSA	3	318					3	0,1	318	0,0
DAC/ODJ	7	762					7	0,3	762	0,1
DAC/ODT	3	327					3	0,1	327	0,0
DAC/SAM	14	3.132					14	0,6	3.132	0,3
DAC/SAM/JMO	2	396					2	0,1	396	0,0
DAC/SME	3	505					3	0,1	505	0,0
DAF	5	902			7	53.400	12	0,5	54.302	4,7
DAF/DCF	2	218					2	0,1	218	0,0
DAF/DOR	1	109					1	0,0	109	0,0
DAF/DRM/PAT	6	1.629					6	0,3	1.629	0,1
DAIA			1	1.851	1	200	2	0,1	2.051	0,2



Centros de Custo	Capacitação realizada pela SRH/PROCAP		Eventos Externos		Valores das Bolsas		Pessoas Treinadas		Investimento em Capital Intelectual (R\$ 1,00)	
	Pessoas	Valores Gastos (R\$ 1,00)	Pessoas	Valores Gastos (R\$ 1,00)	Pessoas	Valores Gastos R\$	nº	%	R\$	%
DATAUnB	3	505					3	0,1	505	0,0
DCF	5	723	1	394	1	200	7	0,3	1.317	0,1
DDS					6	1.940	6	0,3	1.940	0,2
DDS/SME	1	109					1	0,0	109	0,0
DDS/SPS	20	3.380					20	0,8	3.380	0,3
DEA	2	218			2	840	4	0,2	1.058	0,1
DEG	4	436			3	700	7	0,3	1.136	0,1
DEG/DAIA	5	1.211					5	0,2	1.211	0,1
DEX	4	597			25	11.320	29	1,2	11.917	1,0
DEX/DTE	2	396					2	0,1	396	0,0
DEX/EXE	2	837					2	0,1	837	0,1
DEX/GTRA	1	418					1	0,0	418	0,0
DPP	6	1.312			2	4.715	8	0,3	6.027	0,5
DRM					7	1.835	7	0,3	1.835	0,2
DRM/SAL	1	287					1	0,0	287	0,0
DRM/SCI	2	218					2	0,1	218	0,0
DRM/SCN	2	575					2	0,1	575	0,0
EDU	10	2.327			5	18.880	15	0,6	21.207	1,8
FAL	64	29.123					64	2,7	29.123	2,5
GRE	11	1.661			6	1.695	17	0,7	3.356	0,3
GRE/INT	4	1.102					4	0,2	1.102	0,1
HUB	251	52.994	3	1.543	33	109.830	287	12,2	164.367	14,2
HUB/CCP	1	109					1	0,0	109	0,0
HUB/CME	3	946					3	0,1	946	0,1
HUB/CMI	9	980					9	0,4	980	0,1
HUB/CPA	3	1.124					3	0,1	1.124	0,1
INT					6	1.795	6	0,3	1.795	0,2
INTERFOCO	1	287			6	1.200	7	0,3	1.487	0,1
NEAGRI	1	100					1	0,0	100	0,0
PAT					1	300	1	0,0	300	0,0
PJU					2	6.040	2	0,1	6.040	0,5
PJU	3	505					3	0,1	505	0,0
PPGHIS	1	109					1	0,0	109	0,0
PRC	38	11.265			16	29.510	54	2,3	40.775	3,5
PRC/CEPLAN	1	109					1	0,0	109	0,0
PRC/CMA	2	915					2	0,1	915	0,1
PRC/CMCL	6	2.388					6	0,3	2.388	0,2
PRC/COPP	6	1.141					6	0,3	1.141	0,1
PRC/COR	28	8.627					28	1,2	8.627	0,7
PRC/PPP	1	100					1	0,0	100	0,0
PRC/DAL	7	703					7	0,3	703	0,1
PRC/DENA	13	2.104					13	0,6	2.104	0,2
PRC/DENA/CCV	2	706					2	0,1	706	0,1
RU	15	4.392			1	100	16	0,7	4.492	0,4
SAA	35	7.281			6	14.780	41	1,7	22.061	1,9
SAA/DAIA/SOL	2	396			28	67.910	30	1,3	68.306	5,9
SAA/DEG	2	209					2	0,1	209	0,0



Centros de Custo	Capacitação realizada pela SRH/PROCAP		Eventos Externos		Valores das Bolsas		Pessoas Treinadas		Investimento em Capital Intelectual (R\$ 1,00)	
	Pessoas	Valores Gastos (R\$ 1,00)	Pessoas	Valores Gastos (R\$ 1,00)	Pessoas	Valores Gastos R\$	nº	%	R\$	%
SAA/DEG/DAIA	4	793					4	0,2	793	0,1
SCA	10	1.616					10	0,4	1.616	0,1
SCN	2	575					2	0,1	575	0,0
SCO	2	218					2	0,1	218	0,0
SCO/DAF	1	100					1	0,0	100	0,0
SECOM	3	505	1	1.960			4	0,2	2.465	0,2
SEI	4	793			1	600	5	0,2	1.393	0,1
SER	1	109					1	0,0	109	0,0
SGP	73	9.829			1	300	74	3,1	10.129	0,9
SINTFUB					1	440	1	0,0	440	0,0
SIS					1	310	1	0,0	310	0,0
SOC					2	740	2	0,1	740	0,1
SPL	26	4.767	2	760	9	24.025	37	1,6	29.552	2,6
SRH	106	20.889	20	20.733	27	47.155	153	6,5	88.777	7,7
FUP	1	109			1	300	2	0,1	409	0,0
VRT	8	1.203			4	8.400	12	0,5	9.603	0,8
Subtotal	1.265	273.765	28	27.241	315	535.850	1.608	68,3	836.856	72,2
Unidades Acadêmicas										
FAC	4	793			7	13.005	11	0,5	13.798	1,2
FAC/CO	1	109					1	0,0	109	0,0
FACE	5	1.211			42	23.710	47	2,0	24.921	2,2
FACE/ADM	1	100					1	0,0	100	0,0
FACE/CID	4	776					4	0,2	776	0,1
FACE/ECO	34	6.144					34	1,4	6.144	0,5
FACE/PPGA	2	575					2	0,1	575	0,0
FAU	7	1.995			3	1.420	10	0,4	3.415	0,3
FAV	29	7.028			7	2.710	36	1,5	9.738	0,8
FAV/HVET	1	287			1	760	2	0,1	1.047	0,1
FCE	19	2.401					19	0,8	2.401	0,2
FCG	1	109					1	0,0	109	0,0
FD	4	971			3	500	7	0,3	1.471	0,1
FD/TRF	2	527					2	0,1	527	0,0
FE	14	3.965			5	12.240	19	0,8	16.205	1,4
FE/TEF	1	109					1	0,0	109	0,0
FEF	7	1.869			10	15.840	17	0,7	17.709	1,5
FGA	6	832					6	0,3	832	0,1
FM	16	3.912			2	1.000	18	0,8	4.912	0,4
FM/MOR	2	396					2	0,1	396	0,0
FM/NMT	2	396					2	0,1	396	0,0
FS	4	737			12	19.520	16	0,7	20.257	1,7
FS/ODT	1	418					1	0,0	418	0,0
FT	35	13.435	2	857	26	23.130	63	2,7	37.423	3,2
FT/EFL	1	109					1	0,0	109	0,0
FT/ENC	5	1.072					5	0,2	1.072	0,1
FT/ENE	18	5.958					18	0,8	5.958	0,5
FT/ENM	13	1.764					13	0,6	1.764	0,2
FT/SAA	1	109					1	0,0	109	0,0
FUP	11	2.091					11	0,5	2.091	0,2



Centros de Custo	Capacitação realizada pela SRH/PROCAP		Eventos Externos		Valores das Bolsas		Pessoas Treinadas		Investimento em Capital Intelectual (R\$ 1,00)	
	Pessoas	Valores Gastos (R\$ 1,00)	Pessoas	Valores Gastos (R\$ 1,00)	Pessoas	Valores Gastos R\$	nº	%	R\$	%
GAMA					1	300	1	0,0	300	0,0
IB	22	4.549			12	3.920	34	1,4	8.469	0,7
IB/BOT	3	327					3	0,1	327	0,0
IB/CEL	6	1.272					6	0,3	1.272	0,1
IB/CFS	2	218					2	0,1	218	0,0
IB/FIT	4	776					4	0,2	776	0,1
IB/GEA	1	287					1	0,0	287	0,0
IB/GEM	2	396					2	0,1	396	0,0
IB/ZOO	2	396					2	0,1	396	0,0
ICS	2	218			4	1.960	6	0,3	2.178	0,2
ICS/SOL	3	505					3	0,1	505	0,0
IdA					46	17.750	46	2,0	17.750	1,5
IdA/DIN	1	287					1	0,0	287	0,0
IdA/MUS	1	100					1	0,0	100	0,0
IdA/VIS	3	684					3	0,1	684	0,1
IE	5	1.024			17	7.160	22	0,9	8.184	0,7
IE/CIC	10	1.446					10	0,4	1.446	0,1
IE/CID	1	287					1	0,0	287	0,0
IE/EST	3	684					3	0,1	684	0,1
IE/MAT	4	606					4	0,2	606	0,1
IF	10	2.675			8	13.545	18	0,8	16.220	1,4
IFC	1	287					1	0,0	287	0,0
IG	11	1.530			1	640	12	0,5	2.170	0,2
IG/SIS	2	396					2	0,1	396	0,0
IH	7	1.233			36	15.075	43	1,8	16.308	1,4
IH/FIL	3	505					3	0,1	505	0,0
IH/GEA	2	527					2	0,1	527	0,0
IL	8	1.560			60	23.505	68	2,9	25.065	2,2
IL/LET	1	287					1	0,0	287	0,0
IL/TEF	1	418					1	0,0	418	0,0
IL/TEL	4	1.543					4	0,2	1.543	0,1
IP	3	488			15	12.660	18	0,8	13.148	1,1
IP/CAEP	3	497					3	0,1	497	0,0
IP/PED/ PGPDS	1	109					1	0,0	109	0,0
IP/PPB	1	109					1	0,0	109	0,0
IPOL	3	862			1	640	4	0,2	1.502	0,1
IQ	5	1.211			23	9.100	28	1,2	10.311	0,9
IREL	7	1.290			3	11.145	10	0,4	12.435	1,1
LET	1	109					1	0,0	109	0,0
Subtotal	400	89.901	2	857	345	231.235	747	31,7	321.993	27,8
Total geral	1.665	363.666	30	28.098	660	767.085	2.355	100,0	1.158.849	100,0

Fonte: Relatório de Gestão 2008.

No âmbito da FUB, a Resolução do Conselho de Administração (CAD) n. 9/2008, de 14/11/2008, regulamentou o Programa de Gestão e Avaliação do Desempenho (PROGED) dos técnicos-administrativos em educação. Esse programa constitui processo pedagógico, coletivo e participativo que implementa



o gerenciamento contínuo e sistematizado do desempenho dos servidores técnico-administrativos em educação e demais colaboradores ocupantes ou não de função gerencial, compondo, com os demais processos gerenciais, instrumento de gestão de pessoas na sua relação com o trabalho e com os objetivos da Instituição. Por ser uma iniciativa recente da Administração, estão sendo realizados treinamentos com os agentes de avaliação, uma vez que o programa envolve as etapas de negociação, acompanhamento e avaliação e será executado em meio eletrônico, mediante senha pessoal. Informações adicionais estão disponíveis no sítio <http://www.unb.br/servidor/capacitacao>.

6 Organização Administrativa e Acadêmica da UnB

A organização acadêmica e administrativa da Instituição está disposta nos seus normativos internos, a saber: Estatuto da FUB, Estatuto da UnB e Regimento Geral da UnB. Neste capítulo, estão dispostos: composição, competências e funcionamento dos órgãos colegiados, além da estrutura organizacional da FUB.

6.1 Estatuto da Fundação Universidade de Brasília

O Estatuto da FUB dispõe no seu capítulo II (artigos 5º ao 15) a respeito dos órgãos da Fundação Universidade de Brasília, quais sejam: o Conselho Diretor e o Presidente. O primeiro exerce o governo da Fundação e administração da Universidade e o Presidente, como órgão executivo do Conselho Diretor, será também o Reitor da Universidade. O conselho Diretor será constituído de seis membros efetivos e dois suplentes, com mandato de quatro anos, permitida a recondução. O Conselho reunir-se-á com a maioria de seus membros, deliberando por quatro votos pelos menos: *ordinariamente*, uma vez por mês e em dois períodos de cinco sessões consecutivas na primeira quinzena dos meses de janeiro e de julho de cada ano e *extraordinariamente*, sempre que convocado pelo Presidente ou pela metade de seus membros.

O capítulo III do Estatuto da FUB, por sua vez, (artigos 16 e 17) dispõe acerca da competência dos órgãos da FUB.

Compete ao Conselho Diretor (artigo 16):

- I. eleger seu Presidente (assunto tratado pela Lei n. 5.450/1968, alterada pela Lei n. 9.192/1995 c/c o Decreto n. 1.916/1996, alterado pelo Decreto n. 6.264/2007); (ver item 1.1.1.1);
- II. escolher livremente o Vice-Reitor (assunto tratado pela Lei n. 5.450/1968, alterada pela Lei n. 9.192/1995 c/c o Decreto n. 1.916/1996, alterado pelo Decreto n. 6.264/2007); (ver item 1.1.1.1);
- III. elaborar seu regimento;
- IV. estabelecer as diretrizes e planos quinquenais para o desenvolvimento da Universidade;
- V. instituir as unidades componentes da Universidade e aprovar os respectivos regimentos;
- VI. elaborar o Estatuto da Universidade, a fim de submetê-lo à aprovação do Poder Executivo;
- VII. deliberar sobre a administração dos bens da Fundação, promover-lhes o incremento e aprovar a aplicação de recursos e a realização de operações de crédito;



- VIII. delegar poderes para a representação da Fundação e da Universidade junto a entidades nacionais estrangeiras ou internacionais;
- IX. aprovar a realização de convênios ou acordos com entidades públicas e privadas que importem em compromisso para a Fundação.
- X. decidir sobre a aceitação de doações e subvenções de qualquer natureza;
- XI. examinar e julgar, no primeiro trimestre de cada ano, o relatório anual de atividades da Fundação e da Universidade e respectivas prestações de contas, referentes ao exercício anterior; (grifo nosso)
- XII. aprovar, no segundo período de sessões de cada ano, o plano de atividades da Fundação e da Universidade e respectivo orçamento para o exercício seguinte; (grifo nosso)
- XIII. autorizar despesas extraordinárias ou suplementares justificadas pelo Reitor;
- XIV. estabelecer normas para a admissão, remuneração, promoção, punição e dispensa do pessoal da Fundação e da Universidade e organizar os respectivos quadros;
- XV. solicitar anualmente ao Governo Federal a inclusão no seu orçamento das dotações necessárias (Lei n. 3.998/1961, de 15/12/1961);
- XVI. julgar os recursos que forem interpostos pelos órgãos colegiados contra decisões do Reitor, do Vice-Reitor e de qualquer órgão colegiado da Universidade;
- XVII. decidir acerca dos vetos do Reitor.
- XVIII. propor ao Poder Executivo a reforma do presente Estatuto;
- XIX. resolver sobre os casos omissos.

Compete ao Presidente da FUB (artigo 17):

- I. representar a Fundação e a Universidade em juízo e fora dele e em suas relações com os poderes da República;
- II. convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor;
- III. velar pela observância das disposições legais e estatutárias e dar execução às resoluções do Conselho Diretor;
- IV. superintender a administração da Fundação;
- V. diligenciar a boa marcha dos trabalhos da Fundação e zelar pela regularidade e aperfeiçoamento de todos os seus serviços;
- VI. apresentar ao Conselho Diretor balancetes periódicos e relatórios

parciais sobre o desenvolvimento das atividades da Fundação no decorrer do exercício;

- VII. apresentar ao Conselho Diretor, no primeiro período de sessões de cada ano, a prestação de contas da sua gestão no ano anterior;
- VIII. admitir e dispensar servidores, na conformidade das normas aprovadas pelo Conselho Diretor;
- IX. submeter à ratificação do Conselho Diretor as nomeações para os cargos de direção;
- X. apreciar os relatórios anuais das unidades da Fundação e da Universidade e aprovar os planos anuais de atividades e as propostas orçamentárias para sua execução;
- XI. coordenar a elaboração dos documentos a que se referem os itens XI e XII do art. 16 e coligir os dados necessários à fundamentação do pedido de que trata o item XV do mesmo artigo, submetendo estes e aqueles à apreciação do Conselho Diretor;
- XII. dar parecer prévio sobre a prestação de contas dos diversos órgãos da Fundação e da Universidade; (grifo nosso)
- XIII. exercer o direito de veto sobre as resoluções e qualquer dos órgãos colegiados ou autoridades executivas da Universidade.

6.2 Estatuto da Universidade de Brasília

O Estatuto da Universidade de Brasília, no seu Título II (artigos 5º ao 44), dispõe sobre a estrutura acadêmica e administrativa da UnB, referente à sua organização, gestão, administração superior (conselhos superiores e reitoria), unidades acadêmicas (gestão e departamentos), órgãos complementares e centros.

A UnB está organizada da seguinte forma (artigo 6º):

- I. Conselhos Superiores.
- II. Reitoria.
- III. Unidades Acadêmicas.
- IV. Órgãos Complementares.
- V. Centros.

Nas instâncias deliberativas, de acordo com o art. 8º do Estatuto, a UnB observará os seguintes princípios:

- I. publicidade dos atos e das informações;
- II. planejamento e avaliação periódica de atividades; (grifo nosso)

- III. prestação de contas acadêmica e financeira; (grifo nosso)
- IV. *quorum* mínimo para o funcionamento de órgãos colegiados e para a eleição de dirigentes e representantes;
- V. condições de manutenção e de perda do direito de representação.

6.3 Regimento Geral da UnB

O Regimento Geral da UnB complementa o Estatuto da UnB e regulamenta os aspectos de organização e funcionamento comuns aos vários órgãos e às instâncias deliberativas dispendo sobre a administração universitária, o regime didático-científico, a comunidade universitária e os diplomas, certificados, títulos e honorarias. Neste documento, a ênfase será dada à administração universitária, em que a Administração Superior é responsabilidade dos Conselhos Superiores, como órgãos normativos, deliberativos e consultivos, e da Reitoria, como órgão executivo (artigos 1º ao 47).

Constam desse documento os Conselhos Superiores da UnB: I – Conselho Universitário (CONSUNI); II – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE); III – Conselho de Administração (CAD); IV – Conselho Comunitário. A seguir é apresentado um histórico desses Conselhos e Câmaras.

Conselho Universitário – CONSUNI

O órgão máximo da UnB é o CONSUNI, e tem por atribuições, entre outras (art. 12º):

- I. formular as políticas globais da Universidade;
- II. propor ao Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília a programação anual de trabalho e as diretrizes orçamentárias;
- III. avaliar o desempenho institucional;
- IV. aprovar a criação, a modificação e a extinção das unidades previstas nos incisos III, IV e V do art. 6º desse Estatuto;
- V. propor ao Conselho Diretor da FUB o Regimento Geral e as suas alterações, bem como emendas a esse Estatuto;
- VI. criar cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- VII. apreciar recursos contra atos do Reitor nos casos e na forma definidos no Regimento Geral;
- VIII. aprovar os regimentos internos das Unidades Acadêmicas, Órgãos Complementares e Centros;
- IX. apreciar, em grau de recurso, as decisões do Conselho de Ensino,

Pesquisa e Extensão e do Conselho de Administração, nos casos e na forma definidos no Regimento Geral;

- X. aprovar o Código de Ética;
- XI. aprovar as vinculações orgânicas das Unidades Acadêmicas, Órgãos Complementares e Centros.

Compõem o Conselho Universitário (artigo 13º):

- I. o Reitor, como Presidente;
- II. o Vice-Reitor, como Vice-Presidente;
- III. os Decanos;
- IV. os Diretores das Unidades Acadêmicas;
- V. 5 (cinco) representantes do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- VI.1 (um) representante do Conselho Comunitário, eleito entre seus membros;
- VII.1 (um) representante dos Órgãos Complementares;
- VIII. 1 (um) representante dos Centros;
- IX. 1 (um) representante Docente de cada Unidade Acadêmica, eleito por seus pares;
- X. os representantes discentes, eleitos por seus pares, em número correspondente a 1/5 (um quinto) dos demais membros do Conselho, sendo um quarto dessa representação composta por alunos de pós-graduação;
- XI. os representantes dos servidores técnico-administrativos, eleitos por seus pares, em número correspondente a 1/10 (um décimo) dos demais membros do Conselho;
- XII.1 (um) representante dos ex-alunos da Universidade de Brasília.

Câmaras do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE

De acordo com o art. 6º, o CEPE delibera sobre as matérias acadêmica, científica e artística, sendo a última instância de deliberação para recursos nestas áreas, ressalvados os casos previstos nos incisos XI e XII do art. 4º. O CEPE delibera em plenário ou por meio das Câmaras de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão, presididas pelos respectivos Decanos, ou, ainda, por outras Câmaras criadas em conformidade com o art. 4º. A composição das Câmaras deve possibilitar a representação de todas as Unidades Acadêmicas em cada uma dessas Câmaras. São atribuições das Câmaras do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – cada uma em sua competência – emitir pareceres, analisar propostas

e projetos, regulamentar normas do Conselho e apreciar recursos de decisões dos Conselhos de Institutos e de Faculdades, quando atenderem aos critérios de admissibilidade.

A UnB possui seis câmaras: Câmara de Ensino de Graduação (CEG), de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP), de Administração e Finanças (CAF), de Extensão (CEX), de Assuntos Comunitários (CAC) e Carreira Docente.

Compete ao CEPE regulamentar (art. 7º):

- I. as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- II. a admissão e a transferência de alunos;
- III. a avaliação do desempenho escolar;
- IV. a revalidação de diplomas estrangeiros;
- V. a concessão de bolsas de natureza acadêmica;
- VI. os cursos de graduação e de pós-graduação;
- VII. o aproveitamento de estudos;
- VIII. o ingresso, a avaliação e a progressão na carreira Docente;
- IX. o desligamento e a reintegração de alunos;
- X. a legislação e as normas superiores de sua competência.

Competem, ainda, ao CEPE (art. 8º):

- I. opinar acerca da criação ou da extinção de cursos regulares;
- II. aprovar os currículos e os regimentos dos cursos de graduação, de mestrado e de doutorado;
- III. determinar a composição e as atribuições das Câmaras vinculadas ao Conselho;
- IV. aprovar o calendário universitário e alterações deste;
- V. apreciar, em grau de recurso, decisões de instâncias inferiores sobre matérias de competência deste Conselho, de acordo com o disposto nos artigos 60 e 61;
- VI. deliberar ou opinar sobre outras matérias de sua competência.

Compõe o CEPE (art. 9º):

- I. o Reitor, como Presidente;
- II. o Vice-Reitor, como Vice-Presidente;

- III. os Decanos de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão;
- IV. 1 (um) representante de cada Conselho de Instituto e de Faculdade, eleito entre seus membros;
- V. 1 (um) representante por Unidade Acadêmica, eleito, pelos Docentes nela lotados, entre os coordenadores dos cursos de graduação, dos cursos de pós-graduação e de extensão;
- VI. 2 (dois) representantes dos Centros vinculados à Reitoria, afins a atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, designados pelo Reitor;
- VII. representantes discentes, eleitos por seus pares, em número correspondente a 1/5 (um quinto) dos demais membros do Conselho, sendo 1/4 (um quarto) dessa representação composta por alunos de pós-graduação.

Conselho de Administração – CAD

O Conselho de Administração, conforme art. 11, delibera acerca das matérias administrativa, econômica, orçamentária, financeira e de desenvolvimento de pessoal e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência, em conformidade com a programação anual de trabalho e com as diretrizes orçamentárias. O CAD delibera em plenário ou por meio das Câmaras de Administração e de Assuntos Comunitários, presididas pelos respectivos Decanos, ou, ainda, por outras Câmaras criadas em conformidade com o art. 4º. A composição é definida em Resolução do CAD e deve possibilitar a representação de todas as Unidades Acadêmicas em cada uma destas Câmaras.

Competem ao Conselho de Administração (art. 12):

- I. emitir pareceres e fixar normas em matérias de sua competência;
- II. aprovar o orçamento interno da Universidade;
- III. opinar sobre a aceitação de legados, de donativos e de heranças;
- IV. decidir sobre propostas, indicações ou representações em assunto de sua competência;
- V. regulamentar serviços e programas comunitários;
- VI. regulamentar a moradia estudantil e os imóveis destinados à ocupação por servidores;
- VII. opinar a respeito de projetos relativos à utilização de prédios, de instalações da Universidade e de áreas do Campus;
- VIII. deliberar ou opinar sobre outras matérias de sua competência.

Compõem o Conselho de Administração (art. 13):

- I. o Reitor, como Presidente;
- II. o Vice-Reitor, como Vice-Presidente;
- III. os Decanos de Administração e de Assuntos Comunitários;
- IV. o Prefeito do Campus;
- V. os Diretores de Unidades Acadêmicas;
- VI. 1 (um) representante de cada Conselho de Instituto e de Faculdade, eleito entre seus membros;
- VII.1 (um) representante dos Centros vinculados à Reitoria, designado pelo Reitor;
- VIII. 1 (um) representante dos Órgãos Complementares, designado pelo Reitor;
- IX. representantes discentes, eleitos por seus pares, em número correspondente a 1/10 (um décimo) dos demais membros do Conselho, sendo 1/4 (um quarto) desta representação composta por alunos de pós-graduação;
- X. representantes dos servidores técnicos-administrativos, eleitos por seus pares, em número correspondente a 1/10 (um décimo) dos demais membros do Conselho.

Conselho Comunitário

O Conselho Comunitário, conforme art. 14º, é um órgão consultivo da Administração Superior da Universidade de Brasília, devendo-se reunir uma vez ao ano, ordinariamente, ou quando convocado pelo Reitor ou por requerimento da maioria dos membros do Conselho Universitário ou, ainda, nos termos do art. 48 deste Regimento. São funções do Conselho Comunitário opinar sobre estudos, projetos, planos e relatórios da Universidade e recomendar ações e medidas à Administração Superior. As representações previstas nos incisos III a IX são definidas pelo Conselho Universitário, a cada dois anos.

Compõem o Conselho Comunitário (artigo 16):

- I. o Reitor, como Presidente;
- II. o Vice-Reitor, como Vice-Presidente;
- III. representação de entidades de trabalhadores;
- IV. representação de entidades empresariais;
- V. representação do Governo do Distrito Federal;

- VI. representação da Câmara Distrital;
- VII. representação de organizações governamentais e não-governamentais ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- VIII. representação dos ex-alunos da Universidade de Brasília;
- IX. representação dos aposentados da Universidade de Brasília.

6.3.1 Funcionamento dos Órgãos Colegiados da FUB e da UnB

O Regimento Geral da UnB, nos seus artigos 48 ao 69, dispõe a respeito do funcionamento dos órgãos colegiados.

Os serviços dos colegiados deliberativos são realizados (art. 62):

- I. para os plenos do Conselho de Administração e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, assim como para o Conselho Universitário, pela Secretaria dos Órgãos Colegiados, vinculada ao Gabinete do Reitor;
- II. para os demais colegiados, incluindo as Câmaras do Conselho de Administração e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pelas Secretarias dos Órgãos Executivos, cujos titulares exerçam a presidência de cada colegiado.

A convocação de colegiado deliberativo é feita pelo seu presidente, por escrito, com antecedência mínima de 48 horas, ou, excepcionalmente, por 2/3 (dois terços) dos seus membros, com indicação da pauta de assuntos a ser considerada na reunião. A antecedência de 48 horas pode ser abreviada e a convocação escrita pode ser dispensada quando ocorrerem motivos excepcionais. Em situações de urgência ou de excepcionalidade, o dirigente pode tomar decisões de competência do colegiado que preside, *ad referendum* deste, submetendo sua decisão à apreciação do colegiado, em reunião subsequente (art. 48, §§ 1º e 2º).

Os colegiados deliberam com presença da maioria dos seus membros, exceto nos casos explicitados neste Regimento Geral. Excluem-se da contagem, para o estabelecimento do *quorum* mínimo nas reuniões dos colegiados, os casos em que o membro titular e seu substituto ou suplente, quando houver, encontrarem-se afastados, licenciados ou em gozo de férias. O *quorum* mínimo, quando consideradas as exclusões previstas no § 1º, não pode ser menor que 1/3 (um terço) da composição plena do colegiado. (art. 49, §§ 1º e 2º)

É obrigatório o comparecimento dos membros às reuniões dos colegiados deliberativos de que façam parte, tendo, esta atividade, prioridade sobre outras de natureza acadêmica ou administrativa. A ausência, sem justificativa aceita pelo Presidente do Órgão e do membro de colegiado deliberativo em 3 reuniões consecutivas ou em 6 alternadas, importa a perda da investidura, à exceção dos cargos efetivos e dos mandatos previstos em lei. Da decisão do Presidente do Órgão sobre aceitação de justificativa de falta, cabe recurso ao colegiado, sendo a decisão

deste irrecorrível. Falta contumaz às reuniões de colegiados por membros natos é passível de sanção disciplinar. (art. 51, §§ 1º, 2º e 3º).

Na falta ou no impedimento do Presidente de colegiado deliberativo, a presidência é exercida pelo seu substituto legal, quando houver, e, na falta ou no impedimento deste, pelo Docente mais antigo na Universidade de Brasília, entre os membros do colegiado (art. 52º).

A pauta da reunião do colegiado pode ser alterada no decorrer da reunião, com anuência deste. Para deliberação, prevalece a metodologia de apreciação de pareceres elaborados por membros do colegiado, com prazos, estipulados pelos próprios colegiados, para análise e decisão (art. 53, parágrafo único).

Admite-se solicitação de vista de processo em pauta, por parte de membro de colegiado, antes da deliberação formal, com o objetivo de apresentar parecer adicional fundamentado. A solicitação de vista não pode ter objetivo meramente protelatório. Se a solicitação de vista for contestada por algum membro, o plenário vota, como preliminar, a concessão de vista (art. 54, §§ 1º e 2º).

Os Órgãos colegiados, por proposta de um ou mais de seus membros, podem avocar para si matéria de sua competência que esteja tramitando em instâncias inferiores, quando entenderem que estejam ameaçados direitos individuais, preceitos legais ou princípios de gestão universitária (art. 55).

As deliberações dos colegiados tomam-se por maioria simples de votos dos membros presentes, a partir do mínimo fixado no art. 49, respeitados os casos em que expressamente se exigir maior número de votos. A votação é simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma sempre que uma das duas outras não seja requerida por um ou mais membros do colegiado, nem esteja expressamente prevista. Cada membro de colegiado tem direito apenas a 1 voto nas deliberações, mesmo que pertença a este sob dupla condição. O Presidente de colegiado deliberativo tem também o voto de qualidade (art. 56, §§ 1º, 2º e 3º).

De cada reunião de colegiado deliberativo, lavra-se ata assinada pelo Secretário, que é lida na reunião seguinte, e, após aprovação e subscrição pelo Presidente, é distribuída a todos os membros (art. 57).

Além de aprovações, autorizações, homologações e outras decisões, as deliberações dos órgãos colegiados podem, conforme sua natureza, tomar forma de atos ou resoluções baixados pelos seus presidentes e eventualmente podem ser sujeitos a prazos (art. 58).

Os atos e atas dos órgãos colegiados da FUB e da UnB estão disponíveis na Seção de Órgãos Colegiados da Universidade.

6.4 Estrutura Organizacional da FUB

O Regimento Geral da UnB, nos seus artigos 27 ao 39, dispõe acerca do funcionamento as Unidades Acadêmicas e os Departamentos.

6.4.1 Organização Acadêmica

As Unidades Acadêmicas são organizadas na forma definida em seus Regimentos Internos, que, uma vez aprovados, constituem anexos do Regimento Geral da Instituição. Essas se organizam por áreas amplas de conhecimento em que há tradição consolidada na Universidade, de reconhecidas relevância e qualidade no ensino de graduação e de pós-graduação e em pesquisa e extensão e são criadas ou extintas por processo de emenda ao Estatuto.

As Unidades Acadêmicas são os Institutos e as Faculdades, que têm por atribuições (art. 27º):

- I. coordenar e avaliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão nas respectivas áreas;
- II. decidir sobre a organização interna, respeitado o disposto no Estatuto e neste Regimento Geral;
- III. planejar e administrar os recursos humanos, orçamentários, financeiros e materiais sob sua responsabilidade.

As alterações realizadas no Estatuto da UnB tratam da inclusão de novas Unidades Acadêmicas: IPOL, ICS, IF, IQ, IREL, FAV, FCE, FACE, FD, FEF, FGA, FM e FUP, propostas pelo Conselho Universitário da UnB e aprovadas pelas Resoluções do Conselho Diretor da FUB n. 19/2001, 21/2003, 1/2004 e 6/2006, devidamente publicadas no DOU.

Na sequência, estão dispostos os Conselhos e Colegiados pertinentes às unidades acadêmicas.

Conselho de Instituto ou de Faculdade

As Unidades Acadêmicas têm o Conselho de Instituto ou de Faculdade como órgão máximo deliberativo e de recurso, em matéria administrativa e acadêmica (art. 29).

São atribuições do Conselho de Instituto ou de Faculdade (art. 27):

- I. conduzir o processo interno de escolha de nomes para Diretor e para Vice-Diretor da Unidade;
- II. propor o Regimento Interno da Unidade e suas modificações;
- III. regulamentar, no âmbito da Unidade, as normas baixadas por instâncias superiores;
- IV. decidir sobre alocação interna de recursos orçamentários;
- V. apreciar recurso de decisão do Diretor;
- VI. apreciar, em grau de recurso, as decisões de colegiados menores da Unidade;

- VII. propor a atribuição de honorarias universitárias;
- VIII. propor o afastamento ou a destituição do Diretor da Unidade, na forma da lei e deste Regimento Geral;
- IX. deliberar a respeito da utilização de equipamentos e de instalações sob a guarda da Unidade;
- X. estabelecer normas e critérios de gestão de pessoal lotado na Unidade;
- XI. aprovar projetos de cursos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- XII. apreciar proposta de Departamento sobre destituição do seu Chefe;
- XIII. opinar ou deliberar sobre outros assuntos de sua alçada.

Composição do Conselho de Instituto ou de Faculdade (art. 32):

- I. o Diretor, como Presidente;
- II. o Vice-Diretor, como Vice-Presidente²⁶;
- III. os Chefes de Departamento da Unidade²⁷;
- IV. 1 (um) representante Docente de cada Departamento, eleito em reunião do Colegiado;
- V. representantes dos discentes matriculados nos cursos ministrados pela Unidade;
- VI. representantes dos servidores técnicos-administrativos lotados na Unidade;
- VII. outros representantes.

Colegiados de Curso²⁸

O Regimento Interno de cada Unidade Acadêmica deve definir um ou mais Colegiados de Curso responsáveis pela coordenação didático-científica dos cursos oferecidos pela Unidade (art. 30).

São atribuições do Colegiado de Curso (art. 31):

- I. propor, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o currículo do curso, bem como modificações neste;
- II. propor, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a criação ou a extinção de disciplinas do curso, bem como alterações do fluxo curricular;

²⁶ Compete ao Vice-Diretor exercer as atribuições definidas no Regimento Interno da Unidade e nos Atos de delegação baixados pelo Diretor. Os Diretores e os Vice-Diretores das Unidades Acadêmicas são escolhidos na forma da lei. Nas faltas ou nos impedimentos do Diretor, a Direção é exercida pelo Vice-Diretor. Nas faltas ou nos impedimentos de ambos, a Direção é exercida pelo membro do Conselho de Instituto ou de Faculdade mais antigo no exercício do magistério na Universidade de Brasília.

²⁷ Os representantes definidos nos incisos III e IV excluem-se da composição do Conselho, caso a Unidade não possua Departamento(s) e os representantes referidos nos incisos V a VII são escolhidos de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regimento Interno da Unidade.

²⁸ Composição do colegiado: ver artigo 30 do Regimento Geral da UnB, apud PDI 2002-2006, p. 152.

- III. aprovar os programas das disciplinas, bem como modificações nestes;
- IV. aprovar a lista de oferta de disciplinas para cada período letivo;
- V. zelar pela qualidade do ensino do curso e coordenar a avaliação interna dele;
- VI. decidir ou opinar sobre outras matérias pertinentes ao curso.

Colegiado do Departamento²⁹

O Regimento Geral da UnB também define a estrutura dos departamentos, que, organizados por área de conhecimento, são vinculados às unidades acadêmicas e têm por atribuições principais a coordenação e a execução de atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito de sua competência. Eles têm, como instância deliberativa sobre políticas, estratégias e rotinas acadêmicas e administrativas, o Colegiado do Departamento e, como instância executiva, a Chefia (art. 32):

Competem ao Colegiado do Departamento (art. 34):

- I. elaborar os planos de trabalho do Departamento;
- II. atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal Docente que o integra;
- III. coordenar o trabalho do pessoal Docente, visando à unidade e à eficiência do ensino, da pesquisa e da extensão;
- IV. adotar ou sugerir as providências de ordem didática, científica e administrativa aconselháveis ao bom desenvolvimento dos trabalhos;
- V. aprovar os projetos de pesquisa e os planos dos cursos de especialização, de aperfeiçoamento e de extensão situados no seu âmbito de atuação;
- VI. adotar providências para o aperfeiçoamento do seu pessoal Docente;
- VII. propor, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, o afastamento ou a destituição do respectivo Chefe;
- VIII. decidir ou opinar sobre outras matérias de sua alçada.

A Universidade conta com 25 Institutos e Faculdades responsáveis pelo desenvolvimento das atividades acadêmicas, descritas na Tabela 29, a seguir.

²⁹ A composição do Colegiado do Departamento e a competência do Chefe de Departamento estão descritas no Regimento Geral da UnB, artigos 35 a 37, apud PDI 2002-2006, pp. 153-154.

Tabela 29: UnB – Unidades Acadêmicas por Tipo e por Número de Unidades Vinculadas em 2008

Faculdades		Institutos	
Denominação	Número de Departamentos, Centros ou Núcleos	Denominação	No de Departamentos, Centros ou Núcleos
De Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação	4	De Ciências Biológicas	7
De Comunicação	2	De Ciências Sociais	3
De Arquitetura e Urbanismo	3	De Artes	4
De Agronomia e Medicina Veterinária	-	De Ciências Exatas	3
De Ceilândia	-	De Física	-
De Direito	-	De Geociências	4
De Educação	3	De Ciências Humanas	4
De Educação Física	1	De Letras	3
Do Gama		De Psicologia	5
De Medicina	1	De Ciência Política	2
De Ciências da Saúde	4	De Química	-
De Tecnologia	4	De Relações Internacionais	-
De Planaltina			

6.4.2 Organização Administrativa

O Decreto do Conselho de Ministros que instituiu a FUB e aprovou o seu Estatuto estabelece a Fundação como mantenedora da Universidade de Brasília e define que a sua estrutura terá como órgãos o Conselho Diretor, órgão colegiado máximo da organização, e o Presidente. Em termos de atribuições, cabe ao Conselho estabelecer as diretrizes e planos quinquenais para o desenvolvimento da Universidade, deliberar sobre a administração dos bens integrantes do patrimônio da Fundação e fiscalizar a utilização dos recursos constantes do orçamento da Instituição. A Fundação dispõe, desde então, de quadro próprio de pessoal ao qual estão vinculados todos os servidores Docentes e técnicos-administrativos que atuam na Universidade de Brasília. A estrutura oficial da FUB e da UnB é apresentada no Organograma constante da Figura 03. Para maior acompanhamento da denominação das unidades, sugere-se utilizar a lista de siglas, exposta no final do documento.

Integram à estrutura da Universidade de Brasília os Conselhos Superiores, a Reitoria, as Unidades Acadêmicas, os Órgãos Complementares e os Centros, conforme Figura 04. A Administração Superior da Universidade de Brasília desenvolve as atividades que lhes são atribuídas no Estatuto, por meio de órgão deliberativos superiores, pela Reitoria, definida como órgão executivo, e pelo Conselho Comunitário, de natureza consultiva. Os órgãos colegiados deliberativos e normativos da UnB são: o Conselho Universitário (Consuni), órgão colegiado máximo da Universidade; o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEP) e o Conselho de Administração (CAD). O Conselho Comunitário é constituído por representantes da

UnB, de entidades empresariais, de trabalhadores, do Governo do Distrito Federal, da Câmara Distrital e Organizações Não Governamentais ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

De acordo com o Estatuto da UnB, a Reitoria é integrada por Decanatos, Procuradoria Jurídica, Auditoria e Assessorias. Os Decanatos têm a atribuição de supervisionar e coordenar o desenvolvimento de atividades em suas respectivas áreas de atuação – Ensino de Graduação (DEG), Pesquisa e Pós-Graduação (DPP), Extensão (DEX), Assuntos Comunitários (DAC) e de Administração (DAF) (art. 25).

A Reitoria conta, ainda, com os seguintes órgãos auxiliares: o Gabinete do Reitor (GRE) e a Prefeitura do *Campus* (PRC) (art. 26 do Estatuto da UnB).

De acordo com o organograma da Universidade, atualizado em abril de 2009, integram o Gabinete do Reitor 3 unidades de assessoramento e apoio e 6 secretarias. São órgãos de assessoramento e apoio: a Assessoria de Assuntos Internacionais (INT); o Centro de Planejamento Oscar Niemayer (CEPLAN); e a Coordenação do Cerimonial (CERI). As Secretarias atuam nas áreas de Recursos Humanos (SRH), de Planejamento (SPL), de Gestão Patrimonial (SGP), de Empreendimentos Imobiliários (SEI), de Comunicação (Secom) e Administração Acadêmica (SAA).

A UnB dispõe, em sua estrutura, de Órgãos Complementares que atuam com a finalidade de apoiar o desenvolvimento das atividades acadêmicas e de gestão. Existem, atualmente, seis desses órgãos: a Biblioteca Central (BCE); o Centro de Informática (CPD); a Editora Universidade de Brasília (EDU); a Fazenda Água Limpa (FAL); o Hospital Universitário (HUB); e a Rádio e Televisão Universitária (RAD) (art. 41 do Estatuto da UnB).

Integram, ainda, a Universidade, unidades denominadas centros que desenvolvem atividades de caráter cultural, artístico, científico, tecnológico e de prestação de serviços à comunidade interna e externa. Os Centros, geridos por seus Diretores, que respondem administrativamente por esses órgãos, têm conselhos deliberativos ou consultivos, na forma definida nos seus regimentos internos (art. 42 combinado com o 44)

De acordo com o Organograma Institucional, de abril de 2009, a FUB possui 18 centros que apoiam o ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento das atividades acadêmicas e prestam serviços técnico especializado, conforme classificação abaixo.

Os centros que exercem atividades de apoio ao ensino, pesquisa e extensão:

- Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações (CCOM).
- Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS).
- Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM).



- Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU).
- Centro Internacional de Física da Matéria Condensada (CIFMC).
- Centro Integrado de Ordenamento Territorial (CIORD).
- Centro Transdisciplinar de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural (CETEC).

Os centros que apoiam o desenvolvimento das atividades acadêmicas são:

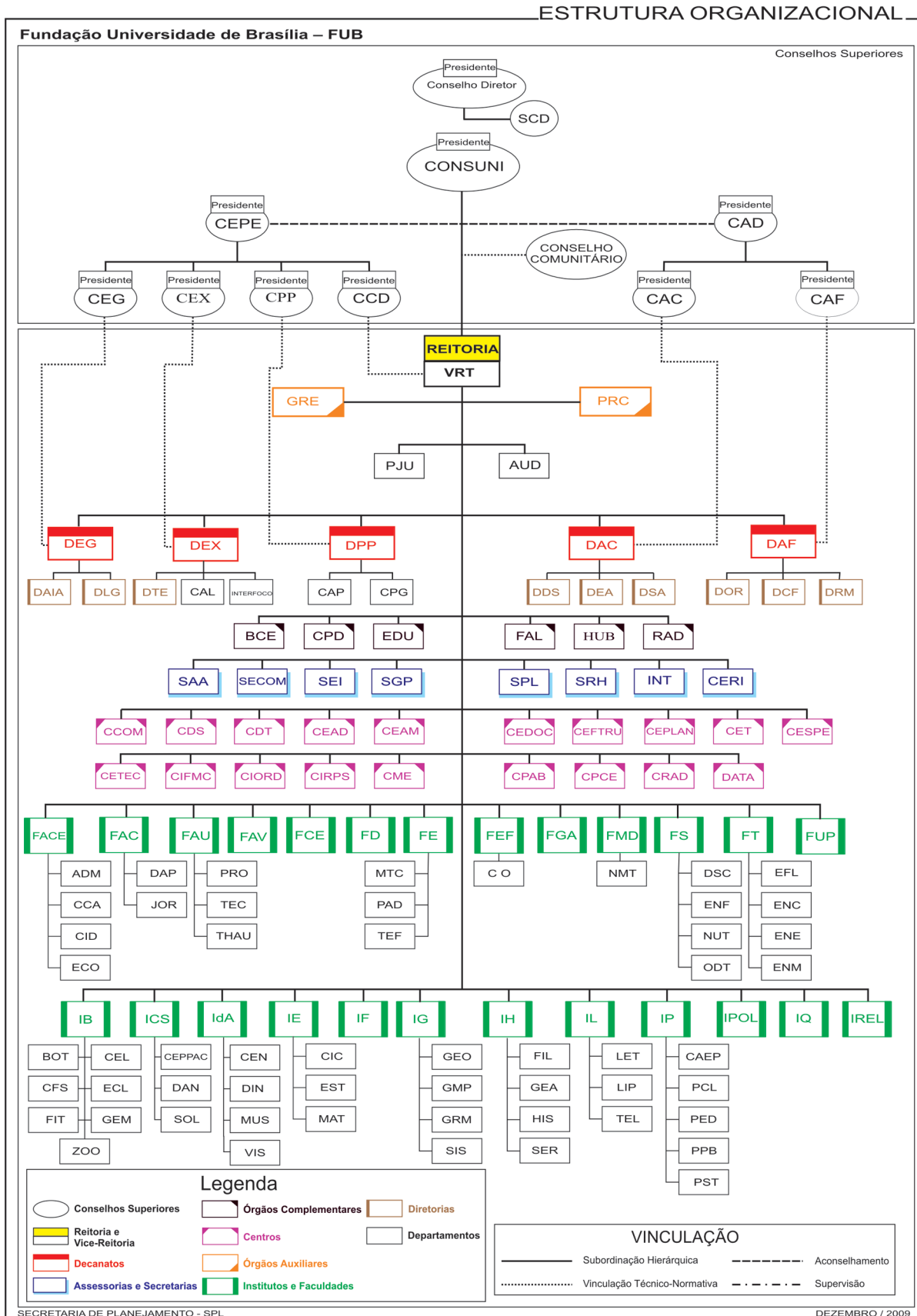
- Centro de Educação a Distância (CEAD).
- Centro de Manutenção de Equipamentos Científicos (CME).

Os centros prestadores de serviços técnico especializados são:

- Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT).
- Centro de Documentação (CEDOC).
- Centro de Pesquisa e Opinião Pública (DATAUnB).
- Centro de Excelência em Turismo (CET).
- Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social (CIRPS).
- Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD).
- Centro de Pesquisa e Aplicação de Bambu e Fibras Naturais (CPAB).
- Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE).
- Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE).

A estrutura descrita anteriormente poderá sofrer modificações substanciais, em função das propostas de reorganização apresentadas pelas Unidades, por ocasião da elaboração de seus planos plurianuais. É conveniente destacar que, em grandes linhas, a estrutura vigente é a mesma desde 1985 e revela-se inadequada ao volume e diversidade de atividades desenvolvidas, em 2008, pela Universidade.

Figura 03: Organograma Institucional



7 Políticas de Atendimento aos Discentes³⁰

Outra dimensão abordada neste documento diz respeito às iniciativas da Instituição com vista a atender às necessidades do público discente.

7.1 Programas e Serviços de Atendimento

Destacam-se as atividades de atendimento à saúde desenvolvidas no âmbito do Hospital Universitário, os atendimentos à população realizados por Docentes e alunos vinculados a Projetos Comunitários de Extensão, o apoio fornecido pelo CESPE para a formação de pessoal e, ainda, as atividades desenvolvidas diretamente pelas unidades acadêmicas, tais como a Faculdade de Educação, Faculdade de Educação Física, Instituto de Psicologia e Faculdade de Direito, conforme apresentado na Tabela 30, a seguir.

Das atividades oferecidas pela Instituição, destacam-se os atendimentos voltados ao ensino especial de deficientes visuais (FE), as competições esportivas (FEF), projetos e bolsas de ação contínua (DEX), apoio ao ensino fundamental com a participação de Professores, alunos e pais em fóruns (CESPE), serviços prestados pelo Núcleo de Prática Jurídica (FD), atendimentos psicológicos (clínica, educação e trabalho) prestados pelo Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (CAEP/IP).

Com vista a agir preventivamente e evitar fatores que possam prejudicar o desempenho acadêmico dos alunos durante a sua permanência na UnB, a Universidade dispõe de atendimentos especiais por meio dos seguintes serviços/programas:

- Programa de Promoção da Saúde Integral do Universitário (PSIU), gerido pelo DAC, que objetiva prevenir a instauração de níveis de estresse no contexto universitário por meio da identificação precoce de alunos em situação de risco, mediante a orientação, encaminhamento e acompanhamento dos calouros.
- Grupo de Intervenção Precoce nas Psicoses (GIPSI/IP) presta atendimento emergencial nas primeiras crises do tipo psicótica.
- Serviço de Orientação ao Universitário (SOU), sob a coordenação do DEG, assessora os estudantes de graduação nas atividades escolares durante toda a permanência no curso, de forma individualizada.
- Serviço de Assistência Médica (SAM), administrado pelo DAC.

Além disso, permanecem os atendimentos à comunidade universitária por meio do Restaurante Universitário (RU) e o Centro Olímpico (CO). No primeiro, são oferecidas três refeições diárias nutricionalmente balanceadas, elaboradas por servidores permanentes e temporários, contratados pela Universidade. O funcionamento do RU é garantido mediante o aporte de recursos próprios, uma vez que os valores cobrados aos usuários são em parte subsidiados. No CO, são oferecidos à comunidade interna e externa cursos e oficinas voltadas a estimular o desenvolvimento de atividades físicas e a melhorar a qualidade de vida dos usuários.

³⁰ Informações extraídas do sítio do DAC e Relatório de Gestão 2008.



Tabela 30: FUB/UnB: Evolução dos Atendimentos Sociais à População do Distrito Federal e de sua Região de Influência, 1998 a 2008.

1- Indicadores	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
1. HUB											
1.1 Pessoas atendidas em consultas (ambul. e emergência)	227.226			147.986	202.003		204.248	215.410	222.353	220.009	183.119
1.2 Internações realizadas	10.063			10.037	10.063		10.441	10.913	10.947	11.865	9.810
1.3 Cirurgias	6.342			4.762	4.445		5.848	6.559	6.386	5.775	6.021
1.4 Partos	1.886			1.521	1.539		1.304	1.402	1.403	867	1.083
1.5 Exames Patologia Clínica	289.469			433.482	600.980		635.859	767.389	863.986	766.116	743.217
2. Extensão											
2.1. Número de projetos de Ação Contínua	26	28	55	80	81	90	115	114	136	168	114
2.2 Bolsas de Projetos de Ação Contínua	103	101	120	274	339	273	287	328	201	200	184
2.3 Público nos Projetos de Ação Contínua	nd	nd	68.841	65.132	63.033	116.279	134.742	63.596	103.330	241.860	2206
2.4 Universidade Solidária atendidos	36	62	8.514	-	-	-	-	-	-	-	*
alfabetizadores capacitados	1.054	1.563	4.780	5.201	3.180	2.050	2.679	9.484	3.007	2.039	*
3. CESPE	50	73	214	222	122	82	123	99	149	136	*
3.1 Apoio ao ensino Fundamental				1.342		2.402	2.291	1.209	444	857	1118
Participantes em Fóruns de Professores				692		1.349	1.797	883	284	808	488
Participantes em Fóruns de Alunos				600		893	459	326	160	44	610
Participantes em Fóruns de Pais				50		160	35	-	-	5	20
3.2 Isenções no Pagamento das Taxas de exame vestibular e PAS							3.863	2.705	2.707	6.226	4.576
3.3 Investimento em Educação Corporativa (sem envolvimento da SRH)							3.190	3.084	3.740	7.312	6.720
3.4 Ações Afirmativas				-		-	10.104	5.348	9.865	19.138	33.905
Ingresso pelo sistema de quotas				-		-	386	577	568	623	718
Apoio a Portadores de Necessidades Especiais (atendimentos)							9.718	4.771	9.297	18.515	33.187
4. Faculdade de Educação Física2											
Projetos de Extensão de Ação Contínua	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.157
Cursos e Eventos de Extensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	598
Competições Esportivas	1.200	1.200	1.200	-	-	-	-	860	1.636	1.475	1.800
5. Faculdade de Educação											



1- Indicadores												
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Ensino Especial - Deficientes Atendimento de apoio	nd	13	18	32	47	61	65	50	76	86	31	
Laboratório de Atendimento aos Deficientes Visuais – N. de atendimentos 2	nd	40	120	500	220	900	1,25	300	350	380	155	
Curso de capacitação de tutores	0	0	0	0	0	0	50	63	73	83	38	
Professores	nd	nd	nd	nd	nd	nd	20	2	2	2	37	
Atendimentos realizados	nd	nd	nd	nd	nd	nd	30	61	71	81	0	
6. Instituto de Psicologia												
Atendimento CAEP 3	4.800	4.200	7.032	6.960	7.560	5.520	5.760	5.522	5.986	9.268	11104	
Faculdade de Direito												
Estagiários	21	20	28	86	111	99	86	98	203	109	116	
Pessoas atendidas	1.234	1.415	1.024	1.006	1.487	1.179	826	1.458	1.054	804	1089	
Ações ajuizadas	256	184	328	248	283	276	333	239	264	213	223	
Causas em andamento	308	215	284	248	260	278	329	258	231	226	278	
Audiências realizadas	180	181	201	207	209	203	271	181	195	132	170	
Sentenças proferidas	nd	nd	270	186	170	256	309	305	279	179	172	

Fonte: FEF, FE, IP e FD, 2008 e Anuários Estatístico.

- Os programas/atendimento da FEF foram reformulados em 2008 em três categorias: Projetos de Extensão de Ação Contínua, Cursos e Eventos de Extensão e Competições Esportivas. Os dados do Relatório de Gestão de 2007 contemplam a série histórica de 1998 a 2007 cujos programas eram Oficinas Infantis, Terceira Idade, Atividades Comunitárias e Capacitação em Massoterapia. Observa-se que houve a manutenção apenas da série de Competições Esportivas.
- O controle do Laboratório de Atendimento aos Deficientes Visuais considera o número de atendimentos realizados e não por pessoas. Assim, vários atendimentos podem estar vinculados a 1 pessoa. Estão incluídos nos atendimentos os Professores, especialistas, alunos e deficientes.
- No ano de 2006, o atendimento do CAEP foi retificado pelo IP passando de 5.312 atendimentos para 5.986.

7.2 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

Destacam-se as atividades voltadas à garantia de acesso e permanência de alunos de baixa renda. No primeiro, constata-se a isenção do pagamento de taxas de inscrição nos exames seletivos (PAS e vestibular). No segundo, a permanência é estimulada pelos programas de bolsa-alimentação, bolsa-permanência e vale-livro. Cabe esclarecer que os alunos de graduação e de pós-graduação oriundos de outras Unidades da Federação podem ser atendidos pelo Programa de Moradia que garante alojamento no Campus, durante o período do curso.

O Decanato Assuntos Comunitários, gestor da política social, cultural e comunitária da UnB, prioriza a política de qualidade de vida da comunidade e atua na realização de estudos socioeconômicos dos programas de assistência estudantil que abrangem as etapas: entrevista, entrega de documentação e análise das informações por equipe de assistente social. Os estudantes são classificados em grupos, a saber:

- Baixa Renda I: situação socioeconômica considerada insuficiente para a manutenção do estudante na Universidade.
- Baixa Renda II: situação socioeconômica considerada parcialmente insuficiente para a manutenção do estudante na Universidade.
- Não Prioritário: situação socioeconômica considerada suficiente para a manutenção do estudante na Universidade.

O Programa de Ações Afirmativas destaca-se por atender a segmentos de baixa renda. O desenvolvimento dessas atividades visa beneficiar os estudantes carentes, além de apoiar segmentos desfavorecidos da população do Distrito Federal, estimulando o acesso e, posteriormente, a permanência de alunos oriundos de núcleos familiares sem condições socioeconômicas de custear a participação de seus membros na educação superior.

A Universidade concede bolsas ao corpo discente de baixa renda para sua fixação no Campus ao longo do período do curso, com vistas a minimizar o nível de evasão. Na sequência, são citados os programas de incentivo à permanência oferecidos pela Instituição:

- Bolsa-Alimentação – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro. Consiste em descontos oferecidos nos preços das refeições servidas no RU do Campus Darcy Ribeiro aos estudantes de baixa renda. Os alunos classificados como baixa renda II pagam R\$ 1,00 e os como baixa renda I, R\$ 0,50.
- Auxílio-Alimentação *campi* de Ceilândia, Gama e Planaltina: concessão de auxílio-alimentação aos alunos inseridos nos grupos socioeconômicos I e II e matriculados nos cursos de graduação presenciais dos *campi* de Ceilândia, Gama e Planaltina até a construção e funcionamento dos Restaurantes Universitários, conforme Resolução da Reitoria n. 55/2009, de 29/5/2009. O valor do benefício perfaz R\$ 240,00 ao mês.



- Bolsa-Permanência. Oferece ao aluno selecionado a oportunidade de desenvolver atividades remuneradas, dentro de sua área de formação acadêmica. São oferecidas 250 bolsas, com carga horária de 60 horas mensais, no valor de R\$ 300,00.
- Vale-Livro. Tem por objetivo facilitar o acesso à aquisição de livros da Editora UnB, aos alunos de baixa renda. Consiste no fornecimento de 5 vales por semestre, que dá direito a 10% de desconto nos livros editados pela EDU, além do oferecido aos demais clientes.
- Moradia Estudantil. Disponibiliza moradia aos estudantes de baixa renda, residentes fora do DF, de graduação, na Casa do Estudante Universitário (CEU) (92 apartamentos) e aos de pós-graduação, no bloco K da Colina (18 apartamentos e 72 vagas).
- Bolsa de Monitoria. Participação dos estudantes, junto ao Professor, de tarefas como planejamento de atividades, preparação de aulas, avaliação e orientação de aluno e realização de trabalhos práticos e experimentais. O valor do benefício é de três parcelas de R\$ 100,00 durante o semestre.
- Bolsa de Monitoria II. Participação de alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado) na prática do ensino no nível de graduação, sob a supervisão do Professor. A bolsa é de R\$ 301,50 e é paga três vezes por semestre.
- Bolsa de Extensão. Desenvolvimento de atividades pelos estudantes com diversificação das relações disciplinares ao entrarem em contato com a sociedade. Os alunos recebem bolsa de R\$ 300,00 por mês.
- Bolsa do Programa de Iniciação Científica (PIC). Participação de estudantes de graduação em projetos de pesquisa, voltado a despertar a vocação científica. As vagas são abertas anualmente, com bolsa de R\$ 300,00.
- Estágios. Atividades remuneradas dentro da Universidade para os estudantes regularmente matriculados na graduação. A SRH/UnB dá prioridade aos alunos de baixa renda para ocupar as vagas.
- Isenção da taxa de inscrição no vestibular e PAS. Atendimento da comunidade externa na análise das solicitações de isenção de taxa de inscrição nos processos seletivos de ingresso com concessão de isenção total ou parcial.

A Tabela 31 apresenta um demonstrativo dos programas de apoio financeiro ao estudante universitário, no período de 1998 a 2008.

Merece esclarecer que das atividades desenvolvidas ao apoio a estudante de baixa renda, a concessão de bolsa-permanência alcançou evolução de 87,6% ao comparar o ano de 2008 em relação ao ano de 1998. A partir de maio de 2007, a remuneração mensal do programa bolsa-permanência passou de R\$ 250,00 para R\$ 300,00.



Tabela 31: FUB: Apoio a Estudantes de Baixa Renda, 1998 a 2008.

Indicadores	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	% (2008/1998)
Bolsa-Alimentação – Número de refeições subsidiadas para estudantes carentes (RU)	131.991	163.742	131.846	187.892	196.412	232.402	182.094	180.839	271.401	139.523	178.050	34,9
Bolsa-Alimentação 1 Beneficiários 2	2.083	1.527	2.321	2.487	2.384	2.554	2.733	2.794	2.754	1.992	1.638	-21,4
Bolsa-Permanência 3 Média mensal de bolsistas	250	250	250	250	250	250	250	250	250	250	300	20,0
Bolsa-Permanência concedidas	1.619	1.627	1.630	1.360	2.445	1.926	1.926	2.289	2.743	2.659	3.037	87,6
Vale-Livros Concedidos 4	385	775	1.040	885	510	810	1.455	1.110	675	350	210	-45,5
Moradia Estudantil 5 – Beneficiários	482	522	518	494	515	494	515	531	638	583	433	-10,2
Moradia Estudantil – Alunos de Graduação/ Mês (DDS)	365	402	408	385	393	392	391	419	520	467	354	-3,0
Moradia Estudantil Alunos de Pós-Graduação/Mês (DDS)	117	120	110	109	122	102	124	112	118	116	109	-6,8

Fonte: Decanato de Assuntos Comunitários/ Diretoria de Desenvolvimento Social, CESPE/Restaurante Universitário, Editora Universidade de Brasília, 2008.

Notas:

- 1) Refere-se ao fornecimento de refeições a estudantes de baixa renda.
- 2) Classificados por estudo socioeconômico nos grupos I e II. No período de 1997 a 2005 os estudantes classificados no grupo I pagavam R\$ 0,50 e no grupo II R\$ 1,00. Os demais estudantes pagam R\$ 2,50.
- 3) Programa Bolsa-Permanência - o bolsista desenvolve 60 horas mensais de atividades, recebendo remuneração mensal de R\$ 300,00, a partir de maio/2007.
- 4) Vale-Livro - Os alunos classificados nos grupos I e II têm direito a retirar 5 vales por semestre. Cada vale dá direito a 10% de desconto na compra de livros editados pela Editora Universidade de Brasília;
- 5) Moradia Estudantil - residências oferecidas pela UnB a estudantes de graduação na Casa do Estudante Universitário (CEU) e aos de pós-graduação no bloco K da Colina.

7.3 Organização Estudantil

Outros programas de incentivo e apoio às atividades esportivas, culturais e de lazer de interesse da comunidade interna e externa podem ser citados, tais como: cinema e vídeo comunitário, música, projeto *tour*, teatro e dança, cultura no RU, olimpíada universitária. O espaço de vivência é utilizado pelos estudantes para o desenvolvimento de atividades artísticas e oficinas.

Além disso, o Centro de Convivência Negra oferece, desde janeiro de 2005, ambiente e serviços de apoio aos universitários negros, especialmente aos que ingressarem pelo Sistema de Cotas para Negros na UnB com disponibilidade de espaço para estudo e reuniões de trabalho e biblioteca de referência para consulta sobre Ações Afirmativas.

7.4 Acompanhamento de Egressos³¹

A metodologia utilizada para a operacionalização da pesquisa de egressos envolveu: definição de estrutura de banco de dados; geração do banco dos egressos dos cursos de graduação da UnB no período de dez anos (1993 a 2002); seleção de uma amostra aleatória simples de ex-alunos formados no período analisado. Posteriormente, procedeu-se a contato telefônico para a obtenção do e-mail do egresso, o que permite a geração de novo e atualizado banco de dados.

Após discussões internas e visita a outras IFES, a fim de conhecer experiências a respeito de pesquisa de egressos, a Comissão Própria de Avaliação da UnB definiu o instrumento “Pesquisa de Egressos Formados da UnB”. Esse instrumento foi elaborado em quatro blocos: I. informações pessoais; II. informações acadêmicas; III. informações profissionais; IV. informações sobre o curso realizado. A versão eletrônica desse instrumento está disponibilizada no sítio da UnB/SPL (www.spl.unb.br). O acesso para responder o instrumento é permitido por meio da matrícula apenas aos egressos selecionados na amostra. A Coordenação de Avaliação da SPL informa ao egresso o número de sua matrícula na época em que era aluno regularmente matriculado. Os dados são armazenados diretamente em uma estrutura que permite exportá-los para outros softwares. Os dados são atualizados e analisados por estagiários-alunos, sob a orientação de um Professor³² do Departamento de Estatística da UnB.

Até o momento, foram elaboradas pesquisas de egressos relativas aos cursos de Desenho Industrial, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Elétrica, Agronomia, Administração (diurno e noturno), Contabilidade (diurno), Biologia (diurno), História, Direito (diurno)³³ e Psicologia.

Na Tabela 32, a seguir, foram destacados alguns resultados.

31 *Informações extraídas da dimensão que trata do acompanhamento de egressos, constante do Relatório de Auto-avaliação da UnB em junho de 2008.*

32 *Professor Doutor José Ângelo Belloni do Departamento de Estatística da UnB.*

33 *Os relatórios dessas pesquisas estão disponíveis no endereço eletrônico www.spl.unb.br.*

Tabela 32: Principais resultados das Pesquisas de Egressos da UnB por curso avaliado.

	Desenho Industrial	Arquitetura e Urbanismo	Engenharia Elétrica	Agronomia	Administração Diurno e Noturno	Contabilidade Diurno	Biologia Diurno	História	Direito - Diurno	Psicologia
Número de respondentes	66	81	77	76	85	77	78	74	86	85
Recebeu auxílio financeiro institucional*	78,8	13,6	33,8	47,4	7,1	88,3	65,4	37,8	12,8	62,4
Participou de atividades acadêmicas:										
Monitoria	50,0	51,9	52,0	63,2	28,2	16,9	61,5	44,6	40,7	67,1
Estágio	65,2	82,7	50,7	80,3	80,0	53,3	91,0	25,7	66,3	84,7
PIBIC/PET	18,9	11,1	37,7	23,7	7,1	-	61,5	37,8	9,3	47,1
Congressos científicos	45,5	45,7	39,0	56,6	32,9	28,6	80,8	43,2	50,0	70,6
Empresas Juniores	22,7	1,2	5,2	4,0	30,6	-	-	-	2,3	12,9
Exerceu atividade remunerada durante a graduação:										
Em outra área	16,7	6,2	28,6	30,3	24,7	44,2	16,5	39,2	22,1	31,3
Na área de formação	56,1	79,0	28,8	29,0	10,6	35,1	32,9	18,9	65,1	38,6
Intervalo de tempo de formatura até o ingresso no primeiro emprego (3 meses)	75,9	70,1	70,6	53,3	73,5	49,0	38,7	32,4	9,3	75,9
Atua na área de formação	69,7	74,0	61,0	48,7	62,4	45,5	53,2	43,2	83,7	
Tem Interesse em retornar à Universidade para:										
Outra graduação	4,6	4,9	2,6	9,2	11,8	14,3	15,4	9,5	5,8	9,4
Mestrado ou doutorado na área	40,9	43,2	40,3	39,5	24,7	27,3	38,5	32,4	57,0	45,9
Mestrado ou doutorado em outra área	18,2	8,7	20,8	10,5	23,5	6,5	7,7	29,7	5,8	10,6
Curso de especialização	15,2	23,5	23,4	18,4	22,4	28,6	7,7	10,8	12,8	16,5
Ingressou na pós-graduação:										
Especialização	13,6	19,7	27,3	22,4	36,5	31,2	7,7	14,9	78,9	43,3
Mestrado	12,3	9,1	28,6	22,4	5,9	1,3	44,9	28,4	19,2	37,3
Doutorado	2,5	4,5	1,3	3,9	1,2	-	21,8	10,8	1,9	19,4

Os egressos também responderam questões abertas, que versavam sobre pontos fortes do curso e pontos a melhorar. Dessas informações, destacam-se a seguir questões mais amplas, comuns à maioria dos cursos pesquisados.

Pontos fortes elencados pelos egressos da maioria dos oito cursos avaliados:

- A qualificação do corpo Docente.
- Os programas de iniciação científica.
- A formação ampla e eclética oferecida pelo curso.
- A multidisciplinaridade proporcionada pela estrutura dos cursos da Universidade.
- O incentivo ao desenvolvimento da capacidade de estudo e autodesenvolvimento.
- Os estágios supervisionados obrigatórios.

Pontos a melhorar elencados pelos egressos da maioria dos oito cursos avaliados:



- Conexão com o mercado de trabalho.
- Atualização do corpo Docente.
- Atualização do currículo do curso.
- Aumento do número de Professores.
- Infraestrutura física.
- Oferta de vagas em algumas disciplinas.

A pesquisa de egressos é considerada como um dos componentes básicos da avaliação institucional. Em 2005, foram concluídas 8 pesquisas de egressos dos seguintes cursos de graduação: Administração diurno e noturno; Agronomia; Arquitetura e Urbanismo; Biologia diurno; Contabilidade diurno; Desenho Industrial; Engenharia Elétrica e História, sendo publicadas as pesquisas de Arquitetura e Urbanismo; Contabilidade Diurno; Desenho Industrial e Engenharia Elétrica. Em 2006, foi concluída a pesquisa de egressos do curso de Direito diurno e, em 2007, o curso de Psicologia. Essas pesquisas abrangem o período de 1993 a 2002 e objetivam obter informações acerca do impacto das ações institucionais na formação dos profissionais.

8 Infraestrutura

8.1 Infraestrutura física³⁴

No ano de 2008, várias iniciativas relativas à melhoria da infraestrutura física da Universidade foram realizadas para impulsionar a manutenção das atividades educacionais, destacando-se as seguintes:

- a. conclusão e recebimento das obras de construção do novo prédio do Instituto de Química (IQ/UnB), da Sala de Alunos da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília (FT/UnB), da terceira etapa da obra de reforma do Departamento de Matemática (MAT), de instalação de dutos para rede lógica no Setor Sul do *Campus*, atendendo IB e IQ;
- b. elaboração do plano diretor dos *campi* de Planaltina e Ceilândia;
- c. elaboração de projetos arquitetônicos e licitação para contratação de empresa especializada para elaboração de projetos complementares das obras contempladas no Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro: Restaurante Universitário, Casa do Estudante Universitário, bloco de salas de aula, módulos de serviço, reforma dos Anfiteatros 2, 5, 6, 15, 16, e 19 do Instituto Central de Ciências (ICC/UnB), dos Anfiteatros 3, 4, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 17 e 18 do Instituto Central de Ciências (ICC/UnB), do Anfiteatro 12 do Instituto Central de Ciências (ICC/UnB), de salas de aula do Instituto Central de Ciências (ICC/UnB);
- d. dos Pavilhões Anísio Teixeira e João Calmon; infraestrutura do Auditório Joaquim Nabuco; mezanino da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UnB), mezanino da Faculdade de Comunicação (FAC/UnB), do Departamento de Ciência da Computação (CIC/IE), do Instituto de Física (IF/UnB), do Instituto de Geociências (IG/UnB), do Instituto de Ciências Humanas (IH/UnB), reforma e adequação das áreas da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária (FAV/UnB), reforma e adequação dos laboratórios existentes, reforma dos laboratórios da Faculdade de Ciências da Saúde (FS/UnB), reforma e construções do Instituto de Artes (IdA);
- e. *Campus* de Ceilândia: Módulos de serviço e apoio comunitário; Quadras e equipamentos esportivos;
- f. *Campus* Gama: Módulos de serviço e apoio comunitário; Quadras e equipamentos esportivos;
- g. *Campus* Planaltina: Módulos de serviço.

³⁴ Informações extraídas do Relatório de Gestão 2008 e PAA 2010 da PRC.

A Universidade, sob a gerência da Prefeitura do Campus, definiu plano de ações delineado até o ano de 2010 que permite maior acesso aos portadores de necessidades especiais. Constam iniciativas quanto à sinalização, adaptação e reforma de áreas internas e externas aos prédios da UnB, a saber:

- reforma e construção de calçadas com aplicação de material antiderrapante;
- adaptação e reforma de rampas nas entradas do prédio;
- rebaixamento de meio-fio para maior acesso aos estacionamentos e calçadas;
- adaptação e reforma dos sanitários nos prédios;
- instalação de elevadores nos prédios do *Campus*;
- adaptação dos auditórios;
- criação de vagas nos estacionamentos;
- sinalização nas calçadas com piso tátil;
- confecção de maquetes táteis.

Durante a vigência do PDI, foram executados os seguintes serviços/ reparos, conforme menção nos relatórios de gestão da Universidade:

- rebaixamento de meio-fio em todo o *Campus*;
- instalação de elevador no ICC pelo CEPLAN;
- adaptação de banheiros nos prédios do ICC e da FSD;
- instalação de 53 placas de sinalização em diversos prédios;
- execução de 1.207,60 m² de calçadas no PMU II, CDT, CESPE;
- vagas adicionadas nos estacionamentos antigos e criação de novas vagas nos novos estacionamentos;
- construção de calçadas na Casa do Estudante.

8.2 Biblioteca³⁵

Na UnB, o apoio às atividades de ensino e pesquisa é propiciado pela Biblioteca Central (BCE) e bibliotecas situadas no Centro de Excelência em Turismo (CET), Hospital Universitário (HUB) e no *campus* de Planaltina (FCE).

A Tabela 33, a seguir, apresenta um demonstrativo do acervo da BCE, CET, HUB e FCE, por título e volume, no período de 2003 a 2007. Em linha gerais, o acervo da FUB, no que tange aos títulos, cresceu 4,6% no ano de 2007 em relação a 2006 e os volumes cresceram 4,9% no ano de 2007 em relação a 2006.

35 Tabelas extraídas do Anuário Estatístico e informações constantes no sítio da Biblioteca Central.



Tabela 33: Evolução do Acervo da BCE, 2003-2007

Tipo	2003		2004(4)		2005		2006		2007	
	Títulos	Volumes	Títulos	Volumes	Títulos	Volumes	Títulos	Volumes	Títulos	Volumes
Acervo por Tipo de Material(1)										
Apostilas	668	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atlas	228	74	179	182	76	182	76	182	77	183
Catálogos	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
CD-Rom	338	8	14	76	39	76	104	164	288	433
Diafilmes	420	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diapositivos (slides)	329	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Discos	3.011	-	-	-	-	-	-	-	94	97
Disquetes	6	-	-	1	1	1	1	1	1	1
Dissertações(2)	-	6.080	10.915	12.421	6.839	12.421	10.383	19.476	11.564	21.718
Materiais Eletrônicos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
DVD	-	-	-	-	-	-	-	-	25	52
Ex-libris	1.252	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Filmes (16mm, 36mm)	154	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fitas cassete	671	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Folhetos	28.161	4.414	5.342	4.490	4.490	5.438	5.752	7.073	5.915	7.302
Fotocópias e reproduções	330	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fotografias	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jogos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Livros	554.049	252.027	418.992	425.375	256.773	425.375	285.346	472.905	296.202	487.145
Manuscritos	5	1	2	12	11	12	9	9	9	9
Mapas	5.884	5	6	192	191	192	1.788	1.881	1.921	2.030
Microfichas	1.488	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Microfilmes	568	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Monografias	-	1	2	7	5	7	11	13	14	17
Partituras	7.004	-	-	5	5	5	8	9	11	12
Periódicos(3)	-	10.023	701.942	11.190	719.579	10.992	845.035	12.767	893.435	19
Relatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Teses (2)	14.466	4.311	4.890	5.272	4.524	5.272	5.855	7.464	6.162	8.053
Videocassetes	2.965	24	27	256	185	256	2.905	4.478	3.114	4.734
Total	622.007	276.968	1.142.311	1.168.815	284.329	1.168.815	323.230	1.358.690	338.171	1.425.228



Tipo	2003		2004(4)		2005		2006		2007		
	Títulos	Volumes	Títulos	Volumes	Títulos	Volumes	Títulos	Volumes	Títulos	Volumes	Ex. Adic.
Acervo do CET por Tipo de Material											
Catálogos	-	-	-	-	-	-	-	-	5	7	-
CD-Rom	-	2	2	2	2	2	61	104	69	114	-
Coleção Especial Embratur	-	51	84	103	175	656	1.209	766	1.425	1	-
Dissertações	-	-	-	-	-	-	-	-	19	19	-
Folhetos	-	5	5	47	54	166	251	211	313	6	-
Gravação de Vídeo	-	36	40	45	51	84	104	89	109	-	-
Livros	-	347	495	578	784	1.561	2.374	1.860	2.781	12	-
Monografias	-	-	-	-	-	-	-	66	66	-	-
Manuscritos	-	331	409	439	516	1	2	1	2	-	-
Mapas	-	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-
Periódicos	-	1	2	1	2	4	14	6	16	-	-
Relatórios	-	-	-	1	1	1	1	8	12	-	-
Teses	-	-	-	2	2	6	6	6	6	-	-
Total	-	774	1.038	1.219	1.588	2.541	4.066	3.107	4.871	19	-
Acervo em Planaltina por Tipo de Material											
Livros	-	-	-	-	-	1.483	1.902	1.812	2.328	6	-
Folhetos	-	-	-	-	-	12	15	12	15	-	-
Dissertações	-	-	-	-	-	3	3	3	3	-	-
Periódicos	-	-	-	-	-	2	3	3	26	-	-
Gravação de vídeo	-	-	-	-	-	1	5	1	5	-	-
CD-Rom	-	-	-	-	-	5	5	8	8	1	-
Total	-	-	-	-	-	1.506	1.933	1.839	2.385	7	-
Acervo do HUB por Tipo de Material											
Livros	-	-	-	-	-	-	-	349	428	2	-
Folhetos	-	-	-	-	-	-	-	10	13	-	-
Periódicos	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	360	442	2	-
Total Acervo Geral	622.007	277.742	1.143.349	285.548	1.170.403	327.277	1.364.689	343.477	1.432.926	370	-
Baixa de material	2.187	-	231	311	387	29	36	-	-	-	-
Biblioteca Digital											
Use das bases de dados da CAPES											
Pesquisa Abstract	-	-	-	-	-	-	-	1.055.463	-	-	-
Download de textos (html + pdf)	-	-	-	-	-	-	-	323.761	-	-	-



Tipo	2003		2004(4)		2005		2006		2007		Ex. Adic.
	Títulos	Volumes	Títulos	Volumes	Títulos	Volumes	Títulos	Volumes	Títulos	Volumes	
Tese em formato eletrônico	-	-	-	-	-	-	-	-	200	-	-
Dissertações em formato eletrônico	-	-	-	-	-	-	-	-	1.092	-	-
Adquirição											
Compra											
Base de dados	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-
Livros	-	-	-	-	-	-	-	-	2.130	-	-
Normas técnicas	-	-	-	-	-	-	-	-	60	-	-
Periódicos	-	-	-	-	-	-	-	-	39	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	2.240	-	-
Doação incorporada ao acervo											
Livros novos	-	-	-	-	-	-	-	-	8.282	-	-
Livros duplicatas	-	-	-	-	-	-	-	-	4.025	-	-
Reposição de livros	-	-	-	-	-	-	-	-	272	-	-
Doação recomendada	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-
CDORom/DVD	-	-	-	-	-	-	-	-	51	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	12.649	-	-
Permuta de periódicos											
Títulos enviados	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Títulos recebidos	-	-	-	-	-	-	-	-	31	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	39	-	-

Fonte: Anuário Estatístico 2007, BCE/UnB.

Notas:

(1) A Coleção Médica, no HUB, está incluída na estatística do Acervo Geral.

(2) Até 2003, as teses e dissertações eram computadas juntas.

(3) A partir de 2000, com a implantação do Sistema Thesaurus, os volumes de periódicos encadernados deixaram de ser tombados manualmente e registrados na estatística. O último dado registrado foi de 78.696 volumes.

(4) Até 2003, os dados eram gerados pelo Setor de empréstimo tendo por base a estatística manual de tombamento do material. Em 2004, com a implantação do Sistema Pergamum, a estatística passou a ser gerada pelo Sistema. Assim, alguns dados não foram completados por estarem incluídos no item livros; outros, ainda, se encontram em processamento técnico.

ND= Não-Disponível.



Os serviços prestados pela BCE incluem os empréstimos de livros e periódicos a diversos públicos (Professores, alunos, técnicos, ex-alunos, usuário externo), pesquisa bibliográfica com acesso disponível pela intranet, orientação e normalização de trabalhos acadêmicos, comutação bibliográfica, biblioteca digital, participação em redes de cooperação e de bibliografia, acessibilidade aos portadores de necessidades especiais. O cronograma de funcionamento é estabelecido para diferentes serviços, e pode ser conferido no sítio da BCE (www.bce.unb.br). No geral, o horário de funcionamento é de segunda a sexta das 7h às 23h45 e sábados, domingos e feriados das 8h às 17h45. A evolução dos serviços prestados pela BCE, no período de 2003 a 2007, pode ser acompanhada na Tabela 34.

Em relação à evolução dos serviços prestados pela BCE, observa-se crescimento ao longo da série 2003-2007 nos seguintes atendimentos ao públicos: servidor (609,8%), Professor (83,9%) e alunos de pós-graduação (66,2%).

Cumprе ressaltar que a queda mais expressiva está relacionada ao atendimento ao usuário externo.

Cabe informar, ainda, que a BCE disponibilizou *link* para sugestão da comunidade universitária na aquisição de bibliografia básica ou complementar.



Tabela 34: Evolução dos Serviços Prestados pela BCE, 2003-2007

Tipo	2003	2004(4)	2005(5)	2006	2007(6)	% (2007/2003)
Atendimento ao Público						
Empréstimos						
Por tipo de Material						
Livros	386.511	265.707	225.205	492.951	313.874	-18,8
Periódicos	5.894	4.405	56	5.538	3.248	-44,9
Total	392.405	270.112	225.261	498.489	317.122	-19,2
Por Categoria de Usuário(1):						
Graduação	290.431	201.763	367.783	337.423	389.009	33,9
Pós-Graduação	55.277	39.627	83.480	73.632	91.860	66,2
Servidores	1.794	6.770	18.135	14.223	12.733	609,8
Professores	9.273	8.549	19.365	12.618	17.055	83,9
Ex-Alunos	10.053	7.184	13.857	10.757	15.775	56,9
Usuário Externo (Instituições cadastradas)	4.486	911	2.391	1.218	445	-90,1
Total	371.314	264.804	505.011	449.871	526.877	41,9
Consulta ao acervo de Coleções Especiais	5.178	2.379	13.378	1.664	1.224	-76,4
Consulta ao acervo da Sala de Reserva	72.497	13.379	13.198	13.854	8.584	-88,2
Balcão de Informações (Referência)	24.465	7.061	5.653	21.573	9.340	-61,8
Pesquisa Bibliográfica	-	-	-	-	2.125	
Treinamentos / Visitas Orientadas	-	-	-	-	86	
Atendimento via e-mail	-	-	-	-	367	
Bases de dados (acessos)						
CAPES(2)	-	292.391	322.630	671.853	ND	
JSTOR	-	43.027	ND	ND	ND	
PROQUEST	-	-	33.986	31.517	ND	
CINAHAL	-	-	1.031	-	-	
SAFARI	-	-	1.584	-	-	
Buscas Bibliográficas	30.061	21.071	2.047	2.212	-	
Sala de pesquisa(3)	-	20.251	3.615	502.000	-	



Tipo	2003	2004(4)	2005(5)	2006	2007(6)	% (2007/2003)
Comutação Bibliográfica						
Pedidos de cópias recebidos de outras instituições	5.635	10.022	970	1.501	697	-87,6
Pedidos de cópias solicitados a outras instituições	1.754	1.232	1.080	1.718	-	
Número de cópias fornecidas a outras instituições	41.336	21.359	23.852	29.930	22.993	-44,4
Número de cópias recebidas de outras instituições	19.167	14.465	16.425	23.688	8.808	-54,0
Informações Adicionais						
Número de dias de funcionamento	277	268	271	324	251	-9,4
Número de leitores cadastrados	35.069	86.754	92.044	98.272	ND	
Frequência de usuários	930.266	787.949	723.672	566.571	771.558	-17,1
Média de frequência por dia	2.407	2.513	2.670	1.748	2.857	18,7

Fonte: Anuário Estatístico 2007, BCE/UnB.

Notas:

(1) O sistema *Thesaurus*, implantado no ano de 2000, passou a disponibilizar a estatística por categoria de usuário somente em 2002.

(2) Item incluído em 2004. Dados de acesso ao Portal Capes no primeiro semestre de 2004.

(3) Dados incluídos em 2004.

(4) Greve no período de 24 de junho a 2 de setembro. Recesso de final de ano de 23 de dezembro a 31 de dezembro.

(5) No mês de fevereiro, a BCE fechou no carnaval. Greve de 14 de setembro a 21 de novembro. Recesso de final de ano de 24 de dezembro a 31 de dezembro.

(6) No mês de fevereiro, a BCE fechou no carnaval. Greve de 28 de maio a 05 de setembro. Recesso de final de ano de 22 de dezembro a 31 de dezembro.

A Universidade dispõe de espaço físico para leitura e estudos, sendo 272 salas destinadas ao estudo individual e 1.180 salas para atividades em grupo. Além disso, possui 119 computadores e 1.452 assentos. O ambiente comporta sala de pesquisa na internet e bases de dados, sala de reserva para subsidiar as atividades entre Professores e alunos, cabines de estudo para Professores e pesquisadores, laboratórios voltados à pesquisa, realização de matrículas dos discentes, além de servir como sala de aula. Para a efetivação dos serviços prestados, 189 pessoas estavam em exercício na biblioteca no primeiro semestre de 2008, sendo 31 bibliotecários, 76 quadro auxiliar e 82 estagiários, bolsista e monitor.

8.3 Laboratórios

A UnB, por meio do Decanato de Graduação, concede auxílio aos Institutos e Faculdades no empréstimo de equipamentos de áudio, vídeo, projeção, retro projeção e multimídia. Atualmente, seis postos de Serviço de Apoio Técnico (SAT), distribuídos em vários pontos do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, monitoram o uso dos equipamentos pela comunidade acadêmica. Outras informações estão disponibilizadas no sítio <http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/sat.php>.

A Universidade dispõe, em 2008, de 408 laboratórios utilizados no ensino de graduação e de pós-graduação e no apoio ao desenvolvimento da pesquisa. A Tabela 35 mostra o número de laboratórios de ensino e pesquisa por unidade acadêmica/administrativa.

Tabela 35: UnB – Número de Laboratórios de Ensino e de Pesquisa, por unidades, 2008

Unidade	Número Laboratórios
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária	28
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	6
Faculdade de Ciências da Saúde	25
Faculdade de Comunicação	6
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação	6
Faculdade Educação	6
Faculdade de Educação Física	5
Faculdade de Medicina	28
Faculdade de Tecnologia	66
Instituto de Artes	39
Instituto de Ciência Política	1
Instituto de Ciências Biológicas	46
Instituto de Ciências Exatas	18
Instituto de Ciências Humanas	5
Instituto de Ciências Sociais	3
Instituto de Física	26
Instituto de Geociências	28
Instituto de Letras	4
Instituto de Psicologia	22



Unidade	Número Laboratórios
Instituto de Química	28
Instituto de Relações Internacionais	1
Centro de Formação de Recursos Humanos em transportes	2
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas	1
Centro de Produção Cultural e Educativa	2
Centro Internacional de Física da Matéria Condensada	2
Fazenda Água Limpa	8
Total Geral	412

Fonte: informações extraídas do site www.unb.br/unidades_academicas/laboratorios, no dia 15.12.2009, e sob responsabilidade de atualização da SECOM.

9 Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional

A avaliação do desenvolvimento institucional é caracterizada potencialmente a partir da edição da Lei n. 10.861, de 14/4/2004, que estabeleceu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) como instrumento para avaliação superior, o que motivou a criação de comissões institucionais para acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades educacionais.

Na Universidade de Brasília, foi constituída a Comissão Interna de Avaliação (CPA) por meio da Resolução da Reitoria n. 24/2002 focada na avaliação geral da Instituição, avaliação específica do ensino de graduação e pesquisa de egressos. Ao longo dos anos seguintes, foram compostas quatro outras comissões, com mandato de dois anos.

A Instituição produziu dois relatórios de autoavaliação institucional nos anos de 2006 e 2008, sendo que o último já foi disponibilizado via sistema e-MEC, que se caracteriza por seu um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil (credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, renovação e reconhecimento de cursos).

Os procedimentos de autoavaliação institucional constam desse documento elaborado pela Universidade e encaminhado ao Ministério da Educação em junho de 2008, estando transcritos a seguir³⁶:

9.1 Princípios Gerais e Objetivos da Avaliação Institucional na UnB

Há abundância de informações sobre diversas atividades e áreas da Universidade e diversos sistemas avaliativos em vigor, porém ambos exigem a criação de modelo integrado de avaliação institucional que congregue os dados oriundos de diferentes práticas avaliativas e que contemple, de modo abrangente, as principais atividades da Instituição.

Na avaliação, foram observados os princípios: transparência, confiabilidade, agilidade, objetividade, ampla participação da comunidade universitária no processo avaliativo, respeito às diferenças inerentes às áreas e às atividades da Universidade, utilização integrada de abordagens qualitativas e quantitativas de avaliação.

A avaliação tem propósitos e consequências. Ela é pedagógica (promovendo o conhecimento e ensinando a conhecer a realidade analisada) e transformadora (apresentando alternativas que permitam gerar mudanças, seja de aperfeiçoamento do que já se fez ou se faz, seja de alteração de rumos e estratégias, redefinição ou reconstrução do próprio objeto avaliado). A obediência a esse critério supõe que

³⁶ Informações extraídas do "Relatório de Auto-Avaliação" da Universidade de Brasília elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

todos os segmentos institucionais estejam de acordo com relação à pertinência da avaliação. Além de útil, pedagógica e transformadora, ela é pertinente, fidedigna, abrangente, seletiva, relevante, transparente, consistente, legítima, coerente, explicativa, interativa e consequente.

O objetivo geral da avaliação foi implementar, integrar e modernizar os procedimentos atuais de avaliação institucional da Universidade de Brasília, com a finalidade de torná-los instrumentos que contribuem para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, na gestão e no cumprimento de sua pertinência, e de sua responsabilidade social.

De forma específica, a avaliação visou:

- sensibilizar e conscientizar a comunidade universitária para o significado e a relevância da avaliação institucional, tornando-a processo participativo permanente;
- implementar/integrar/criar sistemas de informações gerenciais evolutivos de todas as áreas da Instituição;
- impulsionar processo permanente de autocrítica, que alimente o planejamento e a gestão institucional;
- proporcionar visão abrangente e integrada dos processos de realização e inter-relação das tarefas acadêmicas, científicas, artísticas, comunitárias e administrativas, em todas as suas dimensões;
- subsidiar/facilitar a elaboração de políticas para as diversas atividades (áreas) da Universidade, de modo a aumentar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária;
- gerar propostas que resultem em projetos para melhoria das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como daquelas que lhes dão suporte;
- rever a formação profissional oferecida pela Universidade, a partir da análise do desempenho de egressos no mercado de trabalho;
- prestar contas à sociedade das ações e dos resultados alcançados pela Universidade.

9.2 Metodologia de Implantação do Modelo de Avaliação Institucional

Os princípios gerais, objetivos e o esboço do modelo integrado de avaliação institucional foram apresentados aos Decanos e Diretores de Institutos e Faculdades e demais gestores da Universidade de Brasília para permitir o seu aprimoramento com o detalhamento dos componentes dos modelos específicos.

A captação e análise da confiabilidade e validade das informações junto aos Decanatos responsáveis pelas atividades, bem como avaliação da necessidade

de coletar mais dados acerca das respectivas atividades ou de criar procedimentos de avaliação específicos estão sendo realizadas de maneira ampla para permitir a escolha dos indicadores de resultados institucionais para cada área, de acordo com os objetivos e diretrizes institucionais das áreas.

A partir da coleta dos dados, está sendo possível criar banco de dados contendo informações a respeito das diversas atividades da Universidade de Brasília e elaborar relatórios preliminares por atividades/áreas. Com os relatórios preliminares, vai ser desencadeada a realização do autoestudo voltado para a discussão da percepção que a Instituição tem de si mesma, envolvendo todos os segmentos institucionais, de modo a gerar retrato da sua dinâmica institucional, para identificar:

- seus êxitos, as realizações que distinguiram significativamente a Universidade e evidenciaram a marca da sua existência histórica;
- o que a Universidade desenvolveu de modo adequado, mas que não atingiu o patamar de distinção do grupo de atividades anteriormente mencionado;
- aspectos que podiam ser melhorados para aumentar o grau de realização da sua missão, objetivos e diretrizes institucionais e/ou o aumento de sua eficiência organizacional;
- aspectos que necessitavam ser modificados substancialmente, visto que constituíam obstáculos ao cumprimento de sua missão ou comprometiam a eficiência da Instituição;
- sua visão de futuro e necessidade da criação de políticas institucionais para as atividades e áreas institucionais.
- elaboração dos relatórios de autoavaliação, contendo a síntese do autoestudo e os indicadores quantitativos de resultados institucionais;
- aprimoramento do modelo de avaliação institucional, incorporando sugestões de melhorias coletadas durante o autoestudo;
- confecção e encaminhamento do relatório geral de avaliação institucional aos Conselhos Superiores competentes para aprovação;
- divulgação dos relatórios parcial e geral;
- preparação para a visita da Comissão de Avaliação Externa;
- avaliação do processo de implantação e do modelo de avaliação institucional adotado;
- revisão do modelo;
- acompanhamento dos resultados da avaliação;

- manutenção dos bancos de dados com as informações necessárias à avaliação no(s) período(s) subsequente(s);
- implementação e/ou definição de Instrumentos de Avaliação;
- visita de comissões externas nacionais e/ou internacionais de avaliação.

9.3 O Modelo de Avaliação Institucional

Os processos abrangentes de avaliação institucional compreendem dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa. No primeiro, a Instituição reconstrói a imagem que tem de si mesma, reunindo suas percepções e os dados que as baseiam. É momento de elaboração do que vem sendo denominado de autoestudo. O segundo momento é aquele em que essa visão é discutida com comissão de alto nível, de preferência com perfil internacional. Tal comissão, após ler o documento do autoestudo, visita a Universidade, mantém contatos e reuniões com diferentes segmentos institucionais e emite parecer, discutindo a visão que a Instituição tem de si mesma e apresentando sugestões e recomendações para seu desenvolvimento.

Essa prática está hoje generalizada no cenário internacional. É fato que ela vem se realizando com diferentes objetivos. Ora para accreditation junto às associações não estatais de instituições de ensino superior, como é o caso das associações de universidades e colleges norte-americanas ou a Associação Européia de Universidades; ora para a mesma finalidade junto ao Poder Público, como ocorre na Itália e na Argentina, e também para alocação de recursos públicos às instituições, como no Reino Unido; ora conduzidas pelo Poder Público, porém sem finalidade de credenciamento ou financiamento, como é o caso da França.

No Brasil, o desenvolvimento da avaliação da educação superior tem sido marcado por dois movimentos. De um lado, aquele promovido pelo Poder Público, com objetivos definidos na legislação: credenciamento de instituições e reconhecimento de cursos. De outro, as iniciativas originadas no âmbito das próprias instituições: algumas com incentivo do Poder Público (por meio do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) e outras conduzidas de forma independente. A experiência da UnB foi um misto dessas duas situações. E a proposta do SINAES caminha nessa direção.

As mais recentes tendências de avaliação institucional estão baseadas em concepção que tem por eixo central a vocação da Instituição e os processos pelos quais ela busca realizá-la. Esta concepção está presente na proposta do SINAES. Trata-se de nortear a avaliação pelo modo como a Instituição traça seus caminhos para alcançar seus objetivos. Não se esgota, pois, em modelo que retrate estaticamente a organização, mas em proposta que busca entender e explicar o que acontece na Instituição e porque acontece, com o intuito de aprimorar a sua trajetória para que se realize a sua missão. Por isso, são colocados, no centro do processo, a fluidez e a dinâmica ambiental, enfatizando a integração organizacional, ou seja, como seus

diferentes elementos interagem para a obtenção dos fins desejados. Sob esta ótica, consideram-se os macroelementos organizacionais: o ensino, a pesquisa, a sua gestão e os meios que lhes dão suporte. Obviamente, a Instituição vive inserida em contexto social concreto, no qual promove intervenções e no qual busca elementos para seu crescimento e melhoria. Por essa razão, são consideradas com destaque as relações externas, nas quais se incluem as atividades de extensão, as relações com outros setores sociais, profissionais ou não profissionais.

Essa concepção dinâmica de avaliação institucional se assenta sobre matriz referencial de dimensões, cuja marca é a integração. Tal matriz relaciona as dimensões “imateriais” da Instituição (ensino, pesquisa, extensão, gestão e clima) com as dimensões relativas aos elementos concretos que lhes dão vida e materialidade (corpo Docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo, processos, recursos materiais e recursos financeiros). Todas essas dimensões foram focadas em dimensão maior, denominada de missão, vocação e objetivos da Instituição. A adoção de metodologia que trabalhe tais dimensões e indicadores possibilita visão abrangente da Instituição, com importante característica: oferece perfil do “pulsar” institucional, isso é, como a UnB vive em si mesma, como seus atores percebem a Instituição que fazem, seus consensos e dissensos sobre o que é realizado e suas expectativas sobre o que precisa ser feito. Esse perfil pode constituir ferramenta privilegiada para orientação dos processos de planejamento e gestão da Instituição.

A avaliação institucional está sendo realizada por áreas, de acordo com a classificação estabelecida pelo planejamento estratégico da Universidade de Brasília. As variáveis componentes dos indicadores de desempenho institucional, para cada uma das áreas de avaliação, compreendem: ambiente (contexto, condições de acesso, infraestrutura, disseminação e resultados de longo prazo), perfil dos envolvidos (discentes, Docentes e demais atores), processos (atividades, projetos, intercâmbios), infraestrutura (obras, espaço físico, equipamentos) resultados e impactos imediatos e mediatos das atividades institucionais sobre a sociedade.

As variáveis que compõem o modelo são mensuradas nos diferentes níveis de análise: cursos, Institutos, Faculdades, Departamentos e outros necessários à avaliação das atividades de ensino.

O modelo de avaliação institucional da Universidade de Brasília compreende seis módulos ou modelos específicos, denominados:

1. Avaliação do Ensino de Graduação.
2. Avaliação da Pós-Graduação (lato e stricto sensu).
3. Avaliação da Pesquisa Científica e/ou Produção Intelectual.
4. Avaliação da Extensão Universitária.

5. Ações Comunitárias.
6. Patrimônio e Gestão Institucional.
 - a. Prestação de Serviços.
 - b. Organização e Desenvolvimento.
 - c. Infraestrutura Física: obras e espaço físico.
 - d. Recursos Humanos.
 - e. Planejamento, Avaliação e Informação.

O modelo específico de avaliação da gestão universitária tem cinco componentes, sendo que a área se subdivide conforme mencionado anteriormente.

Os indicadores de avaliação de cada uma das áreas são obtidos, inicialmente, a partir de dados pré-existentes e já empregados pela Universidade no acompanhamento e/ou avaliação de suas atividades acadêmicas e de gestão. Integram o modelo de avaliação aqueles indicadores mais precisos e pouco contaminados por erros de medida. Com a participação das áreas, são criados indicadores e aprimorados os existentes. Todos os indicadores estão alinhados à missão, valores, postura, objetivos e diretrizes institucionais.

O modelo de avaliação institucional adota múltiplos métodos de coleta e análise de dados, incluindo abordagens qualitativas e quantitativas na condução de todo o processo avaliativo. Os dados são coletados e armazenados de modo a oferecer oportunidade de acompanhamento de séries históricas dos indicadores de avaliação.

O sistema de avaliação é, a um só tempo, original (no sentido de atender às suas necessidades específicas) e integrado ao sistema maior, de modo a poder com ele se comunicar, concordando, complementando, questionando e modificando. Para isso, adota a concepção dinâmica e abrangente, centrada em sua própria missão e história, porém com razoável grau de comparabilidade.

A sistemática adotada contempla os múltiplos recortes da avaliação: quanto à metodologia, quantitativa e qualitativa; quanto ao foco, formativo e somativo; quanto à instância, interna e externa; quanto aos objetivos, a tomada de decisão, o mérito e a construção coletiva.

Essa fase final do processo de avaliação é realizada mediante discussão acerca dos resultados contidos nos relatórios de avaliação, os quais devem ser aprimorados por meio de processo compreensivo e continuado de autoestudo. A comissão elabora o relatório preliminar de avaliação que é submetido à discussão geral com a comunidade universitária, daí resultando o relatório geral de autoestudo da Universidade. As últimas fases do processo avaliativo incluem a avaliação e o aprimoramento do modelo de avaliação a partir de sugestões e críticas formuladas

pela comunidade universitária aos processos, princípios e resultados da avaliação, bem como o acompanhamento da implementação.

Quadro 08: Cronograma de Atividades de Implantação do Modelo

ATIVIDADE	STATUS
1. Redação do Esboço de Modelo	Concluída
2. Exposição aos Decanos e Diretores.	Concluída
3. Aprimoramento do esboço	Concluído
3. Captação e análise de informações	Concluída
4. Escolha dos indicadores de resultados institucionais para cada área	Concluída
5. Criação de banco(s) de dados integrado(s)	Concluída
6. Análise dos dados	Concluída
7. Elaboração de relatórios por atividades/áreas	Concluída
8. Elaboração de relatório preliminar de avaliação	Concluído
9. Realização do auto-estudo	Concluído
10. Discussão do relatório pela comunidade universitária	A ser realizada
11. Elaboração dos relatórios final de avaliação	A ser realizado

Fonte: Relatório de Auto-Avaliação da UnB, 2008.

Cumprir informar a criação da Comissão de Reestruturação e Modernização da Universidade de Brasília por meio da Resolução da Reitoria n. 20/2009, de 5/32009, com vistas a cumprir exigências normativas e implementação de medidas relativas à reestruturação e modernização da UnB. A Comissão é composta por representantes de áreas estratégicas, como VRT, CPD, DAF, DPP, DEX, DEG, DAC, SPL, SRH, IPOL e ADM.

A mesma resolução supracitada permite a criação de grupos de trabalho *ad hoc* pela Comissão em função das prioridades de atividades. Nesse sentido, para agilizar a avaliação dos processos de gestão foram constituídos os grupos técnicos: de reestruturação, de diagnóstico e gestão de pessoas.

10 Aspectos Financeiros e Orçamentários

Este capítulo trata do processo orçamentário no Brasil e elaboração da proposta de orçamento-interno da Universidade de Brasília³⁷. Apresenta, também, a previsão e execução orçamentária para o período de vigência do PDI 2006-2010. Ademais, contempla o Plano de Reestruturação e Expansão da UnB.

No Brasil, o processo orçamentário está legalmente fundamentado pela Lei n. 4.320/1964 que estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e normatiza os procedimentos contábeis para a elaboração dos orçamentos. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 define a iniciativa da elaboração do Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamento Anual (LOA). Em 2001, com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que estabelece normas de finanças públicas, o gestor financeiro acumulou novas responsabilidades com relação aos orçamentos da União, Estados e Municípios.

Com base na LDO aprovada a cada ano pelo poder legislativo, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) consolida a proposta orçamentária de todos os órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para o ano seguinte no Projeto de Lei.

O processo de elaboração do Orçamento na Universidade de Brasília, como Unidade Orçamentária do sistema, vinculada ao MEC, tem início com a elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte, que ocorre, normalmente, nos meses de junho e julho de cada ano.

A proposta orçamentária é elaborada pela Instituição com base no Manual Técnico de Orçamento (MTO), editado anualmente pela SOF, em que constam os procedimentos e instruções referentes ao processo de elaboração da proposta orçamentária da União, para cada exercício financeiro, compreendendo os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento.

Internamente, a proposta orçamentária da FUB/UnB é elaborada pela Diretoria de Orçamento (DOR) do Decanato de Administração (DAF) em articulação com a Secretaria de Planejamento (SPL), que é o órgão central do sistema de planejamento institucional.

Os instrumentos norteadores da proposta orçamentária são: a LDO e, internamente, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Plano Quinquenal e os Planos Anuais de Atividades, em que estão consubstanciados os objetivos, ações, metas, atividades, projetos, prioridades, indicadores, valores, sobre os quais se falará na subseção 1.2.2.

³⁷ Informações extraídas da monografia "Financiamento da Universidade de Brasília: Alternativas de Captação de Recursos Complementares ao Orçamento do Tesouro", elaborado pelo Administrador Hélio Marcos Neiva.

A programação orçamentária da Universidade é estruturada de acordo com classificação orçamentária e programática definida no MTO, abrangendo tanto a receita, quanto a despesa e as respectivas fontes de recursos.

10.1 Evolução de Recursos Orçamentários e da Despesa Realizada, no Período de 1999 a 2009³⁸

Nos itens subsequentes, são apresentados demonstrativos e gráficos, com o propósito de mostrar a evolução dos recursos orçamentários das fontes do Tesouro e Próprios, no período de 2000 a 2009, assim como da despesa realizada, no período de 1999 a 2008, por grupos de despesa, nas categorias Corrente e Capital.

10.1.1 Evolução de Recursos Orçamentários do Tesouro, por Categoria Econômica, no Período de 2000 a 2009

A Tabela 36 e o Gráfico 03 apresentam o demonstrativo da evolução dos recursos do Tesouro consignados à FUB, no período de 2000 a 2009, mediante lei orçamentária anual (orçamento inicial), nos grupos de despesa Pessoal e Encargos Sociais; Outros Custeios (Custeiio Líquido e Programas Específicos); e Despesas de Capital, destacando-se os recursos alocados à rubrica de Custeiio Líquido e Capital – Equipamentos. Apresenta-se, ainda, a variação percentual ocorrida anualmente, no período considerado.

Da análise da Tabela 36 e do Gráfico 04, pode-se constatar que os recursos alocados à rubrica de Custeiio Líquido e Capital apresentaram crescimentos expressivos (nominalmente), nos exercícios de 2002 (35,86%), 2004 (23,54%), 2005 (46,29%), 2006 (18,59%) e 2007 (20,52%), sendo que, em 2005, o elevado aumento decorreu também de um incremento de recursos, com vistas à recuperação de perdas nos orçamentos das instituições, dos últimos anos.

Por outro lado, constatam-se crescimentos nominais pouco significativo em 2008 (3,67%) e em 2009 (4,27%), na rubrica de Custeiio Líquido e Capital.

No que diz respeito a 2009, cabe esclarecer que, na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2009 (n. 11.897/2008), o montante de recursos orçamentários autorizado para a FUB, em Outros Custeios e Capital – Líquido, é da ordem de R\$ 22 milhões. Entretanto, com a liberação recente de crédito suplementar para a FUB, o Orçamento da Instituição, nessa mesma rubrica, foi recomposto nos mesmos níveis do previsto no Projeto de Lei Orçamentária (PLO) 2009, ou seja, foi para R\$ 45 milhões, ocorrendo o mesmo em relação aos Programas Específicos, conforme especificado nas Tabelas 37 e 38, adiante.

³⁸ Informações extraídas do capítulo 1 da Proposta do Orçamento Programa Interno 2009, elaborada pelo Administrador Hélio Marcos Neiva.



Tabela 36: FUB/Evolução de Recursos Orçamentários do Tesouro, 2000 a 2009

Despesa	2000 (A)		2001 (1) (B)		2002 (C)		2003 (D)		2004 (E)	
	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%
1. Pessoal e Encargos Sociais	252.475	(20,75)	200.094	(20,75)	237.856	18,87	256.776	7,95	311.472	21,30
2. Outras Despesas Correntes	23.987	(5,39)	22.695	(5,39)	23.633	4,13	25.798	9,16	32.451	25,79
2.1 Custeio Líquido	10.312	10,00	11.343	10,00	15.387	35,65	15.815	2,78	19.416	22,77
2.2 Progr. Específicos - Custeio	13.675	(16,99)	11.352	(16,99)	8.246	(27,36)	9.983	21,06	13.035	30,57
3. Despesas de Capital	157	(36,31)	100	(36,31)	160	60,00	306	91,25	500	63,40
3.1 Capital Líquido - Equipamentos	157	(36,31)	100	(36,31)	160	60,00	306	91,25	500	63,40
3.2 Progr. Específicos - Capital										
4. Subtotal - ODC e Capital (2 + 3)	24.144	(5,59)	22.795	(5,59)	23.793	4,38	26.104	9,71	32.951	26,23
TOTAL(4) (1 + 4)	276.619	(19,42)	222.889	(19,42)	261.649	17,39	282.880	8,11	344.423	21,76
Custeio lq. e Capital líquido (2.1 + 3.1)	10.469	9,30	11.443	9,30	15.547	35,86	16.121	3,69	19.916	23,54

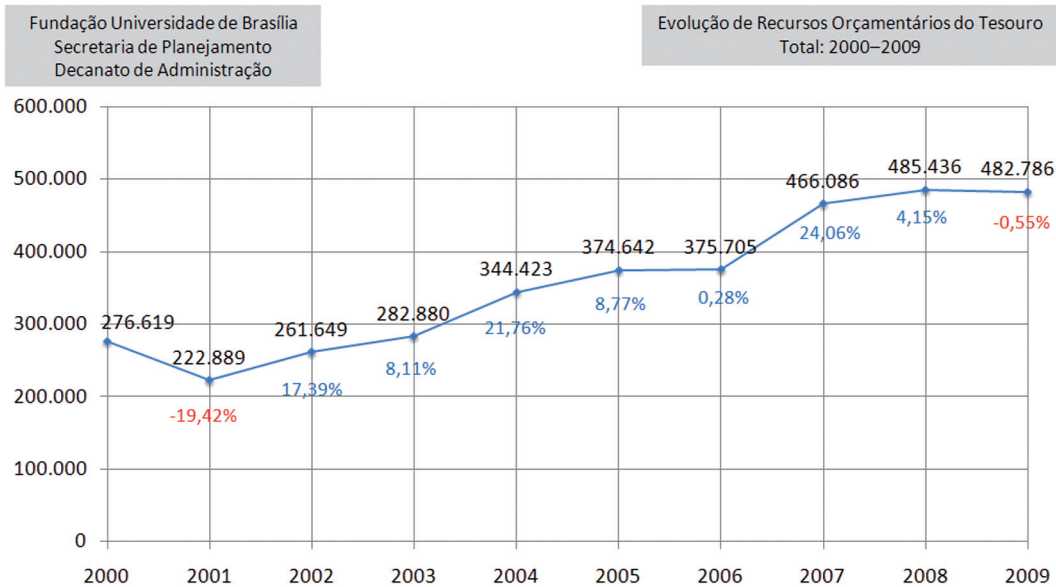
Despesa	2005 (F)		2006 (G)		2007 (H)		2008(2) (I)		2009(3) (J)	
	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%
1. Pessoal e Encargos Sociais	331.086	6,30	326.894	(1,27)	409.443	25,25	411.371	0,47	351.770	(14,49)
2. Outras Despesas Correntes	42.856	32,06	48.811	13,90	55.743	14,20	66.565	19,41	81.691	22,72
2.1 Custeio Líquido	28.435	46,45	34.550	21,51	40.739	17,91	42.167	3,51	43.010	2,00
2.2 Progr. Específicos - Custeio	14.421	10,63	14.261	(1,11)	15.004	5,21	24.398	62,61	38.681	58,54
3. Despesas de Capital	700	40,00	0	(100,00)	900		7.500	733,33	49.325	557,67
3.1 Capital Líquido - Equipamentos	700	40,00	0	(100,00)	900		1.000	11,11	2.000	100,00
3.2 Progr. Específicos - Capital							6.500		47.325	628,08
4. Subtotal - ODC e Capital (2 + 3)	43.556	32,18	48.811	12,06	56.643	16,05	74.065	30,76	131.016	76,89
TOTAL(4) (1 + 4)	374.642	8,77	375.705	0,28	466.086	24,06	485.436	4,15	482.786	(0,55)
Custeio lq. e Capital líquido (2.1 + 3.1)	29.135	46,29	34.550	18,59	41.639	20,52	43.167	3,67	45.010	4,27

Fonte: FUB/DAF/DCF Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira anuais. Valores nominais.

Notas:

- 1) Em 2001, não foram incluídos, em Programas Específicos, recursos para o PASEP em atraso, no valor de R\$ 18,1 milhões, correspondente ao período de 1995 a 2001.
- 2) Em 2008 - Programas Específicos - Capital, os recursos alocados destinam-se a ao programa Expansão das IFES (Planaltina, Gama e Ceilândia), no valor de R\$ 6.500.000,00
- 3) Em 2009 - a) Programas Específicos - Custeio, os recursos alocados destinam-se a: Expansão das IFES (R\$ 5.090.000,00); REUNI - Custeio (R\$ 5.274.950,00); e Outros Programas Específicos - Custeio (R\$ 28.316.236,00), totalizando R\$ 38.681.186,00; b) Programas Específicos - Capital, os recursos alocados destinam-se a: Expansão das IFES (R\$ 11.250.000,00); REUNI - Capital (R\$ 23.655.840,00); e Outros Programas Específicos - Capital (R\$ 12.419.410,00), totalizando R\$ 47.325.250,00 (Capital).
- 4) Não foram considerados recursos oriundos de emendas parlamentares, que têm destinação específica.

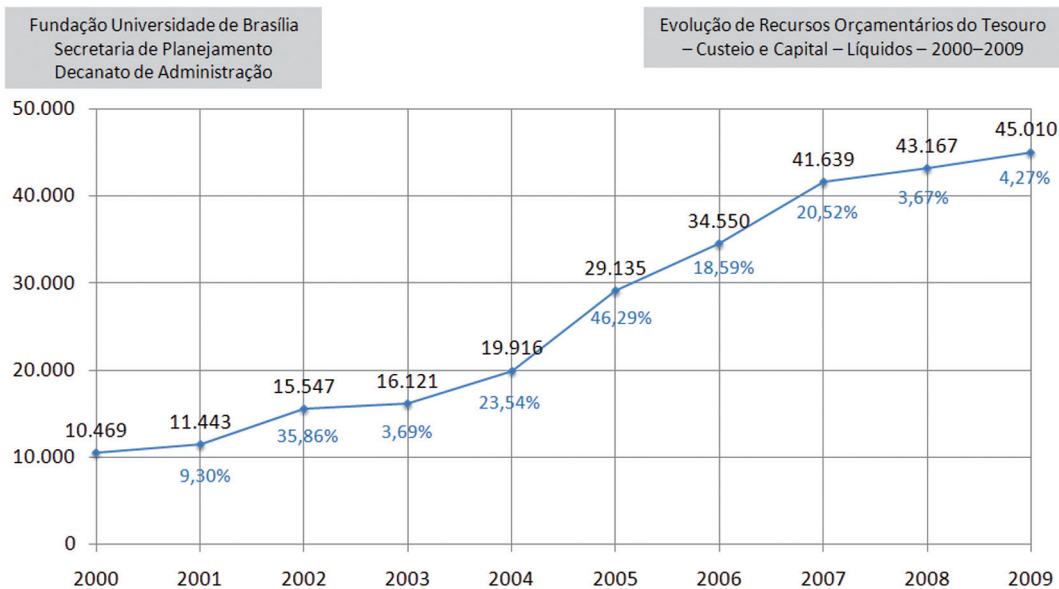
Gráfico 03: Evolução dos Recursos Orçamentários do Tesouro – Total, 2000 a 2009



Fonte: FUB/DAF/DCF – Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira Anuais.
Nota: Valores Nominas

Gráfico 1

Gráfico 04: Evolução dos Recursos Orçamentários do Tesouro – Custeio e Capital, Líquidos 2000 a 2009



Fonte: FUB/DAF/DCF – Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira Anuais.
Nota: Valores Nominas

Gráfico 2

10.1.2 Evolução da Despesa Realizada à Conta de Recursos do Tesouro, por Categoria Econômica, no Período de 1999 a 2008

Na seção anterior, foram apresentados os números do Orçamento da FUB, considerando apenas os dados referentes aos orçamentos iniciais, no período de 2000 a 2009. Por sua vez, neste item, são analisadas as despesas efetivamente realizadas à conta de recursos orçamentários do Tesouro, considerando tanto os recursos do orçamento inicial, quanto os originários das suplementações ocorridas em cada exercício, do período de 1999 a 2008.

A Tabela 37 e o Gráfico 05 apresentam demonstrativos da evolução da despesa realizada pela FUB, à conta de recursos do Tesouro, no período de 1999 a 2008, mediante lei orçamentária anual (orçamento inicial) e créditos suplementares, nos grupos de despesa Pessoal e Encargos Sociais; Outros Custeios (Custeio Líquido e Programas Específicos); e Despesas de Capital (Equipamentos e Programas Específicos), destacando-se os recursos alocados à rubrica de Custeio Líquido e Capital – Equipamentos. Apresenta-se, ainda, a variação percentual ocorrida anualmente, no período considerado.

No que diz respeito ao grupo de Pessoal e Encargos Sociais, a Tabela 37 mostra, separadamente, as despesas relativas a cada exercício da série trabalhada e, da mesma forma, os gastos com sentenças judiciais (precatórios), em valores nominais. Cabe destacar crescimentos significativos verificados nos anos de 2004 (22,83%), 2006 (32,61%) e 2007 (15,09%), decorrentes de contratações mais volumosas autorizadas pelo Governo e de reajustes de salários em decorrência da implantação recente do Plano de Carreira dos servidores técnico-administrativos.

Com relação a Outras Despesas Correntes, os gastos são apresentados em dois grupos: Custeio Líquido (manutenção e encargos gerais) e Programas Específicos/ Benefícios (vales transporte e alimentação; auxílio creche; valorização do servidor público; acervo bibliográfico; assistência médico-odontológica; precatório; Pasep; e expansão das IFES, em 2008).

Da mesma forma, as despesas da categoria econômica Capital são subdivididas em dois grupos: Capital Líquido (equipamentos e material permanente) e Programas Específicos – Capital, cujas despesas normalmente decorrem de emendas parlamentares, destinadas a investimentos e infraestrutura na FUB/*Campuse* e na FUB/HUB, além de recursos destinados à expansão das IFES (Planaltina, Gama e Ceilândia), em 2008.

Ainda de acordo com a Tabela 37 e com o Gráfico 06, pode-se constatar que as despesas realizadas à conta de recursos do Tesouro, na rubrica de Custeio Líquido e Capital/Equipamentos, onde se concentram as despesas de manutenção e encargos gerais, apresentaram crescimentos (nominalmente) em todos os anos da série, destacando-se os verificados nos exercícios de 2003 (21,13%), 2004 (30,65%), 2005 (36,60%), 2007 (38,18%) e 2008 (27,36%).



Tabela 37: Evolução das Despesas Realizadas da FUB, à Conta de Recursos do Tesouro, 1999-2008(1)

RECURSOS TESOURO											R\$ 1.000,00
ESPECIFICAÇÃO	1999	2000	Var. %	2001 (2)	Var. %	2002	Var. %	2003	Var. %	2008 (4)	Var. %
1. Pessoal e Encargos Sociais	210.034	252.475	20,21	200.094	(20,75)	237.856	18,87	246.855	3,78		
1.1 Pessoal e Enc.- no exercício	174.713	217.187	24,31	182.792	(15,84)	195.472	6,94	209.627	7,24		
1.2 Sentenças Judiciais	35.321	35.288	(0,09)	17.302	(50,97)	42.384	144,97	37.228	(12,16)		
2. Outras Despesas Correntes (ODC)	24.636	27.371	11,10	25.411	(7,16)	23.633	(7,00)	28.976	22,61		
2.1 Custeio Líquido	13.203	13.567	2,76	14.059	3,63	15.704	11,70	19.093	21,58		
2.2 Progr. Específicos - Custeio	11.433	13.804	20,74	11.352	(17,76)	7.929	(30,15)	9.883	24,64		
3. Despesas de Capital	86	5.760	6.597,67	2.420	(57,99)	311	(87,15)	4.306	1.284,57		
3.1 Capital Líquido - Equipamento	86	157	82,56	100	(36,31)	311	211,00	306	(1,61)		
3.2 Progr. Específicos - Capital (3)		5.603		2.320	(58,59)			4.000			
SUBTOTAL (ODC e Capital) 2+3	24.722	33.131	34,01	27.831	(16,00)	23.944	(13,97)	33.282	39,00		
TOTAL	234.756	285.606	21,66	227.925	(20,20)	261.800	14,86	280.137	7,00		
Custeio e Capital - Líquidos (2.1+3.1)	13.289	13.724	3,27	14.159	3,17	16.015	13,11	19.399	21,13		

RECURSOS TESOURO										
ESPECIFICAÇÃO	2004	Var. %	2005	Var. %	2006	Var. %	2007	Var. %	2008 (4)	Var. %
1. Pessoal e Encargos Sociais	295.460	19,69	291.317	(1,40)	376.962	29,40	429.185	13,85	448.025	4,39
1.1 Pessoal e Enc.- no exercício	257.487	22,83	248.099	(3,65)	329.012	32,61	378.665	15,09	393.652	3,96
1.2 Sentenças Judiciais	37.973	2,00	43.218	13,81	47.950	10,95	50.520	5,36	54.373	7,63
2. Outras Despesas Correntes (ODC)	37.319	28,79	47.013	25,98	53.293	13,36	68.802	29,10	86.028	25,04
2.1 Custeio Líquido	24.644	29,07	34.062	38,22	38.919	14,26	53.729	38,05	65.796	22,46
2.2 Progr. Específicos - Custeio	12.675	28,25	12.951	2,18	14.374	10,99	15.073	4,86	20.232	34,23
3. Despesas de Capital	1.700	(60,52)	3.095	82,06	8.616	178,38	11.168	29,62	15.777	41,27
3.1 Capital Líquido - Equipamento	700	128,76	559	(20,14)	616	10,20	900	46,10	3.778	319,78
3.2 Progr. Específicos - Capital (3)	1.000	(75,00)	2.536	153,60	8.000	215,46	10.268	28,35	11.999	16,86
SUBTOTAL (ODC e Capital) 2+3	39.019	17,24	50.108	28,42	61.909	23,55	79.970	29,17	101.805	27,30
TOTAL	334.479	19,40	341.425	2,08	438.871	28,54	509.155	16,01	549.830	7,99
Custeio e Capital - Líquidos (2.1+3.1)	25.344	30,65	34.621	36,60	39.535	14,19	54.629	38,18	69.574	27,36

Fonte: FUB/DAF/DCF – Relatórios de execução orçamentária e financeira – 1999 a 2008 (Quadro 3).

Notas:

1) Valores nominais.

2) Em 2001, não foram incluídos, em Programas Específicos – Custeio, recursos para pagamento de despesas com o PASEP, no valor de 18,1 milhões, correspondentes ao período de 1995 a 2001.

3) Os valores constantes de Programas Específicos – Capital são oriundos, normalmente, de emendas parlamentares, destinados a investimentos e infraestrutura na FUB/ Campus e na FUB/ HUB, sendo que, em 2008, há também recursos provenientes do programa de Expansão das IFES (Planalina, Gama e Ceilândia).

4) Em 2008, o valor constante de Programas Específicos Custeio R\$ 20,232 milhões distribui-se da seguinte forma: Expansão das IFES R\$ 2.421 milhões; Emendas Parlamentares R\$ 1.677 milhões e Outros Programas Específicos Custeio (Vales, Auxílio Creche, PASEP, Assistência Médico-Odontológica, Valorização do Servidor Público, Acervo Bibliográfico) R\$ 16,134 milhões. O valor constante de Programas Específicos Capital R\$ 11,999 milhões distribui-se da seguinte forma: Expansão das IFES R\$ 2,999 milhões; Emendas Parlamentares R\$ 1,500 milhões e REUNI R\$ 7,500 milhões.

Gráfico 05: Evolução das Despesas Realizadas Tesouro – Total, 1999 a 2008

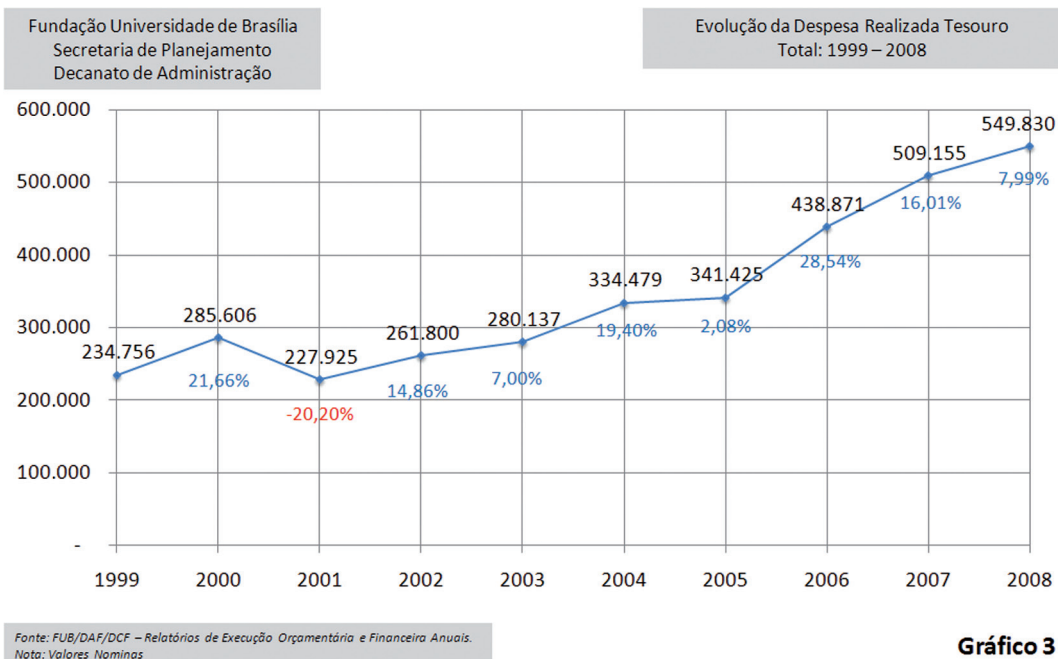
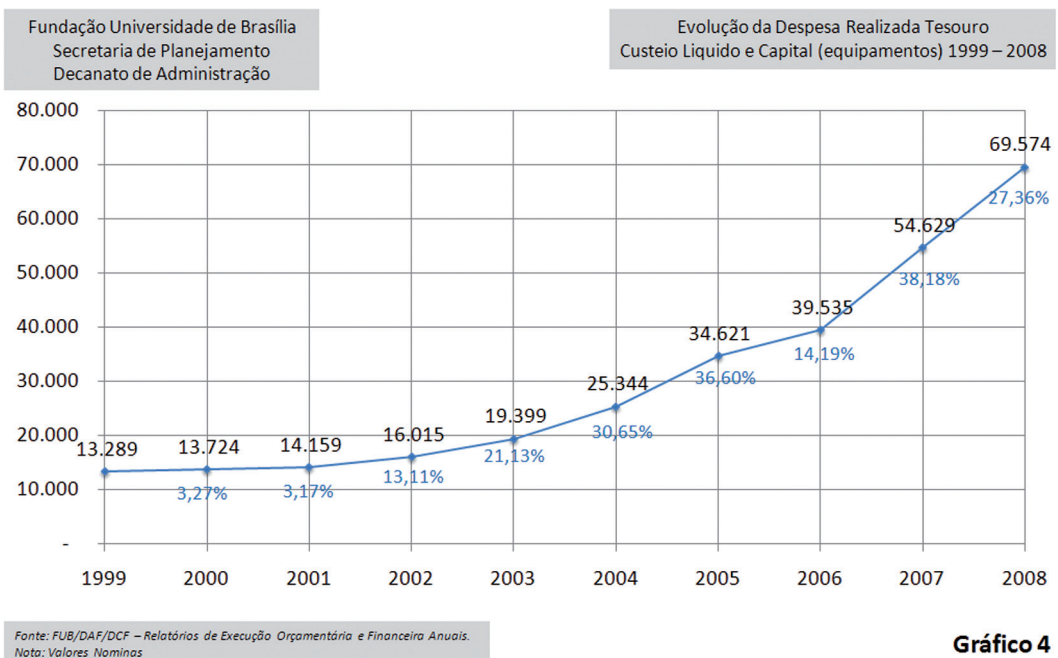


Gráfico 06: Evolução das Despesas Realizadas Tesouro – Custeio Líquido e Capital (equipamentos), 1999 a 2008



10.1.3 Evolução de Recursos Orçamentários Próprios, por Categoria Econômica, no Período de 2000 a 2009

A Tabela 38 e o Gráfico 07, a seguir, apresentam demonstrativos da evolução dos recursos orçamentários, na fonte Próprios, nas categorias econômicas Corrente/Outros Custeios e Capital, com destaque para Equipamentos/Inversões Financeiras e Obras, no período de 2000 a 2009.

Na Tabela 38, constam os recursos previstos nos orçamentos iniciais, no período considerado, de acordo com expectativa de arrecadação da FUB, tanto por meio da Unidade Central (órgãos vinculados à Reitoria: SGP, SEI, DCF, RU), quanto pelas Unidades Descentralizadas/ Arrecadoras (Cespe – responsável por mais de 70% da arrecadação da FUB – Editora, CDT, CEAD, entre outras).

Ainda de acordo com a Tabela 38 e com o Gráfico 07, pode-se constatar que os recursos alocados à rubrica de Outros Custeios e Capital/Equipamentos (OCC) apresentaram crescimentos (nominalmente), em todos os anos da série, à exceção do ano de 2003 (decréscimo de 21,86%), conforme destacados, a seguir: 2001 (9,83%), 2002 (8,89%), 2004 (0,02%), 2005 (21,67%), 2006 (19,63%) 2007 (11,28%), 2008 (6,39%) e 2009 (79,61%), o maior crescimento nominal ocorrido no período considerado.

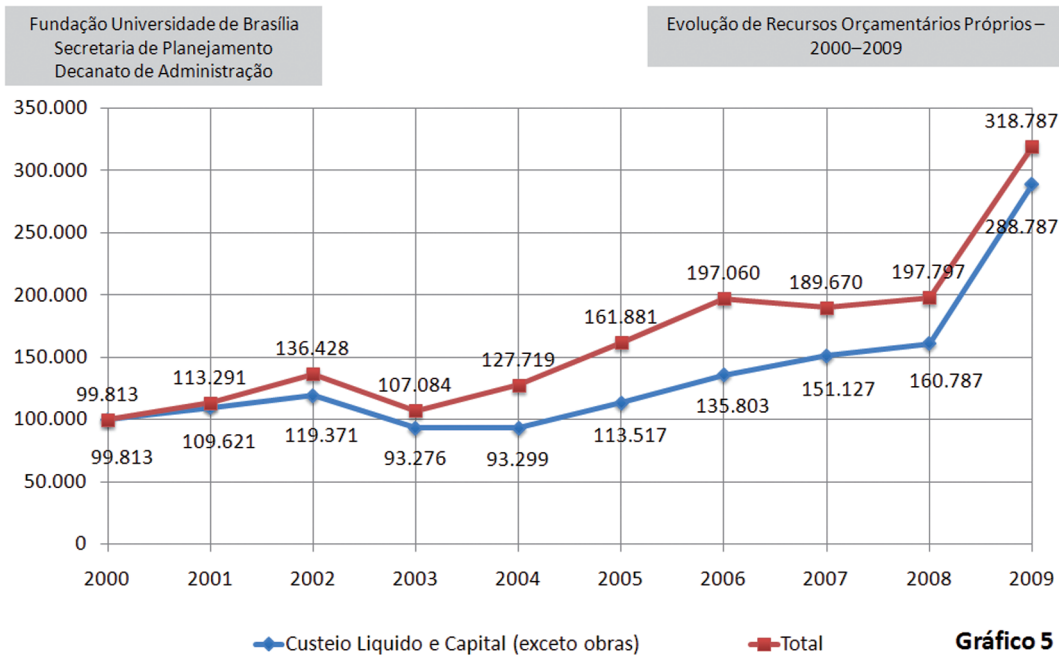


Tabela 38: FUB/Evolução dos Recursos Orçamentários - Próprios – 2000 a 2009(1)

ESPECIFICAÇÃO	R\$ 1.000,00										
	2000	2001	Var. %	2002	Var. %	2003	Var. %	2004	Var. %	2009	Var. %
1. OUTROS CUSTEIOS	89.176	101.651	13,99	119.371	17,43	92.276	-22,70	93.299	-	93.299	0,02
2. CAPITAL(EQUIP./OUTROS)	10.637	7.970	-25,07	-	-100,00	1.000	-	-	-	-	-
3. SUBTOTAL (OCC)	99.813	109.621	9,83	119.371	8,89	93.276	-21,86	93.299	-19,05	34.420	-19,28
4. OBRAS	-	3.670		17.057	364,77	13.808	-19,05	34.420	-21,51	127.719	19,27
5. TOTAL	99.813	113.291	13,50	136.428	20,42	107.084	-21,51	127.719	-	318.787	61,17
ESPECIFICAÇÃO											
1. OUTROS CUSTEIOS	107.037	124.135	14,72	140.997	15,97	148.637	5,42	268.097	5,42	268.097	80,37
2. CAPITAL(EQUIP./OUTROS)	6.480	11.668	80,06	10.130	-13,18	12.150	19,94	20.690	19,94	20.690	70,29
3. SUBTOTAL (OCC)	113.517	135.803	19,63	151.127	11,28	160.787	6,39	288.787	6,39	288.787	79,61
4. OBRAS	48.364	61.257	26,66	38.543	-37,08	37.010	-3,98	30.000	-3,98	30.000	-18,94
5. TOTAL	161.881	197.060	21,73	189.670	-3,75	197.797	4,28	318.787	4,28	318.787	61,17

Fonte: FUB/DAF/DCF - Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira - Primeiro Trimestre, de 2000 a 2008 e Lei Orçamentária Anual 2009 n. 11.897/2008 (Orçamentos Iniciais).

Gráfico 07: Evolução de Recursos Orçamentários Próprios, 2000 a 2009



10.1.4 Evolução das Despesas Realizadas pela FUB à Conta de Recursos Próprios, por Categoria Econômica, no Período de 1999 a 2008

A exemplo do que foi abordado na fonte de recursos do Tesouro, apresentam-se, neste item, demonstrativos da evolução das despesas efetivamente realizadas pela FUB, na fonte Próprios (orçamento inicial e incorporações dos excessos de arrecadação de receita própria, no exercício), nos grupos de despesa Outros Custeios; Capital (equipamentos e inversões financeiras); e Capital – Obras, no período de 1999 a 2008, conforme Tabela 46 e Gráfico 06.

Assim, na Tabela 39, constam dados referentes às despesas efetivamente realizadas à conta de recursos Próprios movimentados nos exercícios financeiros da série trabalhada, de acordo com a efetiva arrecadação da FUB, tanto por meio da Unidade Central (órgãos vinculados à Reitoria: SGP, SEI, DCF, RU), quanto pelas Unidades Descentralizadas/Arrecadadoras (CESPE, Editora, CDT, CEAD, entre outras).

A análise detalhada da Tabela 39 e do Gráfico 08 mostra que, à exceção dos anos de 2000 e 2006, todos os demais anos da série apresentam crescimentos (nominalmente) na realização das despesas em Outros Custeios e Capital/Equipamentos (OCC), conforme destacados, a seguir: 2001 (18,25%), 2002 (14,78%), 2003 (12,28%), 2004 (1,06%), 2005 (28,22%), 2007 – o maior crescimento nominal (38,61%) e 2008 (23,74%).

Com relação a Obras, cabe informar que os recursos são provenientes de receita de capital – alienação de imóveis, para dar cumprimento aos programas de obras aprovados no período, com destaque para os anos de 2006, 2007 e 2008, que consumiram recursos da ordem de R\$ 22,9 milhões, R\$ 31,7 milhões e 31,1 milhões, respectivamente, conforme previsto no Projeto de Obras UnB XXI (IQ, IB, CESPE, CDT, entre outras).



Tabela 39: FUB/Evolução das Despesas Realizadas à conta de Recursos Próprios, 1999 a 2008(1)

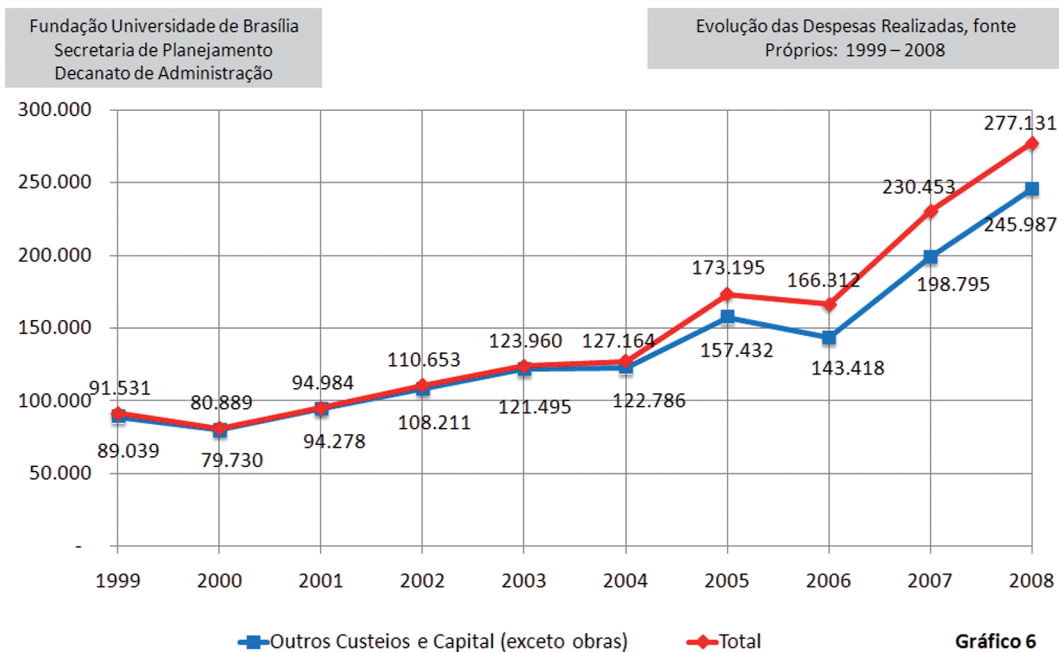
RECURSOS PRÓPRIOS											
R\$ 1.000,00											
ESPECIFICAÇÃO	1999	2000	Var. %	2001	Var. %	2002	Var. %	2003	Var. %	2004	Var. %
OUTROS CUSTEIOS	86.942	79.230	(8,87)	92.879	17,23	105.246	13,32	112.280	6,68		
CAPITAL(EQUIP./OUTROS)	2.097	500	(76,16)	1.399	179,80	2.965	111,94	9.216	210,83		
SUBTOTAL (OCC)	89.039	79.730	(10,45)	94.278	18,25	108.211	14,78	121.495	12,28		
OBRAS	2.492	1.160	(53,45)	706	(39,14)	2.442	245,89	2.465	0,94		
TOTAL	91.531	80.889	(11,63)	94.984	17,43	110.653	16,50	123.960	12,03		
RECURSOS PRÓPRIOS											
ESPECIFICAÇÃO	2004	Var. %	2005	Var. %	2006	Var. %	2007	Var. %	2008	Var. %	
OUTROS CUSTEIOS	120.386	7,22	148.969	23,74	137.723	(7,55)	189.010	37,24	233.768	23,68	
CAPITAL(EQUIP./OUTROS)	2.400	(73,96)	8.462	252,58	5.695	(32,70)	9.785	71,82	12.219	24,87	
SUBTOTAL (OCC)	122.786	1,06	157.432	28,22	143.418	(8,90)	198.795	38,61	245.987	23,74	
OBRAS	4.378	77,61	15.763	260,05	22.894	45,24	31.658	38,28	31.144	(1,62)	
TOTAL	127.164	2,58	173.195	36,20	166.312	(3,97)	230.453	38,57	277.131	20,25	

Fonte: FUB/DAF/DCF – Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira – 1999 a 2008.

Notas:

- 1) Valores nominais.
- 2) Inclui recursos administrados pela Unidade Central e pelas Unidades Descentralizadas geradoras.
- 3) Os recursos destinados à execução de obras são provenientes de alienações de imóveis.

Gráfico 08: Evolução das Despesas Realizadas, Fonte Próprios, 1999 a 2008



10.1.5 Evolução da Receita Própria Realizada, por Unidade Arrecadadora, no Período de 1999 a 2008

Diante da importância dos recursos próprios para a Universidade de Brasília, como fonte complementar aos recursos que recebe da União, apresenta-se, por meio da Tabela 40, a seguir, uma série histórica de dez anos de arrecadação de receita própria, em valores nominais, por Unidade arrecadadora, compreendendo o período de 1999 a 2008, assim como as respectivas variações percentuais ocorridas anualmente.

Os dados são apresentados em dois grupos: I) Administração Central, em que constam os recursos captados ou administrados por órgãos da Administração Central, tais como alienação de projeções e imóveis, aluguéis, recolhimento de recursos provenientes do Fundo de Apoio Institucional (FAI), receita do Restaurante Universitário, entre outras receitas; e II) Unidades Descentralizadas/Arrecadoras.

A análise da Tabela 40 mostra que, se considerarmos a média anual da receita arrecadada pelo grupo I – Unidade Central, da ordem de R\$ 36,2 milhões, disponível para aplicação, tanto em despesas correntes, quanto em despesas de capital, e a receita média anual líquida oriunda da captação pelas Unidades Descentralizadas (de 10% a 15% do total arrecadado), que se incorpora diretamente ao Orçamento da FUB, da ordem de R\$ 11,6 milhões a R\$ 17,4 milhões, pode-se deduzir que a Universidade conta com cerca de R\$ 47,8 milhões a R\$ 53,6 milhões – na melhor hipótese – anuais, para utilização em despesas de manutenção e de investimentos. Na realidade, essa importância tende a ser maior, vez que se trabalhou com valores nominais, no período considerado.



De qualquer forma, essa disponibilidade potencial de arrecadação anual, da ordem de R\$ 50 milhões, é bastante significativa, haja vista que o aporte de recursos disponibilizados pela União para a FUB, em 2009, é da ordem de R\$ 45 milhões, conforme Tabela 07, adiante.

Cabe destacar, ainda, a importância do CESPE, como maior unidade arrecadadora da Universidade, responsável por receita anual da ordem de R\$ 94,5 milhões (média do período), correspondendo a cerca de 62,13%, em média, de toda a arrecadação da FUB, mesmo considerando as volumosas arrecadações com alienações de imóveis, ocorridas nos anos de 2005 a 2007, conforme Tabela 40 e Gráfico 09.



Tabela 40: Evolução da Receita Própria Arrecadada, 1999 a 2008(1)

Recursos Arrecadados		1999	2000	Var. %	2001	Var. %	2002	Var. %	2003	Var. %
I - Unidade Central										
Aluguéis/Taxa de Ocup. Manutenção		4.556	4.419	(3,01)	6.314	42,88	8.814	39,59	9.728	10,37
Alienação de Imóveis (2 e 3)		10.855	7.748	(28,62)	1.137	(85,33)	6.185	443,98	2.900	(53,11)
Diversas (Taxas Insc/Cont. Serv.)(FAI) (4)		3.577	6.070	69,70	5.981	(1,47)	8.396	40,38	11.031	31,38
Restaurante (RU)		680	456	(32,94)	307	(32,68)	785	155,70	993	26,50
Subtotal 1		19.668	18.693	(4,96)	13.739	(26,50)	24.180	76,00	24.652	1,95
II - Unidades Arrecadoras										
Editora (EDU)		2.077	4.109	97,83	5.988	45,73	7.193	20,12	4.871	(32,28)
CESPE(5)		64.530	64.431	(0,15)	71.361	10,76	76.790	7,61	83.040	8,14
Centro de Informática (CPD)		320	215	(32,81)	90	(58,14)	32	(64,44)	124	287,50
Prefeitura Campus (PRC)		297	330	11,11	367	11,21	684	86,38	579	(15,35)
Secretaria de Empreendimentos (EMP)		1.777	2.288	28,76	4.165	82,04	4.156	(0,22)	3.964	(4,62)
Faculdade de Educação Física		342	407	19,01	325	(20,15)	277	(14,77)	224	(19,13)
Centro de Desenvolvimento. Tecnológico		-	398		434	9,05	2.356	442,86	3.871	64,30
Centro Educ. Aberta C. Dist. (CEAD)		-	-		-	-	-	-	-	-
Subtotal 2		69.343	72.178	4,09	82.730	14,62	91.488	10,59	96.673	5,67
TOTAL		89.011	90.871	2,09	96.469	6,16	115.668	19,90	121.325	4,89
Recursos Arrecadados										
I - Unidade Central										
Aluguéis/Taxa de Ocup. Manutenção		11.472	12.956	12,94	14.345	10,72	19.099	33,14	21.085	10,40
Alienação de Imóveis (2 e 3)		4.055	10.052	147,89	23.188	130,68	26.873	15,89	-	-
Diversas (Taxas Insc/Cont. Serv.)(FAI) (4)		9.234	30.091	225,87	9.202	(69,42)	20.114	118,58	43.411	115,82
Restaurante (RU)		853	717	(15,94)	1.202	67,64	1.620	34,78	1.484	(8,40)
Subtotal 1		25.614	53.816	110,10	47.937	(10,92)	67.706	41,24	65.980	(2,55)
II - Unidades Arrecadoras										
Editora (EDU)		4.131	4.346	5,20	13.444	209,34	32.571	142,27	17.025	(47,73)
CESPE (5)		86.915	90.380	3,99	89.366	(1,12)	138.961	55,50	178.831	28,69
Centro de Informática (CPD)		88	126	43,18	140	11,11	663	373,57	567	(14,48)
Prefeitura Campus (PRC)		997	309	(69,01)	486	57,28	1.022	110,29	487	(52,35)
Secretaria de Empreendimentos (EMP)		3.612	6.693	85,30	-	-	-	-	-	-
Faculdade de Educação Física		218	208	(4,59)	227	9,13	352	55,07	553	57,10



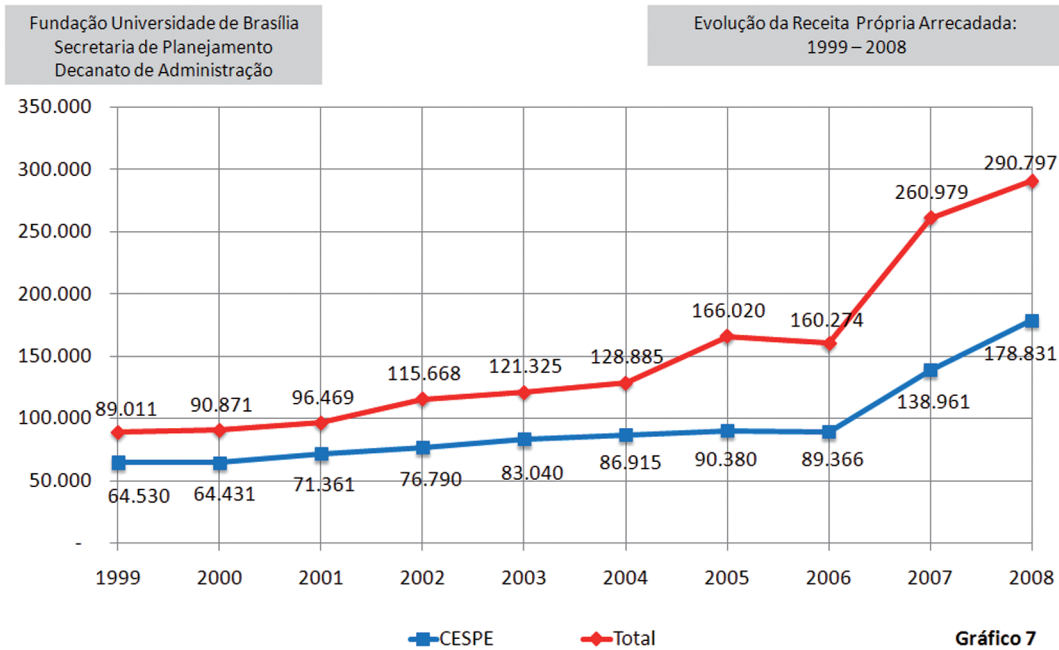
Recursos Arrecadados		1999	2000	Var. %	2001	Var. %	2002	Var. %	2003	Var. %
Centro de Desenvolvimento Tecnológico	4.023	3,93	4.652	15,64	4.103	(11,80)	9.831	139,61	7.917	(19,47)
Centro Educ. Aberta C. Dist. (CEAD)	3.287		5.490	67,02	4.571	(16,74)	9.873	115,99	19.437	96,87
Subtotal 2	103.271	6,83	112.204	8,65	112.337	0,12	193.273	72,05	224.817	16,32
TOTAL	128.885	6,23	166.020	28,81	160.274	(3,46)	260.979	62,83	290.797	11,43

Fonte: FUB/DAF/DCF - Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira de 1999 a 2008.

Notas:

- 1) Valores nominais.
- 2) Em 2000, foi incluída receita a receber de alienação de imóveis, no valor de R\$ 7,248 milhões e de outras receitas/GDF, no valor de R\$ 500 mil.
- 3) Receita imobiliária/alienações de 2002, o valor lançado nesse item, R\$ 6,185 milhões, refere-se a parte do total de recursos recebidos, de R\$ 18,6 milhões, tendo sido contabilizada como receita do exercício apenas R\$ 6,2 milhões, sendo que a diferença de R\$ 12,4 milhões, foi transferida p/ o exercício de 2003.
- 4) Em 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, no item Diversos/Unidade Central, estão incluídas as receitas de FAI/UnB, exceto as do CESPE.
- 5) Nas receitas do CESPE, estão incluídos os recursos de FAI/UnB repassados à Administração Central.

Gráfico 09: Evolução da Receita Arrecadada, 1999 a 2008



10.2 Evolução dos Recursos Consignados no Orçamento Programa Interno para a Área Acadêmica, no Período de 2000 a 2009³⁹

A Tabela 41 e o Gráfico 10, a seguir, apresentam a evolução dos recursos orçamentários alocados exclusivamente às atividades acadêmicas, no período de 2000 a 2009, em que se pode constatar avanços significativos no aporte de recursos de custeio e investimentos de tais atividades, no período, especialmente, a partir do ano de 2001. Isso é reflexo da política de valorização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, adotada pela Administração da Universidade, inobstante a limitação de recursos públicos destinados ao setor.

Observam-se crescimentos nominais significativos em praticamente todos os anos da série, às exceções dos anos de 2006 e 2009 – que apresentaram pequeno decréscimo de 0,74% e 0,23%, respectivamente – em relação aos recursos destinados às despesas de outros custeios e equipamentos (Subtotal), para a área acadêmica, conforme os seguintes percentuais: 33,13%, em 2001; 13,01%, em 2002; 43,94%, em 2003; 16,94%, em 2004; 41,15%, em 2005; 3,58%, em 2007; e 13,34%, em 2008. Isso é da maior importância, por ter criado condições mais favoráveis ao planejamento e execução das metas de consolidação, expansão e melhoria do ensino universitário, conseguidos por essas unidades, conforme demonstrado nos mecanismos de avaliação de cursos, adotados pelo Governo Federal, de larga veiculação na imprensa local e nacional.

Cabe esclarecer que, a partir de 2006, adotou-se a prática de se provisionar recursos para o atendimento de despesas com serviços públicos (água e esgoto e energia elétrica). Isso se deveu ao fato de que a FUB se viu obrigada a assumir essas

³⁹ Informações extraídas do capítulo 4 da Proposta do Orçamento Programa Interno 2009.

despesas, em função da suspensão dos benefícios da Lei Distrital n. 227/1992, que isentava a Instituição de tais encargos. Com isso, não foi mais possível repassar para todos os demais grupos de despesa os mesmos percentuais de aumento de recursos concedidos anualmente pelo MEC, por meio das Leis Orçamentárias Anuais (LOA). Por essa razão, os aumentos têm sido menores ou inexistentes, nessa área. De qualquer forma, tem-se procurado, no mínimo, garantir, para a área acadêmica, o mesmo montante de recursos consignado no ano anterior, para os recursos distribuídos pela Matriz e pelo PDI, inclusive Atividades Especiais, como se vê na Tabela 41.

Além desses recursos, ressalte-se ainda a disponibilização, no ano de 2003, de recursos no montante de R\$ 2 milhões para investimentos em equipamentos de informática (R\$ 1 milhão), visando a permitir o acompanhamento dos avanços tecnológicos, nessa área, e em obras de reformas (R\$ 1 milhão), para dotar as unidades acadêmicas de melhor infraestrutura de suas instalações físicas. Nos anos de 2004 a 2008, e 2009 (proposta), as unidades acadêmicas foram contempladas com aporte de recursos da mesma ordem do valor alocado em 2003, ou seja, R\$ 1 milhão, para cada exercício, destinado à execução de despesas com obras de reformas e adaptações.

Tomando-se por base o ano de 2000, comparado ao exercício de 2009, verifica-se crescimento (nominal) significativo da ordem de 412,02%, no grupo de despesas de outros custeios e capital, desconsiderados os recursos destinados a equipamentos de informática e ao programa de obras de reformas, disponibilizados, em grande monta, nos anos de 2003, 2004, 2005 (obras de reformas) e 2006 em diante (obras de reformas).

No que diz respeito à distribuição dos recursos destinados às atividades acadêmicas entre as unidades de ensino – tendo por base os anos de 2008 e 2009, cabe destacar que cerca de 51,4% são rateados por meio de uma matriz de partição de recursos de Outros Custeios e Capital – Equipamentos e o restante (48,6%) é reservado ao atendimento de outros projetos, atividades e metas programados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e à cobertura de despesas com “atividades especiais”, desenvolvidas por algumas unidades, envolvendo atividades específicas, tais como: saídas de campo, Biotério, jornal laboratório *O Campus*, Centro Olímpico e Estação Experimental de Biologia, de conformidade com as diretrizes e critérios gerais definidos pelo Conselho Universitário, quando da aprovação do PDI, Plano Quinquenal 2006 – 2010 e Planos Anuais de Atividades 2007 e 2008 da Universidade de Brasília.



Tabela 41: FUB – Evolução dos Recursos do Tesouro consignados no Orçamento Programa Interno para Área Acadêmica, 2000 a 2008(1). Outros Custeios e Capital

ESPECIFICAÇÃO	2000 A		2001 B		2002 C		2003 D		2004 E		R\$1,00
	Valor	Crescim. %	Valor	Crescim. %	Valor	Crescim. %	Valor	Crescim. %	Valor	Crescim. %	
Atividades Acadêmicas											
Rateio pela Matriz	1.260.000	34,92	1.700.000	35,29	2.300.000	-	2.300.000	-	2.648.450	15,15	
Projetos Especiais	145.000	3,45	150.000	16,67	175.000	100,25	350.434	100,25	433.525	23,71	
Acervo Bibliográfico	190.000	(26,32)	140.000	(100,00)	(4)	(4)	40.000	(4)	80.000	100,00	
Serv. Marcenaria - Unid. Acad.	50.000	-	50.000	(100,00)							
Serv. Gráficos pelo CESPE			150.000	(100,00)							
Reforço Outros Projetos do PDI							871.985		1.004.090	15,15	
Subtotal	1.645.000	33,13	2.190.000	13,01	2.475.000	43,94	3.562.419	43,94	4.166.065	16,94	
Equipamentos de Informática							1.000.000			(100,00)	
Obras de Reformas							1.000.000		1.000.000	-	
TOTAL	1.645.000	33,13	2.190.000	13,01	2.475.000	124,74	5.562.419	124,74	5.166.065	(7,13)	



ESPECIFICAÇÃO	2005 F		2006 G		2007 H		2008(5) I		2009(5) (Proposta) J		Crescim% K=J/A
	Valor	Crescim. %	Valor	Crescim. %	Valor	Crescim. %	Valor	Crescim. %	Valor	Crescim. %	
Atividades Acadêmicas											
Roteio pela Matriz	3.045.718	15,00	3.045.718	-	3.045.718	-	3.452.017	13,34	3.452.017	-	173,97
Projetos Especiais	606.935	40,00	584.296	(3,73)	584.296	-	662.241	13,34	662.241	-	41,05
Acervo Bibliográfico	(4) 160.000	100,00	(4) 116.230	(27,36)	(4) 116.230	-	(4) 131.735	13,34	(4) 115.868	(12,04)	(5,88)
Serv. Marcenaria - Unid. Acad.											(3,97)
Serv. Gráficos pelo CESPE											-
Reforço Outros Projetos do PDI	2.067.838	105,94	2.090.477	1,09	2.299.525	10,00	2.606.282	13,34	2.606.282	-	206,85
Equipamentos de Informática	5.880.491	41,15	5.836.721	(0,74)	6.045.769	3,58	6.852.275	13,34	6.836.408	(0,23)	412,02
Obras de Reformas	1.000.000	-	1.000.000	-	1.000.000	-	1.000.000	-	1.000.000	-	79,37
TOTAL	6.880.491	33,19	6.836.721	(0,64)	7.045.769	3,06	7.852.275	11,45	7.836.408	(0,20)	491,38

Fonte: FUB/UnB/DAF – Orçamento Programa Interno, dos anos 2000 a 2009. Valores Nominais.

Notas:

(1) Não inclui eventuais suplementações ocorridas no período.

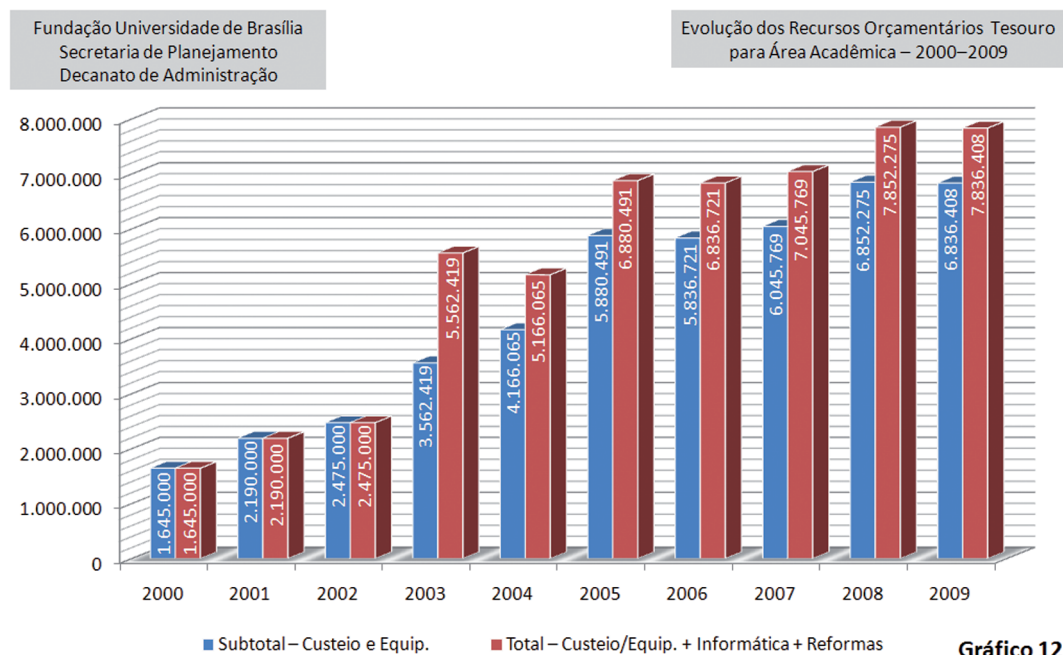
(2) Fundo de reserva (BCE) correspondendo a 10% do total dos recursos das atividades acadêmicas.

(3) Fundo de reserva (BCE) (R\$ 140.000) + recursos oriundos de OCC (R\$ 50.000).

(4) Recursos oriundos de OCC. Em 2007, 2008 e 2009 foram alocados ainda recursos próprios para o programa de acervo bibliográfico nos valores de R\$ 200.000,00, R\$ 200.000,00 e R\$ 250.000,00, respectivamente.

(5) 2008 e 2009 - Não inclui recursos para Expansão das IFES (Planaltina, Gama e Ceilândia), que receberam dotação específica.

Gráfico 10: Evolução dos Recursos Orçamentários Tesouro para Área Acadêmica, 2000 a 2009



10.3 Síntese da Alocação Proposta por Unidades, nas Fontes Tesouro, Próprios e Convênios, 2009⁴⁰

A Tabela 42 apresenta síntese da proposta de alocação dos recursos do orçamento inicial, nas fontes Tesouro, Próprios e estimativa de recursos de Convênios, em 2009, por unidades e programas e finalidades da aplicação.

Tabela 42: FUB/UnB – Síntese da Proposta de Alocação dos Recursos do Orçamento Inicial, nas Fontes Tesouro, Próprios e Convênios, 2009

Unidades/Despesas Gerais	Recursos por Fontes				
	Tesouro (A)	Próprios (B)	Subtotal (C=A+B)	Convênios e Portarias (Previsão) (D)	Total de Recursos Alocados (E=C+D)
Centros					
CDS(1)	6.774	928	7.702	250.000	257.702
CDT	-	10.800.000	10.800.000	8.000.000	18.800.000
CEAD	-	8.766.000	8.766.000	1.000.000	9.766.000
CEAM(1)	25.970	3.556	29.526	2.000.000	2.029.526
CEFTRU	-	1.887.504	1.887.504	7.500.000	9.387.504
CEPPAC(1)	5.646	773	6.419	-	6.419
CET(1)	33.874	4.639	38.513	700.000	738.513
CIFMC(1)	16.938	2.320	19.258	1.300.000	1.319.258
CIORD(1)	5.646	773	6.419	-	6.419
CPCE(1)	5.646	773	6.419	-	6.419
DATAUNB(1)	5.834	799	6.633	-	6.633
Centros	106.328	21.468.065	21.574.393	20.750.000	42.324.393

40 Tópico elaborado a partir da Proposta do Orçamento Programa Interno referente aos anos de 2006 a 2009.



R\$ 1,00					
Unidades/Despesas Gerais	Recursos por Fontes				
	Tesouro (A)	Próprios (B)	Subtotal (C=A+B)	Convênios e Portarias (Previsão) (D)	Total de Recursos Alocados (E=C+D)
Unidades Prestadoras de Serviços Internos (UPSI)					
BCE	437.729	250.000	687.729	-	687.729
BCE - Complemento aos rec. do Tesouro	-	7.731	7.731	-	7.731
BCE - Complem. rec. Tesouro - Enc. Gerais	-	15.867	15.867	-	15.867
CEDOC(1)	43.472	5.953	49.425	-	49.425
CEPLAN	71.137	10.000.000	10.071.137	-	10.071.137
CEPLAN - Complemento aos rec. do Tesouro	-	9.741	9.741	-	9.741
CME(1)	638.618	12.370	650.988	-	650.988
CME - Complem. rec. Tesouro - Enc. Gerais	-	75.084	75.084	-	75.084
CPD	50.811	225.000	275.811	-	275.811
CPD - Complemento aos rec. do Tesouro	-	6.958	6.958	-	6.958
EDU	5.648	1.000.000	1.005.648	-	1.005.648
EDU - Complemento aos rec. do Tesouro	-	773	773	-	773
FAL(1)	112.720	15.436	128.156	-	128.156
HUB(2)	56.458	200.000	256.458	30.000.000	30.256.458
HUB - Complemento aos rec. do Tesouro	-	7.730	7.730	-	7.730
PRC(1)	4.710.959	24.485.499	29.196.458	-	29.196.458
PRC - Complemento aos rec. do Tesouro	-	7.730	7.730	-	7.730
PRC - Obras de Reformas e Adaptações	-	2.774.768	2.774.768	-	2.774.768
Unid. Prest. Serviços Internos	6.127.552	39.100.640	45.228.192	30.000.000	75.228.192
Unidades Administrativas					
SECOM	22.519	40.000	62.519	-	62.519
SECOM - Complemento aos rec.do Tesouro	-	3.084	3.084	-	3.084
AUD(1)	9.033	1.237	10.270	-	10.270
DAC	6.986.976	-	6.986.976	5.000.000	11.986.976
DAF	2.058.490	3.300.000	5.358.490	-	5.358.490
DAF - Complemento aos rec. do Tesouro	-	10.187	10.187	-	10.187
INT(1)	5.646	773	6.419	500.000	506.419
PJU(1)	28.229	3.866	32.095	-	32.095
RU	-	4.500.000	4.500.000	-	4.500.000
SAA	-	200.000	200.000	-	200.000
SPL(1)	112.915	15.463	128.378	-	128.378
SRH	16.781.102	21.355.798	38.136.900	-	38.136.900
SRH - Complemento aos rec. do Tesouro	-	13.916	13.916	-	13.916
GRE(1)	112.915	15.463	128.378	-	128.378
VRT(1)	79.040	10.824	89.864	-	89.864
Unid. Administrativas	26.196.865	29.470.611	55.667.476	5.500.000	61.167.476
Unidades Arrecadadoras					
CESPE	-	205.320.000	205.320.000	4.000.000	209.320.000
SEI(1)	56.452	7.730	64.182	-	64.182



R\$ 1,00					
Unidades/Despesas Gerais	Recursos por Fontes				
	Tesouro (A)	Próprios (B)	Subtotal (C=A+B)	Convênios e Portarias (Previsão) (D)	Total de Recursos Alocados (E=C+D)
SGP(1)	56.452	7.730	64.182	-	64.182
Unid. Arrecadoras	112.904	205.335.460	205.448.364	4.000.000	209.448.364
Subtotal Geral (Unid. Adm e de Apoio Acadêmico)	32.543.649	295.374.776	327.918.425	60.250.000	388.168.425
Outras Despesas de Custeio e Capital					
Expansão das IFES - Custeio	5.090.000	-	5.090.000	-	5.090.000
. Planaltina	2.390.000	-	2.390.000	-	2.390.000
. Gama	1.350.000	-	1.350.000	-	1.350.000
. Ceilândia	1.350.000	-	1.350.000	-	1.350.000
Expansão das IFES - Capital	11.250.000	-	11.250.000	-	11.250.000
. Planaltina	2.750.000	-	2.750.000	-	2.750.000
. Gama	4.000.000	-	4.000.000	-	4.000.000
. Ceilândia	4.500.000	-	4.500.000	-	4.500.000
DEG - REUNI	28.930.790	-	28.930.790	-	28.930.790
DAF - Reserva	1.149.142	-	1.149.142	-	1.149.142
DAF/Reserva - Complem. rec. do Tesouro	-	157.295	157.295	-	157.295
DAF - Ações de Informática	8.952.529	-	8.952.529	-	8.952.529
Obras - IPOL	4.159.410	-	4.159.410	-	4.159.410
DAF Passagens	-	300.000	300.000	-	300.000
DAF Diárias	-	200.000	200.000	-	200.000
DAF/Indenizações e Restituições	-	700.000	700.000	-	700.000
DEG	427.915	315.000	742.915	3.000.000	3.742.915
DEG - Complemento aos rec. do Tesouro	-	15.463	15.463	-	15.463
DAC	8.572.722	756.245	9.328.967	-	9.328.967
DAC - Complemento aos rec. do Tesouro	-	15.463	15.463	-	15.463
DEX	590.113	242.802	832.915	1.200.000	2.032.915
DEX - Complemento aos rec. do Tesouro	-	15.463	15.463	-	15.463
DPP	292.355	360.560	652.915	14.000.000	14.652.915
DPP - Complemento aos rec. do Tesouro	-	15.463	15.463	-	15.463
PRC - Tarifas de Telefone	-	3.000.000	3.000.000	-	3.000.000
PRC - Serviços Públicos	16.571.000	-	16.571.000	-	16.571.000
PRC - Segurança Complementar	1.086.324	-	1.086.324	-	1.086.324
PRC/Seg. Complem. - complem. Rec. Tes.	-	148.697	148.697	-	148.697
PRC-Campus - Passivo CEB	3.000.000	-	3.000.000	-	3.000.000
HUB - Passivo água e esgoto	1.680.000	-	1.680.000	-	1.680.000
FEF	-	180.000	180.000	-	180.000
IG/SIS	-	630.000	630.000	-	630.000
FUB/Div. Unidades - Tx de cursos	-	9.360.000	9.360.000	-	9.360.000
SGP - Condomínio	-	7.000.000	7.000.000	-	7.000.000
Out. Desp. Custeio e Capital	91.752.300	23.412.451	115.164.751	18.200.000	133.364.751
ODC Unid.Acadêmicas	6.720.540	-	6.720.540	-	6.720.540
Total ODC e Capital	131.016.489	318.787.227	449.803.716	78.450.000	528.253.716
SRH - Pes. e Encargos	351.770.382	-	351.770.382	-	351.770.382
Total	482.786.871	318.787.227	801.574.098	78.450.000	880.024.098
Emendas Parlamentares	2.300.000	-	2.300.000	-	2.300.000

R\$ 1,00					
Unidades/Despesas Gerais	Recursos por Fontes				
	Tesouro (A)	Próprios (B)	Subtotal (C=A+B)	Convênios e Portarias (Previsão) (D)	Total de Recursos Alocados (E=C+D)
Total FUB-Tesouro, Próprios e Convênios (estimados)	485.086.871	318.787.227	803.874.098	78.450.000	882.324.098

Fontes: Tabelas 16 e 17 e Estimativa de Despesas de Convênios/Portarias - DOR/DAF - 2009.

UnB/DAF – Valores extraídos da Lei Orçamentária Anual (LOA) n. 11.897/2008.

Notas:

1) O valor constante da coluna Recursos Próprios, para os itens assinalados, refere-se a complemento aos recursos do Tesouro, face ao corte de 12,04% aplicado sobre os recursos propostos para 2009 (Tesouro), em relação à dotação de 2008.

2) Este valor inclui: Serviços Hospitalares e Ambulatoriais e Residência Médica.

10.4 Proposta de Alocação de Recursos do Tesouro para as Unidades Acadêmicas

A Tabela 43, a seguir, traz um demonstrativo da alocação de recursos proposta para as Unidades Acadêmicas, em 2009, destacando: recursos alocados pela Matriz (R\$ 3,4 milhões), Atividades Especiais (R\$ 662 mil), outros Projetos do PDI (R\$ 2,6 milhões), totalizando R\$ 6,7 milhões, e Expansão das IFES – Planaltina, Gama e Ceilândia (R\$ 5,1 milhões – Custeio, além de recursos para Capital, da ordem de R\$ 11,2). Verifica-se que, à exceção dos recursos consignados para Expansão das IFES, para todos os demais grupos dessa área propõe-se que sejam concedidas dotações nos mesmos montantes do alocado em 2008, face aos critérios e justificativas constantes deste documento.



Tabela 43: Proposta de alocação de Recursos de Outras Despesas Correntes e Capital/Tesouro para Unidades Acadêmicas, 2009

Unidades Acadêmicas	Alocação 2008 (1)	Proposta de Alocação 2009						Expansão das IFES Custeio (1) (6)	Total a Alocar 2009 (7=2+5+6)		Crescim. % (8=7/1)
		Matriz 2009 (2)	Reforço para Outros Projetos do PDI		Total Reforço p/ Outros Proj PDI (5=3+4)	Valor	%				
			Atividades Especiais 2009 (3)	Outros Projetos do PDI 2009 (4)							
FAC	367.348	101.357	65.737	200.254	265.991	-	-	367.348	5,47	-	
FACE	340.185	247.591	-	92.594	92.594	-	-	340.185	5,06	-	
FAU	239.396	100.640	-	138.756	138.756	-	-	239.396	3,56	-	
FAV	301.496	146.916	43.671	110.909	154.580	-	-	301.496	4,49	-	
FD	160.460	97.817	-	62.643	62.643	-	-	160.460	2,39	-	
FE	234.482	195.014	-	39.468	39.468	-	-	234.482	3,49	-	
FEF	293.660	107.527	101.799	84.334	186.133	-	-	293.660	4,37	-	
FM	348.153	212.037	-	136.116	136.116	-	-	348.153	5,18	-	
FS	396.805	195.646	34.002	167.157	201.159	-	-	396.805	5,90	-	
FT	422.533	300.226	-	122.307	122.307	-	-	422.533	6,29	-	
IB	503.360	243.946	147.543	111.871	259.414	-	-	503.360	7,49	-	
ICS	253.053	98.432	35.589	119.032	154.621	-	-	253.053	3,77	-	
IdA	280.794	200.543	-	80.251	80.251	-	-	280.794	4,18	-	
IE	426.186	235.875	-	190.311	190.311	-	-	426.186	6,34	-	
IF	270.189	124.899	-	145.290	145.290	-	-	270.189	4,02	-	
IG	348.818	112.863	136.008	99.947	235.955	-	-	348.818	5,19	-	
IH	315.260	143.513	36.552	135.194	171.747	-	-	315.260	4,69	-	
IL	318.424	198.633	-	119.791	119.791	-	-	318.424	4,74	-	
IP	283.261	160.004	6.526	116.731	123.257	-	-	283.261	4,21	-	
IPOL	156.184	63.192	-	92.992	92.992	-	-	156.184	2,32	-	
IQ	308.145	103.737	54.815	149.593	204.408	-	-	308.145	4,59	-	
IREL	152.349	61.609	-	90.740	90.740	-	-	152.349	2,27	-	
SUBTOTAL	6.720.540	3.452.017	662.241	2.606.282	3.268.523	-	-	6.720.540	100	-	
FUP	1.052.700	-	-	-	-	-	2.390.000	2.390.000	46,95	127,04	
FGA	1.152.700	-	-	-	-	-	1.350.000	1.350.000	26,52	17,12	
FCE	1.052.700	-	-	-	-	-	1.350.000	1.350.000	26,52	28,24	

R\$ 1,00



Unidades Acadêmicas	Alocação 2008 (1)	Proposta de Alocação 2009						Crescim. % (8=7/1)	
		Matriz 2009 (2)	Reforço para Outros Projetos do PDI		Expansão das IFES Custeio (1) (6)	Total a Alocar 2009 (7=2+5+6)			
			Atividades Especiais 2009 (3)	Outros Projetos do PDI 2009 (4)		Total Reforço p/ Outros Proj PDI (5=3+4)	Valor		%
SUBTOTAL	3.258.100	-	-	-	-	5.090.000	5.090.000	100	56,23
TOTAL	9.978.640	3.452.017	662.241	2.606.282	3.268.523	5.090.000	11.810.540	100	18,36

Fonte: Dados extraídos da Lei Orçamentária Anual (LOA) n. 11.897/2009, incluídos os créditos suplementares resultantes da recomposição do orçamento FUB aos níveis do PLO 2009, na fonte do Tesouro. Plano Anual de Atividades 2009; e Matriz de Alocação de Recursos de ODC e Capital p/ Unidades Acadêmicas 2008/2009.

1) Além dos recursos de custeio, os novos Campi foram contemplados com recursos de capital/investimento, da seguinte forma: Faculdade de Planaltina (R\$ 2.750.000,00), Faculdade do Gama (R\$ 4.000.000,00) e Faculdade de Ceilândia (R\$ 4.500.000,00), totalizando R\$ 11.250.000 (capital).

10.5 Plano de Reestruturação e Expansão da UnB, 2008-2012 (REUNI)⁴¹

O Plano de Desenvolvimento da Educação lançado pelo Governo Federal, em abril de 2007, contempla, entre outros projetos, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, que tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos presenciais de graduação para 90% (noventa por cento) e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por Professor para 18, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

De acordo com o Decreto, o Programa tem as seguintes diretrizes (dimensões):

- redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

- construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;
- compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e
- despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades do plano de reestruturação (art. 3º).

⁴¹ Capítulo extraído do Relatório de Gestão 2008, elaborado pela Contadora Lara Lima Caixêta Machado de Lima e Administradora Junia Maria Zandonade Falqueto, a partir de informações fornecidas pelo Decanato de Ensino de Graduação.

OREUNI está contemplado no Plano Plurianual 2008-2011 (Lei n. 11.653/2008) como atividade, sob o código 8282 – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais –I, dentro do Programa 1073 – Brasil Universitário, caracterizado como Programa Finalístico. Seu produto (unidade de medida) é “vaga disponibilizada”. Para os anos de 2008, 2009, 2010 e 2011 estão previstas 15 mil, 45 mil, 90 mil, e 150 mil vagas, respectivamente. A meta financeira prevista para os anos respectivos é de R\$ 153,5 milhões, R\$ 960 milhões, R\$ 1,4 bilhões e R\$ 1,9 bilhões.

O Objetivo de Governo, conforme descrito no PPA, é “propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade” e como “Objetivo Setorial: reestruturar a educação superior pública federal e ampliar o acesso a esse nível de ensino”.

O Conselho Universitário da UnB (CONSUNI) aprovou, em sua 333ª reunião realizada em 19 de outubro de 2007, o documento “A UnB Rumo aos 50 anos: Autonomia, Qualidade e Compromisso Social”, como “Carta de Intenções” da UnB para ingressar no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

Em 29 de outubro de 2007, a Universidade de Brasília encaminhou ao Ministério da Educação a proposta da UnB de adesão ao REUNI, que foi aprovada pelo MEC em 21 de dezembro de 2007 e assinou, em 13 de março de 2008, o Acordo de Metas com o MEC relativo à Proposta da UnB de Adesão ao REUNI.

Na Universidade de Brasília, está prevista a criação de 3.424 vagas em cursos e o aumento de 892 vagas nos cursos existentes até 2012, nos campi Darcy Ribeiro, Planaltina, Gama e Ceilândia. Os novos cursos estão descritos a seguir:

Cursos Noturnos:

1. Arte e Comunicação Digital, 2. Ciências Ambientais, 3. Estudos Culturais, 4. Gestão de Políticas Públicas, 5. Arquitetura e Urbanismo, 6. Atuária, 7. Ciências da Vida, 8. Ciências Farmacêuticas, 9. Comunicação Social, 10. Engenharia de Produção, 11. Física, 12. Gestão do Agronegócio, 13. História, 14. Informática e Tecnologia, 15. Letras – Tradução Espanhol, 16. Música (licenciatura), 17. Saúde Coletiva, 18. Serviço Social e 19. Teoria Crítica e História da Arte.

Cursos Diurnos:

1. Museologia, 2. Turismo, 3. Biotecnologia, 4. Ciências da Vida, 5. Educação Física (bacharelado), 6. Engenharia Ambiental, 7. Engenharia de Computação, 8. Geofísica, 9. Letras – Linguística Aplicada, 10. Letras – Língua Estrangeira Aplicada, 11. Letras – Tradução Alemão. 12. Música Popular e 13. Química Tecnológica (habilitação).

Para discutir e acompanhar a implantação do Projeto na UnB, foi criada a Comissão Permanente do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, por meio da Resolução n. 151, de 18 de

agosto de 2008, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), constituída por membros designados pelo CEPE e pelo CAD.

Das diretrizes/dimensões do REUNI, a UnB elaborou cronograma geral de implementação e execução, detalhados nos Quadros 09, 10 e 11.

Quadro 09: UnB: DEG: Dimensões do REUNI, Atividades e Cronograma de Implantação

DIMENSÃO	ATIVIDADE	ANOS				
		2008	2009	2010	2011	2012
A. Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública	<i>Campus</i> de Planaltina: criação de 2 cursos noturnos e um diurno, 220 vagas anuais (Gestão Ambiental, Licenciatura em Ciências Naturais e Licenciatura em Educação do Campo (diurno)).	X				
	<i>Campus</i> da Ceilândia: criação de 480 vagas anuais, em 5 novos cursos, (Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Saúde Coletiva).	X				
	<i>Campus</i> do Gama: criação de 480 vagas anuais em 4 novos cursos (Engenharia Automotiva, Engenharia de Energia, Engenharia de <i>Software</i> e Engenharia Eletrônica).	X				
	Construções e reformas de espaços das unidades acadêmicas para a ampliação de vagas (bloco de salas de aulas, salas de tutoria, salas de informática e salas de estudo, blocos de serviço, entre outros).	X	X	X		
	Construção de restaurante universitário e de moradia estudantil.	X	X			
	Contratação de Docentes e servidores.	X	X	X	X	
	Readequação e modernização da Biblioteca.		X	X		
	Ampliação do número de vagas em cursos existentes.		X	X		
	Criação de cursos.		X	X	X	X
	Aperfeiçoamento do Programa de Orientação Acadêmica, e inclusão de orientação profissional, e acompanhamento pedagógico.		X	X		
	Criação de Programa de Tutoria.		X			
	Elaboração de Plano Estratégico para Aperfeiçoamento das Práticas Pedagógicas e Incentivo à Docência.		X			
	Normatização para flexibilização na equivalência entre disciplinas cursadas e mudança de curso.		X			
	Ampliação do programa de apoio à permanência estudantil.		X			
	Ampliação do programa de moradia estudantil da UnB.	X	X			
	Avaliação do sistema de avaliação Docente.		X	X		
	Normatizar atividades sob responsabilidade de tutores.			X		
	Fortalecimento de programa de divulgação no ensino médio dos cursos e programas oferecidos na Universidade.			X		
	Implantação de sistema de ingresso por área de conhecimento.			X		
	Aumento do número de bolsas de permanência, iniciação científica, iniciação à docência, extensão, monitoria.		X	X	X	X



DIMENSÃO	ATIVIDADE	ANOS				
		2008	2009	2010	2011	2012
A. Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública	Elaboração de normas que flexibilizem a reocupação de vagas ociosas, por estudantes da própria instituição, a reocupação de vagas ociosas remanescentes por estudantes de outras IES e flexibilização da equivalência entre disciplinas de diferentes cursos da UnB e de outras IES e discussão e aprovação das normas.		X			
	Implantação do sistema de reocupação de vagas ociosas.			X		
B. Reestruturação Acadêmico-Curricular	Realização de Ciclo de Seminários Internos, para elaboração do PPPI.	X	X	X		
	Avaliação do agrupamento por áreas de ingresso.	X				
	Avaliação das estruturas curriculares dos cursos existentes (diagnóstico).		X			
	Proposição de ciclo básico comum aos cursos com mesma área de ingresso, por meio da revisão da estrutura curricular dos cursos envolvidos.		X			
	Adequação do espaço físico da Universidade, por meio de reformas em espaços existentes (salas e anfiteatros do Instituto Central de Ciências do <i>Campus Darcy Ribeiro</i>).	X	X	X	X	
	Adequação do espaço físico da Universidade, por meio de construção de novos espaços – Bloco de salas de aulas, salas de tutoria, salas de informática e salas de estudo, Blocos de serviço, entre outros.	X	X	X	X	
	Readequação de espaços físicos para laboratórios de ensino, a fim de ampliar sua capacidade de atendimento.	X	X	X		
	Reforma, ampliação e readequação de espaços físicos para a administração da Universidade, contemplando a melhoria do atendimento aos estudantes.	X	X	X		
	Aquisição de equipamentos e mobiliário.	X	X	X		
	Fortalecimento da Biblioteca Central da UnB.		X	X		
	Contratação de Docentes e servidores técnicos-administrativos, para atendimento à reestruturação e expansão da UnB prevista no projeto REUNI.	X	X	X	X	
	Ciclo de Seminários para definição e implementação da nova política de organização curricular.	X	X	X		
	Definição e implementação de uma nova política de organização curricular mais flexível, conforme orientação do PPPI.		X	X	X	
	Repactuação entre as unidades acadêmicas para definição das disciplinas de serviço adequadas aos vários cursos da universidade.	X	X			
	Elaboração e implantação de Plano Estratégico para Aperfeiçoamento das Práticas Pedagógicas e Incentivo à Docência.		X	X		
	Implantação do Sistema de Tutoria.		X			
	Implantação do Sistema de Ingresso por Área de Conhecimento, nos termos aprovados no CEPE.			X		
Implementação do PPPI.		X	X	X		



DIMENSÃO	ATIVIDADE	ANOS				
		2008	2009	2010	2011	2012
C. Renovação Pedagógica da Educação Superior	Elaboração de convênio com o Governo do Distrito Federal, reunindo todas as ações realizadas nas escolas da rede pública do GDF, potencializando e ampliando as ações já existentes.	X	X			
	Integração institucional e ampliação das diversas ações realizadas junto ao ensino básico público, a fim de promover melhoria sistêmica da educação pública.		X	X		
	Ampliação das expectativas e oportunidades de acesso e permanência na Universidade de Brasília aos estudantes das escolas públicas do Distrito Federal e seu Entorno.	X	X	X	X	X
	Avaliação da viabilidade de implantação de novos espaços e atividades na UnB destinadas aos estudantes de Ensino Médio e Fundamental.			X		
	Elaboração e implementação do PPPI.	X	X	X		
	Integração de atividades de pesquisa, de extensão, de responsabilidade social e multidisciplinares, em cursos e disciplinas de graduação.		X	X	X	X
	Estruturação das práticas Docentes de acordo com as demandas específicas de cada área, integrando Professores, tutores, monitores e as diferentes atividades de aprendizagem.		X			
	Consolidação da infraestrutura computacional de apoio à aprendizagem.	X	X	X		
	Adequação dos espaços de ensino e de aprendizagem, sobretudo laboratórios de ensino e anfiteatros.	X	X	X		
	Criação do Plano Estratégico para Aperfeiçoamento das Práticas Pedagógicas e Incentivo à Docência.		X			
	Realização de seminários pedagógicos para Docentes.		X	X	X	X
	Oferta de formação para tutores.		X	X	X	X
	Estruturação de ações de apoio e disseminação aos Docentes e tutores de novas tecnologias e instrumentos pedagógicos.		X	X	X	
	Regulamentação do estágio probatório Docente, incluindo a exigência de participação em atividades de orientação pedagógica.		X			
	Regulamentação dos procedimentos de progressão funcional, incluindo a consideração da participação em atividades de formação Docente e atuação na graduação e na extensão.		X	X		
Avaliação e aperfeiçoamento do sistema de avaliação Docente por discentes empregados na UnB.		X				
D. Mobilidade Intra e Interinstitucional	Uniformização dos nomes e ementas de disciplinas de mesmo conteúdo ofertadas pelas diversas unidades da Universidade.	X	X			
	Redefinição do conceito de crédito, de forma a incluir o conjunto de todas as atividades acadêmicas realizadas pelo aluno numa disciplina.		X			
	Aumento do número de vagas ofertadas nos editais internos de duplo curso, dupla habilitação e mudança de cursos.		X			
	Aumento do número de vagas ofertadas nos editais externos para transferência facultativa para a UnB de estudantes oriundos de outras IES.		X	X		



DIMENSÃO	ATIVIDADE	ANOS				
		2008	2009	2010	2011	2012
D. Mobilidade Intra e Interinstitucional	Elaboração de normas para flexibilizar aproveitamento de estudos em regime de mobilidade intra e inter-institucional (no País e no exterior).	X	X	X		
E. Compromisso Social da Instituição	Definição de novas estratégias de democratização de acesso e permanência para os estudantes oriundos da rede pública de ensino do DF e Entorno.		X			
	Ampliação dos Projetos de Extensão de Ação Contínua.	X	X	X	X	X
	Envolver os estudantes de graduação dos cursos de licenciatura em projetos relacionados ao fortalecimento da educação básica pública.	X	X	X	X	X
	Ampliação do número de bolsas de assistência estudantil.		X	X	X	X
	Ampliação de vagas para moradia estudantil.		X			
	Reforma do novo espaço e contratação de servidores para o DAC e o DEX.			X		
	Consolidação dos sistemas de avaliação interna do Decanato de Extensão (DEX).	X	X	X	X	X
	Análise da inclusão dos resultados dos sistemas de avaliação interna do DEX como um critério de avaliação de progressão funcional Docente.				X	
	Aumento do número de bolsas de permanência, iniciação científica, iniciação à docência, extensão, monitoria etc.		X	X	X	X
F. Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação	Criação de sistema de tutoria de alunos de pós-graduação para dar suporte à graduação.	X	X			
	Construção de salas de apoio para os tutores.	X	X			
	Implementação de sistema de avaliação contínua do Programa de Tutoria.		X	X	X	
	Concessão de bolsas de mestrado e doutorado para discentes envolvidos no sistema de tutoria.		X	X	X	X

A ampliação e a melhoria da infraestrutura física serão realizadas por meio de construção de novos edifícios, reforma e adequação de espaços físicos existentes e melhoria da rede de infraestrutura da Instituição, para adequá-la e torná-la compatível com as necessidades existentes e as que surgirão da execução do projeto.

A UnB possui quatro *campi*, localizados no Plano Piloto e nas cidades de Ceilândia, Gama e Planaltina, em condições regulares de registro e domínio dos imóveis. O uso e a ocupação do solo desses *campi* estão regulamentados pela Resolução n. 004/2000 do Conselho Diretor da FUB, que estabelece o Plano de Setorização do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro e as condições urbanísticas, edilícias e ambientais a serem observados nos projetos da UnB, obrigatoriamente compatíveis com a legislação do Distrito Federal.

As intervenções na infraestrutura física foram previstas nos quatro *campi* e compreendem novas edificações, reformas e adequações.

Abaixo, apresenta-se o quadro de obras e reformas com área e custo previstos em metro quadrado e valor total, elaborado pelo Centro de Planejamento (CEPLAN), em parceria com o DEG.

Quadro 10: FUB: REUNI: Obras e Reformas de Uso Comum

Obras	Área (m ²)	Custo (R\$/ m ²)	Valores (R\$)
Construção de Restaurante Universitário (RU) (Darcy Ribeiro)	4.725	1.200	5.670.000
Construção de Casa do estudante (Darcy Ribeiro)	9.000	1.400	12.600.000
Bloco de salas de aula + tutoria + informática (Darcy Ribeiro)	6.000	1.200	7.200.000
Três módulos de serviço (Darcy Ribeiro) – 500 m ² (cada um)	1.500	800	1.200.000
Adaptação do RU atual para atividades culturais e administrativas	6.700		Recursos FUB
Reforma dos anfiteatros do ICC (17)	4.570	1.000	4.570.000
Reforma do Anfiteatro 12	360	1.600	576.000
Reforma das salas de aula do ICC (incluir tutoria, informática)	1.600	600	960.000
Reforma PAT e PJC (Anísio Teixeira e João Calmon)	1.000	500	500.000
Módulos de serviço, incluindo RU (Gama, Ceilândia e Planaltina) – 500 m ² (cada um)	1.500	900	1.350.000
Quadras e equipamentos esportivos (Gama, Ceilândia e Planaltina)			1.200.000
Reforma do auditório Joaquim Nabuco	294	1.000	294.000
Total			36.120.000

Quadro 11: FUB: REUNI: Obras e Reformas para Atender às Necessidades das Unidades Acadêmicas no Âmbito do REUNI. Obras de Recuperação do ICC e Construções

Obras	Área (m ²)	Custo (R\$/m ²)	Valores (R\$)
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Mezanino	250	1.000	250.000
Faculdade de Comunicação – Mezanino	700	1.000	700.000
Instituto de Exatas / Departamento de Ciências da Computação – Reforma	800	700	560.000
Instituto de Física – Reforma	1.722	800	1.377.600
Instituto de Geociências – Reforma	483	700	338.100
Instituto de Humanidades - Reforma	3.765	600	2.259.000
Reforma e adequação do espaço atualmente ocupado pela Faculdade de Agronomia e Veterinária, a fim de atender a: Departamento de Ciências da Computação, Departamento de Estatística, Instituto de Geociências e Instituto de Letras	2.800	800	2.240.000
Total ICC	10.520		7.724.700
Reforma, adequação e construção de laboratórios de ensino	3.570	800	3.000.000
Reformas de laboratórios na Faculdade de Saúde	700	714	500.000
Reformas e construções no Instituto de Artes	1.200	1366	1.640.000
Total			12.864.700
Total de Reformas e Construções			48.984.700
Reserva Técnica			4.865.480

Execução do REUNI em 2008

Nesta seção, constam as informações referentes à prestação de contas do projeto REUNI extraídas do sistema de planejamento, conforme fornecidas pelo Decanato de Ensino de Graduação. Das 33 metas previstas, 11 foram executadas integralmente, 16 parcialmente e 2 não foram iniciadas. Para efeito de apresentação neste documento, as metas semelhantes (integralmente e parcialmente executadas) foram agrupadas, conforme principais itens a seguir:



- Aquisição de equipamentos e mobiliários no total de R\$ 3,9 milhões, sendo R\$ 2,1 milhões em equipamentos de informática e R\$ 1,8 milhão em veículos (12 furgões tipo Kombi, 5 microônibus urbanos, 1 microônibus rodoviário, 1 minivan Doblô, 1 caminhão baú, 9 automóveis de passeio tipo Uno Mille e 1 ônibus urbano).
- Criação de 480 vagas anuais em quatro novos cursos (Engenharia Automotiva, Engenharia de Energia, Engenharia de *Software* e Engenharia Eletrônica) no *campus* do Gama, Criação de dois cursos noturnos (Gestão Ambiental e Licenciatura em Ciências Naturais) e 1 diurno (Licenciatura em Educação no Campo), totalizando 220 novas vagas anuais no *campus* de Planaltina.
- Criação de cinco cursos (Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Saúde Coletiva), totalizando 480 novas vagas anuais no *campus* da Ceilândia.
- Abertura de dez vagas no curso de Ciências Contábeis.
- Realização de dois seminários para fins de definição e implantação de nova política de organização curricular; “O REUNI na UnB: Construção de uma Proposta Coletiva” e “A Universidade Construída por Todos”.
- Expansão em 50% do número de vagas ofertadas nos editais externos de transferência facultativa da UnB para estudantes provenientes de outras Instituições de Ensino Superior (IES).
- Concessão de bônus no vestibular para candidatos residentes nas imediações dos *campi* avançados.
- Oferecimento de bolsas de permanência, alojamento e refeições subsidiadas aos aprovados no vestibular e que residem nas proximidades dos *campi* avançados.
- Elaboração do planejamento/projeto das obras de reformas e construções por todo o *campus* Darcy Ribeiro (blocos de salas de aula, salas de tutoria, salas de informática, salas de estudo, blocos de serviço, entre outros).
- Início do processo licitatório para reforma da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, do Instituto de Exatas, do Departamento de Ciências da Computação, da Faculdade de Comunicação, dos Anfiteatros 2, 5, 6, 15, 16 e 19 do Instituto Central de Ciências (ICC) e do bloco de ensino do *campus* de Planaltina.
- Fortalecimento do programa de tutoria por meio:
 - ◇ da criação do sistema de tutoria de alunos de pós-graduação para dar suporte à graduação;

- ◇ da promoção de cursos de formação para tutores;
- ◇ da implementação do sistema de avaliação contínua do programa de tutoria;
- ◇ do planejamento de concessão de bolsas de mestrado e doutorado com preferência para discentes envolvidos no sistema de tutoria;
- Elaboração do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI), tendo sido iniciadas as discussões sobre a implementação deste plano.
- Elaboração do planejamento para ampliação dos projetos de extensão e ação contínua.
- Ampliação do quadro de pessoal com a contratação de 122 Docentes, 90 servidores de nível intermediário e 99 servidores de nível superior.
- Aprovação de editais do Prodocência e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) para fins de ampliação da participação dos estudantes dos cursos de licenciatura em projetos relacionados à educação básica pública.
- Atividades em andamento direcionadas à ampliação do programa de moradia estudantil na UnB por meio do projeto de Nova Casa do Estudante.

Iniciativas do REUNI nos exercícios de 2008/2009

Nesta seção, constam informações referentes às ações desenvolvidas pelo projeto REUNI, extraídas do sítio do Decanato de Graduação (<http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/reuni.php>).

De acordo com o primeiro Relatório Semestral do Programa REUNI na UnB, aprovado na 446ª Reunião do CEPE realizada no dia 28/5/2009, constam as seguintes atividades desenvolvidas pela comissão permanente do REUNI no período de setembro de 2008 a abril de 2009:

I – Obras e reformas

As obras previstas no Projeto REUNI estão sendo realizadas conforme relação de obras aprovada na 339ª reunião do CONSUNI realizada em 4/7/2008.

No ano de 2008, foram repassados à Universidade de Brasília pelo MEC R\$12.000.000,00 para obras e reformas previstas no REUNI. Os recursos foram integralmente empenhados, nas seguintes obras:

1. Reforma do Módulo 18 (anteriormente ocupado pelo CESPE) para atender ao CIC: R\$ 467.022,20.
2. Construção de prédio do campus do Gama: R\$8.019.330,11.

3. Construção de parte do Instituto de Ciências Biológicas: R\$ 3.513.647,69.

As obras listadas nos itens 2 e 3 foram empenhadas com recursos do REUNI, após discussão na comissão e negociação com o MEC, para que não houvesse devolução de recursos para o Tesouro em 2008. Como resultado, a UnB estabeleceu com o Ministério da Educação cronograma de reprogramação orçamentária. Dessa forma, as obras do IB e da FGA puderam ser incluídas, para fins contábeis, no orçamento do REUNI-UnB, com o comprometimento de contrapartida com recursos próprios da Universidade, no mesmo montante, para o ano de 2009.

Para o ano de 2009, o MEC já disponibilizou R\$ 14.055.840,00, o que representa 60% do orçamento previsto para obras e reformas, estando a liberação do restante condicionada à execução orçamentária dos recursos já liberados.

A Universidade de Brasília licitou em 2009 R\$ 4.054.207,98, referentes aos seguintes projetos:

1. Estrutura metálica e piso do mezanino da Faculdade de Comunicação.
2. Estrutura metálica e piso do mezanino da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.
3. Contratação de empresa de Arquitetura para elaboração de projetos básicos e executivos das obras do REUNI.
4. Reforma de anfiteatros (etapa 1).
5. Reforma de salas de aula (etapa 1).

As licitações listadas nos itens 1 a 5 já foram concluídas, empenhadas e contratadas com recursos do REUNI. O acompanhamento das obras pode ser feito no portal da UnB (<http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/expansao.php>).

Atrasos para início das obras de reforma dos anfiteatros e salas de aulas do ICC implicaram a necessidade de revisão de cronograma de reformas. As soluções para alocação provisória de disciplinas foram apresentadas e discutidas com diretores, chefes de departamento e coordenadores de cursos no mês de dezembro de 2008, em reunião realizada no auditório do IQ.

Encontra-se em fase de elaboração de orçamento para licitação a reforma dos Pavilhões Anísio Teixeira e João Calmon, com início da obra previsto para final de junho de 2009.

O projeto de reforma do Anfiteatro 12, anteriormente ocupado pelo CESPE para adequação às atividades acadêmicas da UnB, encontra-se em fase de licitação pela Prefeitura da UnB.

Com o objetivo de acompanhar o andamento do cronograma de obras sob responsabilidade do CEPLAN, a Presidente da Comissão Permanente do REUNI realiza reuniões praticamente semanais com o CEPLAN. Entretanto, tendo em

vista constantes discrepâncias entre as definições das reuniões e a execução dos projetos, especialmente no que se refere a prazos, e com o objetivo de tornar mais eficaz o acompanhamento do cronograma de obras, as reuniões serão substituídas por relatórios quinzenais a partir de maio de 2009.

Inicialmente, a comissão discutiu amplamente propostas para o RU e CEU. As dificuldades técnicas para avançar nessas questões levaram o CEPLAN a contratar a Empresa de Consultoria Nucleora para realizar estudo técnico de viabilidade do atual RU. Durante as discussões, a comissão fez uma reunião específica para a discussão do RU, da qual participou o Arquiteto Jose Galbinski, autor do projeto do RU do Darcy Ribeiro. Na reunião, o Professor Galbinski afirmou que o atual RU já possui capacidade para atender até 900 refeições simultaneamente e que a empresa Nucleora possui capacidade técnica adequada para o serviço de consultoria contratado.

A partir de fevereiro de 2009, o Decanato de Assuntos Comunitários está à frente das discussões sobre o Restaurante Universitário, contemplando a avaliação da adequação do prédio atual do Darcy Ribeiro e de formas de produção e distribuição de alimentação para os quatro *campi*. Caso seja concluído que a destinação do atual RU deve ser diferente da prevista no Projeto aprovado no CONSUNI, a nova proposta deverá ser submetida ao CONSUNI para deliberação.

As discussões sobre o projeto da nova Casa do Estudante também estão sob coordenação do Decanato de Assuntos Comunitários. Dois estudos preliminares realizados pelo CEPLAN foram apresentados e discutidos pela comissão, considerando várias das reivindicações apresentadas pela AMCEU. A política de moradia do DAC abrangerá os quatro campi da Universidade.

II – Aquisição de veículos e equipamentos

No ano de 2008, o MEC liberou R\$ 3 milhões para aquisição de equipamentos para o REUNI. Os recursos foram integralmente empenhados na aquisição de veículos e equipamentos de informática, devidamente aprovados na Comissão Permanente do REUNI. Os veículos adquiridos foram destinados ao uso coletivo da Universidade.

Foram adquiridos 30 veículos, discriminados abaixo, perfazendo total de R\$1.887.736,10:

1. 10 furgões tipo Kombi;
2. 5 micro-ônibus urbanos;
3. 1 micro-ônibus rodoviário;
4. 1 minivan tipo Doblò;
5. 1 caminhão 3/4, tipo baú;

6. 8 automóveis de passeio tipo Uno Mille;

7. 1 ônibus urbano

Do restante dos recursos de investimento, R\$ 1.076,091,25 foram utilizados para aquisição de equipamentos de informática, para atendimento às necessidades administrativas e acadêmicas dos cursos de graduação com aumento de vagas em 2009 e cursos novos de 2009, de acordo com o critério de R\$ 5.000,00 por vaga nova discente aberta, aprovado na 339ª Reunião do CONSUNI.

Para o ano de 2009, o MEC já disponibilizou R\$ 9.600.000,00, o que representa 60% do orçamento previsto para equipamentos. A liberação do restante está condicionada à execução orçamentária dos recursos liberados. O Decanato de Ensino de Graduação já pediu à DRM a aquisição de alguns bens solicitados em 2008 e que não puderam ser adquiridos por não constarem de licitação concluída pela UnB. Além disso, estão sendo encaminhados às Unidades Acadêmicas memorandos com autorização para aquisição de equipamentos.

III – Distribuição de Docentes

A proposta de distribuição de Docentes por unidades, referente a cursos com aumento de vagas e novos, foi elaborada tendo como base informações de número de créditos do curso e percentual de créditos ofertados por unidade, conforme constante no fluxograma do curso. O processo de distribuição foi efetuado em duas etapas: a primeira, com 84 vagas, distribuídas pela Portaria MEC n. 1110/2008, e a segunda, com 216 vagas, de acordo com o quantitativo disponibilizado pela Portaria MEC n. 1226/2008, totalizando as 300 vagas Docentes previstas para os anos de 2008 e 2009. A distribuição de Docentes na UnB foi aprovada nas 431ª e 435ª reuniões do CEPE, realizadas respectivamente em 25/9/2008 e 20/11/2008.

Os concursos para Docentes realizados com base na Portaria MEC n. 1226/2008 possuíam data limite para abertura dos editais prevista inicialmente para o dia 2 de março de 2009. Posteriormente, a data limite foi prorrogada em mais 60 dias. Os concursos já estão sendo realizados pelas unidades acadêmicas.

No ano de 2008, foram autorizadas nomeações de 22 a 31 de dezembro de 2008 no âmbito da Portaria n. 1226/2008. Tendo em vista que a UnB ainda não havia realizado concursos REUNI, foram nomeados 27 Docentes de concurso BPEq com códigos de vagas do REUNI. Essa troca temporária, possível devido à orientação do MEC, permitiu a Universidade ter, no início de 2009, 27 vagas REUNI disponíveis. Essas primeiras 27 vagas Docentes foram disponibilizadas para contratação de Docentes que estão sendo aprovados nos concursos, considerando a distribuição de Docentes aprovada em 25/9/2008 e as necessidades da UAB e do Programa de Expansão Etapa 1. Para isso, o DEG encaminhou à VRT relação de unidades acadêmicas que deverão ter Docentes contratados nessas 27 vagas, considerando as unidades que já aumentaram vagas em seus cursos, os cursos novos do 2º/2009 e as que prestam serviço para esses cursos.

O MEC criou um módulo no SIMEC para acompanhamento das contratações de Docentes e servidores técnicos-administrativos e informou às universidades que as autorizações de provimento das vagas distribuídas pela Portaria n. 1226/2008 serão feitas à medida que os resultados definitivos dos concursos públicos sejam publicados no Diário Oficial.

IV – Distribuição de Servidores técnicos-administrativos

A distribuição de servidores técnico-administrativos foi proposta pela Secretaria de Recursos Humanos e DEG, considerando as unidades acadêmicas, áreas da administração e órgãos de apoio impactados pelo projeto, e aprovada pela Comissão Permanente do REUNI. Como ainda não foi realizado concurso para servidores no âmbito do REUNI, elaborou-se levantamento de candidatos aprovados no concurso realizado pela UnB em meados de 2007, desde que em cargos compatíveis com os previstos no projeto REUNI. Na última quinzena de dezembro de 2008, o MEC autorizou a nomeação de 123 servidores técnico-administrativos, sendo 50 de nível médio e 73 de nível superior. Foram nomeados servidores de cargos previstos no REUNI aprovados no concurso de 2007 da UnB. Nesta primeira distribuição de servidores, foi feito levantamento das especializados, desde que houvesse candidatos concursados nos cargos específicos.

A avaliação da administração é a de que a carência de recursos, unidades e áreas que já haviam recebido concursados de seus respectivos cargos, busca-se análise mais abrangente da situação de cada área. O objetivo foi fortalecer, ainda que parcialmente, as áreas de administração e órgãos de apoio da Universidade impactados pelo projeto, além das unidades acadêmicas, com a contratação de servidores técnicos na Universidade é generalizada, sendo que várias áreas acadêmicas e administrativas não possuem servidores do quadro e funcionam com o apoio de estagiários e de pessoal terceirizado, com muito esforço de todos os envolvidos.

Muitos dos técnicos nomeados, no entanto, não assumiram o cargo. Outros assumiram o cargo e já pediram exoneração, em função dos baixos salários percebidos. Neste caso, quando há outros candidatos aprovados no concurso, eles são nomeados pela SRH. O problema é gravíssimo e já foi identificado pelas IFES, estando em discussão na SESu/MEC, com o levantamento de possíveis soluções para a questão, possivelmente com a criação de um banco de servidores equivalentes, nos moldes do Banco de Professores Equivalentes (BPEq), além da correção salarial, visando a adequá-lo aos salários percebidos por outros órgãos e autarquias federais. A questão apresenta-se de enorme complexidade e há o entendimento de que sua magnitude extrapola o plano de reestruturação e expansão das universidades federais, tendo em vista o enorme passivo existente.

V – Distribuição de Funções Gratificadas e Cargos de Direção

Foram disponibilizados cargos de direção e funções gratificadas pelo MEC, conforme previsto no projeto. A distribuição das funções gratificadas (CD e FG)

pela SRH e DEG considerou o número de funções disponibilizadas e a orientação institucional sobre a questão, respeitando-se a participação das unidades acadêmicas e órgãos administrativos e de apoio técnico no projeto. A proposta foi aprovada pela Comissão Permanente do REUNI. Buscou-se, ainda, corrigir distorções existentes na UnB, por exemplo, com a devida alocação de CD-4 para diretores de unidades acadêmicas ou de órgãos de apoio técnicos-administrativos e de FG para coordenadores de extensão de unidades.

Tendo em vista que a orientação do MEC é a de ajuste das funções de coordenação de graduação para FG-1, a UnB buscou iniciar o processo, com a adequação da função gratificada para alguns cursos. Nesta etapa inicial, adequou-se a gratificação do maior número possível de coordenadores de cursos impactados pelo projeto, o que foi feito parcialmente, devido ao reduzido número de funções disponibilizadas. O processo terá continuidade com a aprovação do projeto de lei, proposto pelo MEC e em discussão nas esferas competentes, que visa a corrigir essas distorções no âmbito da IFES.

VI – Bolsas

a) Bolsas de pós-graduação (Edital n. 01/2009 – Bolsas de Mestrado e Doutorado REUNI/CAPES)

O Comitê Gestor do Programa de Bolsa REUNI de Assistência ao Ensino da Universidade de Brasília, nomeado pelo Ato da Reitoria n. 255/2009, de 9 de fevereiro de 2009, atendendo à Portaria do MEC n. 582, de 14 de maio de 2008, lançou, em março de 2009, o Edital n. 1/2009, que instituiu na UnB o Programa de Bolsas REUNI de Assistência ao Ensino da Universidade de Brasília. Inscreveram-se 38 Programas de Pós-Graduação da UnB, que solicitaram 147 Bolsas de Mestrado e 88 Bolsas de Doutorado. Foram distribuídas 34 de Doutorado e 64 bolsas de Mestrado. Os estudantes atuarão junto a cursos que participam do REUNI-UnB, em uma ou mais das linhas de ação abaixo descritas:

- atendimento a estudantes de disciplinas com elevado número de estudantes matriculados por turma e/ou com alto índice de reprovação, trabalhando junto com o(s) Docente(s) da(s) disciplina(s), ainda que este(s) pertença(m) a outra unidade acadêmica;
- atendimento a cursos com alto índice de evasão;
- atendimento a disciplinas básicas de nivelamento oferecidas a estudantes indígenas ou apoio ao desenvolvimento de projetos por esses estudantes;
- atendimento a cursos de licenciatura que estão realizando reformulação curricular, oferecendo apoio às práticas pedagógicas;
- atendimento a cursos que estão realizando reestruturação ou reforma curricular, oferecendo atividades que incluam o corpo discente na discussão do projeto político-pedagógico do curso;

- atendimento a estudantes de disciplinas básicas de cursos de graduação participantes do REUNI;
- atividades de orientação acadêmica e profissional, que visem a dar apoio ao trabalho do Serviço de Orientação Universitária da Diretoria de Apoio e Integração Acadêmica (SOU/DAIA);
- atividades inovadoras de apoio a estudantes em risco de desligamento.

O bolsista contemplado deve:

1. cumprir carga horária máxima de oito horas semanais, entre preparação, orientação, execução e avaliação de atividades;
2. atuar junto a curso de graduação;
3. não ser substituto regular do Professor nas aulas, mas apresentar atividades inovadoras de complementação ou apoio pedagógico, ou, ainda, atuar junto a estudantes de graduação propondo oficinas, seminários ou outras atividades que possibilitem contribuir para a discussão e aperfeiçoamento do projeto político-pedagógico do curso.

b) Bolsas de graduação

A Universidade de Brasília recebeu do MEC em 2009 R\$ 2.400.000,00 destinados a 800 novas bolsas para alunos de graduação, de R\$ 300,00 mensais. As bolsas tiveram a seguinte distribuição inicial, conforme aprovação da Comissão Permanente do REUNI:

1. 100 novas bolsas para o ProIC;
2. 50 novas bolsas de assistência estudantil;
3. 40 bolsas para estudantes de cursos de Licenciatura participantes do Programa PRODOCÊNCIA;
4. novas bolsas para o PIBEX, para atendimento a Projetos de Ação Contínua que atuam em escolas públicas, a ser definido pelo DEX;
5. novas bolsas para alunos de graduação que atuarem em plantão de dúvidas de disciplinas com alto índice de reprovação (Edital em preparação).

Considerações Finais

O atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), abrangendo o período de 2006-2010, aprovado pelo Conselho Universitário, em outubro de 2007, passou por aprimoramentos, ao longo do período, mantendo-se as Bases do Planejamento Estratégico e Tático então aprovadas de forma a melhor adequá-lo aos eixos temáticos estabelecidos pelo MEC, conforme Decreto n. 5.773/2006.

Assim, o presente PDI, elaborado em estreita harmonia com o modelo estrutural e eixos temáticos definidos no Decreto supracitado, é resultado de um processo de planejamento global institucional, para o período de 2006 a 2010. Contou com ampla mobilização e envolvimento de toda a comunidade universitária na sua construção, desde a elaboração do diagnóstico institucional, em que foram apontados os pontos fortes e fracos e identificadas as ameaças e oportunidades da Instituição, o fornecimento de dados e a formulação de propostas com as demandas de cada Unidade participante, até a análise e discussão nos colegiados superiores, que resultaram em sua aprovação final.

O PDI, além de obrigatório, constitui-se em documento referencial da maior importância nos processos de avaliação do MEC, sob a coordenação do INEP, conforme estabelecido no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído por meio da Lei n. 10.861/2004.

Este documento apresenta avanços significativos em relação ao ciclo anterior em diversos aspectos, conforme discriminados a seguir:

- participação ativa de diferentes atores no processo de elaboração do planejamento: representantes das unidades acadêmicas e administrativas, comunidade universitária, colegiados e colaboradores;
- boa aceitação entre a comunidade universitária quanto à implantação do procedimento on-line para elaboração dos planos pelas próprias unidades, que pôde conciliar a gestão das suas atividades educacionais com o registro das informações no Sistema de Planejamento;
- maior depuração do instrumento que diagnostica o ambiente organizacional, a partir de nova arquitetura composta pelo mapeamento ponderado e limitado dos fatores internos e externos, proporcionando: 1) maior percepção na edificação dos planos para minimizar os impactos que podem comprometer o desenvolvimento das atividades institucionais; 2) explorar favoravelmente o seu potencial ofensivo; 3) priorizar as ações sob o grau de importância associado à análise do ambiente. Por outro lado, possibilitou à Instituição ampliar o nível de conhecimento dos instrumentos de planejamento e a participação da unidade nas distintas fases de planejamento;
- elevada variação dos pontos relativos ao ambiente interno e externo avaliados entre os ciclos de planejamento 2002-2006 (3.525 pontos) e

2006-2010 (1.079 pontos), uma vez que, no primeiro ciclo, o procedimento de coleta das informações junto aos gestores deu-se por meio de planilhas eletrônicas, com ampla liberdade para propor ilimitados itens nos ambientes externo e interno. Por outro lado, no período de 2006-2010, as informações foram colhidas via Sistema de Planejamento Institucional com limitação de cinco itens por ambiente, sendo, ainda, facultado ao gestor o detalhamento em todos eles;

- visão uniforme do gestor no processo de autoanálise do ciclo 2006-2010, sem priorizar determinado ambiente, com pequena oscilação entre o número de elementos internos em comparação aos fatores externos (7%). Esse é um elemento importante a ser considerado na definição de prioridades e estratégias institucionais.

Cabe destacar a inclusão, no PDI, do REUNI, em 2008, dada a importância desse programa na reestruturação e expansão da Universidade, em todas as suas dimensões: Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública; Reestruturação Acadêmico-Curricular; Renovação Pedagógica da Educação Superior; Mobilidade Intra e Interinstitucional; Compromisso Social da Instituição; e Suporte da Pós-Graduação ao Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Qualitativo dos Cursos de Graduação.

Finalmente, o envolvimento da comunidade universitária ao longo de todo o processo de planejamento reflete o amadurecimento da Universidade na condução das atividades socioeducativas e torna transparente a postura do gestor acadêmico e administrativo.

Glossário

O presente Glossário foi elaborado a partir de pesquisa realizada em livros de planejamento e administração, publicações acadêmicas, dicionários e sítios governamentais, conforme pode ser constatado nas Referências.

Entretanto, há termos específicos, inseridos exclusivamente no contexto organizacional da Universidade, cuja definição fora extraída de documentos técnicos, elaborados pela própria instituição.

Ação: instrumento de programação que contribui para atender ao objetivo de um programa.

Ambiente: conjunto de todos os fatores que, dentro de um limite específico, se possa conceber como tendo alguma influência sobre a operação do sistema considerado.

Ameaças: fenômeno ou condição externa, atual ou potencial, capaz de prejudicar, substancialmente e por longo tempo, a missão e/ou os objetivos permanentes da organização.

Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

Bases de Planejamento Estratégico e Tático: elementos que norteiam a definição do Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano Plurianual da Universidade. As Bases do Planejamento sintetizam as sugestões enviadas e oferece à discussão da comunidade universitária e dos colegiados superiores uma proposta de trabalho para o quinquênio.

Desafios: realização que deve ser continuamente perseguida, perfeitamente quantificável e com prazo estabelecido, que exija esforço extra e represente a modificação de uma situação, bem como contribua para que seja alcançada uma situação desejável.

Diagnóstico Institucional: avaliação do comportamento de uma organização para descobrir fontes de problemas e áreas de melhoramento. O objetivo é possibilitar o entendimento sistemático da organização, a fim de que tenha base para o desenvolvimento de intervenção consistente, possa orientar o rumo das ações, apontar soluções para os problemas e assim encontrar e indicar as melhores formas e procedimentos para remediá-las. Esse instrumento abrange análise do ambiente interno (pontos fortes e fracos) e externo (oportunidades e ameaças).

Diretriz: conjunto estruturado e interativo dos objetivos, estratégias e políticas da empresa.

Estratégia: ação ou meios de qualquer natureza que se selecionam para a realização de objetivos.

Estrutura: conjunto de elementos relativamente estáveis que se relacionam no tempo e no espaço para formar uma totalidade. Em administração, a estrutura corresponde à maneira como as organizações estão organizadas.

Fundo de Apoio Institucional (FAI): fundo criado pela Universidade de Brasília para abrigar percentual mínimo obrigatório de 10% incidente sobre os recursos arrecadados por prestações de serviços, mediante contratos ou instrumentos similares, no âmbito da FUB, assim como sobre aqueles movimentados por fundações de apoio à Universidade, a ser utilizado exclusivamente no financiamento de programas e projetos de interesse da UnB.

Indicadores de Gestão: indicadores que orientam a tomada de decisão na organização. Os indicadores podem ser definidos como unidades de medição que permitem acompanhar e avaliar, periodicamente, as variáveis consideradas importantes em uma organização. Esta variação é feita por meio da comparação com os valores ou padrões correspondentes preestabelecidos como referência, sejam internos ou externos à organização.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução do orçamento anual e dá outras providências, como disposição sobre alterações na legislação tributária, estabelecimento da política das agências de desenvolvimento, limitação de gastos com pessoal, entre outras.

Lei Orçamentária Anual (LOA): estima as receitas que o governo espera arrecadar durante o ano e fixa os gastos a serem realizados com tais recursos.

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas para a responsabilidade na gestão fiscal, abrangendo os Três Poderes, nas esferas federal, estadual e municipal.

Macrounidades: são as unidades integrantes do Sistema de Planejamento Institucional, cujos gestores respondem por um conjunto de projetos aprovados e apoiam as atividades de determinada área, desenvolvidas em todas as unidades. Em linhas gerais, correspondem aos decanatos, secretarias, institutos, faculdades, órgãos complementares e centros, inseridos no segundo e terceiros níveis da estrutura organizacional. A adoção deste conceito buscou facilitar a integração das unidades afins e propiciar melhor comunicação institucional.

Manual Técnico de Orçamento (MTO): instrumento de apoio na consecução dos processos orçamentários da União, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MPOG). Esse documento dispõe sobre as diretrizes e os aspectos formais a serem observados na elaboração da proposta orçamentária.

Matriz de Indicadores Institucionais: matriz que contém os indicadores gerais relativos aos objetivos e áreas de planejamento institucional. Esses indicadores permitem a avaliação do desempenho das diversas unidades, garantindo a homogeneidade de avaliação às diversas unidades integrantes do Sistema de Planejamento da Universidade.



Matriz de Planejamento: documento sintético usado para garantir a consistência das bases do planejamento estratégico da UnB. É utilizada como instrumento orientador na classificação dos projetos e atividades idealizados pelas unidades, em relação à proposta global da Universidade.

Meta: São ações específicas mensuráveis, controláveis, com tempo limitado, que constituem os passos para se atingir os objetivos.

Missão: razão maior da existência de uma organização. É a função permanente da organização no contexto da sociedade. É algo que legitima socialmente a organização.

Negócio: entendimento do principal benefício esperado pelo cliente. Neste documento, considera-se o negócio da UnB o “conhecimento”.

Normativo: qualquer sistema, processo ou comportamento que se baseia em crenças, convicções e ideologias, independente de comprovações, como ocorre com as organizações normativas e a liderança carismáticas e transformadora.

Objetivos: Resultados esperados, ou fins que as organizações procuram atingir, por meio do emprego dos recursos.

Objetivos Estratégicos: objetivos globais e amplos, situados a longo prazo e relacionados com a organização como uma totalidade.

Objetivos Operacionais: objetivos específicos e imediatos, situados a curto prazo e relacionados com determinadas tarefas e operações.

Objetivos Táticos: objetivos departamentais e intermediários, situados a médio prazo e relacionados a cada um das áreas de atuação da organização.

Oportunidades: fenômeno ou condição externa, atual ou potencial, capaz de contribuir, substancialmente e por longo tempo, para o êxito da missão e/ou dos objetivos permanentes da organização.

Planejamento: identificação, análise, estruturação e coordenação de missões, propósitos, objetivos, desafios, metas, estratégias, políticas, programas, projetos e atividades, bem como de expectativas, crenças, comportamentos e atitudes, a fim de se alcançar de modo mais eficiente, eficaz e efetivo o máximo do desenvolvimento possível, com a maior concentração de esforços e recursos da empresa.

Planejamento Estratégico: planejamento elaborado pela Administração Superior e corroborado pela comunidade universitária. Define a missão, a visão, o negócio, os princípios, os objetivos e as estratégias institucionais e tem como produto final o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Planejamento Operacional: planejamento elaborado por unidades acadêmicas e administrativas integrantes do Sistema de Planejamento Institucional (institutos, faculdades, órgãos complementares, centros e secretarias, assessorias, decanatos).

Nesse planejamento, os planos são temporalizados, quantificados e mensurados anualmente, configurando as metas a serem alcançadas em cada um dos projetos elaborados, resultando no Plano Anual de Atividades (PAA).

Planejamento Tático: planejamento elaborado por unidades acadêmicas e administrativas integrantes do Sistema de Planejamento Institucional (institutos, faculdades, órgãos complementares, centros e secretarias, assessorias, decanatos). Define os objetivos a serem alcançados, a longo e médio prazos, pelas unidades integrantes do Sistema de Planejamento Institucional e resulta como produto o Plano Quinquenal (PQ).

Plano: formulação do produto final da utilização de determinada metodologia. Documento formal que consolida as informações, atividades e decisões envolvidas no processo.

Plano Anual de Atividades (PAA): documento integrante do PDI, elaborado anualmente com o detalhamento de objetivos e metas institucionais e a estimativa de recursos orçamentários necessários a seu desenvolvimento. O PAA é analisado anualmente e aprovado pelos colegiados superiores (CAF, CAD, CONSUNI), a quem compete também aprovar os quantitativos de recursos orçamentários para sua execução, em compatibilidade com o Orçamento da FUB, aprovado.

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): É o documento, elaborado pelo período de cinco anos, que identifica a IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver. (Sistema de Acompanhamento de Processos das IES – SAPIEnS/e-MEC).

Plano Institucional: documento formal que consolida as informações, atividades e decisões envolvidas em um determinado processo.

Plano Quinquenal (PQ): documento integrante do PDI, que contém os projetos e atividades apresentados pelas unidades integrantes do Sistema de Planejamento, estando associados aos objetivos e metas institucionais de longo prazo. No PQ, os projetos e metas plurianuais das unidades são detalhados em períodos anuais que permitem o acompanhamento e o replanejamento dos projetos e atividades propostos.

Pontos Fortes: característica interna, atual ou potencial, que auxilia substancialmente e por longo tempo, o cumprimento da missão e/ou objetivos da organização.

Pontos Fracos: característica ou deficiência interna, atual ou potencial, que dificulta substancialmente e por longo tempo, o cumprimento da missão e/ou objetivos da organização.

Projeto de Lei Orçamentária (PLO): projeto de lei orçamentária, elaborado pelo Poder Executivo e encaminhado à apreciação do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União, para determinado exercício financeiro.



Plano Plurianual de Atividades (PPA): instrumento de planejamento que estabelece as diretrizes, objetivos e metas do governo para os projetos e programas de longa duração, para um período de quatro anos. O Projeto de PPA é elaborado pelo Poder Executivo e encaminhado à apreciação do Congresso Nacional.

Programa: instrumento de organização da atuação da instituição que articula conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum pré-estabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade.

Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX): instrumento do DEX para conceder bolsas de extensão aos estudantes de graduação.

Projeto: instrumento de programação que contribui para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.

Projetos de Extensão de Ação Contínua: atividades que têm por objetivos promover o desenvolvimento de comunidades, a integração social e a aproximação da universidade com outras instituições de ensino.

Princípios: são os balizamentos para o processo decisório e o comportamento da organização no cumprimento da sua Missão.

Relatório Anual de Gestão: documento elaborado com base no último relatório trimestral de planejamento, que contém informações gerenciais, financeiras e orçamentárias da Fundação Universidade de Brasília, tais como objetivos e metas das unidades administrativas e acadêmicas, fontes e usos dos recursos disponíveis, evolução do patrimônio institucional, resultados da arrecadação própria, movimentação financeira das fundações de apoio, educação corporativa, balanço social e indicadores de performance de gestão.

Relatório Trimestral de Planejamento: instrumento de prestação de contas trimestrais, elaborado pelas unidades envolvidas no planejamento e sistematizado pela SPL. Esses relatórios são cumulativos e identificam o grau de alcance das metas anuais definidas pelas unidades; o volume de recursos despendidos no desenvolvimento dos projetos e atividades programados; os entraves institucionais ao desenvolvimento das atividades; as medidas corretivas sugeridas pelos gestores finalistas a serem adotadas pela Administração Superior.

Unidade Gestora: unidade responsável por administrar dotações orçamentárias e financeiras próprias ou descentralizadas.

Visão: perspectiva da instituição a longo prazo, em que a organização pretende chegar dentro de alguns anos, porém algo atingível.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Instruções para Elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional. Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior. Brasília, DF. Disponível em: <www4.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>. Acesso em: 15/6/2009.

_____. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento Institucional: Um Instrumento para Qualificação do Ensino Superior. Brasília, 2002. 22 slides, color. Disponível em: <www.abmes.org.br/_download/associados/seminarios/2002/01_30_projeto_institucional/cid_gesteira.pdf>. Acesso em: 12/6/2009.

_____. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 1º/6/2009.

_____. Presidência da República. Decreto n. 3.860 de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/6/2009.

_____. Presidência da República. Decreto n. 5.773 de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/6/2009.

_____. Presidência da República. Decreto-Lei n. 200 de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/6/2009.

_____. Presidência da República. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/6/2009.

_____. Presidência da República. Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/6/2009.

_____. Presidência da República. Lei n. 11.091 de 12 janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/6/2009.

_____. Presidência da República. Lei de Diretrizes Orçamentárias n. 11.451/2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/6/2009.

_____. Presidência da República. Lei Orçamentária Anual n. 11.647/2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/6/2009.

_____. Presidência da República. Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF n. 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 2/7/2009.

CAVALCANTI, Augusto Sherman. Contratação de Serviços de TI. Brasília, 2008. 371 slides, color.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 6 edição, Rio de Janeiro. Campus: 2000.

FUB. Fundação Universidade de Brasília. Bases do Planejamento Estratégico e Tático 2006 a 2010, 2007.

_____. Fundação Universidade de Brasília. Manual de Planejamento 2006 a 2010, 2007.

_____. Fundação Universidade de Brasília. Plano de Desenvolvimento Institucional 2002-2006. Brasília, 2005.

_____. Fundação Universidade de Brasília. Plano de Expansão da Universidade de Brasília. Brasília, 2005.

_____. Fundação Universidade de Brasília. Plano Quinquenal 2002-2006. Brasília, 2005.

_____. Fundação Universidade de Brasília. Relatórios de Gestão. Brasília, 2006 a 2008.

_____. Fundação Universidade de Brasília. Relatório de Auto-Avaliação Institucional. Brasília, 2006.

_____. Fundação Universidade de Brasília. Relatório de Auto-Avaliação Institucional. Brasília, 2008.

_____. Fundação Universidade de Brasília. Relatório de Resultados Plurianuais 2002 a 2006. Brasília, 2007.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Teoria Geral da Administração. 4 edição. São Paulo. Atlas, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Comissão Nacional de Avaliação de Educação Superior. Instituto Nacional e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Avaliação Externa de Instituições de Ensino Superior – Diretrizes e Bases. Brasília, 2006.

_____. Instruções para Elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional. Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior. Disponível em: <<http://www4.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>>. Acesso em: 12/6/2009.

NEIVA, Hélio Marcos. Financiamento da Universidade de Brasília: Alternativas de Captação de Recursos Complementares ao Orçamento do Tesouro. Brasília, 2008.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. O PDI como Referente para Avaliação das Instituições de Educação Superior: Lições de uma Experiência. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ensaio/v13n47/v13n47a03.pdf>. Acesso em: 12/6/2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO. Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI. Mato Grosso, 2007. Disponível em: www.unemat.br/downloads/documentos/calendario_acoes_elaboracao_pdi.pdf. Acesso em 12/6/2009.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Anuários Estatísticos. Brasília, 1998 a 2007.

_____. Estatuto e Regimento Geral. Brasília, 2008.

_____. Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília 2008-2012. Brasília, 2008.

_____. Programa de Modernização da Gestão Universitária 2005 a 2009. Documento de trabalho. Brasília, 2006.

_____. Secretaria de Recursos Humanos. Gerência de Desempenho Funcional. Programa de Gestão e Avaliação de Desempenho-PROGED. Brasília, 2009. 20 slides, color.

_____. Regimento da Administração Superior da UnB. Aprovado pela Resolução do Conselho Diretor da FUB n. 021. Brasília, 1986.

_____. Resolução da Reitoria n. 55, 2009.

_____. Resolução do Conselho Diretor da FUB n. 15. 2005.